UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

HÁ DIMENSÃO PÚBLICA NO JORNALISMO DE UMA TV ESTATAL? ANÁLISE DO TELEJORNAL *REVISTA*, DA TV CEARÁ, UMA EMISSORA MANTIDA PELO GOVERNO DO ESTADO

Paulo Ernesto Saraiva Serpa

Fortaleza - Ceará
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

HÁ DIMENSÃO PÚBLICA NO JORNALISMO DE UMA TV ESTATAL? ANÁLISE DO TELEJORNAL *REVISTA*, DA TV CEARÁ, UMA EMISSORA MANTIDA PELO GOVERNO DO ESTADO

Paulo Ernesto Saraiva Serpa

Fortaleza - Ceará
2007

PAULO ERNESTO SARAIVA SERPA

HÁ DIMENSÃO PÚBLICA NO JORNALISMO DE UMA TV ESTATAL? ANÁLISE DO TELEJORNAL *REVISTA*, DA TV CEARÁ, UMA EMISSORA MANTIDA PELO GOVERNO DO ESTADO

Dissertação submetida à Coordenação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Silas José de Paula

Fortaleza-CE
2007

Esta dissertação foi submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre, outorgado pela Universidade Federal do Ceará. Um exemplar da presente dissertação encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca do Departamento de Ciências Sociais da referida instituição.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Paulo Ernesto Saraiva Serpa

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 16/08/2007

_____

Prof. Dr. Silas José de Paula
Orientador

_____

Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues
Examinadora

_____

Profa. Dra. Geísa Mattos de Araújo Lima
Examinadora

_____

Profa. Dra. Maria Nazaré de Oliveira Fraga
Suplente

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, José Oriá Serpa, *in memorian*, e Maria Alice Saraiva Serpa, pelo amor, exemplo de vida e a oportunidade que não tiveram; à minha mulher Giovanna, pelo amor, carinho e aconchego, ao meu filho Pedro Ernesto, um presente de Deus que espelha amor, mansidão e bondade, e aos meus enteados Carol e Rafa, pelo amor e incentivo; ao Dr. Carlos Cleiton Aguiar pela solidariedade e incentivo; à minha irmã Goretti Serpa Braga, pelo exemplo; aos professores Luis Antônio Maciel, Alba Pinho Carvalho, Manoel Domingos Neto, Maria Nazaré de Oliveira Fraga e Lea Rodrigues, pelas teorias e a oportunidade de aprender; e aos meus colegas de Mestrado, pela garra, espírito crítico e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

À

Deus, pelo dom da vida, pelas graças, pela presença na minha vida, pela misericórdia e o amor incondicional;

Silas de Paula, pela orientação e acolhimento;

Secretaria da Cultura e Desporto (Gestão Nilton Melo Almeida, no terceiro Governo Tasso Jereissati) pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos;

Todos os meus colegas de sala-de-aula e professores do Mestrado, pela troca de experiência, pela sabedoria e o incentivo do conhecimento;

Todos os funcionários da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC, pela dedicação;

Meus 12 irmãos – Egídio, Erivan (que desfalcou o time, pois foi o primeiro e se juntar aos escolhidos do Pai), Erivaldo, Ednardo, Edson, Inês, Goretti, Oriá, Fátima, Augusto, Ana Alice e Ricardo - pela amizade, carinho, amor e solidariedade constantes;

Meus sobrinhos e colegas de profissão José Oriá Serpa Neto (Serpinha) e Fernando Duarte Fernandes Vieira Júnior (Fernando Serpa), *in memorian*, pelo exemplo de trabalho e ética no pouco tempo de vida;

Meus colegas da Funtelc - TV Ceará, principalmente José Anchiêta de Sena, Fátima Gadelha Silva, Apolônia do Carmo Lemos, Godofredo Pereira, Concy Beserra, Augusto Borges, Carla Peixoto, Nirez Azevedo (filho), Dílson Pinheiro, Francisco Irisnaldo Oliveira, Verônica Silva, Tantico Duarte, Gabriel Batista de Albuquerque, Luis Oliveira (pela condução responsável); Carlos Ernesto Pontes Dias, Porfírio Sampaio Neto, José Milton Portela Aguiar, César Campelo, Tânia Suzie Campelo, Dorivan Carlos (*in memorian*) e Vicente Oliveira Filho (*in memorian*), Ezildo Correia,

José Joaquim Barbosa de Albuquerque, Eduardo Bastos, Ana Izabel Borges Soares, Marcílio Brasil e Lucy Ferreira de Sousa pelo profissionalismo, espírito de equipe, dedicação e rica convivência.

Aos companheiros da ABEPEC pelas discussões e pelo ideal da TV pública, em nome de Jorge da Cunha Lima, Paolo Marconi, Vieira da Cunha, Márcio Capriglione, Tinoco dos Anjos, Manoel Lourenço, Paulo Ribeiro, Mauro Garcia, José Roberto Garcez, Cristina Mendes, Marco Antônio Coelho e Mirian.

Aos colegas da Universidade de Fortaleza – Unifor, pela partilha, convivência e pela prática do ensinando e aprendendo, em nome das professoras Helena Cláudia Santos, Geísa Mattos e Glauber Paiva; e aos alunos do Curso de Jornalismo (graduação) e Assessoria de Comunicação (especialização).

Aos companheiros do DNOCS e DETRAN pelo aprendizado diário, nas diferentes oportunidades;

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPEC – Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais

ACERP – Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto

BBC - Bristish Broadcasting Corporation

BEC – Banco do Estado do Ceará

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNRS – Conselho Nacional de Pesquisa da França

CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações

CPB - Corporation for Public Broadcasting

FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de Televisão

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FRP - Fundação Roquette Pinto

FUNTELC – Fundação de Teleducação do Ceará

IACC – Instituto de Arte e Cultura do Ceará

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

MMDS – Sistema de Distribuição de Pontos e Multicanais

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organização Não~Governamentais

OMC – Organização Mundial do Comércio

PBS - Public Broadcasting Service

RPTV – Rede Pública de Televisão

RTV – Retransmissora de TV

SACI - Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares

SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFC – Universidade Federal do Ceará

UnB – Universidade de Brasília

UVA – Universidade Vale do Acaraú

ZDF - Zweites Deutsches Fernsehen (Rede de TV Alemã)

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS

RESUMO

ABSTRAT

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

1.2 Objetivos

1.4 Problematização

1.5 Metodologia

2 A TELEVISÃO NO BRASIL

2.1 Os sistemas de TV e a realidade brasileira

2.2 O processo de distribuição de canais: uma forte moeda política

2.3 A (des)organização das TVs educativas e culturais

2.3.1 TVE do Rio de Janeiro: disputa entre MEC e Governo do Estado

2.3.2 ABEPEC substitui o Sinred

2.4 ABEPEC: TV estatal deve assumir a dimensão da TV pública

2.4.1 Os novos espaços públicos e seus atores

2.5 TV domina a esfera pública no Brasil

3.0 TV PÚBLICA E CIDADANIA

3.1 A concepção de TV pública na América Latina

3.2 O universo da TV pública: lugar para exercer a cidadania

3.3 Uma síntese da TV pública no mundo

3.3.1 BBC e PBS são referências

3.3.2 TVE BRASIL: novo espaço para a articulação internacional

3.4 A TV pública no Brasil: a resistência da TV Cultura

4 A TRAJETÓRIA DA ESTATAL QUE ATUOU COMO TV ESCOLA

4. A trajetória da estatal que atuou como TV Escola

4.1 Uma TV criada para ensinar

4.1.2 TV fora do ar: época das férias escolares

4.2 Uma decisão política que alcançou a estrutura da máquina estatal

4.3 Sem chapa branca: a semente do jornalismo da TV pública

4.3.2 A força dos estagiários no Jornalismo

4.4 A rede com um canal a menos que se qualifica para a sociedade

4.5 Investimentos para manter as origens educacionais

4.6 Novas receitas operacionais que garantem manutenção

4.7 Organizações Sociais surgem com o plano de reforma estatal

4.7.1 A ênfase na administração pública gerencial

5 ANÁLISE DO CONTEÚDO DO TELEJORNAL REVISTA

5.1 Resposta da hipóteses anunciada

5.2 Os itens de cada um dos itens das 10 edições do Revista

5.3 Análise comparativa dos telejornais Rede Globo X TV Cultura

5.3.1 Tempo a mais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

1.Introdução

O fluxo telejornalístico inteiro não passa de outra coisa que uma sucessão de "versões" do mesmo acontecimento. A questão da verdade está, portanto, afastada do sistema significante do telejornal, pois, a rigor, não é com a verdade que ele trabalha, mas com a enunciação de cada porta-voz sobre os eventos.

(Arlindo Machado)

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

A escolha da temática para desenvolver a nossa dissertação de mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, para estudar o tema escolhido – *"Há dimensão pública no jornalismo de uma TV estatal? Análise do telejornal Revista, da TV Ceará, uma emissora mantida pelo Governo do Estado"*" - resulta do nosso interesse pela televisão de caráter educativo e cultural, como meio eletrônico de comunicação de massa, que pode contribuir, de forma decisiva, por sua abrangência nacional, para despertar a consciência crítica da sociedade para participar do processo de construção da cidadania[1] plena no Brasil. Essa manifestação se justifica pelo período de sete anos e três meses – de outubro de 1995 a janeiro de 2003 - em que convivemos com essa realidade, na gestão da Fundação de Teleducação do Ceará, que mantém a antiga TV Educativa (que passou a se chamar de TV Ceará). Nesse período, tivemos a oportunidade de participar de fóruns nacionais – realizados três vezes por ano - de dirigentes das TV educativas e culturais de todo o Brasil. Em função dos temas comuns discutidos e do encaminhamento de alternativas para o equacionamento de questões convergentes, foi criada a Associação Brasileiras das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC, da qual a TV Ceará é sócio-fundadora. Na qualidade de Diretor-Secretário, fomos responsáveis pela elaboração das atas de todas as reuniões no período de 1998 a 2002. A entidade nasceu com a proposta de difundir o conceito de TV pública no País, como alternativa de programação para o telespectador, que acompanhou o desenvolvimento da TV comercial, o modelo predominante no país, conforme Bolaño (2004:31). O autor se refere, tomando por base estudo de Federico (1982), a quatro grupos conforme a organização e financiamento das emissoras no

[1] O conceito de cidadania é o definido pelo inglês T. H. Marshall: o cidadão de um estado-nacional tem acesso pleno aos seus direitos civis, políticos e sociais, oferecidos pelo Estado, por meio dos seus poderes constituídos, cumprindo com seus deveres constitucionais.

mundo[2]. No caso do Brasil, segundo Bolaño (2004), o governo é poder concedente, além de atuar como anunciante, por meio da propaganda institucional gratuita e como participante que ocupa a maior fatia do bolo publicitário. Bolaño destaca que o modelo comercial foi adotado no Brasil desde a inauguração da primeira emissora de televisão, a TV Tupi de São Paulo, no dia 18 de setembro de 1950, por iniciativa do empresário Assis Chateaubriand, "respaldado por um esquema de concessões do Estado à empresa privada" (2004:31 e 32). O autor ressalta que após 15 anos de atividades, a indústria da televisão brasileira "assume um caráter monopolista":

> Na verdade, entre 1965 e 1970, temos a passagem de um mercado relativamente competitivo para outro de característica oligopólica, bastante concentrado e centralizado (BOLAÑO, 2004:33)

Ainda nesse período, as iniciativas empresariais ganharam novo contorno, com a ampliação do sinal das emissoras para outros estados brasileiros. Segundo Bolaño, a televisão no Brasil era um veículo regional até 1969, quando a Globo assumiu a condição de rede nacional, com a transmissão da sua programação simultaneamente, conforme Mattos (2002:96) para outras cidades brasileiras por meio do sistema de microondas. A partir de então, a Rede Globo comanda um sistema hegemônico no País, que se mantém nos dias atuais, sendo seguida, em condições desvantajosas, por outras redes nacionais, como a Record, SBT, Bandeirantes e Rede TV!. Até 1980, esse mercado era disputado com a Rede Tupi, que teve sua concessão cassada pelo Governo Federal em julho de 1980. Os canais da extinta Tupi foram divididos em dois, assim o Governo os distribuiu por duas novas redes: o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), comandado por Silvio Santos, e a Manchete (atual rede TV!), liderada por Adolfo Bloch. O crescimento do sistema de televisão no Brasil intensificou-se no período em que o país foi comandado pelos militares. Em março de 1964, Exército, Marinha e Aeronáutica, por meio dos seus oficiais e com o apoio de políticos e empresários, aplicaram um golpe no país, destituindo do cargo o então presidente João Goulart, que assumiu o Governo, em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros. Mattos (2002:42) afirma que "[...] o regime contribuiu para o desenvolvimento da televisão, que se beneficiou da situação social, política e econômica no período de 1964 e 1985".

[2] Um sistema estatal do tipo adotado em vários países do Leste (europeu), um sistema monopolítico (caso francês), um sistema comercial (americano) e um misto, que seria representado pelo sistema brasileiro

> Observa-se que os veículos de comunicação de massa, principalmente o rádio e a televisão, foram usados por militares para promover a nova ordem social e o desenvolvimento. O regime usou a mídia eletrônica a fim de construir o espírito nacional baseado na preservação das crenças, culturas e valores. Foi também através da mídia que as aspirações e conceitos de desenvolvimento, paz e integridade do regime de exceção foram impostos à população brasileira. A fim de que suas mensagens atingissem a população inteira e que esta prova de modernidade, a televisão, pudesse expandir através do território nacional, os governos militares investiram no melhoramento das condições técnicas e operacionais das telecomunicações (MATTOS, 2002:42 e 43).

Ao mesmo tempo em que implantava a infra-estrutura adequada para o desenvolvimento das telecomunicações, oferecendo concessões de canais de televisão à iniciativa privada, o Governo Federal recorreu à tecnologia da televisão para criar alternativas para a expansão da educação básica. Em julho de 1965, o Ministério da Educação e Cultura, segundo Mattos (2002:180), formalizou o pedido de reserva de cem canais de televisão para fins educativos, muitos dos quais foram concedidos às Universidades Federais e aos Governos Estaduais. Em outubro de 1966, assinou o Decreto 59.366, instituindo o Fundo Nacional de Financiamento de Televisão Educativa. Em 1967, realizou os primeiros estudos para implantação de sistema doméstico de comunicações por meio de satélite, elaborando o projeto Saci (Projetos Avançados de Comunicações Interdisciplinares), para fins de educação (Mattos, 2002:182). Em junho de 1968, foi criada a primeira TV educativa do país: a TV Universitária de Pernambuco, mantida pela Universidade Federal de Pernambuco. Segundo Fort (2005:96), nos sete anos seguintes, foram implantadas mais oito TVs educativas no Brasil: TV Cultura de São Paulo (vendida pelos Diários Associados ao Governo Estadual), TVE Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão e Rio de Janeiro, TV Universitária do Rio Grande do Norte (TV Universitária, mantida pela UFRN) e TVE Rio Grande do Sul. Em todo esse período, não se tem notícia ou registro oficial sobre iniciativas para implantação de um sistema de televisão pública, nos moldes do que foi implantado na Europa, principalmente na Inglaterra[3], justamente porque no

[3] Leal Filho (1997:17, 18, 19 e 20) explica que as origens do modelo europeu de rádio e televisão estão fundamentadas em três fontes de apoio: cultural, técnica e política. "As razões de origem cultural estão presentes nos discursos do primeiro diretor geral da BBC, John Reith, que as colocava em oposição às propostas comerciais e às interferências políticas. Dizia ele, por exemplo, em 1926, que ' fazer dinheiro não era negócio do rádio', e, ao mesmo tempo, exigia independência do 'governo do dia', afirmando que um dos objetivos do novo veículo era 'propiciar a criação de um eleitorado mais inteligente e iluminado

Brasil o referencial de televisão foi o dos Estados Unidos[4]. A única exceção foi a TV Cultura de São Paulo, que saiu do controle do empresário Assis Chateaubriand para o controle do Governo do Estado. A gestão da emissora paulista teve por base o Conselho Curador, que vota, aprova e referenda os nomes dos integrantes da sua diretoria, ao contrário do que ocorre com os nomes dos dirigentes das outras TVs educativas estaduais, todos nomeados pelo Governador do Estado, a quem cabe também exonerar. Com o surgimento da ABEPEC e início dos debates sobre o desenvolvimento do conceito de TV pública no Brasil, a partir da existência das TVs de caráter educativo e cultural, sem o víeis comercial, despertaram o nosso engajamento nessa temática, por entendermos que o telespectador brasileiro estava carente de um segmento da televisão que pudesse contribuir para a construção da cidadania participativa e responsável, fazendo com que a sociedade exija dos poderes constituídos o cumprimento dos preceitos constitucionais. A motivação por decidir pel trabalho da pesquisa nessa temática deve-se ainda ao trabalho monográfico que realizamos no curso de especialização em Gerência Executiva de Marketing, no período de 2000-2001, sob o título "Como o Plano de Marketing pode gerar receitas para as TVs Educativas e Culturais: o caso da TV Ceará". Esse trabalho permitiu mergulhar mais afundo na realidade das TVs educativas e culturais, no sentido de identificar alternativas para a sua viabilidade econômica, buscando a articulação com parceiros da iniciativa privada e do setor governamental. Sob a orientação da professora doutora Cláudia Burramara Abreu, conseguimos elaborar uma pesquisa que apontou para projetos na área de marketing, cuja realização resultaria na obtenção de ovas receitas financeiras para a produção de programas jornalísticos e culturais para uma emissora que buscava a dimensão pública na sua estrutura estatal.

[...]. A segunda razão é de ordem técnica e está no fato de os estados-nacionais deterem o controle do espaço por onde transitam as ondas de comunicação e, mais do que isso, serem responsáveis do seu uso, caso contrário, a superposição de freqüências tornaria todo o sistema caótico [...]. A terceira razão é de natureza política. O momento da implantação do sistema público de rádio na Europa ocidental coincidia com o crescimento do fascismo, do nazismo e do comunismo no continente; com a crise econômica mundial que culminaria com a quebra da Bolsa de Nova York e o fim da República de Weimar; com a grande agitação dos trabalhadores em todo o mundo, como conseqüência do surgimento da União Soviética e com o crescimento da 'miséria', fome e desespero na periferia das grandes cidades européias'.

[4] Mattos (2202:27) explica as razões pelas quais o Brasil seguiu o modelo americano de TV: "[...] nos anos sessenta, tanto a Unesco como os Estados Unidos estavam aconselhando a utilização dos meios de comunicação de massa para promover o desenvolvimento nacional. Países desenvolvidos como os Estados Unidos serviam de modelo para os subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento. É bom lembrar que durante os anos cinqüenta e sessenta, o conceito de desenvolvimento era centrado no crescimento econômico e a industrialização acelerada como o principal fator de desenvolvimento".

As TVs educativas foram constituídas pessoas jurídicas de caráter público, mas sua programação jornalística tendeu a direcionar suas ações para cumprir o cotidiano das atividades governamentais ou institucionais, conforme a sua respectiva vinculação administrativa. Uma emissora de personalidade jurídica de direito público implica a sua condição de emissora considerada estatal, cujo conceito, conforme Cunha Lima (2002, p. 262), aponta para uma televisão que tem sua gestão e o conteúdo da sua programação sob controle do Estado, por meio dos seus três poderes constituídos - Executivo, Legislativo e Judiciário. Como recorte da temática, vamos focar a programação jornalística da TV Ceará, uma emissora mantida pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Cultura. Vamos trabalhar especificamente na análise do único telejornal da emissora, em exibição desde o final dos anos 1990 até 2007. Serão analisadas dez edições do telejornal *Revista*, escolhidas aleatoriamente. Trata-se de uma revista eletrônica que faz parte da programação diária da emissora, de segunda a sexta-feira, exibido no horário das 12 horas às 12h30min, produzido pela equipe de telejornalismo da emissora. A TV Ceará desenvolveu durante quase 30 anos, desde a sua fundação em março de 1974 até o segundo semestre de 2005, um sistema de educação formal à distância, para atender a alunos do ensino fundamental da rede pública. A programação educacional ocupa os horários da manhã e tarde da grade da emissora. No período de 2003 a 2006, o Revista, com trinta minutos d duração, foi o único telejornal exibido na emissora.

A análise da atuação da TV Ceará leva em conta o fato de que no final dos anos de 1990, as TVs educativas tentaram, nacionalmente, produzir, realizar e difundir programas com conteúdo considerado de interesse público, pela abordagem de temáticas ligadas ao cotidiano das pessoas, da sua cultura, costumes e experiências comunitárias consideradas exemplares, sob o ponto de vista do alcance social dos seus resultados.

Nesse estudo, vamos trabalhar com a hipótese de que o telejornal Revista abre espaço para o jornalismo de TV pública, mesmo com a difusão de notícias e reportagens de interesse governamental. Essa hipótese leva em consideração que as TVs educativas em funcionamento no Brasil, legalmente constituídas como entidades de direito público, são instituições estatais, pois são mantidas e controladas diretamente pelos governos estaduais. Embora de direito público, são consideradas estatais, porque seu controle é exercido plenamente pelo Governo do Estado, cujo governador é quem nomeia seus dirigentes e a sua programação sofre interferência do Governo, por meio

dos ocupantes de outros órgãos governamentais aos quais a emissora tem vinculação administrativa. O controle da emissora é estatal e não público. Por isso, são emissoras que, a priori, defendem o interesse estatal e não o interesse público.

Segundo Leal Filho (1995), as TVs educativas e culturais poderiam alcançar maior dimensão, caso o caráter jurídico das emissoras tivesse a abrangência de uma TV pública, sob o controle da sociedade, sem interferência política governamental e econômica do mercado. A conceituação de TV pública elaborada por Leal Filho (1995) tem por base seu estudo sobre a BBC de Londres, cuja concepção, em 1947, foi registrada sob o controle da sociedade, descartando a sua vinculação com organismos estatais, partidários ou empresariais. Martín-Barbero (2002) defende que o caráter público de uma televisão "encontra-se decisivamente ligado à renovação permanente das bases comuns da cultura nacional" (2002, p. 58). Martín-Barbero recorre a Sennet (1997) para reafirmar que o caráter público é aquele "espaço da cidade onde as pessoas se juntam para intercambiar informações e opiniões, para perambular ouvindo e se entreter polemizando" (2002, p. 50). Aqui, ele faz uma fusão do conceito de público com o de cidadania, que se associa "ao direito de informar e ser informado, de falar e ser ouvido, imprescindível para poder participar das decisões que dizem respeito à coletividade" (2002, p. 51).

Dessa forma, com a possibilidade de possuir uma estrutura jurídica e gerencial que permitisse a sua atuação como TVs públicas, as TVs educativas brasileiras poderiam exercer papel relevante na execução das políticas públicas nas áreas de cultura e educação. Na visão do advogado paulista Fernando Fortes, em entrevista para a pesquisa, concedida em novembro de 2002, a experiência da TV Cultura de São Paulo, mantida pela Fundação Padre Anchiêta, pode ser considerada a única emissora pública que atua no Brasil. O advogado explica que isso é possível porque há na estrutura da emissora o Conselho Curador, cujos 45 integrantes são indicados por segmentos representativos da sociedade. O advogado entende que o controle sobre as ações da TV Cultura é feito pela sociedade, por meio dos seus representantes, porque é esse colegiado que aprova os nomes dos dirigentes e o conteúdo da programação da emissora. Fernando Fortes lembra que a Constituição de 1988 determinou que o estado, por meio dos poderes executivo, legislativo e judiciário, só pode instituir fundação de direito público, ficando impedido de criar fundações de direito privado, como o fazia amparado pela legislação em vigor antes de 1988.

Para construir a análise proposta, a presente dissertação está dividida da seguinte forma:

1.2 Objetivos

Para delimitar o tema, definimos então o objetivo desse trabalho: dimensionar o espaço ocupado por reportagens e notícias sobre as ações do Governo do Estado e seus parceiros políticos no telejornal *Revista,* que integra a programação de segunda-feira a sexta-feira da TV Ceará[5], uma emissora mantida pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Fundação de Teleducação do Ceará. Nesse estudo, vamos dar ênfase aos documentos e fatos sobre a sua atuação, com base nos programas produzidos e realizados, dos assuntos abordados e da sua articulação com organismos governamentais e não-governamentais. O estudo comporta a abordagem de aspectos diferenciais entre o que se propõem as emissoras de televisão de caráter estatal e público.

1.3 Problematização

A partir do caso da TV Ceará, vamos estudar as razões pelas quais o estado mantém em sua estrutura emissoras de televisão que funcionam sob a reclamação de seus próprios dirigentes e funcionários em função do que consideram baixo orçamento financeiro, baixos índices de audiência, reduzido número de profissionais qualificados, insuficiência e precariedade de equipamentos e pelos inexeqüíveis projetos de obtenção de receitas operacionais, por meio da publicidade institucional patrocinadas por órgãos públicos e privados.

Desde que começou a operar no Estado do Ceará, no dia 7 de março de 1974, a então TV Educativa atuou como uma repartição pública, por ser vinculada à Secretaria da Educação do Estado e cumprir o seu papel como TV escola. O então governador César

[5] A TV Ceará pertenceu, de 1960 até julho de 1980, ao grupo empresarial Diários e Emissoras Associados, integrante da extinta Rede Tupi de Televisão, que instalou a primeira emissora de televisão no Brasil, no dia 18 de setembro de 1950. Mas a partir de julho de 1993, TV Ceará passou a ser o novo nome da antiga TV Educativa do Estado do Ceará, que foi inaugurada oficialmente no dia 7 de março de 1974, pelo então governador César Cals de Oliveira Filho.

Cals, conforme registro do jornal Correio do Ceará[6], do dia 8 de março de 1974, afirmou textualmente em seu discurso, durante a solenidade de inauguração da emissora, que contou com a presença do então ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, durante o Governo do general Emílio Médici: "Aqui está, pois, um veículo de comunicação de massa, destinado a educar e, por certo, determinará uma autêntica revolução no ensino do Ceará". O Governador deu ênfase em seu discurso à questão da educação:

> Aqui foram investidos 8 milhões de cruzeiros, recursos próprios do estado, para se resolver um dos problemas mais sérios com que nos deparamos: o ensino médio. Ela (a televisão) por certo acabará com a inquietação que toma de todos nós aqui, qual seja ver centenas de jovens sem condições de receber um aprendizado condigno por falta de meios (CALS, Correio do Ceará, página 8, do dia 8 de março de 1974).

Estava ali consolidada a estrutura que a TV educativa passaria a manter ao logo da sua existência. Os avanços tecnológicos e as prioridades das políticas públicas dos últimos governantes do estado têm apontado para a desaceleração do projeto de educação à distância pela televisão. No Brasil, somente duas emissoras ainda continuam com a transmissão de aulas formais pela televisão: Maranhão, o pioneiro, em 1973, e o Ceará. O Governo do Ceará, segundo dados da fundação que administra a TV Ceará (Fundação de Teleducação do Ceará - Funtelc) investiu, em 2000, cerca de R$ 5 milhões no projeto de transmissão digital do seu sinal por satélite, ao mesmo tempo em que investiu R$ 10 milhões, em 2001, segundo dados da Secretaria da Educação Básica, na aquisição de conteúdo para a transmissão de aulas para jovens e adultos para terem a chance de concluir o primeiro e o segundo graus dos seus estudos interrompidos.

1.4 Metodologia

Para tentar encontrar as respostas da hipótese apresentada e atender aos objetivos propostos, fomos buscar no filósofo alemão Jürgen Habermas (2003, 2ª ed.) a compreensão sobre esfera pública, cujo conceito o autor continua pesquisando,

[6] O Jornal Correio do Ceará pertenceu ao Grupo Diários Associados e deixou de circular nos anos de 1970. A sua coleção está organizada na Biblioteca Pública Menezes Pimentel, onde foi feita a pesquisa, em janeiro de 2007, sobre os registros da inauguração da então TV Educativa do Ceará.

conforme o seu artigo, publicado no dia 13 de agosto de 2006, na Folha de S. Paulo, sobre o título "O caos da esfera pública", em que relata a dimensão atual da esfera pública, com o advento da televisão e da Internet:

> A utilização da internet simultaneamente ampliou e fragmentou os nexos de comunicação. Por isso a internet produz por um lado um efeito subversivo em regimes que dispensam um tratamento autoritário à esfera pública. Por outro lado, a interligação em redes horizontais e informalizadas de comunicação enfraquece ao mesmo tempo as conquistas das esferas públicas tradicionais, pois estas enfeixam no âmbito de comunidades políticas a atenção de um público anônimo e disperso para informações selecionadas, de modo que os cidadãos podem ao mesmo tempo se ocupar dos mesmos temas e contributos criticamente filtrados (HABERMAS, 2006; Folha de S. Paulo).

O filósofo alemão destaca o papel da televisão na ampliação do conceito de esfera pública, pela dimensão que alcança junto à sociedade:

> Como a televisão é um meio que torna algo visível, confere celebridade no sentido de notoriedade aos que aparecem em público. Os atores sempre representam a si mesmos diante da câmera, independentemente da sua contribuição ao conteúdo do programa. Por isso o espectador se lembra em encontros fortuitos de ter visto o rosto do outro em algum momento passado (HABERMAS, IB, IDEM).

Para consolidar o que chama de "Caos da esfera pública", ele acrescenta em seu artigo no jornal paulista: "A esfera pública, na qual os intelectuais se moviam como os peixes na água, tornou-se mais includente, o intercâmbio é mais intenso do que em qualquer época anterior" (HABERMAS, ib, idem). Em 1961, quando o filósofo alemão publicou o trabalho da sua pesquisa sobre o conceito de esfera pública, sob o título "Mudança Estrutural da Esfera Pública", afirmou o seguinte:

> A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio da mercadoria e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública (HABERMAS, 2001, 10ª ed:42).

Recorremos ainda ao capítulo II da obra da filósofa alemã Hanna Arendt (2001, 10ª ed:59-67), em que ela aborda sobre a esfera pública, afirmando que o seu conceito básico significa o que é comum a todos:

> O termo 'público' denota dois fenômenos intimamente correlatos mas não perfeitamente idênticos. Significa, em primeiro lugar, que tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e nós mesmos – constitui a realidade [...] embora a esfera pública possa ser grande, não pode ser encantadora precisamente porque é incapaz de abrigar o irrelevante. Em segundo lugar, o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele [...] tem a ver como artefato humano, com o produto das mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem (ARENDT, 2001:61 e 62)

Com base ainda nos conceitos de Leal Filho, Mattos, Bolaño e Fort sobre TV pública, TV estatal e TV comercial, desenvolvemos a seguinte metodologia: pesquisa documental, tendo como material de apoio cópias das fitas do programa Revista, uma revista eletrônica da TV Ceará, cujos estúdios de gravação e edição se localizam em Fortaleza, no bairro Dionísio Torres, que exibe, de segunda a sexta-feira, reportagens, notícias e entrevistas. Vamos analisar dez edições do telejornal *Revista*, exibidas nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 2003; nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2003 e nos dias 21, 22, 23 e 24 de outubro de 2003. A escolha dessa data foi aleatória, com base em período em que o telejornal Revista foi gravado em fita VHS, pelo diretor de Programação da emissora, Godofredo Pereira. Com isso, poderemos verificar o conteúdo do material jornalístico, qual é o formato do telejornal, como e quantos são os blocos de noticiais e reportagens, qual é tempo ocupado pelas reportagens, notas simples e notas cobertas, entrevistas em estúdio e comentários – conforme o conteúdo dos telejornais; que assuntos foram abordados, que espaços de tempo do telejornal foram ocupados por esses temas, se houve cobertura das atividades governamentais, e que áreas da sociedade mereceram cobertura jornalística da emissora. E confirmar ou não a hipótese levantada: há dimensão pública no jornalismo de uma TV estatal, com base na análise das reportagens, notícias e informações do telejornal Revista, da TV Ceará? Para possibilitar a comparação do conteúdo de um telejornal de uma TV estatal com o conteúdo do telejornal de uma TV pública, será feita a análise de uma edição do Jornal da Cultura, exibida no dia 10 de fevereiro de 2003. A data também foi escolhida

aleatoriamente. A decisão de escolher somente uma edição leva em conta o conteúdo de um telejornal que tem o caráter de jornalismo de TV pública ou jornalismo público, conforme a definição da TV Cultura de São Paulo:

> A televisão pública, aberta, generalista e gratuita, que depende necessariamente tanto do governo quanto da sociedade, deve ser intelectual, ideológica e administrativamente independente. Isto quer dizer que deve ser gerida por representações legítimas da própria sociedade e realizar sua missão com uma consulta permanente à mesma (Cunha Lima, 2004:6)

Essa análise poderá dar a dimensão das possibilidades de um novo formato de jornalismo, com mais tempo para a informação, para a reflexão, para a análise e um aprofundamento da temática não permitidos pela insuficiência do tempo da reportagem de uma TV comercial. As TVs educativas em funcionamento no Brasil são instituições de direito público, mantidas diretamente pelo estado, por meio dos dirigentes dos seus três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Conforme a legislação pertinente a cada órgão estatal, os dirigentes das TVs estatais são nomeados pelo chefe do poder ao qual está vinculada. Quem nomeia o dirigente da TV educativa é o governador do estado; quem nomeia o dirigente da TV Assembléia é o presidente do poder legislativo e quem nomeia o dirigente da TV Justiça é o presidente do Supremo Tribunal Federal (o único que mantém uma TV justiça no Brasil, pois até a presente data nenhum Tribunal de Justiça estadual criou a sua TV justiça). O controle da emissora é estatal e não público. Por isso, são emissoras que, a priori, abrem mais espaço para os assuntos que integram a agenda das políticas governamentais.

Ainda como fonte secundária, vamos analisar atas das reuniões nacionais da Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC). Essa entidade, criada em 1998, pelas TVs educativas e culturais, na tentativa de conquistar força política junto ao Governo Federal, aos governos estaduais e à sociedade, passou a defender o desenvolvimento do que considera jornalismo de TV pública ou jornalismo público, conforme a idéia original de Jorge da Cunha Lima e de Marco Antônio Coelho, presidente e diretor de jornalismo da TV Cultura, respectivamente.

Realizamos pesquisa documental e entrevistas com ex-dirigentes e profissionais que exerceram e exercem funções de liderança na emissora. Para fundamentar teoricamente as observações e o estudo empírico, realizemos pesquisas bibliográficas, para traçar o percurso teórico, no sentido de dialogar com os autores, entre os quais John B.

Thompson, Jürgen Habermas, Maria José da Costa Oliveira, Omar Rincón, Jesús Martín-Barbero, Laurindo Leal Filho, e Jorge da Cunha Lima, sobre o fenômeno da TV e sobre as categorias público e privado. Realizamos ainda pesquisa bibliográfica sobre o que representa a TV privada ou TV pública no Brasil, que disputa a audiência dos telespectadores minuto a minuto, no sentido de conquistar uma audiência universal, que significa "todo mundo ao mesmo tempo e o tempo todo"[7]. .

E para ajudar na construção desses caminhos empíricos do trabalho, recorreremos aos relatos das experiências dos dirigentes das TVs educativas e culturais, aos documentos e atas das assembléias dos representantes das emissoras. Durante o ano de 2001, iniciou-se no país a discussão sistemática no sentido de buscar mecanismos para viabilizar a implantação no Brasil de um sistema de TV pública, por meio da mudança institucional das TVs educativas e culturais existentes no país. Foram ao todo quase 20 encontros nacionais, em que a temática da TV pública foi debatida exaustivamente. No próximo item, vamos apresentar a trajetória na TV no Brasil, a partir do dia 18 de setembro de 1950, quando foi inaugurada a primeira emissora do país: a TV Tupi de São Paulo. Com a expansão da televisão no Brasil, desencadeada pela ascensão da TV Globo e o fim da Rede Tupi de Televisão, pertencente aos Diários Associados, o Governo Federal passou a fazer o processo de distribuição dos canais de TV como moeda política para conquistar adesões de parlamentares e políticos aos seus projetos no Congresso Nacional.

[7] Definição do Presidente do Conselho Curador da TV Cultura de São Paulo e da Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC), Jorge da Cunha Lima.

2. A TELEVISÃO NO BRASIL

A televisão dá prioridade ao componente visual, de maneira a causar muita fascinação ao público. Ela aumenta o peso da imagem em relação ao valor da palavra. E o telespectador decodifica, mais facilmente, os códigos visuais do que os verbais. Se alguém diz que "isso apareceu na TV", o outro aceita, passivamente, a situação como um fato real: "Se apareceu na TV, então aconteceu".

2 A TELEVISÃO NO BRASIL

2.1 Os sistemas de TV e a realidade brasileira

A televisão é um bem de consumo presente na maioria dos lares brasileiros. Segundo dados de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 90,9% da população brasileira (182 milhões de habitantes[8]) possuem aparelhos de televisão. Isso significa que 162,8 milhões de brasileiros têm aparelho de TV. No país há 54,3 milhões de domicílios[9], resultando a média de três aparelhos por domicílio. Quando a TV foi inaugurada[10] no Brasil, havia somente 200 aparelhos de televisão, importados dos Estados Unidos. No Ceará, dados de 2004 do IBGE apontam quase 8 milhões de habitantes[11], dos quais mais da metade possui aparelhos de televisão em seus domicílios.

Os brasileiros assistem diariamente ao conteúdo emitido por um grupo de 10 redes nacionais[12], recheado de jornalismo, entretenimento e dramaturgia, além de programas que provocam o protesto de representantes de telespectadores contra o que consideram falta de qualidade de produção, atentando contra o bom gosto e a ética. Desse protesto surgiu a campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania"[13], com o apoio de

[8] Dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - do IBGE, em 2004.
[9] Dados do PNAD.
[10] No dia 18 de setembro de 1950, por Iniciativa do empresário Assis Chateaubriand, dono da Rádio Tupi.
[11] Dados do IBGE, estimados para dezembro de 2005 (In Anuário do Ceará, 2005, p. 329)
[12] Relação das Redes de TV pela ordem de audiência segundo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE: Globo, SBT, Record, Rede TV!, Bandeirantes, Cultura, Brasil (TVs Educativas), RBS, Canção Nova e Vida.
[13] A campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania" é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados com entidades da sociedade civil (são 57), destinada a promover o respeito aos direitos humanos e à dignidade do cidadão nos programas de televisão. A campanha consiste no acompanhamento permanente da programação da televisão para indicar os programas que de forma sistemática desrespeitam convenções internacionais assinadas pelo Brasil, princípios constitucionais e legislação em vigor que protegem os direitos humanos e a cidadania.

instituições, entidades e organizações da sociedade civil de todo o País. A bandeira de luta dessa entidade é sensibilizar dirigentes, produtores e patrocinadores, para que mudem a concepção de programas que considera baixaria, cujo conceito é definido pela ONG com conteúdo que faz apelo à degradação da vida das pessoas, expõe particularidades que banalizam o comportamento e os sentimentos humanos.

Oficialmente, conforme a Constituição Federal[14], no Brasil existem três sistemas de TV, que devem respeitar o princípio da complementaridade entre si: privado, público e educativo. Para LEAL FILHO (2005, artigo)[15], o espaço eletromagnético por onde trafegam as ondas e sinais de sons e imagem são sintonizadas no espaço público. Por isso, ele defende que "seria lógico que sua emissão também se desse apenas nesse mesmo espaço, como forma de garantir o caráter de interesse público do conteúdo transmitido". LEAL FILHO (2005, artigo) [16] explica porque isso não corre no Brasil:

> Parcela majoritária das emissões ocorre na esfera privada, especialmente no Brasil, onde o rádio se consolidou como negócio, cresceu como moeda política e hoje abarca com grande desenvoltura a esfera privada das religiões. Essa situação é que dá significado à idéia de radiodifusão pública, como ente diverso da radiodifusão generalizadamente privada. Trataremos da radiodifusão pública aqui como algo distinto da radiodifusão em geral, porque a história das comunicações em nosso país nos levou a essa situação. (LEAL FILHO, 2005: artigo).

Com a chegada da TV no Brasil, o Governo tratou de disciplinar o sistema de radiodifusão. Doze anos depois do início das atividades da televisão, o Congresso Nacional aprovou, no dia 27 de agosto de 1962, projeto de lei, encaminhado pelo Governo Federal, o Código Brasileiro de Telecomunicações. Segundo Mattos (2002, p. 86), esse documento foi inspirado pelos militares, por sua identificação com as temáticas de integração nacional, segurança e desenvolvimento, defendidas pela Escola

[14] Artigo 223: "Compete ao Poder Executivo outorgar ou renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementariedade dos sistemas privados, público e estatal".
[15] Exposição sobre o tema "O rádio no espaço público", integrante do painel "Papel da radiodifusão pública no contexto midiático e a contribuição que pode dar à transformação social", durante o seminário "A radiodifusão pública no desenvolvimento e na cidadania" e o "IV Encontro Latino-Americano de Rádios Nacionais", realizado em Brasília, de 6 a 8 de abril de 2005.
[16] Idem, ibidem

Superior de Guerra. Mattos informou ainda que, em 1962, foram registradas as primeiras experiências de TV educativa, quando a TV Continental, do Rio de Janeiro, e a TV Tupi, de São Paulo, lançaram programas de aulas básicas do curso de Madureza. Antes, em 1960, a TV Cultura de São Paulo, pertencente aos Diários Associados, transmitia o seu primeiro telecurso, para preparar candidatos ao exame de admissão ao ginásio (atual ensino médio).

Em 1963, o Governo assinou o decreto nº 52.795, regulamentando os serviços de radiodifusão, fixando os objetivos do rádio e da televisão, considerados de interesse nacional. Por iniciativa dos empresários dos meios eletrônicos de comunicação, foi implantando, em outubro de 1964, o primeiro Código de Ética da Radiodifusão no Brasil, com a aprovação dos membros da Associação Brasileira das Emissoras e Rádio e Televisão (ABERT), criada no dia 27 de novembro de 1962.

Em 1967, foi criado o Ministério das Comunicações, junto com a assinatura do Decreto lei 236, que estabeleceu uma série de controles sobre a propriedade de emissoras de TV: dez estações para cada grupo ou entidade, limitando em cinco o número de emissoras em VHF (canais de 1 a 12). Esse decreto, em seu artigo 13, determinou que as TVs educativas não pudessem transmitir nenhum tipo de programa que não fosse educacional: "A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates", determina o Decreto lei 236. Mattos lembra que a influência política mais poderosa sobre o desenvolvimento da TV brasileira foi iniciada a partir de 1964:

> O golpe de 1964 afetou diretamente os meios de comunicação de massa porque o sistema político e a situação socioeconômica do paios foram totalmente modificados pela definição e adoção de um modelo econômico para o desenvolvimento nacional. O crescimento foi centrado na rápida industrialização, com tecnologia e capital externos, e baseado no tripé formado pelas empresas estatais, empresas privadas nacionais e corporações multinacionais. Os veículos de comunicação de massa, principalmente a televisão, passaram a exercer o papel de difusores não apenas da ideologia militar como também da produção de bens duráveis e não-duráveis (MATTOS, 2002, p. 89).

Mattos explica que graças a essa incentivo, as indústrias eletrônicas aumentaram a sua produção de aparelhos de TV, para atender à demanda. Entre 1967 e 1979, foi registrado um crescimento de 24,1% na venda de aparelhos de TV preto e branco. E no período de 1872 a 1979, a venda de aparelho de TV em cores teve um crescimento de

1.479%. Lembra que o Governo lançou uma campanha de crédito, para incentivar o brasileiro a adquiri seu aparelho de TV a vista ou a prazo (planos de 12, 24 ou 36 meses). Com isso, o número de pessoas com aparelho de televisão em seus respectivos domicílios multiplicou-se progressivamente. Segundo Mattos (2002: 83), com base em dados da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos (Abinee), o crescimento do número de aparelhos de televisão no país aconteceu assim: 1952 existiam 11 mil aparelhos no Rio de Janeiro e São Paulo; em 1954: 34 mil; 1956: 141 mil; 1960: 598 mil em todo o país; 1962; 1 milhão; 1966; 2,3 milhões; 1970: 4,5 milhões; 1974; 8,7 milhões; 1980: 18,3 milhões; 1990: 29,9 milhões; 2000: 58,2 milhões e 2001: 60,5 milhões.

O serviço de radiodifusão brasileiro, cujo sinal aberto foi assim chamado por ser captado por qualquer cidadão com uma antena tipo "espinha de peixe", no alto do telhado das residências, foi ampliado com o surgimento do sinal a cabo ou sinal fechado, pois passou a ser captado por quem dispunha de um serviço de cabo por assinatura (pago), pelo qual foi difundido o sinal da TV. Isto é, para quem estava disposto a pagar para receber novos canais de TV, o que significava uma pequena parcela da sociedade. Segundo RANGEL (2000, artigo), a implantação do serviço de TV por assinatura sofreu um lento processo de discussão.

No governo Sarney, foram assinados o decreto 95.744, de 23 de fevereiro de 1988, que regulamentou o Serviço Especial de Televisão por Assinatura, e a Portaria 250/89, que regulamentou a distribuição de sinais de televisão. Mas foi no Governo Fernando Henrique Cardoso que o Congresso Nacional aprovou, em outubro de 1994, e o Presidente da República sancionou, no dia 6 de janeiro de 1995, a Lei 8.977, a chamada Lei do Cabo, regulamentando a sua atividade no Brasil. Da participação de representantes da sociedade civil organizada do País, no processo de discussão da Lei do Cabo, resultou a criação, para veiculação gratuita, dos seguintes canais: Comunitário, Universitário e dos Poderes Legislativo (Câmara dos Vereadores, Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado) e do Judiciário (Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Justiça do Estado, etc).

Durante o processo de tramitação e discussão do projeto sobre a lei do cabo, esse serviço contava com 700 mil assinantes em 1994, passando para 1,5 milhão de clientes, em 1996, segundo RANGEL (2000, artigo, aprud HOINEFF, 1996:126). A autora cita ainda uma matéria publicada o jornal "Folha de S. Paulo", informando que o mercado de TV a cabo no Brasil nasceu com quatro operadoras: Organizações Globo, grupos

RBS e Abril e Multicanal. A Globo, a RBS e a Multicanal já eram sócias da maior distribuidora de programação instalada no país: a Net Brasil (Folha de São Paulo, p.1-4, 20/10/1994). Segundo estimativas da ABTA, em dezembro de 2005, o Brasil terá 4,03 milhões de assinantes dos serviços de vídeo, (crescimento de 7% em relação a 2004), e 600 mil assinantes de serviço de banda larga (crescimento de 65% em relação a 2004). Os canais por assinatura brasileiros dispõem de três sistemas diferentes de tecnologia para a distribuição do sinal: o cabo, o MMDS (multipoint multichannel distribution system – sistema de distribuição de multipontos e de multicanais) e DTH (direct to home – direto para casa – com o uso dos satélites da Banda KU, como o Diretctv e Sky). Segundo a ABTA, há ainda uma quarta modalidade – em UHF codificado, com apenas um canal de programação, mas sem expressão econômica.

Com esse universo de serviços e opções oferecidos pelo meio televisão, como os telespectadores podem identificar o que diferencia cada um? Qual a vantagem de uma TV comercial sobre uma TV pública e uma TV estatal? Há diferenças entre TV comercial e TV por assinatura? No Brasil, TV pública e TV estatal têm objetivos comuns? Nos capítulos seguintes vamos tentar encontrar respostas para essas questões ou simplesmente constatar que os estudiosos e pesquisadores dessa temática continuam com a sua discussão teórica sem que tenham apontado uma saída, aumentando ainda mais as suas dúvidas e da sociedade.

2.2. O processo de distribuição de canais: uma forte moeda política

A história registra que foi a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) que as concessões de TV passaram a ser utilizadas como moeda política, até porque a TV chegou ao Brasil no dia 18 de setembro de 1950. E foi no auge do seu mandato que Juscelino sofreu pressão de Assis Chateaubriand, que dirigia o império do jornalismo no Brasil, formado pela empresa Diários e Emissoras Associados. Chateaubriand pressionou Juscelino no sentido de conceder novos canais de TV para expandir sua rede para outros estados brasileiros. Na história mais recente do País, o então presidente José Sarney (1985-1990), para conquistar mais um ano de mandato (a constituição determinava apenas um mandato de quatro anos), Sarney teve de buscar os

recursos de que dispunha, e um dos principais foi a concessão de TV. Sobre esse assunto, o jornal Folha de São Paulo[17] informou o seguinte:

> Para conseguir aprovação dos cinco anos de mandato para Sarney, o governo concedeu 1.091 concessões, das quais apenas 65 foram submetidas ao Congresso. Um estudo feito na época pela Federação Nacional de Jornalistas mostrou que em setembro de 1988, mês que antecedeu a promulgação da nova Carta Constitucional, foram assinadas 257 concessões, 59 em apenas um dia. Um estudo da Federação Nacional dos Jornalistas mostrou que 165 dessas concessões foram dadas a 91 parlamentares. Desses, 90% votaram a favor dos cinco anos para Sarney (Folha de São Paulo, 18 de setembro de 1977).

MATTOS (2002, p.119) revela, em sua obra "*A história da televisão brasileira – uma visão econômica, social e política*"[18], que após a promulgação a Constituição de 1988, elaborada por Assembléia Nacional Constituinte, houve "um verdadeiro festival de concessões de canais de rádio e de televisão". No período de 1985 a 1988, no Governo Sarney, foram outorgadas 90 concessões de canais de TV. Esses números aproximam-se dos dados divulgados pela Folha de S. Paulo, no dia 18 de setembro de 1997.

2.3. A (des)organização das TVs educativas e culturais

As TVs educativas do País surgiram durante os governos militares, implantados com o golpe militar de 1964[19]. A idéia definida, na época, pelo governo era de utilizar a TV para transmitir aulas, transformando-a em um instrumento de educação formal. Para isso, os militares tomaram como exemplo o modelo de educação à distância desenvolvido em outros países, principalmente a Inglaterra. Coube ao então ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho[20], a iniciativa do processo de utilizar a televisão como meio difusor do ensino à distância. Passarinho inspirou-se no programa Universidade Aberta, de Londres, para implantar essa modalidade de educação no

[17]Notícia sob o título *Concessão é moeda Política*, Folha de São Paulo, edição de 18 de setembro de 1997, obtida na edição on line disponível em www.uol.com.br).
[18] A segunda edição desse livro foi lançada, em 2002, pela Editora Vozes, de autoria de Sérgio Mattos.
[19] Em março de 1964 foi deposto o então presidente João Goulart. Os generais permaneceram no poder até 1985, quando José Sarney assumiu o cargo de presidente da República, na condição de vice-presidente eleito na chapa encabeçada por Tancredo Neves. Tancredo foi hospitalizado horas antes do dia da pose (15 de março), mas depois de um longo período de sofrimento, morreu no dia 21 de abril de 1985. Tancredo e Sarney foram eleitos, de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral formado por integrantes do Congresso Nacional (senadores e deputados federais), e seis representantes das Assembléias Legislativas, eleitos entre os integrantes da bancada do partido majoritário.
[20] No prefácio do livro "Educação à distância – a tecnologia da esperança" (1999, p. 9), assinado por Jarbas Passarinho.

Brasil. Em 1971, ao participar da reunião do Birô Interamericano de Educação, da Unesco, no Japão, para debater sobre a educação de adultos, em que apresentaria a experiência do governo com o Movimento Brasileiro de Alfabetização[21] (Mobral), conheceu a iniciativa dos ingleses, destinada a adultos por via da educação à distância. Depois, o governo enviou técnicos à Inglaterra, entre os quais o professor Arnaldo Niskier, para estudar as adaptações da Universidade Aberta de Londres à realidade brasileira.

Niskier em seu trabalho "*Educação à distância – a tecnologia da esperança*" (1999), faz um histórico sobre a implantação do ensino à distância no País. Segundo ele, a radiodifusão com objetivos educacionais no Brasil começou em 1923, mesmo de forma amadora, quando foi inaugurada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por um grupo de pessoas lideradas por Roquette Pinto. A emissora, com o apoio operacional do então Departamento de Correios e Telégrafos, transmitia aulas de literatura, radiotelegrafia e telefonia, línguas, literatura infantil e outras disciplinas de interesse comunitário. Em 1926, A Rádio Sociedade foi doada ao MEC (Niskier, 1999, p. 161). A experiência profissional aconteceu em 1958, quando a Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, utilizou circuito fechado de TV para transmitir programas educacionais para os alunos da Faculdade de Medicina. Nesse período a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB iniciou, pelo rádio, os programas do Movimento de Educação de Base (MEB), com objetivos de alfabetização em massa, para o incentivo de habilidades sociais e intelectuais e preparação de equipes de coordenadores e superiores de formação moral e cívica e educação sanitária (Niskier, 1999, p. 162).

Em seguida, Niskier faz o registro de fatos, acontecimentos e decisões que fazem parte do ensino à distância do País (Niskier, 1999, p. 163): 1) a Secretaria Estadual de Educação inicia, em 1961, o curso de preparação para ingresso no ensino médio chamado "Admissão pela TV"; 2) a TV Rio emite, em 1962, aulas periódicas para a Fundação João Batista do Amaral, do Rio de Janeiro; 3) a Universidade de Brasília usou a TV para emitir aulas técnicas de ensino programado para professores; 4) é criado o Projeto Minerva, pela portaria 408 do MEC, no dia 4 de outubro de 1970, para

[21] Criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, no governo do primeiro presidente militar, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no sentido de reduzir o número de analfabetos adultos (com idade igual ou superior a 15 anos) no País, onde havia 18 milhões de pessoas não alfabetizadas, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 1970. Os dados são frutos da pesquisa de José Luiz de Paiva Bello, no seu trabalho "Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar". Pedagogia em Foco, Vitória, 1993. Disponível em:www.pedagogiaemfoco.pro.br. Acessado em: 7/01/2006.

ser difundir programas de aulas do curso supletivo pelas emissoras comerciais de rádio e TV; 5) o Conselho Nacional de Telecomunicação – Contel, criado em 1961, decide pela reserva federal de canais de TV para emissoras educativas; 6) o Brasil filia-se, em 1965, à Organização dos Estados Americanos – OEA, que prioriza programas para a América Latina, entre os quais, na época, os programas educativos de radiodifusão (rádio e TV) e a formação de mestres nas técnicas de uso da teleducação, cujo termo foi adotado pela OEA, em 1969, para abranger toda e qualquer atividade educativa pela rádio, TV e outros meios audiovisuais à distância.

Em 1967, é criada a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), para a produção de programas a serem exibidos em emissoras de TV comerciais. O novo órgão passou a ser presidido pelo professor Gilson Amado, que mantinha na TV Continental o projeto Universidade de Cultura Popular, que defendia a elaboração de programas educativos para adultos analfabetos. Amado dirigiu a FCBTVE até 26 de novembro de 1979, quando faleceu. Três meses após a sua posse, Gilson Amado celebrou convênio com a República Federal da Alemanha, visando à instalação de um centro de produção que suprisse as necessidades da programação da FCBTVE. Embora preliminar, o convênio entre a FCBTVE e a Fundação Konrad Adenauer possibilitou a doação ao Brasil de equipamentos, em valor superior a dois e meio milhões de dólares e assistência técnica de quatro consultores alemães, cobrindo as áreas de Pedagogia, Produção, Eletrônica e Iluminação.

2.3.1 – TVE do Rio de Janeiro: disputa entre MEC e Governo do Estado

Com o início das atividades da FCBTVE os seus dirigentes e idealizadores passaram a se articular para convencer o Governo Federal a conceder uma TV aberta para o MEC instalar uma TV Educativa. O Governo do então Estado da Guanabara, cujo governador Chagas Freitas, criou uma comissão, liderada pelo professor Arnaldo Niskier, então secretário da Educação da Guanabara, para conquistar um canal aberto de TV Educativa. A idéia de criar uma TV Educativa para o Estado da Guanabara começou a ser defendida em 1952 (Niskier, 1999, p. 206). Niskier revela os bastidores da disputa política entre a Guanabara e o MEC pela posse da TV Educativa. Em 1970, o Governo Federal decidiu cassar a concessão da TV Excelsior, canal 2, pertencente ao Grupo Simosen, pela incapacidade de saldar sua dívida de 15 milhões de cruzeiros.

Com um canal VHF aberto, o Ministério da Educação requereu a sua concessão, para implantar a TVE no Rio de Janeiro.Em 1972, o Governo Federal concede o canal ao MEC, que inicia a sua instalação em 1975, para entrar no ar, em caráter experimental, no dia 5 de novembro do mesmo ano. . Mas somente no dia 4 de fevereiro de 1977, a TVE do Rio de Janeiro passa a manter a sua programação em caráter permanente.

Enquanto se desenvolvia a história da implantação de uma TV Educativa, vinculada ao Governo federal, por intermédio do MEC, o Ministério das Comunicações concedeu um canal educativo ao MEC, que instalou, em 1968, a primeira TV de caráter educativo do Brasil, a TV Universitária do Recife, vinculada à Universidade Federal de Pernambuco. Em 1969, foi a vez da concessão ao Governo de São Paulo, que foi autorizado a comprar a TV Cultura ao Condomínio Diários Associados, criado em 1968, meses depois da morte de Assis Chateaubriand, no dia 4 de abril de 1968. Em 1970, o Estado do Maranhão iniciou as operações da sua TV Educativa, com programação integrada por aulas para aluno do ensino fundamental. Em 1972, o MEC iniciou as atividades da TV Universitária de Natal, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para exibição do projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Saci), visando estudos de viabilidade de um sistema avançado de tecnologia educacional, de âmbito nacional. Em 1973, o Governo do Ceará põe no ar a sua TV Educativa (Niskier, 1999, p. 292), com o mesmo propósito da TVE do Maranhão: funcionar como uma TV escola, para atender aos alunos do ensino fundamental do estado e dos municípios.

Em 1974, duas emissoras entram em operação: a TV Educativa do Rio Grande do Sul e a TV Educativa do Espírito Santo. Em 1984, iniciaram suas atividades a TV Cultura do Pará, a TV Minas e a TVE de Alagoas. Em 1986, foi a vez de entrar no ar a TVE da Bahia, mantida pelo Governo do Estado, por meio da Fundação Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia ser inaugurada, Não há registros sobre as datas do início das operações da TV Cultura do Amazonas, TVE do Piauí, TV Cultura de Santa Catarina, TVE de Mato Grosso e TV Universitária do Mato Grosso do Sul, esta vinculada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Em 1982, foi criada a Funtevê, em substituição à FCBTVE. Em 1983, o Governo institui o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), para manter articuladas as TVs educativas e culturais. Segundo Fradkin, em 1990 a Funtevê deu lugar à Fundação Roquette Pinto (FRP). A partir de 1993, a FRP enfrentou crise econômica, resultando no declínio de sua programação. Nesse mesmo ano, a TV Cultura de São Paulo passou a ter acesso ao

satélite, fazendo com que as emissoras ligadas ao SINRED preferissem a programação da TV Cultura, por ter qualidade superior. Segundo ainda Fradkin, as duas emissoras passaram a gerar a programação do SINRED. Em 1994, o MEC reformulou o sistema, criando o Prosinred, como um programa para reequipar as emissoras do sistema, com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

2.3.2- ABEPEC substitui o Sinred

Em 1995, com a posse do Governo Fernando Henrique Cardoso, a Fundação Roquette Pinto passou a ser vinculada à Secretaria de Estado de Comunicação do Governo – SECOM e não mais ao MEC. Nessa época, o SINRED já não mais atuava de fato, desde a crise financeira que se abateu sobre a emissora no início dos anos 90. Em 1997, o então ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, incentivou, junto ao Governo Federal e aos Governos Estaduais, a implantação do programa de qualificação das Organizações Sociais. O então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, no dia 9 de outubro de 1997, a Medida Provisória nº 1591, (reeditada sete vezes, na época que isso era possível), extinguindo a então Fundação Roquette Pinto e qualificando a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto como Organização Social, para gerir a TV Educativa do Rio de Janeiro. A Medida Provisória foi finalmente convertida na Lei Federal Nº 9.637, no 15 de maio de 1998. A gestão da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto é comandada por um Conselho de Administração, que escolhe os membros da sua diretoria. Também em 1997, a TV Cultura de São Paulo concluiu as gestões para a criação de uma entidade privada que substituiria o SINRED, somente em relação ao segmento televisão. Mesmo reunindo apenas o segmento das emissoras de rádio educativas, o SINRED está desativado de fato e de direito.

Assim surgiu a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC, à qual a TVE do Rio de Janeiro só viria a aderir em 1998, por questões políticas, já que se sentiu reduzida em seu poder. Em julho de 1999, as emissoras integrantes da ABEPEC criaram a Rede Pública de Televisão – RPTV com o objetivo de estabelecer uma grade de programação comum e obrigatória para todas as emissoras associadas.

Os dirigentes das TVs educativas e culturais vêm tentando, desde 1995, conquistar telespectadores e o respeito das autoridades. Naquele ano, foi realizada em Belo

Horizonte, na nova sede da TV Minas - uma conquista do seu novo presidente, Paulo Ribeiro -, a primeira reunião plenária para discutir a formação de uma futura entidade para tornar representativa a luta pela causa do setor. Historicamente, as TVs educativas e culturais registram, com exceção de alguns períodos, baixos índices de audiência em todo o País. O diretor do IBOPE, Carlos Augusto Montenegro, afirmou, durante palestra em seminário da ABEPEC, realizado, em 2000, no Rio, que a audiência das TVs educativas e culturais era baixa, porque sua programação "era ruim", com base na preferência dos telespectadores pela programação das emissoras comerciais, principalmente, a Rede Globo, que era líder de audiência, na época, conforme dados de boletins do IBOPE, divulgados pelos jornais de circulação nacional.

Em abril de 1998, foi criada oficialmente a ABEPEC, durante assembléia realizada na sede da TV Cultura de São Paulo. Graças a essa entidade que a TV Cultura de São Paulo e a TVE do Rio de Janeiro – as duas principais emissoras do setor que produziam conteúdos – finalmente se uniram, mesmo que por pouco tempo. A união temporária fez surgir, com o apoio de outras 15 TVs regionais, a Rede Pública de Televisão, oficialmente, em assembléia realizada em Porto Alegre, em 1999. Mas foi somente em março de 2000, que a TVE do Rio de Janeiro, com o aval do então ministro chefe da SECOM, embaixador Sérgio Amaral, oficializou a sua adesão à Rede Pública, em assembléia realizada em seus estúdios, no Centro da cidade. Durante os Governos Militares, a TVE do Rio de Janeiro comandou o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED, formado pelas TVs educativas dos estados, sob a vinculação ao então Ministério da Educação e Cultura – MEC. Segundo Alexandre Fradkin, assessor da TVE do Rio de Janeiro[22], o declínio da TVE acentuou-se em 1993, quando a emissora enfrentou uma séria crise financeira. Enquanto isso, a TV Cultura de São Paulo assinou contrato com a Embratel para ocupar uma vaga no satélite "Brasilsat 1", possibilitando a transmissão do seu sinal para todo o País. A partir de então, as emissoras estaduais que integravam o Sinred migraram, uma a uma, para a TV Cultura de São Paulo, cuja programação passou a ser oferecida aos telespectadores das TVs educativas dos estados. A mudança foi festejada porque a programação da TV Cultura era considerada de melhor qualidade, em comparação com a da TVE do Rio.

[22] Em artigo sobre a história da TVE, publicado no site www.tvebrasil.com.br/empresa/default.asp, acessado em 31 de dezembro de 2005.

Um dos objetivos da ABEPEC, conforme seus estatutos, é de difundir o conceito de TV pública, mesmo que as emissoras associadas, com exceção da TV Cultura de São Paulo, tenham o caráter de TV estatal, por ter o controle do Estado, representado por governos federal e estadual. É sobre essa dicotomia que iremos tratar no próximo item deste capítulo.

2.4 – A idéia da ABEPEC: TV estatal deve assumir a dimensão da TV pública

A partir da criação da ABEPEC, os dirigentes das emissoras associadas discutiram exaustivamente, em assembléias, que aconteceram até três vezes ao ano, as alternativas jurídicas para a mudança institucional das emissoras estatais para TVs públicas[23]. A idéia original foi defendida por Jorge da Cunha Lima, então presidente da Fundação Padre Anchiêta, mantenedora da TV Cultura de São Paulo. Pela experiência vivenciada na TV Cultura, por ser uma fundação de direito privado, mantida com recursos do Governo do Estado de São Paulo, mas controlada por um Conselho Curador, integrado por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, sem ingerência do Governo do Estado, Cunha Lima conquistou a adesão da maioria das emissoras associadas da entidade. Para ele, a primeira barreira a ser ultrapassada seria a mudança institucional. As emissoras precisavam deixar sua condição de repartição pública para ocupar o seu verdadeiro papel de televisão. Segundo Cunha Lima, é incompatível a atividade de televisão com a de uma repartição pública, por entender que a agilidade é a mola propulsora de uma TV, enquanto uma unidade do serviço público está atrelada naturalmente à burocracia do seu funcionamento. A idéia defendida era de que depois dessa mudança, os outros problemas seriam encaminhados mais facilmente, sem as amarras anteriores.

Das emissoras associadas da ABEPEC, somente a TV Cultura de São Paulo tem caráter de TV pública. O consultor jurídico da Fundação Padre Anchiêta, Fernando Fortes, informou, no encontro da ABEPEC, realizado em Belo Horizonte, organizado pela TV Minas, que a TV Cultura detém essa condição porque foi criada quando a Constituição Federal ainda permitia que o poder público (federal, estadual ou

[23] Desde a posse da primeira diretoria da ABEPEC, em 1998, permaneci como Diretor-Secretário da entidade, tendo como uma das tarefas a redação das atas dos encontros nacionais, quer aconteciam até três vezes por ano. Nessa condição, não faltei a nenhum encontro e assinei, como autor de sua redação, todas as atas até janeiro de 2003, quando deixei de ser dirigente da TV Ceará, cuja emissora é sócia fundadora da entidade.

municipal) criasse fundação de direito privado. Em uma das emendas aprovadas pelo Congresso Nacional, o poder público passou a ter competência para instituir somente fundações de direito público. Segundo Fortes, durante a sua exposição no encontro da ABEPEC, enquanto estiver em vigor essa determinação constitucional, por mais que se algum órgão do poder público pretenda, nenhuma emissora educativa jamais poderá atuar conforme o mesmo modelo da TV Cultura de São Paulo. Todas continuarão sendo repartições públicas, por serem mantidas por fundações de direito público.

A TVE do Rio Grande do Sul tentou, sem êxito, em 2001, mover gestões para se equiparar, juridicamente, à emissora paulista. Outra exceção é a TVE do Rio de Janeiro: trata-se da única Organização Social qualificada pelo Governo Federal que oferece serviço de televisão. Juridicamente, é uma entidade privada[24], sem fins lucrativos, qualificada para prestar serviço público, conforme a Lei Nº 9.637, de 15 de maio de 1998[25]. As outras são TV estatais, cujo controle é do Estado (poder executivo federal, por meio de órgãos da administração direta, como ministérios; poder executivo estadual, por meio de órgãos da administração indireta, como fundações ou autarquias; poder legislativo ou poder judiciário).

A primeira vista, parece confuso que haja diferença entre o serviço prestado por uma repartição pública e o realizado por uma TV pública, pois afinal ambas existem para oferecer serviço de qualidade ao público. A diferença está no controle da sua gestão. No Brasil, os cargos de direção das repartições públicas geralmente são ocupados por profissionais nomeados por governantes, que têm também o poder de exonerá-los. Por isso, essas posições são chamadas de cargos de confiança do chefe do poder (executivo, legislativo ou judiciário). Ao contrário, uma TV pública, como a TV Cultura de São Paulo, tem sua gestão controlada (ideológica, administrativa, técnica e operacional) pelo Conselho Curador[26], que escolhe os integrantes da sua diretoria-executiva, sem nenhuma interferência do Governador do Estado. Mas a TV Cultura tem amparo legal para também atuar da seguinte forma, por ser uma fundação de

[24] A Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que o Governo Federal qualificou como Organização Social para prestar serviço público na área de televisão.

[25] Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

[26] O Conselho Curador é composto por 46 integrantes, dos quais 3 vitalícios, 21 natos, 21 eletivos, e um representante dos funcionários da Fundação Padre Anchieta. Indica os membros da sua Diretoria Executiva: diretor-presidente, diretor vice-presidente, diretor administrativo e financeiro, diretor de expansão, diretor de programação, diretor técnico, diretor de marketing e vendas, diretor da rádio, diretora adjunta de pesquisas, diretora adjunta de comunicação institucional e novos projetos.

direito privado, mantida pelo Governo do Estado de São Paulo: 1) contrata seus profissionais pela CLT e não por concurso público, como os servidores das TVs mantidas por fundações de direito público; 2) realiza publicidade e propaganda institucional, enquanto as TVs estatais realizam apenas apoio cultural; e 3) produz seus programas conforme os interesses da sociedade e não do Governo.

O debate sobre a dimensão da TV pública e das TVs estatais remete aos novos conceitos e definições sobre esfera pública e esfera privada, cuja temática vamos dialogar com pesquisadores no item a seguir deste capítulo.

2.4.1 – Os novos espaços públicos e seus atores

A noção de espaço público pode ser interpretada como algo comum às pessoas, onde podem usufruir e compartilhar, no sentido de dar vazão às suas idéias, sugestões e projetos, na tentativa de alcançar conquistas sociais que dificilmente seriam obtidas com o esforço isolado. Evelina Dagnino mostra, na obra *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil,* que organizou junto com outros pesquisadores, a partir de pesquisa de seis estudos de caso, que foram "avaliadas experiências recente de constituição de espaços públicos de vários tipos, apontadas como uma das grandes novidades do nosso – difícil – processo de construção democrática" (DAGNINO, 2002, p. 7). Segundo ela, a criação de conselhos, fóruns temáticos – reforma urbana, relação entre Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o estado, direitos da mulher - câmaras setoriais e orçamentos participativos representa uma experiência concreta de redefinição de noção de cidadania no Brasil, pela participação efetiva dos seus integrantes na gestão da sociedade. Essa redefinição de noção de cidadania, "empreendida pelos movimentos sociais e por outros setores sociais na década de 80, aponta na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis, baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos" (DAGNINO, 2002, p. 10).

A autora relata que o quadro da participação da sociedade brasileira civil nos espaços públicos, conforme o resultado da sua pesquisa, revela o que se esperava: "o processo de construção democrática não é linear, mas contraditório e fragmentado" (DAGNINO, 2002, p. 279). Além disso, mostra que essa conquista depende de uma multiplicidade de fatores, sem que se possa creditar somente à sociedade civil o avanço e o amadurecimento da democracia.

Por sua vez, LEAL FILHO (2005: artigo) [27] lembra que o conceito de espaço público moderno "foi associado, com razão, por Habermas[28], aos meios de comunicação". Segundo LEAL FILHO, os meios de comunicação "recriaram o espaço público, forjando novos atores mas, ao mesmo tempo, estabelecendo os seus novos limites. São eles que organizam e desorganizam o espaço público".

> Tomemos como ponto de partida histórico para chegar a esse raciocínio as cidades da Europa ocidental do início do século 18. A burguesia ascendente – e sua parte mais intelectualizada – defende o princípio da publicidade em oposição à prática do segredo, característica do estado monárquico. Esse debate trava-se nos salões, nos clubes, nos cafés… Discute-se literatura e política. Em Londres, por volta de 1810, havia três mil locais desse tipo espalhados pela cidade. Estava se formando o público. No sentido de indivíduos que se reúnem para falar e ouvir. Mas isso ocorria em recintos ainda restritos física e socialmente" (LEAL FILHO: 2005, artigo)[29].

O autor brasileiro argumenta que "os jornais e as revistas – com sua diversidade de opiniões – e, um século depois, o rádio vão ampliar esses espaços". Ele explica que "horizontalmente tiram o debate dos salões e o espalham pelas ruas e, verticalmente, começam a atingir camadas sociais diferenciadas".

> Surge uma esfera pública ampliada pelos meios de comunicação que, ao mesmo tempo, a dinamiza e a atrofia. São eles que rompem os limites físicos dos salões, mas – ao mesmo tempo – impõem novos limites através da consolidação de monopólios e oligopólios. São novos limites, só que erguidos num novo patamar social. Um patamar bem mais amplo do que aquele dos salões e com a presença de muito mais atores. Se os cafés dos séculos 18 e 19 recuperaram e ampliaram a Ágora grega, os meios de comunicação – especialmente os eletrônicos, a partir da segunda metade do século 20 - vão levar a dinamização e o atrofiamento à níveis globais (LEAL FILHO: 2005, artigo).

O autor defende essa mudança, ao informar que em um primeiro momento "dinamiza-se o processo, com novas fronteiras e novos participantes, para logo em seguida atrofiá-lo com a lenta destruição do espaço de troca – existente até então tanto nos debates orais quanto na diversificação ideológica de jornais e revistas, porta-vozes de partidos e grupos". Mas LEAL FILHO lamenta o papel do público, por se transformar

[27] Idem à nota de número 7
[28] "A refuncionalização do princípio da esfera pública baseia-se numa reestruturação da esfera pública enquanto uma esfera que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa" (Habermas, 2003, p. 213).
[29] Idem à nota de número 7.

em massa receptora dos meios de comunicação, fechando-se o espaço da discussão. "Os meios de comunicação se expandem e incorporam novos atores ao espaço público até um determinado limite, imposto pelo processo de monopolização intrínseco à acumulação capitalista".

Ele relata a disputa entre outros países pelo espaço público global. Até os anos 1980 ainda procurava-se estabelecer um equilíbrio nessa competição, com forte presença da Unesco no incentivo a criação de uma Nova Ordem Mundial da Comunicação (Nomic). Para LEAL FILHO (2005, artigo) a comunicação, na contemporaneidade, perdeu espaço na agenda cultural e se transferiu para mundo dos negócios ganhado cada vez mais importância na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ela passa a caminhar de forma acelerada pela lógica da concentração, como toda e qualquer mercadoria. LEAL FILHO considera a radiodifusão peça estrutural de sustentação do capitalismo brasileiro: "ela é a um só tempo o acelerador da dinâmica produção-distribuição-consumo e a argamassa ideológica do sistema".

> "O espaço público para existir e sobreviver nessas condições adversas necessita de fronteiras sólidas e bem demarcadas que impeçam o avanço sobre ele dos interesses privados. É nesse território sitiado que atua a radiodifusão pública. Para operá-la enquanto serviço efetivamente público é preciso saber claramente onde ela age, em que condições e com quais possibilidades de resistência, avanço e crescimento". (LEAL FILHO, 2005, artigo).

Thompson[30] buscou emitir um conceito de esfera pública, com base no senso comum, ao afirmar que se trata de "um sinônimo para os processos de opinião pública ou para as próprias notícias na mídia". Ele cita Habermas, quando lembra que a esfera pública pode ser entendida como uma categoria analítica, "um apetrecho conceitual enquanto aponta para um fenômeno social específico (...)". Thompson[31] lembra ainda uma questão que está atrelada à teoria de Habermas[32]: a esfera pública burguesa, que significa, na opinião do autor, "um espaço social específico, que surgiu sob o desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental".

Para Thompson[33], a análise do filósofo alemão incorpora as perspectivas teóricas sobre "a história, a estrutura social, a política, a sociologia da mídia, assim como a natureza

[30] Artigo sob o título "*Comunicação e democracia*", traduzido para a língua portuguesa por Inês Romano.
[31] Idem, ibidem.
[32] Idem, ibidem.
[33] Idem, ibidem.

da opinião, para dar algum sentido de entrelaçamento da noção". O pensador inglês reage contra a teoria de Habermas, por entender que não se pode aceitá-la como definitiva "para a nossa era pós-burguesa, assim como para o futuro, caso no qual resta muito pouco a ser feito". Thompson entende que "a história não é estática e a esfera pública, na situação contemporânea, está condicionada por outras circunstâncias históricas e está imbuída de outras potencialidades". Ele fundamenta a sua opinião contrária a de Habermas, ao explicar que as classes burguesas na Europa Ocidental lutaram contra os poderes do estado absolutista e conseguiram gerar um novo campo social entre o Estado e a sociedade civil.

> No que concerne à dinâmica da democracia, nós precisamos de uma compreensão sobre a esfera pública que seja congruente com as realidades emergentes de hoje e que sirva tanto para a pesquisa como para a política. Isso pode ser feito se chegar a um acordo com relação à análise de Habermas, incorporando-a e modificando-a, dentro de novos horizontes intelectuais e políticos (Thompson[34]).

Mais adiante, o autor inglês diz que o novo campo social, que ele também chamou de nova esfera pública, permitiu ao cidadão de participar do debate sobre o poder do estado, isto é, as pessoas, que individualmente mantinham a sua razão crítica, uniram-se para criar um espaço comum a todos eles. Isso aconteceu no período do início ao meio do Século XVIII, atingindo diretamente o que Habermas chamou de esfera pública burguesa, por reunir os letrados na discussão das suas idéias e textos. A discordância de Thompson sobre a teoria der Habermas é fundamentada ainda no que o inglês considera contradições do alemão entre "o ideal de igualdade formal defendido pela doutrina liberal e as desigualdades sociais geradas pelas relações de mercado". Thompson destaca a preocupação dos filósofos liberais Tocqueville e Mill[35] em delimitar o papel e o poder da opinião pública, por entenderem que havia o risco para a ordem social caso o poder fosse subordinado à vontade popular. Para Thompson, a desintegração da esfera pública burguesa começou a acontecer em função do rápido desenvolvimento da sociedade, como a industrialização, urbanização, o crescimento da alfabetização, a imprensa popular e até mesmo o surgimento do estado intervencionista

[34] Idem, ibidem

[35] O francês Aléxis De Tocqueville (1805-1859) foi um liberal conservador, não democrático; para ele o ideal liberal (esfera individual) era incompatível com o ideal igualitário (sociedade voltada para a uniformidade dos modos de vida); o inglês John Stuart Mill (1806-1873) foi um liberal democrata; para ele, a democracia é um prosseguimento natural do estado liberal. Publicado no site www.achegas.net/numero/dezessete, acessado no dia 8 de janeiro de 2006.

e administrativo. As conseqüências de tudo isso, segundo o autor inglês, foram a falta de clareza na distinção entre público e privado nos assuntos econômicos e políticos; a racionalização e encolhimento da esfera íntima privada (vida familiar) e a formação de um novo público de massa de consumidores para debater sobre política e cultura.

Thompson encontra três pontos de ambigüidade ao analisar a lógica dos argumentos de Habermas:

1) o ideal da esfera pública burguesa é apresentado como modelo, mas ao mesmo tempo é considerada deficiente; a crítica devastadora pela qualidade do romantismo e pessimismo invasivo; a solidez história desse ideal resulta de distorção ideológica; há ainda o que considera um ponto cego na análise do pensador alemão sobre a esfera pública burguesa, por subverter o universalismo e a igualdade da teoria democrática não somente por classe (burgueses x proletários), mas também por gênero, ao constatar uma perspectiva feminista sobre a dicotomia público-privado.

2) não são consideradas em sua análise as esferas públicas consideradas alternativas, como as populares ou informais, ao ignorar os fóruns que moldaram a consciência do povo, nas redes para troca de informações, registrados nos períodos do capitalismo liberal e avançado, como os sindicatos e movimentos políticos populares, onde foi formado um cenário para debates e funções culturais, sociais e de informação.

3) há ausência de referências sobre complexidades e contradições da produção de significado e sobre os cenários sociais e recursos culturais, para fundamentar sobre como o povo conduz sua conversação e sua troca de informações, sem levar em conta a percepção da mídia, semiótica, teoria cultural e modos pós-modernos de pensamento.

O pensador inglês defende o processo de induzir e incentivar a formação de consciência, de opinião, para entender as condições de envolvimento do cidadão com a esfera pública. Ele considera imperativas as perspectivas e as abordagens dos estudos culturais da mesma forma como o são os derivados da lingüística e da ciência política tradicional. Chama atenção para a influência da Teoria Crítica elaborada pela Escola de Frankfurt[36] sobre o trabalho de Habermas, por incorporar metodologicamente

[36]A Escola de Frankfurt foi criada em 1924, na Alemanha, para fazer uma investigação social sobre a industrialização moderna. Surgiu com o nome de Instituto de Pesquisa Social e inspiração marxista, mas adotando uma postura crítica ao marxismo. Os trabalhos dos seus integrantes foram chamados de "Crítica Social". Os integrantes da sua primeira geração foram Max Horkheimer, Teodor Adorno e Herbert Marcuse e da segunda, Jurgën Habermas, A. Schmidt, H. Schnadelbach e K. Otto Apel. Informações publicadas no site www.colegiolondrinense.com.br/filosofiadisciplina/FilosofiaTeoriaCritica.htm.

elementos da crítica. Thompson defende a reconstrução de uma conceituação da esfera pública como uma categoria analítica, tomando Habermas como ponto de partida, embora considere não muito útil a romântica noção de esfera pública, em que indivíduos falam cara-a-cara ou se comunicam via mídia impressa de pequena circulação. Para ele, isso é um retrocesso. Assim, ponderou: "Nós só podemos avançar". Para ele, o conceito de esfera pública deve ser evocativo, dando "visões concretas da sociedade democrática" e abastecendo "a imaginação utópica" da sociedade, para que não fique apática ou paralítica.

> "Nós precisamos fazer com que a esfera pública seja objeto da preocupação, do escrutínio e da intervenção do cidadão. A defesa e a expansão da esfera pública sempre permanecem como conquista política" (Thompson[37]).

É sobre o conceito de esfera pública pós-burguesia contemporânea para examinar as configurações institucionais no âmbito da mídia e da ordem social que Thompson defende, no sentido de ser relevante para a participação democrática dos cidadãos. Por isso, lembra que é imprescindível fundamentar a análise nas realidades históricas contemporâneas, para continuamente atualizar o entendimento da sociedade sobre o presente.

> "Nós não podemos ignorar o domínio da mídia popular. Devemos ter o cuidado para não enxergar desnecessariamente sua homogeneidade ou seu caráter monolítico. Tal visão vai nos cegar para outras até mesmo incipientes formas de esfera pública. A ordem social e suas instituições políticas e assim a própria esfera pública estão hoje simplesmente estagnadas" (Thompson[38]).

Ele cita as pesquisas e os trabalhos empíricos, interpretativos, reflexivos e críticos que contribuem para o entendimento da sociedade sobre as diversas dimensões da esfera pública, como a sociologia da produção da notícia, que aborda as condições e contingências que envolvem as práticas e a produção jornalísticas. Thompson considera decisivos para a esfera pública os debates sobre a liberdade jornalística –

Visitado no dia 8 de janeiro de 2005.

[37] Artigo sob o título "*Comunicação e democracia*", traduzido para a língua portuguesa por Inês Romano.

[38] Idem, ibidem;

acesso à informação, uso das fontes, censura, os limites legais que mantêm o equilíbrio entre privacidade e bem coletivo. A tese de uma nova mídia para acompanhar as mudanças da esfera pública é defendida por Thompson, por ajudar a ordenar o que chamou de "configurações cambaleantes", conforme os critérios de participação e de acesso dos cidadãos no processo político.

Segundo ele, após a teoria de Habermas ser difundida, as mudanças na esfera pública aconteceram de modo tão rápido, cujo processo não foi acompanhado pela mídia no mesmo ritmo. Argumentou que a economia política dos meios de comunicação de massa teve uma evolução significativa nas sociedades ocidentais, pela nova dimensão da lógica mercantil das operações da mídia ampliadas pelas tendências da privatização, conglomerados, transnacionalização e desregulamentação. Citou exemplos registrados nos Estados Unidos, onde o sistema comercial é mais importante do que a difusão de notícias; e na Europa Ocidental, em que o serviço público de difusão de notícias perdeu espaço pela força do comércio. Para Thompson, a moderna esfera pública lembra aspectos do que era público na Idade Média, como o uso do fórum pelas elites para se apresentar às massas e se comunicar entre si. Por isso, Thompson é a favor de estabelecer uma estrutura de difusão de notícias no interesse público, sem a intervenção do estado nem do poder econômico, favorecendo a cidadania ativa e completa, com a diversidade de informação e opiniões.

Outro ponto criticado pelo escritor inglês é o processo de exclusão na sociedade da informação provocado pelas novas tecnologias, que geram novas interfaces entre os meios de comunicação de massa, computadores, telecomunicações e satélites. Ele reclama das "forças de mercado combinadas com políticas públicas tenderam a optar pelo ganho privado acima do interesse público", cujo resultado é o custo elevado para o cidadão interessado em acessar informações, "corroendo o ideal universalista de cidadania". Ele vê ainda mais ampliada a distância entre a elite informada e a massa entretida, em função da crescente segmentação da imprensa baseada em classes. Mas acredita que se mantém reconhecida a lógica fundamental da significância cultural da mídia, com a atualização contínua das especificidades da sua estrutura, discurso e audiência. Alerta para o risco de se criar uma visão distorcida, caso haja uma complementação sobre as perspectivas das tensões e contradições da mídia e da sociedade. Sugere deixar de lado outras configurações que condicionam a esfera pública, mas que apontam para outros caminhos. Thompson considera as seguintes configurações condicionantes: 1) crise do estado-nação; 2) segmentação da audiência;

3) novos movimentos políticos e sociais; e 4) disponibilidade de tecnologia avançada na área da mídia para os consumidores.

Com base nesse pressuposto, afirma que a teoria da moderna sociedade foi originada no âmbito do estado-nação, que, por sua vez, está em crise pelos problemas fiscais e de legislação, ao lado da transnacionalização do capital e dispersão da produção na economia internacional. No âmbito interno, o estado-nação, em sua opinião, tenta solucionar a sua estagnação política parlamentar, com a contração das suas margens de manobras política-administrativa, sem que os partidos políticos tomem iniciativas nesse sentido. Lembra que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha tiveram êxitos, nos anos 80, nas suas iniciativas políticas, mas foram registradas tensões populares. A sociedade desses dois países está dividida em três partes, para dois terço das quais o sistema provê o bem-estar, enquanto o outro um terço é sacrificado, formando uma subclasse. Isso reduz a participação popular no processo eleitoral. O exemplo citado por Thompson é o de Ronald Reagan (eleito em 1980; e reeleito em 1984, cumprindo dois mandatos de 1981 a 1989; morreu aos 93 anos, em 2004, vítima do mal de Alzhaimer), que, segundo ele, elegeu-se com os votos de um quarto dos eleitores americanos (obtendo 51% dos votos em 1980; e 59% dos votos, em 1984), como um sinal de contestação do programa ideológico do sistema.

Mas nos países onde a TV tem uma predominância social, como no Brasil, a TV representa a própria esfera pública, pela influência que exerce sobre os seus telespectadores, que representam mais de 90% da população, como é o caso no Brasil. É o que veremos, com mais detalhes, no próximo tópico deste capítulo.

2.5 - TV domina a esfera pública no Brasil

"O espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão". A expressão cunhada por Eugênio Bucci, em sua obra "Brasil em tempo de TV" (1996, p.11), diz bem o conceito de esfera pública concebido no Brasil, onde a televisão há quase 56 anos revolucionou as relações sociais:

> Ele (o espaço público) se estende de trás para diante: começa lá onde chegam a luz dos holofotes e as objetivas das câmeras: depois prossegue, assim de marcha a ré, passa por nós e nos ultrapassa, terminando às nossas costas, onde se desmancha a luminescência que sai dos televisores. O resto é escuridão. O que é invisível para as objetivas da TV não faz parte do espaço público brasileiro. O que

> não é iluminado pelo jorro multicolorido dos monitores ainda não foi integrado a ele" (BUCCI, 1996, p.11).

O autor lembra um trecho da letra da canção "Bye-bye Brasil", de Chico Buarque de Holanda, que deu tema ao filme de Cacá Diegues: "eu vi um Brasil na TV". Para Bucci (1996, p. 14), fora da TV "talvez seja muito improvável encontrar algum Brasil para ser visto (...)". Segundo ele, o Brasil que se via fora da TV "foi perdendo sua legitimidade no espaço público, como se se tratasse de um Brasil menos importante, menos conseqüente, menos verdadeiro".

> "Pouco a pouco a linguagem audiovisual da TV, perpassando os domínios diversos do debate público, monopolizou-o. O jeito próprio que a televisão inventou de ver o mundo , ou melhor, de ver o país, contaminou o modo de olhar dos cidadãos. Políticos, querendo chamar a atenção do público, passaram a ter de aparecer na TV. Em caso contrário, eram simplesmente ignorados (BUCCI, 1996, p. 14).

O autor fundamenta-se em dados divulgados pela revista Mercado Global, editada pela rede Globo, para dar a dimensão da influência da TV sobre os brasileiros: em 1982, havia o registro de 15,8 milhões de domicílios brasileiros com televisores; em 1996, passou para 34 milhões de domicílios, representando o sexto maior parque de aparelhos receptores instalados no mundo, perdendo para os Estados Unidos, com 205,5 milhões de receptores; Japão (56 milhões), Rússia (54,4 milhões), Alemanha (84 milhões) e China (36 milhões).

Atualmente, a abrangência do público alcançado pela televisão brasileira é medida pelo IBOPE[39], diariamente, por meio das pesquisas de opinião pública sobre audiência para

[39] O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística foi instalado em São Paulo, no dia 13 de maio de 1942, por iniciativa de Auricélio Penteado, dono da Rádio Kosmos. Após aprender técnicas de pesquisas, no Instituto Americano de Opinião Pública, durante treinamento nos Estados Unidos, com George Gallup, ele constatou, com o resultado da pesquisa em São Paulo, que sua emissora de rádio tinha baixa audiência. Por isso, decidiu encerrar o seu empreendimento de radiodifusor e dedicou-se ao trabalho de pesquisa no Ibope até 1950, quando um grupo de empresários associou-se ao Instituto, entre os quais Paulo de Tarso Montenegro, que em 1977 assume a presidente da empresa. Um ano depois, conta com o trabalho de seus dois filhos: Carlos Augusto Montenegro e Luís Paulo Montenegro. Em 1986, o Ibope cria três divisões de pesquisas: mídia, opinião, mercado. De 1951 a 1985, utilizou o processo de pesquisa de TV usando a técnica de metodologia do flagrante, abordando as pessoas individualmente, para saber o que estavam assistindo naquele exato momento. Em 1969, havia implantado o tevêmetro (audimetro), para medição de audiência à distância. Em 1988, implanta a metodologia "peoplemeters" (primeira geração do aparelho DIB), que passou a coletar, processar e disponibilizar dados de audiência em tempo real; em 1992, implantou a segunda geração de aparelhos DIB, com a coleta de dados de audiência minuto a minuto, com a amostra na Grande São Paulo, em 666 domicílios em São Paulo e Rio de Janeiro. Também em 1992, substituiu definitivamente o sistema de coleta de audiência individual, por meio de cadernos, e passou a distribuir os resultados por meio da

as empresas de comunicação (jornais e emissoras de TVs abertas e por assinatura e de rádio) com as quais assina contrato. Os índices de audiência[40] são a prova incontestável da aceitação ou rejeição dos programas exibidos pelas emissoras de TV. Graças ao avanço da tecnologia, o Ibope tem obtido resultados cada vez mais confiáveis quanto à audiência das emissoras de TV. O Instituto utiliza uma metodologia com o aparelho DIB[41]. Isto é, o Ibope pode informar às emissoras qual é a audiência no exato momento em que é apresentada uma atração em determinado programa. Essa metodologia, implantada em 1988 (em sua primeira geração), é a responsável pelo aumento da disputa pela audiência entre as TVs comerciais. A cada momento, os telespectadores são obrigados a assistirem inovações relâmpagos nos programas, como uma reação imediata da emissora para tentar reconquistar os pontos perdidos na sua audiência. Esse ritmo frenético de monitorar, permanentemente, os índices de audiência, nos programas ao vivo, passou a fazer parte do cotidiano dos produtores dos programas de TV em função da implantação da metodologia de medição de audiência minuto a minuto. Em janeiro de 2006, os telespectadores da TV Globo foram testemunhas das mudanças implantadas no Jornal Nacional, que passou a dar prioridade, no seu primeiro bloco, a partir das 20h15min, às notícias policiais. Isso porque a novela Prova de Amor, da Record, foi motivo da redução da audiência do Jornal Nacional[42]

Internet. A seguir, o cronograma de implantação, pelo Ibope, do novo sistema nas seguintes localidades, em 250 domicílios em cada: 1992: Porto Alegre, 1998: Belo Horizonte; 1999: Juiz de Fora, Governador Valadares, Uberaba, Uberlândia e em Curitiba; 2000: Salvador e Recife; 2002: Distrito Federal; 2004: Fortaleza.

[40] Conforme o relatório encaminhado, por e-mail, às empresas assinantes da pesquisa, relativo à semana de 23 a 29 de janeiro de 2006, na Grande São Paulo, com o universo de 5,4 milhões de domicílios e 17,6 milhões de pessoas (um ponto de audiência representa 1% do universo pesquisado), o Ibope aponta os seguintes índices de audiência: TV Bandeirantes: Jornal da Band (5%); TV Cultura: Cocorico (3%); TV Globo: Novela Belíssima (46%); TV Record: Novela Prova de Amor (18%), Rede TV!: Pânico na TV (7%); e SBT: 8 e Meia no Cinema (17%).

[41] O DIB é um pequeno instrumento, já na sua segunda geração, que é implantado no aparelho de TV domiciliar, escolhido aleatoriamente, para que possa transmitir "on line" – em linha aberta, no exato momento - para a central do Ibope, que por sua vez envia para a emissora, também "on line", o que o telespectador está vendo naquele minuto. Por medir a audiência minuto a minuto, as emissoras têm ampla confiança nesses índices. Tanto é assim que as emissoras têm implantado inovações em seus programas, para recuperar algum índice de audiência perdido para as concorrentes.

[42] Segundo o jornal Folha de São Paulo, em sua edição do dia 13 de fevereiro de 2006, conforme o site www.folha.uol.com.br, visitado no mesmo dia 13/02/2006, o *Jornal Nacional* fez conexões ao vivo, do seu estúdio, no Rio de Janeiro, com o "NE-TV", telejornal local do Recife. A apresentadora Fátima Bernardes manteve diálogo com o âncora do telejornal pernambucano Hugo Esteves. É no Recife que a telenovela *Bang Bang*, da Globo, perde para a telenovela *Prova de Amor*, da Record. "Em janeiro (de 2006), *Prova de Amor* marcou 27 pontos no Ibope local, contra 26 de *Bang Bang* e 25 do Jornal Nacional", conforme relata a coluna "Outro canal", assinada por Daniel Castro.

3. TV PÚBLICA E A CIDADANIA

O caráter público de uma televisão
encontra-se decisivamente ligado à
renovação permanente das bases comuns

da cultura nacional (...) que vem a ser aquele fundo de memória, calendário, tradições e práticas, permanentemente necessitado de ser reconstruído em linguagens comuns.

(Jesús Martín-Barbero)

3. TV PÚBLICA E A CIDADANIA

3.1 – A concepção de TV pública na América Latina

O colombiano Omar Rincón, ao fazer a apresentação da obra "Televisão Pública, do consumidor ao cidadão", editada em 2002, no Equador, reconhece que a experiência de TV pública, especificamente na América Latina, é "sinônimo de programas aborrecidos, chamados de educativos ou culturais, que mal sabem imitar as salas de aula como proposta; sinônimo de lugar para o abuso governamental e fonte de burocracia, manejada por políticos, com saber aritmético de votos; sinônimo de ineficiência administrativa, que se transformou em empresa sem futuro".

> "Na sua conceituação e na execução da programação, diagnostica-se um flagrante desconhecimento da diversidade étnica, do pluralismo cultural e da multiplicidade de vozes que habitam ou fazem parte das identidades locais. Dessa forma, acabaram produzindo telelixo – programas efêmeros, sem memória, sem buscas, sem intenções, uma vez que não experimentam com estéticas narrativas, temáticas, estilos ou sensibilidades. As políticas estatais de televisão, quando existem, parecem estar sempre formuladas para acabar com a possibilidade de se expressarem em tela pública muito mais cidadãos, muito mais vozes, temáticas e estilos" (RINCÓN, 2002, P. 34).

Mas ele relata as experiências bem-sucedidas da TV pública no Chile, da TV Cultura, de São Paulo, do Canal 13, de Nova Iorque, a TV da África do Sul, da TV do Canadá, e do Canal BTV, de Barcelona. Omar Rincón, Jesús Martín-Barbero e Germán Rey elaboraram um documento, que foi chamado de "declaração de princípios" (RINCÓN, 2002, p. 30) de uma televisão pública, cultural e de qualidade, contendo 10 itens, que são os seguintes:

"I. A televisão pública interpela o cidadão, enquanto que a televisão comercial fala ao consumidor";

II. A televisão pública deve ser o cenário do diálogo nacional intercultural;

III. A televisão pública deve promover o universal, que não passa pelo comercial;
IV. A televisão pública deve deixar de se programar como uma seqüência linear e curricular da escola, para ganhar o processo e o fluxo próprios de narrativas audiovisuais;
V. A televisão pública deve fazer programas de grande impacto, que se tornem fatos sociais e mereçam ser reprisados;
VI. A televisão pública deve recuperar os aspectos prazeroso, divertido, significativo, sedutor e afetivo que promovem a televisão, a cultura e a educação;
VII. A televisão pública deve ampliar as possibilidades simbólicas de representação, de reconhecimento e da visibilidade para a construção da cidadania, da sociedade civil e da democracia;
VIII. A televisão pública deve ser uma experiência cultural em si mesma, porque promove expressão, sensibilidades e sentidos;
IX. A televisão pública deve formas dos telespectadores tanto no âmbito da leitura critica das imagens como no do controle cidadão sobre as mensagens audiovisuais que são exibidas em toda a televisão;
X. A televisão pública deve se programar e se produzir por meio de um chamado público, através de processos de alocação de espaços transparentes e participativos, coerentes com as políticas culturais de comunicação e educação de cada país, e baseados no mérito dos realizadores e produtores".
Rincón considera fundamentais os seguintes eixos que definem a televisão pública:

- "O conceito de televisão pública, já que se assume como uma relação cheia de democracia, cidadania, visibilidade dos atores sociais e pouco ou nada se fala do que é propriamente televisivo, da linguagem audiovisual, dos gêneros e discursos que esse tipo de televisão deveria mostrar e experimentar;
- A autonomia da televisão pública com relação ao governo e aos outros poderes instituídos, e a questão da empresa de televisão pública como lugar de realização de projetos de comunicação pluralista, diversa e de qualidade;
- A questão conceitual de consumidor e cidadão, uma vez que todo telespectador é cidadão. Então, que significaria adotar, como postura específica de televisão pública, a posição de que o horizonte do sentido é a formação do cidadão;

- A legitimação social atribuída a esse tipo de televisão pelos públicos (pela audiência), uma vez que os programas são úteis segundo a forma que assume o diálogo entre proposta criativa (criadores) recepção social (públicos que assistem);
- As possibilidades da televisão Pública na América Latina, face à geração dos seus próprios públicos, uma vez que é inútil fazer televisão se esta não é assistida pelas pessoas".

3.2 - O universo da TV pública: lugar para exercer a cidadania

"É televisão pública aquela que interpela o público, inclusive o consumidor enquanto cidadão". O conceito sintético de Martín-Barbero (2002, p. 57) sobre TV pública indica a sua diferença da TV comercial. Barbero esclarece: interpelar o público significa dar voz ao público naquilo que é do seu interesse. Em outras palavras, a TV pública permite que a sociedade manifeste a sua opinião sobre as questões que lhe afetam e que requerem a sua participação para orientar às autoridades gestoras dos poderes públicos constituídos na sua tomada de decisão. Ainda para ser mais didático: a TV publica é aquela que está sob o controle da sociedade, cujos representantes participam do processo de definição dos seus programas, dos temas da pauta, da sua linha editorial, para que se mantenha coerente com os interesses coletivos.

O autor colombiano assume a defesa da televisão pública por ser, segundo ele, a arena estratégica para difundir as idéias das democracias participativas. O âmbito da cultura, ao qual se vincula a televisão pública, segundo Martín-Barbero (2002, p. 57), é considerado o espaço da reconstituição do caráter público, por acolher os exercícios estratégicos de exclusão e de empoderamento do cidadão. Assim, ele considera a TV pública "um decisivo lugar de inscrição de novas cidadanias, onde a emancipação social e cultural adquire uma face contemporânea". A TV pública abre espaço também para o que ele chama de "políticas de reconhecimento"[43], para evidenciar as dificuldades enfrentadas pelas instituições liberal-democráticas ao abrigar os múltiplos atores da cidadania que, pela diversidade sócio-cultural, "provocam tensões e

[43] Expressão citada por Brunner, em seu trabalho sobre "Os debates sobre a modernidade e o futuro da América Latina", que significa ações do poder público e da sociedade civil no sentido de valorizar as narrativas populares.

dilaceram nossas institucionalidades", pelo que são excluídos da programação das TVs privadas.

> "Essa dilaceração só pode ser suturada com uma política de extensão do direito de cidadania a todos os setores da população, que viveram por fora da aplicação desse direito – como as minorias étnicas ou as mulheres, os evangélicos ou os homossexuais. Diante da cidadania dos 'modernos', que se pensava e exercia acima das identidades do gênero, etnia, raças ou idade, a democracia hoje está necessitada de uma idéia e um exercício cidadão que assumam as identidades e diferenças" (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 58).

Aponta a TV pública como o lugar próprio para formar cidadão e para o direito de exercer a cidadania, por permitir a participação e a expressão populares, ao contrário das emissoras privadas, que refletem para a sociedade a luz da experiência do desenraizamento popular, em que as pessoas de raízes rurais são obrigadas a enfrentar o mundo urbano, "cuja racionalidade econômica e informativa dissolve seus saberes e sua moral e desvaloriza sua memória e seus rituais". Martín-Barbero acrescenta novos elementos para explicar o significado de TV pública:

> O caráter público de uma televisão encontra-se decisivamente ligado à renovação permanente das bases comuns da cultura nacional. É o que os historiadores ingleses chamam de `common culture`, que vem a ser aquele fundo de memória, calendário, tradições e práticas, permanentemente necessitado de ser reconstruído em linguagens comuns (MARTÍN-BARBERO, 2002, p.58).

Para Martín-Barbero, especificamente, os países da América Latina terão dificuldades em eliminar o déficit da cultura, cujo campo abrange uma dimensão profunda na Região, em função da história das exclusões que marcam a formação e o desenvolvimento dos seus estados-nação. O autor lembra que os indígenas, os negros, as mulheres e os que guardam uma diferença perante aqueles que estão incluídos na sociedade (brancos, homens, ricos), isto é, têm acesso os bens e serviços oferecidos pelo mercado, são considerados obstáculos para a "construção de um sujeito nacional homogêneo" (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 59).

> Decorre daí tudo o que as representações fundacionais tiveram de simulacro: representação sem realidade representada, de imagens deformadas e espelhos deformantes, onde as maiorias não podiam se reconhecer. O esquecimento que exclui e a representação que mutila

> estão na própria origem das narrações que fundaram estas nações. Donde a necessidade inelutável de reconstruir o pacto fundacional, mediante um projeto político de democracia cultural que fosse radicalmente inclusivo de todos os sujeitos cidadãos, tanto tradicional como novos (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 59).

A idéia defendida pelo pensador colombiano elegeu a "televisão comum, reconstruída como verdadeiro espaço público", como o palco em que esse pacto fundacional pode ganhar maior visibilidade e reconhecimento. O seu entendimento é que a diferença negativa, carregada especificamente pela cultura dos países latino-americanos, seja equilibrada ou positiva a partir da implementação de políticas públicas, para eliminar o que esse déficit resultou o "mal-estar no caráter nacional", conforme definição de Brunner, em seu trabalho sobre "*Os debates sobre a modernidade e o futuro da América Latina*", lançado em 1986, no Chile, citada por MARTÍN-BARBERO (2002, p 59). Martín-Barbero considera uma atitude reparadora da atual sociedade latino-americana a inclusão do caráter popular na configuração do caráter nacional, por ter feito parte da construção da nação que "os políticos e intelectuais acreditavam ter construído sozinhos". Para argumentar suas idéias, ele vai buscar fundamentação em Carlos Monsiváis, em seu trabalho "*Notas sobre o Estado, a cultura nacional e as culturas populares*", publicado nos *Cadernos Populares*, editado no México:

> Da parte do populacho, nação implicava na vontade de assimilar e refazer as concessões, transformando-as em vida cotidiana; vontade de adaptar o esforço secularizador dos liberais, à necessidade de superstição e do amontoamento, ao gosto do qual o fervor guadelupano utiliza as nossas conquistas tecnológicas. Uma coisa pela outra: a Nação arrogante não aceitou os párias, e ele a fizeram sua por caminhos inversos" (MONSIVÁIS, Cadernos Populares, México)

Busca-se, com isso, compreender a capacidade do povo de converter em identidade as idéias guardadas na sua memória e apropriadas pela cultura moderna, conforme explica Martín-Barbero: "uma identidade que tem menos de conteúdo do que de método para interiorizar o que vem de fora, sem graves danos ao que é psíquico, cultural ou moral". Ele complementa seu raciocínio com o pensamento de Monsiváis, sobre a construção da identidade nacional do México, outro país latino-americano, cuja população também é marcada pelas distorções da sua história:

> O mexicano não é mais um problema existencial ou cultural, e apesar de abundantes discussões, a identidade nacional não está em risco. É uma identidade cambiante, enriquecida continuamente pela fala dos marginais, pelas contribuições da mídia, pelas renovações acadêmicas, pelas discussões ideológicas, pela americanização e pela resistência à ampliação da miséria (Mosiváis, apud Martín-Barbero, 2002, p.61).

Ele cita também a recriação audiovisual dos relatos populares sobre a cultura comum como outro traço inerente do caráter da TV pública, ao exemplificar com o caso dos países da América Latina, onde a relação entre narração e identidade foi registrada a partir dos anos 80, época que os pesquisadores dos chamados 'estudos culturais' observaram as relações entre nação e narração, no sentido de buscar "os relatos que fazem a coesão do caráter nacional".

> "[...] a relação entre narração e identidade cultural não é apenas expressiva, mas também constitutiva, ou melhor, construtiva: não existe identidade cultural que não seja contada. A polissemia do verbo contar não poderia ser mais significativa: para que a pluralidade das comunidades culturais que constitui a cultura comum de um país seja politicamente considerada, é indispensável que possa ser-nos contada, narrada. Contada em cada um dos seus idiomas e, ao mesmo tempo, na linguagem multimídia que hoje os atravessa, mediante um duplo movimento: o das traduções – do oral ao escrito, e dos dois para o audiovisual – e esse outro, ainda mais ambíguo, mas igualmente construtivo, que é o das desapropriações e mestiçagens, o das hibridações (MARTÍN-BARBERO, 2002, P. 62).

Ele aponta o novo lugar da cultura na sociedade da informação, ao explicar isso aconteceu porque a mediação tecnológica da comunicação deixou de ser meramente instrumental para se tornar mais estrutural: "a tecnologia, hoje, não remete a aparelhos, mas sim a modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escritas", afirma Martín-Barbero, ao citar o trabalho "Tecnologia, Cultura", organizado por A. Parente, em 1988. Destaca o novo modo de relacionamento entre os processos simbólicos (constituem o caráter cultural) e as formas de produção e distribuição dos bens e serviços.

> [...] a tecnologia rearticula as relações entre comunicação e cultura: passam para o primeiro plano a dimensão e a dinâmica comunicativa da cultura, de todas as culturas, e a envergadura cultural que a comunicação adquire em nossas sociedades. Ao expor cada cultura, às demais, tanto do mesmo país como do mundo, os atuais processo de comunicação aceleram e intensificam o intercâmbio e a interação

> entre culturas, como nunca antes na história (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 69)

A comunicação tornou-se um movimento entre culturas, de acesso às demais culturas que sempre envolve a sua transformação-recriação. Para ele, a comunicação cultural na era da informação "nomeia, antes de mais nada, a experimentação, isto é, as experiências de apropriação e invenção".

> A aproximação entre experimentação tecnológica e estética faz vir à tona um novo parâmetro de avaliação da técnica (diferente ao de sua mera instrumentalidade econômica ou funcionalidade política): o da sua capacidade de significar as mais profundas transformações da época, experimentadas pela sociedade, e o de desviar/subverter a fatalidade destrutiva de uma revolução tecnológica propriamente dedicada, durante muito tempo (...) a incrementar o poderio militar . A relação arte/comunicação assinala, então, tanto ou mais do que um processo de estilo e modas, a reafirmação da criação cultural como espaço próprio daquele mínimo de utopia – sem a qual o progresso material perde o sentido de emancipação e se transforma na pior das alienações (MARTÍNS-BARBERO, p.70).

Enumera quatro itens que imprimem o caráter cultural de uma televisão: 1) trabalha na criação cultural a partir de suas próprias potencialidades expressivas, passando ter a cultura como projeto que atravessa conteúdos e gêneros; 2) torna operante a sua especial relação com a acelerada e fragmentada vida urbana, possibilitando explicitar a sua nova experiência cultural, oferecendo aos seus telespectadores uma oportunidade de provocação e de reflexão; 3) abre caminho para se tornar alfabetizadora da sociedade nas linguagens, habilidades e escritas audiovisuais e informáticas que integram a atual complexidade cultural; 4) elege a qualidade a partir dos seguintes parâmetros: concepção multidimencional da competitividade: profissionalismo, inovação, relevância social da sua produção; articulação entre atualização técnica e competência comunicativa para interpelação/construção de públicos, abrigando a diversidade social, cultural e ideológica e elaborando linguagens comuns; criação de uma identidade institucional, pela sua programação e linguagem audiovisual, articulando gênero e faixas de idade, temática e expressividade; e avaliação por pesquisas qualitativas de audiência e não somente por pesquisas quantitativas.

Assim, a televisão pública de caráter cultural pode difundir a tarefa estratégica da "socialização propagada dos novos modos de aprender e saber, ler e escrever aos que estão associados a novos mapas mentais, profissionais e trabalhistas (...) e também das novas sensibilidades, estilos de vida, gostos".

> Por aí passa, então, a nova mediação decisiva que a televisão pode exercer: a conversa entre gerações, através da qual poderia haver o diálogo entre a empatia dos mais jovens para com as tecnologias telemáticas e a reticência/resistência que a maioria dos adultos mantêm com elas. A democratização dos novos saberes e linguagens irá andar de mãos dadas com o reconhecimento da especial criatividade dos jovens para projetar e produzir televisão (MARTÍN-BARBERO, 2002, P. 73).

3.3 - Uma síntese da TV pública no mundo

Ao argumentar que a TV pública "deve ser útil para as pessoas" (RINCÓN, 2002, p.309), Omar Rincón sustenta que por isso mesmo deve ser divertida, estar próxima da vida cotidiana e experimentar formatos. Assim, ele apresenta uma síntese da linha de conteúdo da programação das emissoras de caráter público dos seguintes países, como uma prova de que há atores, de culturas diversificadas, que são capazes de por em prática a base da fundamentação teórica que rege a TV pública no mundo:

África do Sul: a televisão é cenário de encontro e reconciliação desde 1994, quando teve fim a guerra do "apartheid" (apartação, divisão), entre brancos e negros; ela assume a sua missão de ser o espelho onde as pessoas podem se reconhecer na diversidade cultural e de ser o palco para contar e fazer a paz, manifestar seus atos de entendimento e consciência social e de dignidade humana.

Alemanha: A proposta da TV pública alemã (ZDF) é de realizar programas não conformistas, assumindo o risco na busca da expressão das sensibilidades, dos jogos narrativos, na promoção de novos talentos e na produção de conteúdos que a TV comercial jamais fará. E apresentar formatos cujo tempo de duração é determinado pela abordagem dos temas, sem descriminação com os gêneros.

Austrália: A televisão pública tornou-se realidade porque são executadas políticas públicas que atendem às necessidades da comunidade. A sociedade mantém entidades autônomas para o seu financiamento. É tema de discussão nas universidades, das comunidades de realizadores e especialistas e dos formuladores das políticas públicas,

cujos atores são defensores da produção de qualidade, que também garante mercado externo, por seu atrativo visual e seu poder temático. A Austrália conseguiu priorizar a programação da sua TV pública, que atualmente é referência da identidade dos australianos.

Brasil: A TV Cultura de São Paulo, a única de caráter público no país, difunde a filosofia de que um canal de interesse público deve ter autonomia na sua gestão e produção, sem interferência do governo e dos políticos. Aposta na audiência do público infantil, por considerar um bom negócio educativo, cultural e econômico; e no jornalismo público, elaborando a informação com novo formato, a partir da perspectiva do sujeito anônimo, da agenda alternativa, do respeito ao ser humano. A emissora prefere também veicular anúncios publicitários, com mensagens institucionais, sem apelar para a publicidade do varejo, como é exibida a publicidade das TVs comerciais.

Canadá: vídeos-documentários são realizados por policiais sobre a vida dos consumidores de drogas das ruas da cidade de Vancouver, conforme um projeto comunitário, em que a polícia substituiu as armas pelas câmeras. Esses são alguns dos conteúdos exibidos para audiências esquecidas – crianças, jovens, idosos, indígenas e afro-latinos, e das temáticas que fazem a cidadania – direitos do consumidor, justiça, pluralidade cultural – ausente das TVs comerciais.

Chile: A TV Nacional constitui-se em um dos poucos casos no mundo de uma emissora pública que lidera a audiência dos telespectadores do seu país, na disputa com os canais abertos comerciais. A TVN também mantém autonomia na geração e gestão de recursos próprios, permitindo a produção de conteúdos que atendem às expectativas da sociedade, que responde prontamente com os positivos índices de audiência.

Colômbia: Canal Señal abre espaço para produções e realizações experimentais. Assim, os produtores independente e os estudantes universitários têm a sua disposição um espaço privilegiado para apresentar suas narrativas e formatos inovadores, com temática diversificada, mas focada no cotidiano das comunidades. O canal mantém a sua proposta de difundir a cultura local, respeitando as raízes e crenças do seu povo.

Estados Unidos (Canal 13, de Nova Iorque): Integrante do sistema PBS (Public Broadcasting Service), sua programação tem por filosofia representar a diversidade de vozes dos que habitam a megalópole americana. Mas o faz da maneira que considera uma TV de qualidade: mostra conteúdo que fazem análise de conjuntura, eventos culturais e séries sobre como é o cotidiano de Nova Iorque. Eles mantêm ainda um calendário sobre as datas em homenagem às minorias (hispanidade, afro-americanos,

judeus e gays, entre outras). Seus assinantes-membros garantem o financiamento de até 60% do orçamento da emissora.

Grã-Bretanha: Channel 4 (Canal 4). O Canal oferece condições tecnológicas para seus usuários se conectarem com vários outros canais em rede. Com isso, os telespectadores participam da programação, influenciando com suas opiniões e seus questionamentos. O Canal 4 não conta com financiamento público. Obtém os recursos do seu orçamento por meio das suas atividades comerciais. Além de produção de vídeos para a área de educação, mantém programas de entretenimento, sobre saúde e canais de exibição de filmes.

3.3.1 – BBC e PBS são referências mundiais

Por serem referências mundiais de TV pública, a BBC de Londres e a PBS dos Estados Unidos merecem um capítulo à parte nesse trabalho Por isso, vamos apresentar uma síntese dessas duas experiências que têm contribuído para o aprimoramento intelectual dos seus telespectadores. Alguns telespectadores brasileiros são beneficiados com os programas da BBC de Londres, por meios dos canais por assinatura da NET, como *People + Arts* e *BBC World*.

A BBC (Bristish Broadcasting Corporation - Corporação Britânica de Radiodifusão) de Londres é uma Rede de TV que mantém oito canais com sua programação transmitida para a Grã-Bretanha, além de um canal exclusivo para outros países, inclusive o Brasil. Segundo o jornalista Lúcio Mesquita, Diretor do Serviço Mundial da BBC de Londres para as Américas, a missão da BBC é estabelecida em Carta Régia assinada pelo Parlamento Britânico. Ele participou de seminário, em 2003, promovido pela TVE Brasil, no Rio de Janeiro, sobre o tema "Os desafios da TV Pública"[44]. Na sua

[44]As conferências do evento foram reunidas em um livro, sob o título "*O desafio da TV pública*", organizado pela TVE Brasil (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto. Os autores e os temas das conferências foram os seguintes: *Apresentação* (p. 9), por Beth Carmona – presidente da ACERP - TVE REDE BRASIL; *Compromisso Estratégico com a TV Pública* (p.14), por Marcus Flora – secretário executivo da SECOM; *Toda Mídia é Pública* (p.16), por Alberto Dines - TVE REDE BRASIL e apresentador do programa Observatório da Imprensa (Rede Pública de Televisão); *A TV Pública nos Estados Unidos* (p.20), por Alyce Myatt – PBS; *O Modelo de TV Pública da BBC* (p.28), por Lúcio Mesquita – BBC; *A Gênese das Televisões Públicas* (p.41), por Nelson Hoineff - Jornalista, produtor /ABPI/TV; *A TV Pública na Alemanha* (p.44), por Uwe Rosenbaum – SWR; *O Paradoxo da Informação na TV Pública* (p.54), por Eugênio Bucci – presidente da RADIOBRÁS; *Histórico da TV Pública / Educativa no Brasil* (p.56), por Alexandre Fradkin – assessor da TVE REDE BRASIL; O Modelo da TV Cultura de São Paulo (p.63), por Jorge Cunha Lima – presidente da Fundação Padre Anchieta/TV CULTURA; *O Modelo de Organização Social* (p.71), por Carlos Cristo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; *TV Pública: Espaço da Pluralidade* (p.76), por

conferência durante o evento, ele informou que 90% da população britânica utilizam, semanalmente, algum serviço da BBC. Mesquita disse ainda que a principal fonte de financiamento da BBC vem de uma taxa anual paga por domicílio britânico com aparelho de TV, no valor de 116 libras (com descontos para idosos, possuidores de aparelhos preto e branco). Este imposto gera uma receita anual de 2,5 bilhões de libras, equivalente a 12 bilhões de reais (com base no valor da libra esterlina com relação ao real, na época do seminário). Isso significa que cada habitante paga 12 centavos de libras (60 centavos de real, na época do seminário), por dia, para ter uma televisão de alta qualidade. A BBC possui outras fontes de renda, como a venda de programas e licenciamentos para diversos países, destinações do Governo e a comercialização de espaços no canal BBC World, já que a taxa paga pelos britânicos atende exclusivamente aos custos da BBC Britânica. Laurindo Leal Filho, na sua obra "BBC de Londres, a melhor TV do mundo", ele relata a experiência da rede britânica de radiodifusão, por representar a missão que trabalhar para ver implantada no Brasil uma experiência que considera enriquecedora para a sociedade.

A PBS (Public Brodcasting Service - Serviço Público de Radiodifusão) dos Estados Unidos é uma organização sem fins lucrativos criada e constituída por 350 estações – membro, localizadas em todo o território americano, além de Porto Rico, Ilhas Virgens, Guam e Samoa Americana. Segundo Alyce Myatt[45], que até maio de 2003 foi Vice Presidente de Programação da PBS, passando a coordenar um portal que reúne 1,5 mil ONGs na Internet, a organização é provedora de uma programação não-comercial e outros serviços, pelos quais seus telespectadores são responsáveis por 25% do seu orçamento de US$ 324 milhões. Myatt disse que os telespectadores fazem suas doações por meio de campanhas de arrecadação realizadas de três a quatro vezes por

---

Ricardo Kotscho - Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República; *O Desafio da TV Pública: Necessidades e Caminhos* (p.78), por Laurindo Leal Filho - Universidade de São Paulo e coordenador da TVer; *Televisão e Identidade Cultural* (p.87), por Hermano Viana - Antropólogo e produtor cultural*; A Importância da TV na Formação de Crianças e Jovens* (p.94), por Tania Zagury - Filósofa e Mestra em Educação; *A Questão de Recursos* (p.103), por Gabriel Priolli - TV PUC de São Paulo; *Parcerias e Apoio Cultural* (p.110); por Henrique Pizzolato - diretor de Comunicação do Banco do Brasil; *Pesquisa: Quem é o Telespectador da TV Pública* (p.115), por Nádia Rebouças - Rebouças & Associados; *Como o Mercado Enxerga a TV Pública* (p.124), por Luiz Fernando Novaes – membro do Grupo de profissionais de mídia do Rio de Janeiro. Informações capturadas no site www.tvebrasil.com.br/desafio_da_tv_publica/livro/, em 28 de fevereiro de 2006.

[45]Ela fez conferência no seminário sobre TV Pública, promovido pela TVE Brasil, em junho de 2003, no Rio de Janeiro. Informação capturada no site www.tvebrasil.com.br/desafio_da_tv_publica/livro/, em 28 de fevereiro de 2006.

ano.Uma parcela de 13% é ainda financiada pela CPB (Corporating for Public Broadcasting – Corporação Pública de Radiodifusão). A PBS não produz nem financia programas. Adquire os direitos de exibição por um período limitado de tempo, após o que são revertidos para o produtor. No início, muitas das estações públicas locais eram também produtoras de programas. Atualmente, a única produtora de conteúdos é a WGBH de Boston. A WNET de Nova Iorque adquire seus programas e mantém co-produções. Ambas são as responsáveis pela maior parte da programação da PBS.

3.3.2 – TVE BRASIL conquista novo espaço com a articulação internacional

Rincón também não mencionou, com outro exemplo brasileiro de TV pública, a TVE Brasil. A emissora, mantida pelo Governo Federal, tem buscado a dimensão de TV pública no País, principalmente no período em que atuaram como presidente Paulo Ribeiro, Mauro Garcia e Beth Carmona. Esta última é a atual presidente da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), cargo que assumiu em 2003. Não pretendemos fazer uma avaliação do trabalho dos outros dois dirigentes Jorge Guilherme, o primeiro na fase da ACERP, e Fernando Barbosa Lima, antecessor imediato de Beth Carmona. No caso de Guilherme, ele teve a missão de fazer a implantação da ACERP, em 1998. E Barbosa Lima, que praticamente rompeu com a Rede Pública de Televisão e, consequentemente, com a ABEPEC, atendendo a orientação da então Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Os quatro primeiros dirigentes[46] tiveram a missão de instalar a nova TVE, enfrentando resistência e mergulhados nas gestões políticas e técnicas no sentido de fazer dar certo a nova tentativa do poder público de viabilizar profissional e administrativamente a emissora.

A jornalista Beth Carmona começou seu trabalho realizando articulações internacionais, para incluir a Rede TVE Brasil na concepção de TV pública, cujo conceito era dominado, no Brasil, nos últimos anos, exclusivamente pela TV Cultura de São Paulo. Com base na sua experiência como Diretora de Programação da TV Cultura de São Paulo (durante a primeira gestão de Jorge da Cunha Lima, de 1995 a 1999), Carmona era referência de profissional de produção, no Brasil e em outros países, de programas para o público infantil. Depois do seu trabalho na TV Cultura, ela

[46] Jorge Guilherme (1998), Paulo Ribeiro (1999), Mauro Garcia (2000) e Fernando Barbosa Lima (2001-2002).

assumiu a direção do Instituto Goethe de São Paulo, onde teve também oportunidade de exercitar e ampliar seus contatos internacionais. Ela contou com apoio político do Governo Lula, que na época recebia influência direta do então Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Luis Gushiken, a quem estava vinculada administrativa a TVE Brasil. Gushiken integrava o chamado "núcleo duro" do Governo, ao lado do também então ministro da Casa Civil, José Dirceu (que foi exonerado do cargo e teve seu mandato de deputado federal cassado, por ser considerado responsável pelo pagamento mensal de dinheiro – o chamado "Mensalão" - aos parlamentares, em troca de apoio ao Governo. Enquanto Gushiken manteve-se próximo ao presidente Lula (perdeu status de ministro, por suspeita de envolvimento no caso do "Mensalão", e passou a ocupar um cargo de assessor) , a TVE Brasil conquistou espaços políticos consideráveis, chegando mesmo a recuperar parte da sua forte influência política (em governos passados) diante das outras TVs educativas do país. Ainda nos primeiros meses da sua gestão, Beth Carmona conseguiu realizar no Rio de Janeiro um seminário, com dirigentes e representantes das principais TVs públicas mundiais, para debater o tema "Desafios das TV Pública", resultando em um precioso documento, reunindo todas as conferências da programação do evento (ver nota de roda-pé nº 36). Sua permanência à frente da emissora é considerada recorde (quase três anos, período 2003-2006), em função da rotatividade no cargo registrada nos últimos 10 anos. Além da sua habilidade, o tempo tem sido seu aliado para a concretização de projetos de avanços do ideal da TV pública no país. Assim, ela conseguiu consolidar nova programação, com a criação de programas, como *100% Brasil, Conversa Afinada, Línguas Estrangeiras e Repórter Nacional* e ampliou os espaços para os programas infantis. Por ser defensora da filosofia da TV pública, difunde o compromisso de manter uma programação voltada para os interesses da sociedade, fazendo com que a TVE Brasil exiba programas para públicos segmentados, como crianças e jovens.

3.4 – A TV Pública no Brasil: a resistência da TV Cultura

Teresa Monteiro Otondo, jornalista brasileira, nascida na Argentina, afirmou, na obra "*Televisão pública: do consumidor ao cidadão*", que ela organizou e assinou o texto sobre o título "*TV Cultura: a diferença que importa*", que o desafio da emissora "é enorme e permanente", por cumprir a sua missão de "ensinar sem aborrecer, informar

sem impor nem excluir, promover diversidade cultural e suas formas de expressão, entreter sem má fé e (...) atender as exigências impostas pelo mercado, seja na produção, na difusão ou na busca de recursos próprios".

No percurso da sua história, a TV Cultura, mantida pela Fundação Padre Anchiêta, uma instituição de direito privado, vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, há disputas internas e externas. Anualmente, o Governo de São Paulo repassa recursos financeiros para cobrir as despesas de manutenção (pessoal, serviços, energia, água, impostos e tributos).

Otondo cita Vânia Lúcia Quintão Carneiro, ao fazer a seguinte afirmação em seu livro "*Castelo Rá-Tim-Bum, do educativo ao entretenimento*" (editora Annablume, São Paulo, 2000), sobre o programa Castelo Rá-Tim-Bum[47], produzido e exibido pela TV Cultura:

> "(...) é um exemplo único de produção latino-americana de uma série educativa que procura atender conjuntamente às exigências do mercado, à busca de uma linguagem televisiva própria e às expectativas e necessidades de conhecimentos e diversão do público infanto-juvenil" (OTONDO, p. 278, apud Carneiro).

Sobre os motivos pelos quais "Castelo Rá-Tim-Bum" foi mantido no ar por um longo período, Otondo explica que nas áreas de educação e cultura "a continuidade e a repetição são fator de consolidação de conhecimentos", por isso as produções, principalmente audiovisuais, "devem ter elementos de durabilidade no tempo" (OTONDO, 2002, p. 279).

> "São feitas para durar pelo menos durante cinco anos em exibição, e não como um produto de consumo descartável. A permanência é um valor que se contrapõe ao voraz canibalismo consumidor das novidades efêmeras, que se renovam constantemente, típicas dos canais comerciais. Assim, as melhores produções da TV Cultura rendem vários anos de programação" (OTONDO, 2002, p. 279).

[47] O "Castelo-Rá-Tim-Bum" é uma série de 90 capítulos de 30 minutos, exibidos no período de 1994 a 1999, e reapresentados três vezes ao dia, em função do seu formato e linguagem que conquistaram o público infantil.

Ela explica que a emissora procura otimizar os seus recursos financeiros, mantendo rentável a relação custo/benefício, a partir da sua prioridade em obter qualidades dos programas, sem eleger a audiência como o foto do seu trabalho. Além disso, aposta também na criatividade dos seus profissionais, para suplantar a insuficiência dos recursos financeiros.

> "Marionetes, bonecos, animação e computação gráfica destacam o conteúdo e as mensagens de cada programa, sem com um objetivo específico para um público específico, conforme a faixa de idade que se quer atingir" (OTONDO, 2002, p. 279).

Mesmo usando a criatividade para driblar as questões financeiras, a TV Cultura enfrentou uma sucessão de crises no período de 1995 a 2000. Cunha Lima, nos encontros periódicos dos dirigentes das TVs educativas e culturais, sempre defendeu a busca de novas fontes de receitas para as emissoras associadas das ABEPEC. Uma das primeiras iniciativas suas foi abrir espaço para uma empresa especializada em marketing de televisão, no sentido de agir com profissionalismo nessa área.

O resultado foi surpreendente: antes, por iniciativas isoladas, até mesmo da direção da emissora, a TV Cultura conseguia uma receita operacional de até R$ 2 milhões. Com o trabalho da empresa especializada, esse número subiu para R$ 17 milhões no ano 2000, provenientes de apoios culturais e patrocínios institucionais. O único problema que a Cultura enfrentou foi a recomendação do Tribunal de Contas de São Paulo de realizar licitação pública para contratar uma empresa de marketing, porque esse contrato não poderia ser feito sem licitação, como o fora na primeira vez. A decisão da corte de contas de São Paulo foi comemorada por Cunha Lima:

> Essa providência, ainda que contrarie todos aqueles que desejam a TV Cultura inteiramente dependente do Estado, do ponto de vista administrativo e financeiro, é fundamental para manter o equilíbrio financeiro da instituição, finalmente em azul, depois de anos (CUNHA LIMA, 2002, p. 268)".

Ele acreditava que a idéia de buscar alternativas de receitas financeiras para a emissora contava com adversários que considerava poderosos: "Gostem ou não gostem, a Anchiêta (Fundação Padre Anchiêta) é uma fundação de direito privado, administrada

por uma diretoria eleita por um Conselho Curador independente". Cunha Lima é defensor intransigente de que o poder público tem obrigações para com as áreas da cultura e da educação, por isso tem de financiar seus programas e projetos. Em sua opinião, as instituições educativas e culturais não devem abrir mão disso e preservar a sua autonomia administrativa, conforme determina a legislação, ao mesmo tempo em que devem ampliar suas receitas, buscando no mercado o apoio cultural e a publicidade institucional, para viabilizar seus projetos de expansão e de atualização tecnológica.

> A fundação será (...) fiel à sua origem jurídico-institucional e, sendo pública, e não governamental (ou estatal) apoiará princípios e práticas condizentes com a sua natureza, apoiada em experiências técnicas da iniciativa privada e nos princípios éticos do atendimento público. Não a deixarei se transformar em repartição pública corporativa, pois não é essa a sua estrutura funciona" (CUNHA LIMA, 2002, p. 269).

Outra crise enfrentada foi por ocasião da polêmica na sociedade paulista sobre a cobrança de uma taxa vinculada à conta de energia dos consumidores do Estado de São Paulo[48]. O então governador Mário Covas aceitou a argumentação da direção da TV Cultura, no sentido de implantar o que chamava de "financiamento público" da emissora, como o fazem os americanos e os europeus com as suas respectivas televisões públicas. O coordenador do site Observatório da Imprensa, jornalista Alberto Dinnes, em artigo no caderno "Ilustrada", da Folha de S. Paulo, edição do dia 17 de janeiro de 1998, sob o título "A TV Cultura e a cultura da flagelação", fez dura crítica a essa decisão, ao explicar que a direção da emissora deveria ter promovido uma campanha, utilizando a sua própria força jornalística por meio dos seus programas. Dinnes sugeriu que a uma campanha de sensibilização dos seus telespectadores por meios dos programas da TV Cultura e as rádios Cultura AM e Cultura FM poderia uma efeito positivo e um resultado concreto do que uma decisão do governador de aplicar uma taxa compulsória, mesmo com o apoio da Assembléia Legislativa. Segundo ele, "a contribuição voluntária significa adesão, cria vínculos. Converte a audiência,

[48] Em janeiro de 1998, o então governador de São Paulo, Mário Covas, sancionou lei, cujo projeto foi aprovado pela Assembléia Legislativa, instituindo uma taxa compulsória no valor de R$ 5,00 a ser cobrada junto com a conta de luz de quem tivesse o consumo mensal acima de 100 kWh de energia elétrica. A lei foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Informação capturada do site www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/ipub140520031.htm, no dia 2/3/2006.

geralmente passiva nos canais de rede aberta, em parceira ativa, vigilante, pronta a cobrar desvios de rota." (DINNES, em artigo na Folha de S. Paulo, do dia 17.01.98).

Depois de considerar que a TV Cultura é uma fundação "estatal-estadual", por receber recursos do Governo paulista, isto é, do erário do Estado de São Paulo, para o seu custeio, DINNES constata que há uma contradição filosófica com que convive a emissora: "o contribuinte paulista paga por algo que, infelizmente, sequer utiliza (ou utiliza raramente); enquanto o beneficiário direto da qualidade da programação dessas emissoras jamais foi convocado a contribuir para sua sustentação e continuidade" (DINNES, artigo "*Cultura e TV Cultura: a eterna confusão entre público e estatal*"[49]).

> O cidadão ficou marginalizado no processo. Recebe o produto cultural, mas não participa da sua redistribuição. Agente passivo, jamais convocado para socializar e democratizar os benefícios que o poder público lhe oferece em matéria cultural. Devidamente consultado, poderia compartilhar com outros, menos afluentes, dos prazeres da arte e da cultura que o Estado lhe proporciona direta ou indiretamente (quando abdica de parte dos impostos) (DINNES, artigo no site do Observatório da Imprensa, edição de 14.05.2003).

Mais um caso levou a TV Cultura para o centro das críticas: o episódio envolvendo a apresentadora do programa *RG* (dirigido ao público adolescente), Sônia Francine, a Soninha. No dia 19 de novembro de 2001, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo e à revista Época, ela assumiu publicamente que fumava maconha. Admitiu que consumia maconha "muito pouco, em festas ou casa". Além disso, Soninha manifestou sua opinião de que é a favor da descriminalização da droga, "com restrição". A decisão de afastar a apresentadora do programa *RG* foi tomada pela diretoria da emissora, cujo presidente a época era o jornalista e poeta Jorge da Cunha Lima (atual presidente do Conselho Curador da emissora). A decisão foi referendada pelo Conselho Curador.

[49]Artigo assinado por Alberto Dinnes e publicado no site www.observatoriodaimprensa.com.br, edição de 14 de maio de 2003, capturado no dia 05.03.2006.

4 A TRAJETÓRIA DE UMA EMISSORA ESTATAL QUE ATUOU COMO TV ESCOLA

A qualidade é uma obrigação da televisão pública, à revelia do Ibope e do mercado. Persegui-la é uma imposição de sua própria natureza. Esse é o desafio da televisão pública brasileira, também chamada educativa e cultural (...).

(Jorge da Cunha Lima)

4 – A TRAJETÓRIA DE UMA EMISSORA ESTATAL QUE ATUOU COMO TV ESCOLA

4.1 – Uma emissora criada para ser ensinar

A vocação da TV Ceará sempre foi uma TV escola, desde a sua concepção até o momento atual, mesmo passando por mudanças na sua programação, mas permanecendo com o tempo privilegiado para as aulas ou teleaulas para quase 200 mil alunos do ensino fundamental, matriculados em 1.600 escolas nos 184 municípios cearenses, inclusive Fortaleza. A emissora iniciou suas atividades no dia 7 de março de 1974, com o nome de TV Educativa do Ceará, mantida pela Fundação Educacional do Estado do Ceará – Funeduce, no último ano do mandato do então governador César Cals de Oliveira Filho, nomeado para o cargo pelo então presidente da República, general Emílio Garrastazu Médice[50]. Na época, estavam matriculados 4.139 alunos, em 20 escolas do município de Fortaleza Quando Cals concluiu seu mandato, já eram 50 mil alunos matriculados.

Quando Virgílio Távora[51] cumpriu seu segundo Governo (1979-1982), decidiu investir em um eficaz (para a época) sistema terrestre de retransmissão, cuja estrutura foi projetada e executada pelo engenheiro elétrico Carlos Ernesto Pontes, formado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos, São Paulo. Ele sobrevoou, em um monomotor, quase todo o território cearense para escolher a melhor localização (das zonas urbana e rural), tendo como critério os pontos mais altos, para a instalação das torres onde foram fixadas as antenas de microondas para irradiação do sinal da emissora para as estações repetidoras e retransmissoras. Dessa forma, a educação à distância passou a dispor de um maior alcance e conquistou um universo de

[50] Durante os governos militares (1964-1985), não havia eleições diretas para governadores estaduais e prefeitos das capitais. Os governadores de Estados e prefeitos das capitais eram nomeados pelo

[51] Távora foi eleito governador pela primeira vez, pelo voto direto, em 1962, para cumprir o mandato no período de 1963-1966.

matrículas beneficiando quase 70 mil alunos. Além disso, o poder público, por meio da Fundação da Teleducação do Ceará (Funtelc), bancou um investimento que ajudou as emissoras comerciais de TV do Ceará a levar as imagens da sua programação para os telespectadores dos municípios, que até então estavam excluídos de ver as novidades que a televisão mostrava. O investimento do poder público fazia parte da estratégia do Governo Federal, comandando pelos generais, de promover a integração nacional, conforme a ideologia vigente, pela veiculação de programas de televisão, principalmente da Rede Globo. Ela foi a escolhida pelo sistema político de então para difundir suas idéias de nacionalidade.

4.1.2 – TV fora do ar: época das férias escolares

Por ser uma eminentemente uma TV escola, a direção da emissora parece que se manteve fiel a sua missão educacional: na época das férias escolares, a emissora ficava fora do ar. Como os telespectadores cativos – alunos e professores (orientadores de aprendizagem) estavam ausentes das salas-de-aula, os dirigentes entendiam que não havia necessidade de ocupar a rede com programação da televisão. Assim, nas férias escolares, nenhuma programação era exibida, nem mesmo programas culturais. Entre os profissionais que assumiram a direção da emissora durante o chamado Governo das Mudanças, foi justamente um professor do ensino superior, que quebrou essa "lógica educacional". O professor Marcondes Rosa marcou a sua administração, decidindo manter a emissora no ar durante o período de férias escolares da rede pública. Quando ele assumiu, ele tomou um susto ao contatar que essa realidade pedagógica da emissora era levada tão a sério, pois a TV Educativa funcionava literalmente como uma escola. Ele tratou logo de exibir programas culturais e de educação informal, para fazer cumprir a missão da emissora durante os 12 meses do ano. A decisão do professor Marcondes Rosa, com experiência na vida acadêmica, como Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal do Ceará, fez com que a TV Educativa cumprisse, mesmo que vagamente, a sua função de TV pública, embora sua operação continuasse sendo de uma TV estatal ou governamental. Por integrar a estrutura do Governo do Estado, a TV Ceará, mantida pela Funtelc, teve seu funcionamento afetado pelas medidas políticas executadas pelo então governador Tasso Jereissati. É sobre esse tema que iremos tratar no próximo item desse capítulo.

4.2 – Uma decisão política que alcançou a estrutura da máquina estatal

Ao assumir o Governo do Estado, pela primeira vez, Tasso Jereissati[52] imprimiu uma nova feição à máquina pública estadual, por meios de medidas[53] que mudaram posturas antigas do serviço público.

Os planos, programas e projetos do Governo do Estado, no período 1987-2002, em que Tasso Jereissati (três vezes) e Ciro Gomes assumiram o Governo do Estado, integram a estratégia de comunicação e marketing, considerada essencial para consolidar a imagem de responsabilidade com a coisa pública do "Governo das Mudanças", conforme o "slogan" dos governos implantados nesse período. A TV Ceará, que também foi utilizada nesse sentido, principalmente no Governo Ciro Gomes, em

[52] Jereissati foi eleito governador do Ceará pela primeira vez em 1986, como candidato do PMDB, com o mandato no período de 1987-1990. Ele permaneceu no Governo até o final do mandato e trabalhou para a eleição do seu sucessor, Ciro Ferreira Gomes, que renunciou ao mandato de prefeito de Fortaleza, que foi assumido pelo então vice-prefeito Juraci Magalhães. Jereissati elegeu-se pela segunda vez em 1994, agora pelo PSDB, para o período 1995-1998; e foi reeleito para cumprir o terceiro mandato em 1999-2002. Nas eleições de 2002, conquistou o mandato de senador e trabalhou para que Lúcio Alcântara fosse eleito seu sucessor.

[53] Extinguiu secretarias, empresas públicas e autarquias; proibiu que servidores tivessem mais de uma fonte de renda no Estado (havia casos de um só servidor receber de até quatro fontes do tesouro estadual, significando que era empregado de quatro repartições ao mesmo tempo); reduziu o número de cargos em comissão; instituiu o caixa único do tesouro estadual; implantou um sistema de cobrança do ICMS, a principal fonte de receita; adotou o funcionamento normal do sistema orçamentário equilibrado, realizando despesas no valor das receitas (quer dizer, gastando só aquilo que as receitas permitiam) e recolheu equipamentos públicos das propriedades privadas, principalmente de parlamentares. Além disso, Jereissati adotou os seguintes procedimentos para viabilizar as mudanças planejadas: implantou o pagamento em dia dos salários dos servidores; e passou a anunciar, mensalmente, as contas do Estado, para que a sociedade ficasse sabendo o que o Governo estava fazendo com o dinheiro recolhido da própria sociedade. Com esse enxugamento da máquina pública, o Estado passou a fazer investimentos em obras públicas – escolas, estradas, sistema de saneamento (água e esgoto), aquisição de material e equipamento para funcionamento e manutenção da máquina pública. Antes, o dinheiro arrecadado pelo Estado sequer cobria as despesas com a folha de pagamento dos servidores. A nova administração fez o que era da sua obrigação: as receitas do Estado não podem ser transformadas somente em despesas com os servidores. O dinheiro da sociedade tem de ser investimento em obras e melhorias para a própria sociedade. Com as contas equilibradas e o pagamento em dia dos fornecedores, o Governo recorreu ao financiamento externo, principalmente do Banco Mundial, para ampliar as oportunidades de investimento, principalmente na infra-estrutura. Foram obtidos recursos para a construção do Porto do Pecém, para ampliar o movimento de cargas no Estado e fomentar a instalação de uma indústria siderúrgica na área portuária, com a implantação de uma linha ferroviária ligando ao sistema da região Nordeste; construção do açude Castanhão, construção do novo aeroporto internacional Pinto Martins, implantação do metrô de Fortaleza, com dois ramais (Sul e Oeste); implantação do projeto turístico no Estado, integrando o plano da Região Nordeste (Prodetur), com a construção da rodovia Sol Poente e implantação de sistema de abastecimento d´água e saneamento básico nas cidades litorâneas ponte passa a nova rodovia; a recuperação de rodovias estaduais, a ampliação do acesso às cidades da Região Metropolitana de Fortaleza; programas e projetos de acesso das crianças à educação e reforma e ampliação da estrutura física das escolas da rede estadual de ensino; ampliação da rede de abastecimento e saneamento das principais sedes municipais; ampliação da rede de energia elétrica; programa de distribuição de sementes selecionadas para os agricultores; implantação do programa de agentes de saúde, para o combate à mortalidade infantil; capacitação e requalificação dos artesãos, para a organização do artesanato do cearense, como fonte de renda e emprego nas regiões com reconhecido potencial para a atividade artesanal; e implantação da cultura de rosas nas regiões serranas, como uma nova atividade econômica.

função da sua abrangência no estado, obteve poucas vantagens quanto aos novos investimentos na aquisição de equipamentos e ampliação da sua capacidade de produção e realização de programas jornalísticos e culturais. Vamos tratar, no próximo item desse capítulo, como o Governo Ciro Gomes tratou a TV Ceará nos quadro anos da administração.

4.3 – Sem a *chapa branca:* a semente do jornalismo de TV pública

No Governo Ciro Gomes[54] (1991-1994), o sistema de teleducação foi universalizado, aumentando o número de matriculados para 120 mil alunos, abrangendo 135 dos 184 municípios cearenses. Significou ainda a inclusão no sistema de teleducação das escolas das redes públicas do estado e municipais, deixando de lado o cronograma que vinha sendo executado desde 1974. O argumento do governador Ciro Gomes e da então secretária estadual da Educação, Maria Luiza Chaves, era de que as crianças cearenses que não poderiam esperar por novas providências para aprender e que o aperfeiçoamento do sistema seria realizado durante o processo de universalização. Mas quem reagiu contra a universalização foram os professores que integravam a equipe da teleducação, principalmente as supervisoras, como a professora Evelize Mesquita. Segundo ela, a universalização "atropelou o planejamento" da área de supervisão e as escolas tiveram de implantar a teleducação até mesmo sem o sinal da televisão, o que não deixava de ser um fato inusitado ou absurdo. Os professores defendiam que a universalização só deveria ter sido concretizada após a elaboração do planejamento de supervisão e sua implantação nas novas escolas a serem beneficiadas.

Foi ainda no Governo Ciro Gomes que a emissora passou por novas mudanças: deixou de ser a antiga TV Educativa para ser chamada de TV Ceará, em homenagem a antiga TV Ceará, do grupo empresarial Diários e Emissoras Associados (extinta Rede Tupi de Televisão); deixou a vinculação à Secretaria da Educação para se vincular à Secretaria da Cultura e Desporto; e mudou a sua logomarca (a antiga, de cor única, trazia a característica da coruja, que simboliza o professor), vigorando até os dias atuais, sob a

[54] Gomes resolveu aceitar o convite do então presidente da República, Itamar Franco, para assumir o Ministério da Fazenda, em substituição a Rubens Ricupero, que teve de pedir exoneração do cargo, por ter vazado, para milhares de telespectadores, o seu diálogo com o jornalista Carlos Monfort, para o Jornal Nacional, da Rede Globo. Nesse diálogo, Ricupero, que estava sendo entrevistado por Monfort, disse o seguinte, no intervalo da entrevista: "Eu não tenho escrúpulos, o que é bom a gente fatura e o que é ruim a gente esconde" (KUCINSKI, 1998, p. 51) sobre os índices da inflação, revelados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em um período de eleições presidenciais. O candidato do PSDB, apoiado por Itamar Franco, que lançou o Plano Real, era Fernando Henrique Cardoso.

inspiração do publicitário Eduardo Odécio, realçado por suas cores vivas: o V, das iniciais TVC (TV Ceará), é formado por cactos, na cor verde, o T na cor azul e o C, na cor amarela, além do vermelho, no centro da letra C, simbolizando a semente do cactos (que é uma vegetação típica do semi-árido nordestino que está sempre se renovando e convivendo com a terra seca). Uma outra mudança ainda mais profunda: o uso do segundo canal da rede terrestre passaria a ser ocupado pela emissora comercial que vencesse a licitação pública. Isso significava que o estado contaria com novos recursos financeiros para manter sua própria emissora. A decisão de Ciro Gomes provocou uma reação contrária dos dirigentes das TVs comerciais que utilizavam, gratuitamente, a estrutura do estado para levar sua programação para os telespectadores do Interior cearense.

Assim, a equipe do então secretário da Cultura, Paulo Linhares, decidiu retirar a "chapa branca" (o símbolo maior de uma emissora eminentemente estatal ou governamental) e implantar a semente da TV pública no Ceará. Essa mudança contemplou também a programação da emissora: foram criados novos programas culturais e jornalísticos, principalmente. A pretensão era de que o jornalismo realizado pela nova TV Ceará assumisse o compromisso de difundir as questões e os assuntos de interesse público. Assim, a antiga TV Educativa tentou conquistar credibilidade junto aos telespectadores, porque passou a atuar como o propósito de ser uma TV pública. A prova da desvinculação com a orientação do Governo era apontada por uma pesquisa que indicava que nos programas jornalísticos e culturais da TV Ceará, o governador e seu governo recebiam mais críticas do que nos programas das TVs comerciais.

Mas essa nova estrutura foi efêmera, por não encontrar respaldo na legislação vigente. A nova equipe de 120 profissionais, que atuou durante quase dois anos ininterruptos, foi desfeita conforme decisão do Tribunal de Contas do Estado, sob a alegação de que nenhum deles foi contratado por concurso público. O pagamento mensal dos profissionais – repórteres, apresentadores, editores, produtores, cinegrafistas, fotógrafos, diretores de TV, diretores de imagem, editores de imagem, auxiliares, iluminadores e eletricistas, entre outros – estava criando um vínculo funcional. Para que uma nova equipe com igual número de profissionais voltasse a atuar, o Governo do Estado teria obrigatoriamente de realizar concurso público. A situação gerou uma revolta e reação dos que foram atingidos: a grande maioria ingressou com ação na justiça do trabalho, solicitando indenização. Alguns juízes exigiram que o Estado pagasse o que "devia" (férias, 13º salário, FGTS, etc) aos reclamantes, enquanto outros

juízes entenderam que nenhum dos reclamantes tinha direito a indenização, porque os servidores públicos integram o regime jurídico único, implantado com a Constituição de 1988, e não mais o sistema da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Além disso, nenhum dos reclamantes se submeteu ao concurso público para ser contratado pelo estado. Assim, juízes que emitiram parecer nesse sentido anunciaram que recomendariam ao ministério público estadual abertura de processo para punir os dirigentes de repartições públicas que aceitassem a realização precária de serviços de profissionais, por ser configurada uma ilicitude. Desde então, não se tem mais registro de casos semelhantes. Pelo menos na Funtelc.

4.3.1 – A força dos estagiários no Jornalismo

Uma solução, também precária, embora lícita, foi encontrada, no segundo Governo de Tasso Jereissati (1995-1998) com a contratação de estudantes de jornalismo, como estagiários. A Secretaria da Administração Estadual elaborou um programa de contratação de estagiários para atender às demandas das repartições (secretarias, autarquias, fundações, institutos, etc) por estagiários. Inicialmente, foi autorizada, pelo então secretário Ernesto Sabóia a contratação de três estagiários. Depois, a então secretária Soraya Tomaz Vitor (no terceiro Governo Tasso Jereissati, de 1999 a 2002) autorizou a contratação de mais três estudantes. Com os seis estagiários de jornalismo, foi possível manter no ar o telejornal da TV Ceará – Revista. Eles preencheram as vagas de repórteres e de apresentador, pela carência de pessoal para realizar esses serviços. O gerente de Programação da emissora, jornalista e professor Godofredo Pereira, convivia com o que considerava deficiências diárias e algumas questões de incompreensão por parte de alguns colegas. Com seu conhecimento, Godofredo procurava o apoio dos membros da equipe, por entender que a edição do *Revista* precisava constar da grade de programação diária da emissora. A equipe da Gerência de Criação, integrada pelas jornalistas Concy Beserra e Ana Leitão, atuavam no planejamento e execução de chamadas e vinhetas dos programas da emissoras e na elaboração do folder com a programação semanal da emissora, para distribuição com as empresas de comunicação e autoridades do Governo do Estado, Assembléia Legislativa e Câmara Municipal de Fortaleza.

Segundo Godofredo, a presença dos estagiários imprimiu ânimo novo ao jornalismo da TV Ceará. O gerente de Programação admitiu que os estagiários, pelo que aprenderam

e pelo papel que desempenharam durante seu período de aprendizado prático, teriam menos dificuldade em atuar no mercado de trabalho. Ele cita a jornalista Cíntia Lima como um exemplo. Ela começou sua carreira de apresentadora como estagiária do setor de jornalismo da TV Ceará. Durante quase dois meses seguidos, ela fazia treinamento de leitura do roteiro do telejornal: ainda nervosa e sem o domínio da técnica de interpretação de leitura do roteiro. Nos seis meses em que apresentou o telejornal, Cíntia, segundo o Gerente de Programação, adquiriu a técnica de apresentação, o que permitiu que fosse contratada pela TV Verdes Mares para ser repórter e, posteriormente, apresentadora do Jornal do 10. Outros estagiários da TV Ceará que se tornaram profissionais nas emissoras comerciais são os seguintes: Isabel Andrade (TV Verdes Mares), Danielle Araújo (TV Verdes Mares e depois viajou para a Espanha, onde cumpre bolsa de estudos), Camila Gurgel (TV Cidade e depois TV Jangadeiro) e Anderson Lima (TV Jangadeiro).

Antes dos estagiários serem considerados indispensáveis no jornalismo da emissora, havia uma tendência de eliminar o telejornal da sua edição diária, por falta de condições humanas. A equipe de jornalismo era reduzida: quatro editores, um repórter, dois produtores, que se revezavam nos horários da manhã e tarde. Não havia nenhum apresentador. Pelo menos cinco jornalistas dos quadros da emissora atuavam na Assembléia Legislativa, de forma legal, pois o estatuto de servidor público ampara quem desejar servir em outro órgão da administração pública, sempre que for manifestado interesse nesse sentido. Assim, pelo menos três questões dificultavam o funcionamento regular do departamento de jornalismo. Primeiro: os profissionais da própria emissora não se sentiam entusiasmados para executar as tarefas do dia-a-dia do jornalismo, que exigiam seu engajamento e compromissos. Segundo: pelos registros de segunda a sexta-feira, havia relutância de pelo menos dois servidores em cumprir a obrigação básica de comparecer ao trabalho e dar fluxo às atividades agendadas: editar as reportagens gravadas no dia anterior e na manhã do mesmo dia de apresentação do telejornal. Terceiro: um outro profissional de vez em quando era pivô de atritos com integrantes da equipe de reportagem – ora com o motorista, ora com o cinegrafista, ora com o auxiliar.

Outro grande problema: o horário da noite – das 18 às 23 horas, era mais complicado porque os integrantes da equipe, por se sentirem isolados e desprestigiados, tinham dificuldade em atender às orientações dos repórteres (estagiários). Das duas equipes, pelo menos uma saía sem o repórter, porque apenas um estagiário era escalado para

atender às demandas noturnas, em menor quantidade, em comparação com as pautas diurnas. Mesmo assim, havia geralmente quatro pautas para serem cumpridas. A equipe que era acompanhada pelo repórter comparecia aos locais da pauta. E a que não contava com a presença do repórter, geralmente apresentava uma explicação para os problemas do dia seguinte: faltou bateria para a câmara, não houve tempo para comparecer aos locais das reportagens agendadas, um dos membros da equipe chegou atrasado; o evento começou antes da hora marcada e quando a equipe chegou não havia mais ninguém no local; o evento demorou muito a começar, por isso a equipe não podia esperar.

Essas e muitas outras desculpas eram apresentadas quase diariamente. Segundo o advogado da emissora, Marcílio Brasil, só havia uma medida cabível para punir seus autores, conforme o estatuto do servidor: a advertência (que não surtia efeito, pela longa cultura de impunidade). Para outras providências "mais drásticas", como a suspensão, era preciso a instalação de uma comissão de sindicância, com amplo direito de defesa do acusado; e a suspensão só poderia ser aplicada caso um dos colegas de trabalho confirmasse, como testemunha, as acusações. O advogado explicou que o caso de demissão do servidor só seria atingido após a Comissão Processante da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a quem cabe instaurar um inquérito administrativo com esse fim específico, apontar a punição extrema. Para que um servidor seja demitido, com o ato publicado no Diário Oficial do Estado, consomem-se pelo menos três anos de andamento do inquérito administrativo, em função da quantidade de processos e do cumprimento dos prazos para que as testemunhas do acusador e acusado sejam ouvidas e o acusado tenha um amplo direito de defesa.

Um problema considerado grave foi registrado no período de 1995 a 2002: um servidor danificou intencionalmente, em duas ocasiões, o cabeçote de gravação das duas câmeras Panasonic DVC-PRO. A substituição de cada cabeçote custou ao erário estadual R$ 5 mil. Cada câmara foi adquirida por aproximadamente R$ 20 mil. O autor do ato ilícito não foi identificado. Há casos ainda de servidor que recusa benefícios que viabilizam a sua inclusão digital.

4.4 – A rede com um canal a menos

No seu segundo mandato de governador, Tasso Jereissati tomou outras decisões que afetaram a TV Ceará. Com o fim do contrato da emissora comercial, originado pela

concorrência pública para ocupação do segundo canal da rede terrestre estadual, Jereissati decidiu que essa rede contaria com a estrutura de apenas um canal. Assim, o outro canal foi desativado. Os equipamentos do canal desativado foram aproveitados pela emissora. Antigos transmissores a válvula foram substituídos por transmissores com transistores; as hastes das antenas de retransmissão substituíram as antigas que retransmitiam as imagens da TV Ceará. Essas substituições possibilitaram que o sinal da TV Ceará chegasse com mais qualidade aos telespectadores do Interior do estado.

Outra decisão do segundo Governo Jereissati que afetou a estrutura da Funtelc: a equipe pedagógica, responsável pela emissão das aulas, da emissora foi desmembrada da equipe de produção e realização de programas jornalísticos e culturais. Isso gerou uma reação sem precedentes. Se antes os professores reclamaram do Governo por ter implantado a universalização do telensino sem planejamento, desta vez eles condenaram o Governo por arrancar deles um instrumento que eles ajudaram a criar e a implantar. "Nós varremos o chão dessa casa", foi como eles reagiram, numa demonstração de que tinham raízes fincadas na estrutura edificada e imaginada da emissora. Eles protestaram com veemência contra o que consideravam insensibilidade do governo, cujo ato foi interpretado como um sério precedente para acabar com o sistema de teleducação que implantaram com tanta abnegação.

Como o seu protesto não foi levado em conta pelo Governo, uma parte dos professores requereu aposentadoria e outra parte foi transferida para a sede da Secretaria da Educação Básica, no Cambeba[55], onde passou a dar expediente. A mudança foi efetivada, sem que o sistema de teleducação fosse eliminado. Dessa forma parece que não se confirmou a desconfiança dos professores de que a idéia do Governo acabar com a transmissão das aulas da educação a distância pela TV Ceará. Mas uma equipe da de seis professores da teleducação, com seu sistema agora vinculado à Secretaria da Educação, permaneceu dando expediente na sede da TV Ceará, como responsável pelo gerenciamento das seguintes atividades: seleção das fitas com as aulas na programação

[55] Bairro de Fortaleza, distante 10 km do Centro, onde está instalado o Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, concentrando a maioria das secretarias estaduais. O Gabinete do Governador foi transferido do antigo Palácio da Abolição, no bairro Aldeota, para o Cambeba, por isso passou a ser chamado de Palácio do Cambeba. A mudança ocorreu no primeiro Governo Tasso Jereissati, em 1987, permanecendo até 2002. Em 2003, o governador eleito Lúcio Alcântara instalou seu gabinete no Palácio Iracema, no bairro Edson Queiroz, na antiga sede administrativa do Banco do Estado do Ceará (BEC). O imóvel se manteve pertencente ao patrimônio do Estado, após a transferência (federalização) do BEC para o Governo Federal, em maio de 1999, no terceiro Governo Jereissati (1999-2002). O Governo Federal, cumprindo seu programa de desestatização, vendeu o BEC ao Bradesco, por R$ 700 milhões, em leilão, na Bolsa de Valores de São Paulo, no dia 20 de dezembro de 2005.

diária da emissora; inserção de avisos; produção e realização e dos programas ao vivo, com debate no estúdio com diretores e profissionais de educação; seleção de alunos de escolas participantes do sistema para a recepção organizada, no estúdio, de programa de debate sobre temas educacionais e de interesse pedagógico.

4.5 – Investimentos para manter as origens educacionais

Ao cumprir o seu terceiro mandato no Governo do Estado, Jereissati implantou um novo recurso tecnológico com o objetivo de qualificar o serviço de teleducação no Estado: autorizou um investimento de R$ 5 milhões para instalar o sistema de transmissão e captação por satélite do sinal da emissora. Isso significou a melhoria da qualidade das imagens das aulas nos aparelhos receptores das escolas e o fim da queda do sinal, provocado por falta de energia em uma estação repetidora no início na rede terrestre, deixando todo o sistema desligado. Ou ainda pelo defeito em alguma válvula ou transistor dos equipamentos de uma outra estação de repetição do sinal. Essa dependência de uma estação sobre as outras era uma das falhas crônicas do sistema terrestre de repetição e retransmissão.

A decisão de fazer esse investimento de R$ 5 milhões na transmissão do sinal da emissora por satélite foi fundamentada na prioridade do Governo Estadual de qualificar a educação a distância. Além disso, outro investimento, desta vez de R$ 10 milhões, foi feito na aquisição de conteúdos (fitas, livros, capacitação e acompanhamento durante todo o processo de aplicação) da Fundação Roberto Marinho, por sua reconhecida atuação na educação à distância, a partir da experiência do Telecurso 2000. Desse investimento resultou a implantação das chamadas turmas de aceleração, formada por adultos que perderam a oportunidade de freqüentar a escola quando estavam na faixa etária adequada para o aprendizado das disciplinas do ensino fundamental e do ensino médio. As primeiras turmas de aceleração contaram com a matrícula de 150 mil adultos, que assistiram às aulas, transmitidas no horário noturno (das 19 horas às 20h30min), de segunda à sexta-feira, pela TV Ceará, em escolas de diversos municípios. Dessa forma, a TV Ceará reassumiu o seu antigo caráter educacional, priorizando programas de educação formal nos horários da manhã, tarde e noite.

4.6 – Novas receitas operacionais garantem manutenção

Sena[56] (2002) lembrou que, apesar das dificuldades, os dirigentes da emissora assumiram o compromisso de viabilizar novas receitas operacionais. Segundo ele, a decisão contou com o apoio do então secretário da Cultura do Estado, jornalista Nilton Almeida, que viabilizou a renovação dos equipamentos, conforme o cronograma e a limitação orçamentária, cumprida no período de três anos. Dessa forma, a emissora alcançou a concretização de um elenco de projetos e programas: realização de serviços de gravação de fitas VHS, tendo como matriz as fitas profissionais das aulas, para serem distribuídas nas escolas do sistema, como um "beck-up" da programação pedagógica; e articulação nacional com outras emissoras e a ABEPEC, viabilizando a participação da TV Ceará na Rede Pública de Televisão, para garantir repasse de recursos pela exibição de publicidade institucional de órgãos do Governo Federal.

Iniciativas como essas fizeram surgir novas fontes de receitas financeiras, para aquisição de equipamentos básicos para manter a TV funcionando: 1) três câmeras novas Sony para o estúdio, 2) quatro novas câmeras para a realização de reportagens (inicialmente foram compradas duas Sony, de tecnologia que foi ultrapassada rapidamente, e as duas adquiridas por último foram DVC-PRO, da Panasonic); 3) duas ilhas de edição (DVC-PRO); 4) uma mesa de corte Sony, para o controle máster; 5) um sistema de informática para exibição de faixas de intervalo Digimaster (fabricado no Brasil); 6) implantação do sistema de informática na redação, com software específico para elaboração de roteiro de reportagem; 7) nova antena, com quatro pólos de irradiação do sinal para Fortaleza e Região Metropolitana; 8) sistema de informática para elaboração de design gráfico para a Gerência de Divulgação; 9) unificação das sedes da Fundação, com as gerências voltando a funcionar na antiga sede que foi reformada e modernizada fisicamente; 10) novo sistema de iluminação do estúdio; 11) elaboração de novas vinhetas dos programas; 12) criação de novos cenários, com a contratação de profissionais especializados, por licitação; 13) implantação de sistema de aquisição de fitas profissionais para a criação e preservação da memória da emissora; 14) criação de software para o arquivo de fitas dos programas, no sentido de decupar e catalogar os programas já realizados; 15) modernização do arquivo de documentos de pessoal e fiscal e dos registros dos processo de ordenamento de despesas; 16) Aquisição de novas fitas de programas educacionais e de filmes de

[56] José Anchieta de Sena, coordenador executivo da FUNTELC, concedeu entrevista em dezembro de 2006.

produção nacional, americana e européia para o acervo da TVC Vídeo; 17) aquisição de 30 vídeo-cassetes para implantação na TVC Vídeo de sistema de reprodução de fitas VHS das aulas; 18) implantação de equipamento e sistema de controle de freqüência; 19) implantação e ampliação de um novo sistema de central telefônica; e adaptação do sistema de ar-condicionado do estúdio.

Paralelamente, foram desenvolvidos os seguintes programas e projetos: 1) assinado convênio com o Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, na época a única instituição de ensino superior que oferecia curso de jornalismo no Estado, para seleção e contração de estudantes estagiários, para a área de jornalismo (reportagem, produção e apresentação de programas); 2) assinatura de convênio com o Curso de Jornalismo da UFC para produção e realização do programa Estação XXI, pelos alunos da referida instituição 3) viabilização de matrícula de um grupo de servidores em curso de graduação oferecido pela Universidade do Vale do Acaraú (UVA); 4) realização de programa de estudo e treinamento de todos os servidores com a consultoria Imagem e Domínio; 5) realização de programa de estudos para gerentes e lideranças de servidores; 6) realização de programa de implantação de planejamento estratégico; e 7) articulação para a Funtelc integrar o programa de implantação de Organização Social no Estado, com a criação de uma entidade sem fins lucrativos, contando com a participação dos servidores – a Associação de Televisão Educativa e Cultural do Ceará – ATECE, como embrião da Organização Social a ser qualificada pelo Governo do estado para absorver o serviço público de TV educativa e cultural do Estado.

Abordaremos a seguir sobre a filosofia em que se fundamentou o Governo Fernando Henrique Cardoso para promover a reforma do aparelho do Estado, implementando, entre outras iniciativas, as Organizações Sociais. Isso foi decidido após se esgotarem as tentativas governamentais de buscar alternativas para viabilizar planos, programas e projetos do poder público federal, com a criação de empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e autarquias. A implantação das Organizações Sociais resultou de estudos de equipes governamentais para oferecer à sociedade uma nova tentativa de serviço público considerado de qualidade por meio da parceria com instituições sem fins lucrativos.

4.7 – Organizações Sociais surgem com o plano de reforma estatal

O Governo Federal lançou, em 1996, o *Plano Diretor da Reforma o Aparelho do Estado,* uma iniciativa do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O documento explica que aparelho do estado é a administração pública em seu sentido amplo: a estrutura organizacional do estado, em seu três poderes – executivo, legislativo e judiciário e seus três níveis (união, estados e municípios). É constituído pela cúpula dirigente nos três poderes, por um corpo de funcionários.

Ao fazer a apresentação do documento, FHC disse que no passado, mesmo sem fazer referência aos períodos em que Getúlio Vargas governou o Brasil (o primeiro, de 1930 a 1945; e o segundo, de 1951 a 1954), "constituiu um grande avanço a implementação de uma administração pública formal, baseada em princípios racional-burocráticos, os quais se contrapunham ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao nepotismo, vícios estes que ainda persistem e que precisam ser extirpados". Ainda no mesmo documento, FHC lembra que "o sistema introduzido, ao limitar-se a padrões hierárquicos rígidos e ao concentrar-se no controle dos processos e não dos resultados, revelou-se lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que o País passou a enfrentar diante da globalização econômica" (Documentos da Presidência da República, 1995, p.10).

Segundo ele, a situação do processo de gerir a administração pública federal foi agravada no início dos anos 90 (Governo Collor), "como resultado de reformas administrativas apressadas, as quais desorganizaram centros decisórios importantes, afetaram a 'memória administrativa', a par de desmantelarem de sistemas de produção de informações vitais para o processo decisório governamental" (Documentos da Presidência da República, 1995, p.10).

> É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de gerencial baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna 'cliente privilegiado' dos serviços prestados pelo Estado (Documentos da Presidência da República, 19995, p. 10).

A iniciativa do Governo foi questionada pelos servidores públicos federais, que se organizaram no sentido de mobilizar os integrantes do o Congresso Nacional, para retardar a sua tramitação e votar contra a sua aprovação. A reação dos servidores foi comentada por FHC:

> "Por implicar a flexibilização da estabilidade do funcionalismo, a reforma administrativa tem sido identificada como contrária aos interesses dos servidores. Nada mais incorreto: os bons funcionários, que constituem a maioria absoluta, nada têm a temer. Muito pelo contrário: pretende-se valorizar o servidor público, propiciando-lhe motivação profissional, remuneração condizente com o mercado de trabalho nacional, além da razoável segurança no emprego. Só assim, será restaurada a criatividade, a responsabilidade e a dignidade do servidor público, cuja aspiração maior deve ser a de bem servir a população" (Documentos da Presidência da República, 1995, p.11).

O *Plano Diretor as Reforma do Aparelho do Estado* lembra que estado e mercado são duas instituições centrais que coordenam os sistemas econômicos em um sistema capitalista. Por isso, a crise surge quando uma dessas instituições funciona irregularmente. O documento lembra que nos anos 20 e 30, o mau funcionamento do mercado resultou uma crise econômica considerável. Nos anos 80, foi a vez do estado entrar em crise para abalar as estruturas do modelo econômico em vigor. A crise universalizou-se nos ano 90, quando o tema da redefinição do papel do estado se abateu sobre outros países, que sofriam de sintomas comuns: 1) crise fiscal, com a crescente perda de crédito e o desequilíbrio da poupança pública; 2) o fim do modelo de intervenção estatal, retratado no estatismo nos países comunistas, estado do bem-estar social nos países desenvolvidos e a estratégia de substituição de importações nos países do Terceiro Mundo (Documento da Presidência da República, 1995, p. 15).

Com isso, os países passaram a enfrentar o desafio de vencer a crise, defendendo a execução de planos básicos: 1) fazer o ajuste fiscal a longo prazo; 2) promover a reforma econômica com orientação para o mercado, para garantir a competição interna e garantir a competição no mercado externo; 3) fazer a reforma da previdência social; 4) ampliar a abrangência da política social, inovando seus instrumentos de política social; e 5) implantar a reforma do aparelho do estado, para aumentar a sua capacidade de implantação de políticas públicas. O plano aponta os ministérios do Planejamento e Fazenda como responsáveis pela solução da crise fiscal; enquanto os ministérios setoriais têm a missão de rever as políticas públicas com base na nova realidade econômica e social.

O documento esclarece que a defesa da coisa pública é realizada na democracia moderna nos níveis político e administrativo. As instituições consideradas fundamentais da democracia estão alinhadas no nível político, em que se defendem os

direitos individuais e sociais do cidadão, além do que o documento considera "direitos públicos", que significa "a participação igualitária na coisa pública"(Documento da Presidência da República, 1995, p. 19).

> As eleições livres e a liberdade de pensamento e de imprensa são formas de defender o cidadão e a coisa pública. A explicitação dos direitos públicos ao patrimônio que é de todos é um passo que está sendo dado em todo o mundo. A denúncia de 'privatização' do Estado pela esquerda corresponde à denúncia da direita de que o estado e a sociedade estão sendo vítimas da prática generalizada do *rent seeking* , da busca de rendas ou vantagens extramercados para grupos determinados através do controle do Estado (Documento da Presidência da república, 19995, p. 19).

Explica ainda que a consolidação do regime democrático no país fez com que cidadãos fossem estimulados a participar diretamente da administração pública, por meio de fórum, comitês e comissões comunitárias, como forma da sociedade assumir diretamente o controle da coisa pública. O *Plano Diretor da reforma do Aparelho do Estado* lembra que a administração pública burocrática surgiu no século XIX, junto com o Estado liberal, como forma de defender a coisa pública contra o patrimonialismo[57]. Mas ao longo do tempo, o Estado constatou que os aumentaram proporcionalmente os custo com a dimensão da responsabilidade na defesa dos direitos sociais, ao contrário do que era registrado com os benefícios concedidos à sociedade.

4.7.1 – A ênfase na administração pública gerencial

Dessa forma, a administração burocrática, que acabou sendo implantada no Brasil, mesmo de forma distorcida, pois convivia harmonicamente com a administração patrimonial, começou a ser substituída pela administração gerencial. O Plano Diretor explica a diferença de cada uma dos três tipos de administração:

1) administração pública patrimonialista: O aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, que estende aos seus servidores o status de nobreza real; os cargos são considerados prêmios ou favores, pelo que predominam a corrupção

[57] Sérgio Buarque de Holanda explica, em sua obra *Raízes do Brasil*, publicada em sua primeira edição em 1937, que os portugueses implantaram no Brasil a cultura patrimonialista, que confundia o patrimônio público com o privado. "Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufere relacionam-se a direitos pessoais dos funcionários e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurem garantias jurídicas aos cidadãos " (HOLANDA, 1995, 26ª edição, p. 146).

e o nepotismo. Com a democracia no sistema capitalista, a sociedade civil e o mercado distinguem-se do Estado, fazendo com que a administração patrimonialista seja considerada anacrônica e combatida;

2) administração pública burocrática: surgiu com o estado liberal, em meados do século XIX, para se contrapor ao modelo patrimonialista, rejeitando as práticas da corrupção e do nepotismo; defendeu o profissionalismo, a carreira do servidor, a hierarquia funcional, a impessoalidade no serviço e o formalismo; em função da implantação de controles para evitar a corrupção e o nepotismo, os administradores públicos era visto com desconfiança prévia ou mesmo os cidadãos que recorriam aos seus serviços. Por isso, justificavam-se os controles rígidos dos processos, como admissão de pessoal, compras e atendimento das demandas da sociedade. Essa garantia do poder do estado, por meio de rígidos controles, fez com que o servidor público entendesse que o objetivo da máquina pública era o controle e não oferecer um serviço público de qualidade à sociedade. Com isso, o estado "limitava-se a manter a ordem e a administrar a justiça, a garantir os contratos e a propriedade" (Documento da Presidência da República, 1995, p. 21);

3) administração pública gerencial: surge na segunda metade do século XX, para atender a expansão das funções econômicas e sociais do Estado, ao desenvolvimento tecnológico e ao surgimento da globalização da economia. Essas mudanças não foram acompanhadas pela administração pública burocrática e exigiam eficiência da administração publica, com a redução dos custos e a qualificação dos serviços para melhor atender à sociedade. Passou-se então a implantar a cultura gerencial nas organizações, sejam públicas ou privadas. O foco mudou do controle dos processos para o controle dos resultados. Mas mantêm-se a admissão por rigoroso critério de mérito, sistema de um sistema estruturado e universal de remuneração, avaliação de desempenho e treinamento sistemático. A estratégia da administração direciona-se para a definição precisa de objetivos; garantia de autonomia na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, no sentido de alcançar os objetivos programados e contratados e manter o controle e a cobrança dos resultados.

Por defender a implantação da administração pública gerencial, o Governo Federal defendeu a execução das diretrizes dos programas e projetos do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado,* a partir de 1995. Com essa ênfase, o Governo explicou que o paradigma gerencial contemporâneo, "fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão,

horizontalização de estruturas, descentralização de funções, incentivo à criatividade" (*Documento da Presidência da República*, 19995, p.23).

> Contrapõe-se à ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional. À avaliação sistemática, à recompensa pelo desempenho, e à capacitação permanente, que já eram características da boa administração burocrática, acrescentam-se os princípios da orientação para o cdadão-cliente, do controle dos resultados e da competição administrativa (Documento da Presidência da República, 1993, p. 23-24).

Com essa iniciativa política do Governo Fernando Henrique, a TV Educativa do Rio de Janeiro, justamente por ser mantida pelo Governo Federal, foi a primeira na área a passar pela mudança. Parece ter sido a solução encontrada para os problemas institucionais enfrentados pela emissora. Para viabilizar a mudança, foi extinta a Fundação Roquete Pinto e criada, por um grupo de profissionais, a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto (Acerp), uma entidade privada, sem fins lucrativos, que foi qualificada pelo Governo como Organização Social, conforme estabelece a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. A mudança institucional da TVE do Rio de Janeiro abre perspectivas para ser realizada medida semelhante com a TV Ceará. A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará aprovou a Lei. A intenção do então Governador era de incluir a TV Ceará na relação das áreas que seriam absorvidas por organizações sociais. A primeira atividade do governo do estado que passou a atuar como organização social foi o Centro Cultural Dragão do Mar, um projeto criado pela Secretaria da Cultura e iniciado no Governo anterior. Para viabilizar esse projeto, foi criado o Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), uma entidade privada, sem fins lucrativos, conforme estabelece a legislação para que uma instituição seja qualificada como organização social pelo Governo do Estado, para prestar um serviço público. Outros serviços passaram a ser executados por organizações sociais.

Mas a TV Ceará continua como fundação de direito público, funcionando conforme a estrutura da máquina estatal. No período 2003-2006, houve uma tentativa, sem êxito, do então Governador em viabilizar a antiga idéia de por criar uma organização social para gerenciar os serviços de televisão para o estado. Enquanto as tentativas vão sendo frustradas, em função das enormes demandas do estado, a TV Ceará se mantém sobrevivendo sob uma camisa de força. No próximo capítulo, vamos tratar sobre a análise de conteúdo do telejornal Revista, para dar resposta à hipótese segundo a qual

as notícias, reportagens e entrevistas das suas edições abrem espaço para o jornalismo de TV pública, mesmo com a difusão de assuntos de interesse governamental e político. Mesmo com a caracterização de que uma televisão que integra a estrutura administrativa da máquina do estado, cujos cargos são preenchidos conforme a escolha pessoal do Chefe do Poder Executivo, segundo a legislação vigente, o conteúdo do telejornal da emissora também difunde temáticas de interesse público.

5. ANÁLISE DO CONTEÚDO DO TELEJORNAL REVISTA

> *No telejornalismo, as estratégias de gerenciamento de atenção devem ser muito sofisticadas e de efeito imediato. O aspecto de show, a transformação da vida de artistas em notícia, o uso crescente de recursos visuais possibilitados pelas novas tecnologias de manipulação digital, por exemplo, podem ser entendidos como armas possíveis – e sempre* discutíveis – para prender a atenção, e não como 'características' inerentes – e imutáveis – do telejornalismo
>
> *(Nilton Hernandes)*

5 – ANÁLISE DE CONTEÚDO DO TELEJORNAL REVISTA

5.1 – A resposta da hipótese anunciada

Neste capítulo, vamos analisar um item – também escolhido aleatoriamente – em forma de reportagem ou entrevista, de cada uma das dez edições do telejornal *Revista,* com o propósito de reunir os elementos e argumentos para responder ao questionamento da nossa dissertação: *Há dimensão pública no jornalismo de uma TV estatal?* Cada uma das dez edições do Revista tem uma média de oito temas distintos abordados, entre reportagens (com todos os seus elementos, narração do repórter com imagens do local onde o fato ocorreu e entrevistas), notas simples (notícia sem imagens), notas cobertas (notícias narradas pelo apresentador, com imagens sobre o assunto) e entrevistas no estúdio, ao vivo. O tempo de duração de cada edição varia entre 20 minutos e 30 minutos. Cada reportagem tem dois minutos de duração. Geralmente são quatro reportagens e duas entrevistas, estas com o tempo de dois minutos. Uma das edições, a do dia 25 de fevereiro de 2003, contou com uma terceira entrevista especial, gravada antecipadamente, com o tempo de três minutos. O comentário esportivo, com duração de dois minutos, também faz parte do roteiro diário do telejornal, de responsabilidade de um profissional experiente do setor, sobre o desempenho dos times na partida do dia anterior ou sobre a escalação dos que ainda disputarão uma nova rodada de jogos, na disputa do campeonato cearense de futebol. Um assunto de interesse do estado está sempre em pauta, por meio de reportagem, nota simples, nota coberta e/ou entrevista. É justamente na abordagem dessa temática que se pode ou não comprovar a hipótese do presente trabalho sobre a existência de dimensão pública no jornalismo de uma emissora estatal.

5.2 – Os itens de cada uma das dez edições do Revista

1 - REPORTAGEM DA EDIÇÃO DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2003: Na edição analisada do telejornal Revista, do dia 24 de fevereiro de 2003, a Secretaria da Saúde do Estado anuncia uma campanha de combate à hanseníase, com duração de um minuto e trinta segundos. Trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da execução de políticas públicas na área de saúde, para defender a população de uma doença que era conhecida como lepra, que chegou ao Brasil junto com seus colonizadores, conforme dissertação de mestrado de Elisabeth Amorim de Castro, defendida em 2005, em Curitiba[58]. Outra reportagem, exibida também na edição do dia 24 de fevereiro de 2003, anuncia o seguinte para o telespectador: "Uma iniciativa da Prefeitura de Fortaleza está ajudando a pequenos empreendedores na comercialização da produção". Além de ser uma notícia de interesse do poder municipal, há outra questão que o telejornalismo da emissora não praticava há algum tempo: abrir espaço para informações da Prefeitura de Fortaleza. Pelo menos no período de 1995 a 2002, o telejornalismo da TV Ceará, segundo o então gerente de Programação, Godofredo Pereira, deixava de abordar notícias sobre ações ou atividades da Prefeitura de Fortaleza, por questões políticas, já que o partido do então Governador era adversário do partido do Prefeito. Essa mudança insinua uma aproximação política entre o Governador, eleito em 2003, e o Prefeito. Mesmo com a novidade do interesse político, a notícia tem a sua dimensão pública: os micro e pequenos comerciantes têm a oportunidade de ser entrevistados em um programa de televisão, para falar sobre seus negócios, sua motivação para obter outra fonte de renda e a projeção da melhoria da sua qualidade de vida. A reportagem, de um minuto e trinta segundos, revela o entusiasmo de uma das feirantes: "Eu gosto muito desse tipo de feira, porque a gente divulga os nossos produtos. As pessoas ainda não conhecem nossos produtos. E aqui passam a conhecer e compram".

2 - REPORTAGEM DA EDIÇÃO DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2003: Outra reportagem de interesse político foi apresentada, durante dois minutos, com o seu

[58] Título da dissertação: "O Leprosário São Roque e a Modernidade – Uma Abordagem da Hanseníase na perspectiva da relação espaço-tempo". A autora lembra que a doença era motivo de discriminação, por ser contagiosa e o seu vírus tinha mais facilidade de se propagar em pessoas pobres, em função da alimentação deficiente e as baixas condições de higiene pessoal. O médico Oswaldo Cruz, segundo Castro (2005), escreveu um artigo em 1913, no jornal carioca "Impacto", defendendo o isolamento dos portadores da hanseníase, como uma medida profilática, para proteger a coletividade. No Brasil, as autoridades sanitárias tomaram iniciativas para instalar colônias de isolamento, o que foi feito a partir de 1900. No Ceará, foi inaugurada conforme a pesquisa de Castro (2005), a Colônia Antônio Diodo, no dia 9 de agosto de 1928, no município de Redenção, na antiga fazenda Canafístola, que hoje o Governo do Estado transformou em Clínica Dermatológica Antônio Diogo.

alcance público, porque abordou sobre a Campanha da Fraternidade, anualmente promovida pela Igreja Católica, com a escolha de um tema de abrangência social. A campanha de 2003 tratou do tema "Fraternidade e a pessoa idosa", adotando o lema "Vida, dignidade e esperança". A solenidade de lançamento da campanha contou com a participação de populares, que dão motivação a essas festas que reúnem autoridades, lideranças políticas e representantes da sociedade civil organizadas. O Governador do Estado compareceu ao lado do Prefeito da Cidade, do Secretário da Ação Social, cuja Pasta é responsável pela assistência aos idosos. A solenidade contou ainda com a presença da autoridade da Arquidiocese de Fortaleza e mais de mil idosos, a cujo público a campanha da fraternidade faz referência e dá assistência com recursos financeiros da Secretaria da Ação Social, por meio de convênios com organizações não-governamentais. A repórter que realizou a reportagem contextualizou o assunto: "O Ceará tem cerca de 750 mil idosos. Em Fortaleza são 150 mil. Apenas 15 por cento são assistidos pelos programas de assistência aos idosos. Segundo o presidente da Associação Cearense Pró-Idoso ainda são muitas as necessidades". A reportagem serviu para o anúncio do engajamento do estado em uma campanha de dimensão nacional que a Igreja Católica no Brasil realiza todos os anos, mas, por outro lado, os idosos, alvo da campanha e da solenidade, sequer foram ouvidos pela reportagem. Os rostos e gestos dos idosos foram mostraram nas inúmeras imagens realizadas do evento, mas sem que o telespectador pudesse ouvir as idéias ou mensagens de alguns deles.

3 - REPORTAGEM DA EDIÇÃO DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2003: Mais uma reportagem sobre a iniciativa da Prefeitura de Fortaleza foi apresentada, com duração de um minuto. Desta vez foi a inauguração de uma espécie de abrigo para atender a 20 crianças e adolescentes vitimas de abuso, exploração e violência sexual, no bairro João XXIII. As autoridades municipais explicam as providências que adotam para proteger a criança nessas condições e solicita à população que faça à denúncia pelo telefone 0800.28.08, sobre casos de abusos contra crianças que tenham presenciado no bairro. O nome do projeto da Prefeitura se chama Sentinela, cuja coordenadora explicou como é feito o trabalho: "A partir do momento em que ela (a criança) começa a ser atendida aqui no projeto, a família já vai ser orientada. A criança já vai se sentir apoiada por essa equipe que vai trabalhar aqui na casa, com apoio psíquico-social. Temos atendimento social e psicológico". Constata-se que essa reportagem, mesmo sendo sobre uma iniciativa da prefeitura, que rende dividendos políticos para o Prefeito, trata-

se de um assunto que interessa a sociedade, principalmente às mães e crianças. E a abordagem sobre a existência de serviço oferecido pela Prefeitura aos moradores da comunidade tem um enorme interesse social.

4 - ENTREVISTA DA EDIÇÃO DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2003: Vamos analisar desta vez uma entrevista que foi apresentada, ao vivo, com dois minutos de duração. O Entrevistado é o diretor do Hospital de Messejana, Petrônio Vasconcelos Leitão, que assumiu o cargo no início deste ano, com a nova administração do Estado, sob o comando do Governador eleito, que contou com o apoio político do Prefeito de Fortaleza, nas eleições de 2002. O médico Pedro Leitão é ex-diretor do Instituto Dr. José Frota, o hospital de emergência mantido pela Prefeitura de Fortaleza. Ele foi abordar sobre o aniversário de setenta anos de atividades do Hospital de Messejana, que, ao longo desse tempo, prestou serviços médico à população cearense, desde a época em que tratava de doenças respiratórias, como a tuberculose. Nas últimas três décadas, o Hospital é uma referência no tratamento de doenças cardíacas, inclusive transplante, com o número acumulado de 52 cirurgias em 2003, conforme informou o diretor da instituição. A entrevista sobre as atividades do Hospital de Messejana é relevante, porque oferece aos telespectadores a oportunidade de conhecer o trabalho dos seus profissionais e a aplicação de recursos públicos em uma ação de saúde pública. Trata-se de um hospital que dispõe de 306 leitos, dos quais 51 são UTIs (unidades de tratamento intensivo), com a previsão de terem sido implantados mais 16 UTIs nos dois meses seguintes ao dia da entrevista. O diretor do hospital aproveita para enaltecer a decisão do Governador, com a inauguração de um novo serviço: "[...] temos um serviço de emergência que funciona vinte e quatro horas e agora, no dia primeiro de setembro, o governador implantou o serviço de hemodinâmica vinte e quatro horas. O que a população ganha com isso? É que a população de baixa renda, antigamente, quando entrava no processo de infarto, ao chegar ao hospital, de madrugada ou no final de semana, era medicada e somente na segunda-feira é que iria se submeter ao cateterismo e a uma cirurgia cardíaca, que chamamos de revascularização, que é a colocação de pontes nas coronárias. Como o serviço funciona vinte e quatro horas, o paciente quando chega com a iminência de infarto, faz um cateterismo de madrugada, no final de semana. E se for na fase inicial do infarto, o paciente recebe um distente, que é uma mola que dilata a coronária. Assim, o paciente com 24 ou 48 horas vai para casa, numa situação totalmente estável, que não requer mais cirurgia cardíaca, que

exige que ele passe, no mínimo, dez dias no hospital, fora todo o custo da cirurgia, que o Governo é que paga".

5 - REPORTAGEM DA EDIÇÃO DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2003: A reportagem desta edição aborda sobre uma temática econômica e social: o desemprego, embora tenha apresentado uma edição de um minuto de duração. Periodicamente, o Sistema Nacional de Emprego – Sine, um programa do Ministério do Trabalho, que no Ceará atua em conjunto com o Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (IDT), uma organização social que presta serviços ao Governo do Estado na área de estudos e projetos sobre ocupação de mão de obra. O anúncio mensal dos indicadores que medem a variação da mão-de-obra empregada é feito, em entrevista aos profissionais de comunicação, por autoridades e técnicos do Sine-IDT, serviço vinculado à Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo do Estado. Pela reportagem, de autoria da repórter Kênia Guilherme, a taxa de desemprego no quarto bimestre de 2003 foi maior do que a do bimestre anterior, medido em abril e maio, que ficou em 44 por cento. A taxa relativa a junho e julho foi de 48,6 por cento. Os dados foram anunciados por autoridades do Sine-IDT: "Nós constatamos que houve uma maior oferta de mão-de-obra. Mesmo com o crescimento da taxa de desemprego, esse índice não foi provocado por um processo de demissão, mas por uma maior oferta de mão-de-obra. Então, quando o desemprego é medido pela procura maior de trabalho, na medida em que mais trabalhadores saem da inatividade e passam a procurar uma vaga no mercado de trabalho. E, ao mesmo tempo, a economia, em função do ritmo da atividade econômica, não tem gerado postos de trabalho compatíveis com esse crescimento da população economicamente ativa (PEA). Então, a conseqüência lógica é a elevação do patamar de desemprego". Essa reportagem divulga informações sobre uma questão que interessa à sociedade. Trata-se de uma temática de interesse público. Mas poderia render mais informações e mais situações para o telespectador. Já que os números mostram que há mais pessoas desempregadas porque mais pessoas estão procurando emprego e não porque mais pessoas foram demitidas, a reportagem poderia ter entrevistado pessoas que estão nessa situação. A abordagem sobre isso geraria um quadro ilustrativo, que daria mais subsídios ao telespectador. Além disso, a reportagem poderia ter entrevistado ou ter feito um quadro com pessoas que estão procurando emprego há pouco tempo ou há mais tempo. Mostrar quais são as exigências do mercado. Entrevistar um profissional da área de admissão de pessoa das empresas, para saber qual o nível de qualificação das pessoas que procuram emprego; qual o nível

exigido pela empresa; que orientações os profissionais da área de recursos humanos dariam para os que estão a procura de emprego, entre outras questões.

6 - REPORTAGEM DA EDIÇÃO DO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2003: O tema da reportagem desta edição foi sobre segurança pública, em que o Governo do Estado anunciou a aquisição de novas viaturas e novos equipamentos, com duração de um minuto e trinta segundos. A reportagem ficou aquém da importância do assunto. Essas ocasiões em que o telejornal abre espaço para abordar o tema da segurança pública, a emissora deve aproveitar para mostrar o diferencial da programação do jornalismo na televisão. Se o Governo adquiriu mais carros novos, provenientes de recursos financeiros do Governo Federal, por meio do plano nacional de segurança, qual é a frota de veículos policiais atualmente no Ceará. Como é o sistema de renovação da frota? Qual a vida útil de um veículo da política? O carro de polícia exige muita manutenção? Quanto custa o orçamento de manutenção dos veículos. E a população? Em toda essa reportagem, não se deu voz à sociedade, que sofre com a insegurança na cidade. O que as pessoas comentam sobre a chegada de mais viaturas? As pessoas sugerem que haja viatura da polícia em algum bairro ou comunidade específica? A dimensão pública dessa reportagem ficou restrita ao anúncio da entrega das novas viaturas, já que esse assunto é de interesse público. Mas a emissora que pretende ser identificada como TV pública ainda tem de mudar o formado e o conteúdo do seu telejornal. Mesmo com pouco espaço, mas houve tempo para uma entrevista com o Governador do Estado, que disse o seguinte: "Este é um trabalho que o prefeito [...] e eu estamos fazendo e vai ser pioneiro no Brasil. Se Deus quiser, até o final do ano, estaremos assinando esse acordo, que vai permitir uma convivência para o controle de tráfego com a participação da polícia, para objetivar a segurança pública. Isso, utilizando o que já existe, com a boa vontade da prefeitura [...] e do Estado, por meu intermédio e do secretário de Segurança".

7 - REPORTAGEM DA EDIÇÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2003: A análise dos itens desta edição recaiu sobre uma reportagem, com duração de um minuto, sobre uma campanha do Governo do Estado, com base no programa Fome Zero, do Governo Federal. O Governo do Estado anunciou as diretrizes do programa Leite é Saúde, que vai distribuir 50 mil litros de leite por dia, a segmentos da população do estado, principalmente os que vivem em condições de exclusão social. O Secretário da Agricultura esclareceu, na entrevista ao repórter, sobre o que consistia a reunião que promoveu com prefeitos de 63 municípios do estado: "O programa, na verdade, atende

a duas vertentes do programa Fome Zero: beneficiar a população que está excluída e gerar um dinamismo econômico, principalmente na população de pequenos produtores que geralmente não têm acesso aos instrumentos que lhe possam assegurar uma melhor renda". A reportagem ouviu representantes de produtores rurais, que manifestaram a sua satisfação com a iniciativa, que possibilitará a melhoria dos seus negócios. "Nós precisamos entender e evoluirmos dentro de cada município, melhorando a nossa capacidade gerencial dos rebanhos, aumentando a capacidade de produção de leite". A dimensão pública dessa reportagem poderia ser ampliada, com a participação de segmentos da população carente, alvo do programa Leite é Saúde. O conhecimento do telespectador sobre oferece uma distribuição garantida através de um preço mínimo, garantido pelo Governo do Estado. Isso dá a nossa comunidade a melhoria da qualidade de vida, melhorando, assim, o índice de crescimento e desenvolvimento das crianças".

8 - REPORTAGEM DA EDIÇÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2003: Um tema que interesse ao público é sobre aumento de impostos. A análise desta edição foi sobre uma reportagem, com duração de dois minutos e quinze segundos, que abordou a tramitação de um projeto que reajuste em dois pontos percentuais na cobrança do ICMS sobre alguns produtos, como gasolina, energia e telefone. Com esse reajuste no percentual do ICMS, o Governo vai criar o que chama de Fundo de Combate à Pobreza. Assim, poderão ser executados, segundo o Líder do Governo na Assembléia Legislativa, projetos para atender às demandas dos municípios e povoados mais carentes do estado: "Quem ganha mais tem de contribuir para quem ganha menos. Nós estamos protegendo exatamente a quem ganha menos. Um milhão e seiscentas mil pessoas não vão pagar energia". A reportagem ouviu um representante do partido da oposição, que protestou; "Nós estamos propondo que o Governo, ao invés de aumentar o ICMS, destine quatro por cento de todo o ICMS do estado para esse fundo[...] Esse proposta do Governo do Estado é inconstitucional, porque o Artigo 82, parágrafo 1, das disposições transitórias da Constituição, obriga os estados a criar esse fundo, mas sobre produtos supérfluos. E onde é no mundo que gasolina, energia e telefone são supérfluos?". Os discursos dos parlamentares – do Governo e da oposição – foram apresentados ao telespectador. E o discurso das pessoas que vão pagar o ICMS mais caro e os que vão receber benefícios desse novo fundo. A ausência da fala dessas pessoas, que vão pagar essa conta e vão se beneficiar dela, reforça a análise de que a se na reportagem a fala do líder do Governo está adequada, então a notícia alcançou seu

objetivo. Parece até que a emissora não está interessada na opinião do telespectador que vai ter de pagar mais cara a gasolina, a energia e o telefone. E nem mesmo do telespectador que vai receber mais benefícios por conta do aumento do ICMS.

9 - REPORTAGEM DA EDIÇÃO DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2003: Portas Abertas é o nome do programa lançado pelo Governo do Estado, para incentivar a criação de oportunidades de trabalho para portadores de necessidades especiais, lançado na manhã do dia 23, no auditório do Cine São Luis, no Centro de Fortaleza. E foi esse o tema da reportagem que analisamos, desta edição do telejornal Revista. Com duas horas de duração, a reportagem ouviu uma jovem, em cadeiras de rodas, que foi ao local em busca de uma oportunidade. Ele confessou que só recebeu promessa. O Secretário do Trabalho e Empreendedorismo anunciou as metas do programa Portas Abertas: Para este ano, o nosso objetivo é vinte e seis mil e seiscentas vagas, sendo dezessete mil e duzentas vagas para jovens de 16 a 24 anos; e cinco mil e quatrocentas para adultos, acima de 40 anos. Além disso, vamos oferecer três mil e quintas vagas para portadores de deficiência e quatrocentas vagas para egressos do sistema penal. Para que essas vagas sejam oferecidas, o Governo do Estado assinou termo de parceria com as empresas que lhe prestam serviços terceirizados. O Governador manifestou também o seu otimismo quanto às metas do programa: "As empresas vão se cadastrar, vão receber pessoal qualificado, preparado, assistido pelo governo. Vão também, à medida que aderirem ao programa, ganhar um selo que identifica aquela empresa que participa do programa Portas Abertas, que é uma espécie de referência social para essa empresas, da responsabilidade que ela tem para com a população de uma maneira geral). A reportagem gera uma expectativa nas pessoas, principalmente as que procuram por emprego. A emissora é co-responsável pela expectativa, porque referendou um ato nesse sentido. O concreto desse projeto foi a solenidade de lançamento, que juntou pessoas, que aplaudiram o Secretário e o Governador, mas não anunciou quantas vagas já foram ocupadas. Anunciou as metas para serem alcançadas no ano de 2003. Se a emissora assumisse o compromisso de acompanhar esse programa, para anunciar, no final do ano, se as metas foram realmente cumpridas, isso já seriam um enorme diferencial no seu propósito de cobrar das autoridades as promessas anunciadas.

10 - REPORTAGEM DA EDIÇÃO DO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2003: A audiência pública, realizada na Assembléia Legislativa, para discutir a proposta do Governo do Estado, por meio da Secretaria da Cultura do Estado de alterações na

estrutura do Conselho Estadual de Cultura, foi o assunto da pauta da reportagem da edição deste dia. A reportagem ouviu o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa, responsável pela convocação da audiência pública: "Nós estamos propondo uma representação maior, inclusive dos trabalhadores. Estamos propondo que ela seja fiscalizadora das ações da Secretaria da Cultura. E não apenas consultivo e deliberativo, como está previsto no projeto". A Secretária da Cultura justificou a proposta de alteração do colegiado: "Eu acho que o novo Conselho Estadual da Cultura é um evento de uma primeira ação de um canal institucional fundamental para a sociedade cearense, no que diz respeito ao fomento da cultura. Toda a nossa herança de conselhos estaduais, em geral, é uma herança de um conselho de beletristas, de intelectuais, de pessoas que são competentes na área da cultura, que raramente se encontram. Esses conselhos acabam sendo belas instituições no papel e têm pouca eficiência na vida prática. Nós queremos marcar no Governo Lúcio Alcântara uma visão completamente diferente. Nós estamos querendo fazer uma gestão compartilhada da cultura. E para isso, precisamos de um conselho operante, que se encontre periodicamente, que tenha não pessoas, mas instituições presentes. As pessoas passam, mas as instituições ficam". Por se tratar de uma reportagem sobre a audiência pública na Assembléia Legislativa, supõe-se que outras pessoas estariam participando. E por que não ouvir a opinião dessas outras pessoas? O que elas pesam sobre as idéias da Secretária da Cultura, com essa fundamentação apresentada na reportagem para propor a reestruturação do Conselho Estadual da Cultura? A emissora poderia ter provocado um rico debate de idéias, para que o telespectador pudesse avaliar e formar a sua própria opinião sobre esse tema.

5.3 – Análise comparativa do jornalismo da TV pública X TV comercial

Após a análise do conteúdo do telejornal Revista, de uma TV estatal, para responder à hipótese sobre a sua dimensão pública, em função da realização diária de uma da pauta quase compulsória sobre temas que integram a agenda do Governo do Estado, abrimos espaço nesse trabalho, para fazer a análise comparada de um assunto que foi tema de decisão na Câmara de Deputados, em Brasília. O evento foi difundido nos telejornais das emissoras de TV do país. Escolhemos duas delas para analisar o conteúdo da reportagem sobre esse mesmo tema, nos seus respectivos telejornais: Rede Globo, por meio do Jornal Nacional, e a TV Cultura de São Paulo, por meio do Jornal da Cultura,

que integra a Rede Pública de Televisão. A análise de apenas uma reportagem, escolhida aleatoriamente, que foi tema trabalhado, jornalisticamente, pelas duas emissoras. Os dois telejornais foram gravados integralmente, sem que nós soubéssemos qual seria o assunto escolhido para fazer a análise das duas emissoras. Então, primeiro foi gravado e acompanhado a edição do Jornal Nacional do dia 27 de abril de 2004. O telejornal teve início às 20h15min e foi encerrado às 21 horas. A gravação foi feita com fita VHS. Em seguida, passamos a gravar o Jornal da Cultura, que começou segundos depois do encerramento do Jornal Nacional, da Rede Globo. O Jornal da Cultura ticou encerrado às 21h40min. A TV Cultura de São Paulo fez mudanças no conteúdo do seu principal telejornal, com base no que a direção da emissora qualificou de jornalismo público ou jornalismo de TV pública. O conteúdo do novo formato exibido no *Jornal da Cultura*, apresentado de segunda a sexta-feira, também teve a marca da diferença, em comparação com o que as emissoras comerciais continuam a difundir em seus telejornais. A análise comparada foi realizada sobre uma reportagem a respeito da recomendação do Congresso Nacional, a favor da nova demarcação da reserva indígenas *Raposa Terra do Sol*, em Roraima, e o resultado aponta diferenças significativas. A reportagem do Jornal Nacional sobre o assunto teve a duração de um minuto e 30 segundos. E a reportagem do Jornal da Cultura foi exibida com o tempo de cincos minutos, que representa mais de três vezes mais do que o tempo do *Jornal Nacional* dispensado ao tema. Vamos conferir então como foi realizada cada uma das duas reportagens:

JORNAL NACIONAL – REDE GLOBO
ASSUNTO: NOVA DEMARCAÇÃO DA RESERVA RAPOSA SERRA DO SOL
Data: 27.04.04
Tempo: 1 minuto 30 segundos

CABEÇA (narrada pela apresentadora Fátima Bernardes): Foi aprovado hoje pela Câmara e pelo Senado, relatório que propõe a redução da reserva Raposa Terra do Sol, em Roraima. Dezesseis mil índios, de seis tribos, vivem numa área quase do tamanho de Portugal.

OFF (narrado pelo repórter Heraldo Pereira)
Estes índios são contra a proposta da Funai de homologar a área inteira da reserva Raposa Serra do Sol. Era só o que faltava para a comissão de senadores votasse o pedido para nova identificação da área indígena.

SONORA (com o senador Delcídio Amaral):
Nós não podemos é criar um ambiente de conflito, demonizando um lado ou demonizando o outro.

OFF (narrado pelo repórter Heraldo Pereira)
O mesmo texto dos senadores foi aprovado por uma comissão de deputados,. Pelo relatório, a área da reserva Raposa Serra do Sol vai ser reduzia em 30 por cento. Ficam de fora: o Parque Nacional do Monte Roraima, estradas, linhas de transmissão de energia, fazendas de arroz e uma faixa de 15 km na fronteira entre a Guiana e a Venezuela, que engloba o município de Uiramutã.

SONORA (com o deputado Lindberg Farias):
Em faixa de fronteira, isso é um convite à traficantes, à contrabandistas. É o mesmo que dizer que há uma grande porta de entrada no Brasil sem fiscalização de fronteira alguma.

SONORA (com o deputado Fernando Gabeira):
É apenas uma justificativa para explorar melhor as terras dos índios.

PASSAGEM (com o repórter Heraldo Pereira):
A decisão agora cabe ao presidente Lula, que vai esperar o julgamento de um recurso na Justiça Federal. Hoje, ele recebeu de nove ministro um parecer favorável à homologação contínua da reserva, que brevê compensação para Roraima.

JORNAL DA CULTURA – TV CULTURA – REDE PÚBLICA DE TELEVISÃO
Assunto: NOVA DEMARCAÇÃO DA RESERVA RAPOSA SERRA DO SOL
Data: 27.04.04
Tempo: 5 minutos

CABEÇA: (narrada pelo apresentador Heródoto Barbeiro):
Se depender da vontade do Congresso Nacional, a Reserva Indígena Raposa Terra do Sol vai perder trinta por cento do seu território. Comissões da Câmara e do Senado aprovaram hoje a chamada demarcação descontínua do território, onde vivem principalmente os índios Macuxis. Na prática, a posição dos parlamentares serve de pressão para que o Governo Lula defina qual é o tamanho real da reserva.

OFF (narrado pelo repórter):
O relatório do deputado Lindberg Farias foi aprovado por nove votos a favor e apenas um contra. Ele exclui trinta por cento da área da reserva Raposa Terra do Sol, no Norte de Roraima.

SONORA (com o deputado Lindberg Farias):
O Centro do debate aqui é a segurança nacional. E nós não podemos impor limites, criar obstáculo à atuação da Polícia Federal e do Exército em faixa de fronteira.

SONORA (com o deputado Chico Alencar)
O Exercito Nacional tem todo o dever de proteger as nossas fronteiras, até porque as populações de lá são populações nativas nacionais. Essa idéia de que terra de índio é terra de ninguém é uma idéia muito colonialista, inclusive.

OFF (com o repórter):
Pelo relatório aprovado, a área da reserva deixaria de ser contínua. Ficaria de fora uma faixa de 15 quilômetros de extensão, na fronteira de Roraima com a Venezuela e a

Guiana. Terras usadas na agropecuária e o município de Uiramutã, criado há menos de dez anos, dentro da área, também seriam preservados.

SONORA (com a prefeita de Uiramutã)
Pergunta: O município não foi criado depois da área a ser demarcada?
Resposta: Sim, mas foi feita através de plebiscito, em 1995. E o plebiscito está acima de qualquer coisa.

OFF (narrado pelo repórter):
Uma comissão do Senado também aprovou hoje um relatório praticamente igual ao da Câmara. Os dois documentos não têm força de lei. Apenas indicam a posição do Congresso sobre o assunto.

PASSAGEM (com o repórter)
A orientação dos parlamentares é contrária à demarcação feita em 1998, pela Funai, que prevê a reserva Raposa Terra do Sol tenha uma área contínua de mais de dezesseis mil quilômetros quadrados, o equivalente a três vezes o tamanho do Distrito Federal ou sete por cento do estado de Roraima. Na região, vivem quinze mil índios, a maioria Macuxi. Eles vieram a Brasília para acompanhar as votações. E estão divididos.

SONORA (com o índio a favor da demarcação contínua):
Essa divisão não é uma divisão das lideranças indígenas que estão lá, lutando. São índios que são funcionários, que vivem na dependência do estado. Têm salário. Não passam a necessidade que passam lá. Quem vive nas comunidades indígenas. São liderados. Vivem de caça, pesca e roça. É diferente comparar um funcionário que recebe salário todo mês, que vive na cidade, não tem preocupação da situação da questão, que se posiciona contra a própria demarcação e contra o seu povo que está na área.

SONORA (outro índio contra a demarcação contínua):
Ali, os índios são prefeito e vereadores. Ali, os índios são plantadores de feijão. Ali os índios são criadores de boi. Então eles precisam da sua área, não mais como antigamente. De dizer que eles viviam de caça e pesca.

OFF:
O ministro da Justiça e o presidente da Funai defendem a homologação da forma como a terra foi demarcada. E essa parece ser a orientação de um grupo interministerial criado para propor soluções para a questão. O parecer do grupo foi apresentado hoje ao presidente Lula, que é quem vai dar a palavra final sobre a homologação das terras.

SONORA (Presidente da Funai):
Ouvindo a opinião de todos os setores e dos ministérios envolvidos, o presidente Lula tomará a decisão rapidamente.

CABEÇA (narrada pelo apresentador Heródoto Barbeiro)
E o presidente Lula também aguarda o posicionamento da Justiça sobre o pedido de liminar que suspende a portaria que demarcou a reserva Raposa Terra do Sol
Há quem tema que a autonomia dada ao território indígena pode levar os índios amanhã a pedir o reconhecimento da ONU e criarem um enclave dentro do território brasileiro. Isso assusta a muita gente.

CABEÇA (narrada por outro apresentador):
Veja só, Heródoto, nós conversamos também com o jornalista Washington Novaes. Por telefone, ele defende que os índios Macuxis não percam patê da reserva raposa terra do sol.

SONORA (com Washington Novaes - comentaristas da TV Cultura)
Os argumentos contra a demarcação contínua da área Raposa Terra do Sol não resistem a um confronto com a lei, os fatos e os números. Primeiro, os índios ocupavam todas as terras antes das demais pessoas. Segundo, a área já foi reconhecida como deles há muito tempo. Terceiro, os índios são muito mais numerosos ali que os grupos que invadiram a reserva, como os agricultores OU garimpeiros. Quarto, mesmo com a demarcação contínua, ficará fora da reserva no estado um território igual ao de Pernambuco, onde vive uma população vinte e quatro vezes maior que a de Roraima. Que o Governo queira buscar soluções para as pessoas que invadiram a reserva, eu compreendo. Mas não pode ferir os direitos dos índios. Nem a Constituição que lhes assegura as terras que ocupam há séculos.

5.3.1 – Tempo a mais

A apresentação, a edição e o formato de cada uma das reportagens dizem tudo sobre os objetivos de cada emissora. Por isso, consideramos desnecessária uma análise, mesmo superficial, do conteúdo dos dois telejornais. O tempo dispensado para a difusão dessa reportagem já um enorme diferencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação sob o título "Há dimensão pública no jornalismo de uma TV estatal? Análise do telejornal Revista da TV Ceará, mantida pelo Estado" possibilitou um estudo aprofundado sobre as nuances da atuação das TVs de caráter educativo e cultural no Brasil. Por ter sido implantada no Brasil, no dia 18 de setembro de 1950, com o seu caráter comercial, funcionando como um empreendimento da iniciativa privada, para difundir, com esses propósitos, a informação, a cultura e o entretenimento, a televisão chega aos seus 57 anos de atividades no País, com uma enorme bagagem de experiência, levando o seu "know-how" para inúmeros os quatro cantos do mundo. Por estar consolidada a sua atuação comercial no Brasil, como uma empresa que mantém seus negócios em um sistema capitalista, a TV pública ainda é um projeto para ser implantado e ficar raízes nas diversidades cultura das suas regiões.

O processo de desenvolvimento da TV no Brasil foi acelerado no período dos governos militares, de 1964 a 1985, quando foi implantada a infra-estrutura das telecomunicações.

Em março de 1964, Exército, Marinha e Aeronáutica, por meio dos seus oficiais e com o apoio de políticos e empresários, aplicaram um golpe no país, destituindo do cargo o então presidente João Goulart, que assumiu o Governo, em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros. Mattos (2002:42) afirma que "[...] o regime contribuiu para o desenvolvimento da televisão, que se beneficiou da situação social, política e econômica no período de 1964 e 1985".

> Observa-se que os veículos de comunicação de massa, principalmente o rádio e a televisão, foram usados por militares para promover a nova ordem social e o desenvolvimento. O regime usou a mídia eletrônica a fim de construir o espírito nacional baseado na

> preservação das crenças, culturas e valores. Foi também através da mídia que as aspirações e conceitos de desenvolvimento, paz e integridade do regime de exceção foram impostos à população brasileira. A fim de que suas mensagens atingissem a população inteira e que esta prova de modernidade, a televisão, pudesse expandir através do território nacional, os governos militares investiram no melhoramento das condições técnicas e operacionais das telecomunicações (MATTOS, 2002:42 e 43).

Ao mesmo tempo em que implantava a infra-estrutura adequada para o desenvolvimento das telecomunicações, oferecendo concessões de canais de televisão à iniciativa privada, o Governo Federal recorreu à tecnologia da televisão para criar alternativas para a expansão da educação básica. Em julho de 1965, o Ministério da Educação e Cultura, segundo Mattos (2002:180), formalizou o pedido de reserva de cem canais de televisão para fins educativos, muitos dos quais foram concedidos às Universidades Federais e aos Governos Estaduais. Em outubro de 1966, assinou o Decreto 59.366, instituindo o Fundo Nacional de Financiamento de Televisão Educativa. Em 1967, realizou os primeiros estudos para implantação de sistema doméstico de comunicações por meio de satélite, elaborando o projeto Saci (Projetos Avançados de Comunicações Interdisciplinares), para fins de educação (Mattos, 2002:182). Em junho de 1968, foi criada a primeira TV educativa do país: a TV Universitária de Pernambuco, mantida pela Universidade Federal de Pernambuco. Segundo Fort (2005:96), nos sete anos seguintes, foram implantadas mais oito TVs educativas no Brasil: TV Cultura de São Paulo (vendida pelos Diários Associados ao Governo Estadual), TVE Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão e Rio de Janeiro, TV Universitária do Rio Grande do Norte (TV Universitária, mantida pela UFRN) e TVE Rio Grande do Sul. Em todo esse período, não se tem notícia ou registro oficial sobre iniciativas para implantação de um sistema de televisão pública, nos moldes do que foi implantado na Europa, principalmente na Inglaterra[59], justamente porque no

[59] Leal Filho (1997:17, 18, 19 e 20) explica que as origens do modelo europeu de rádio e televisão estão fundamentadas em três fontes de apoio: cultural, técnica e política. "As razões de origem cultural estão presentes nos discursos do primeiro diretor geral da BBC, John Reith, que as colocava em oposição às propostas comerciais e às interferências políticas. Dizia ele, por exemplo, em 1926, que ' fazer dinheiro não era negócio do rádio', e, ao mesmo tempo, exigia independência do 'governo do dia', afirmando que um dos objetivos do novo veículo era 'propiciar a criação de um eleitorado mais inteligente e iluminado [...]. A segunda razão é de ordem técnica e está no fato de os estados-nacionais deterem o controle do espaço por onde transitam as ondas de comunicação e, mais do que isso, serem responsáveis do seu uso, caso contrário, a superposição de freqüências tornaria todo o sistema caótico [...]. A terceira razão é de natureza política. O momento da implantação do sistema público de rádio na Europa ocidental coincidia com o crescimento do fascismo, do nazismo e do comunismo no continente; com a crise econômica mundial que culminaria com a quebra da Bolsa de Nova York e o fim da República de Weimar; com a

Brasil o referencial de televisão foi o dos Estados Unidos[60]. surgimento da ABEPEC e início dos debates sobre o desenvolvimento do conceito de TV pública no Brasil, a partir da existência das TVs de caráter educativo e cultural, sem o víeis comercial, despertaram o nosso engajamento nessa temática, por entendermos que o telespectador brasileiro estava carente de um segmento da televisão que pudesse contribuir para a construção da cidadania participativa e responsável, fazendo com que a sociedade exija dos poderes constituídos o cumprimento dos preceitos constitucionais. A motivação por decidir pelo trabalho da pesquisa nessa temática deve-se ainda ao trabalho monográfico que realizamos no curso de especialização em Gerência Executiva de Marketing, no período de 2000-2001, sob o título "Como o Plano de Marketing pode gerar receitas para as TVs Educativas e Culturais: o caso da TV Ceará". Esse trabalho permitiu mergulhar mais afundo na realidade das TVs educativas e culturais, no sentido de identificar alternativas para a sua viabilidade econômica, buscando a articulação com parceiros da iniciativa privada e do setor governamental. Sob a orientação da professora doutora Cláudia Burramara Abreu, conseguimos elaborar uma pesquisa que apontou para projetos na área de marketing, cuja realização resultaria na obtenção de ovas receitas financeiras para a produção de programas jornalísticos e culturais para uma emissora que buscava a dimensão pública na sua estrutura estatal.

As TVs educativas foram constituídas pessoas jurídicas de caráter público, mas sua programação jornalística tendeu a direcionar suas ações para cumprir o cotidiano das atividades governamentais ou institucionais, conforme a sua respectiva vinculação administrativa. Uma emissora de personalidade jurídica de direito público implica a sua condição de emissora considerada estatal, cujo conceito, conforme Cunha Lima (2002, p. 262), aponta para uma televisão que tem sua gestão e o conteúdo da sua programação sob controle do Estado, por meio dos seus três poderes constituídos - Executivo, Legislativo e Judiciário. Como recorte da temática, vamos focar a programação jornalística da TV Ceará, uma emissora mantida pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Cultura. Vamos trabalhar especificamente na

---

grande agitação dos trabalhadores em todo o mundo, como conseqüência do surgimento da União Soviética e com o crescimento da 'miséria', fome e desespero na periferia das grandes cidades européias'.

[60] Mattos (2202:27) explica as razões pelas quais o Brasil seguiu o modelo americano de TV: "[...] nos anos sessenta, tanto a Unesco como os Estados Unidos estavam aconselhando a utilização dos meios de comunicação de massa para promover o desenvolvimento nacional. Países desenvolvidos como os Estados Unidos serviam de modelo para os subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento. É bom lembrar que durante os anos cinqüenta e sessenta, o conceito de desenvolvimento era centrado no crescimento econômico e a industrialização acelerada como o principal fator de desenvolvimento".

análise do único telejornal da emissora, em exibição desde o final dos anos 1990 até 2007. Serão analisadas dez edições do telejornal *Revista*, escolhidas aleatoriamente. Trata-se de uma revista eletrônica que faz parte da programação diária da emissora, de segunda a sexta-feira, exibido no horário das 12 horas às 12h30min, produzido pela equipe de telejornalismo da emissora. A TV Ceará desenvolveu durante quase 30 anos, desde a sua fundação em março de 1974 até o segundo semestre de 2005, um sistema de educação formal à distância, para atender a alunos do ensino fundamental da rede pública. A programação educacional ocupa os horários da manhã e tarde da grade da emissora. No período de 2003 a 2006, o Revista, com trinta minutos de duração, foi o único telejornal exibido na emissora.

Com análise das dez edições do telejornal, em que se comprova a tendência demasiada de abertura de espaço para as notícias da agenda das políticas pública definidas pelo Governo Estadual, encontramos a repostas para a hipótese, segundo a qual há dimensão pública no jornalismo de uma TV estatal, como a TV Ceará, com base no que se apurou das reportagens e informações veiculadas nas edições diárias do seu telejornal Revista, aleatoriamente selecionadas, em espaço de tempo, que contemplou os dias 21, 22 e 23 de fevereiro de 2003; 18, 19 e 20 de setembro de 2003 e 21, 22, 23 e 24 de outubro de 2003. Há ainda uma análise comparativa entre telejornais de duas emissoras: uma comercial e outra de caráter cultura e considerada pública.

Analisamos um item em forma de reportagem ou entrevista, de cada uma das dez edições do telejornal *Revista,* escolhido aleatoriamente, com o propósito de reunir os elementos e argumentos para responder ao questionamento da nossa dissertação: *Há dimensão pública no jornalismo de uma TV estatal?* Cada uma das dez edições do Revista tem uma média de oito temas distintos abordados, entre reportagens (com todos os seus elementos, narração do repórter com imagens do local onde o fato ocorreu e entrevistas), notas simples (notícia sem imagens), notas cobertas (notícias narradas pelo apresentador, com imagens sobre o assunto) e entrevistas no estúdio, ao vivo. O tempo de duração de cada edição varia entre 20 minutos e 30 minutos. Cada reportagem tem dois minutos de duração. Geralmente são quatro reportagens e duas entrevistas, estas com o tempo de dois minutos. Uma das edições, a do dia 25 de fevereiro de 2003, contou com uma terceira entrevista especial, gravada antecipadamente, com o tempo de três minutos. O comentário esportivo, com duração de dois minutos, também faz parte do roteiro diário do telejornal, de responsabilidade de um profissional experiente do setor, sobre o desempenho dos times na partida do dia

anterior ou sobre a escalação dos que ainda disputarão uma nova rodada de jogos, na disputa do campeonato cearense de futebol. Um assunto de interesse do estado está sempre em pauta, por meio de reportagem, nota simples, nota coberta e/ou entrevista. É justamente na abordagem dessa temática que se pode ou não comprovar a hipótese do presente trabalho sobre a existência de dimensão pública no jornalismo de uma emissora estatal. O estudo sobre TV pública, TV Estatal e televisão no Brasil ainda é incipiente. Por isso, as novas contribuições de pesquisadores no futuro próximo dará uma direção no sentido de fazer com que no Brasil a sociedade possa desfrutar da programação de um segmento de emissoras que tenham como princípio o debate, a exposição, a polêmica e a descoberta de tema e assuntos de interesses plurais, conforme somos todos nós que fazemos a nação brasileira, cheia de contrastes e muito ainda o que apreender a viver coletiva e solidariamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBURGER, Esther. **O Brasil antenado – a sociedade da novela**. Rio de Janeiro:Jorge Zarar Ed, 2005.

BERNARDO, Kucinski. **A síndrome da antena parabólica – ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Mercado Brasileiro de Televisão** – 2 ed. ver. e ampl. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe; São Paulo: EDUC, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique (Presidência da República). **Plano Diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DAHLGREN, Peter. SPARKS, Colin. **Comunicação e cidadania – jornalismo e esfera pública**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1991. Tradução de Inês Romano.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tradução de Flávio R. Kothe: Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques**: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância – a tecnologia da esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARKUN, Paulo. "**Meu querido Vlado** – a história de Vladimir Herzog e do sonho de uma geração. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MORAIS, Fernando. **Chatô – o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira** – uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIN, Edgar. KERN, Anne-Brigitte. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEAL FILHO, Laurindo. **Atrás das câmeras – relações entre cultura, estado e televisão**. São Paulo: Summus, 1988.

LIMA, Jorge da Cunha. **Cultura pública – a organização política do s**onho". São Paulo: Editora Senac, 2002.

RINCÓN, Omar (org.). **Televisão pública: do consumo ao cidadão**. São Paulo: Projeto Latino Americano dos Meios de Comunicação, 2002.

SARTORI, Giovanni. "Homo videns – televisão e pós-pensamento". Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**. São Paulo: Summus, 1985.

PINSKY, Jaime, Carla Bassanezi (orgs.). "**História da cidadania**". São Paulo: **Contexto, 2003.**

Constituição da República Federativa do Brasil. Anne JoyceAngher (coord.). 10 ed.. São Paulo: Rideel, 2004.

Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD – IBGE, 2004.

Publicação com as palestras dos autores que participaram do V Encontro Latino-Americano de Rádios Nacional. Rio de Janeiro, 2005.

Internet

www.eticanatv.org.br.
Capturado em 25.01.06
www.observatoiodaimprensa.com.br.artigo/dinnes.
Capturado em 30.01.06
www.pedagogiadefora.pro.br.
Capturado 29.01.04
www.tvgazeta.com.br/historia/comeco.php.
Capturado em 19.03.06
www.unb.br\ceam\deputado.html.
Capturado em 30.01.06
www.usp.br/jorusp/arquivo/2001/jusp557/caderno/cultura01.html.
Capturado em 30.01.06
www.uol.com.br, edição on line de 18.09.1997.
Capturado em 26.01.06

Periódicos

“Notas sobre el Estado, la cultura nacional y lãs culturas populares”, Cadernos Políticos, México).

ANEXOS

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CULTURA

FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ
FUNTELC – TV CEARÁ

RELATÓRIO MEMORIAL PARA SECRETÁRIA CLÁUDIA LEITÃO

JANEIRO DE 2003

1. QUADRO ATUAL

A - PESSOAL

1 – Nº SERVIDORES DO QUADRO.....133
2 – Nº SERVIDORES EM ATUAÇÃO.....100
3 – Nº SERVIDORES A DISPOSIÇÃO (22) /LICENÇA(10).....33
4 – Nº SERVIDORES TERCEIRIZADOS (APOIO/VIGILÂNCIA).....22

B - EQUIPAMENTOS

1 – ILHAS DIGITAIS DVC PRO – PANASÔNIC.....02
2 – REC/PLAY DVC PRO PANASONIC.....04
3 – REC/PLAY BETACAM SONIC.....02
4 – MESA CORTE DIGITAL SONY.....01
5 – CÂMARAS STÚDIO DIGITAL SONY.....03
6 – CÂMARA EXTERNA DIGITAL DVC PRO PANASONIC.....02
7 – DIGIMASTER TARGA 1000 PRO (GERENCIADOR INTERVALO).....01
8 – MICROFONES SEM FIO.....20
9 – EQUIPAMENTO COMPLETO PARA EXTERNAAO VIVO.....01
10 – ILHA U-MATIC SONY.....01
11 – REC/PALY UMATIC-SONY.....04

C – ESTAÇÕES RETRANSMISSORAS

1 – Nº ESTAÇÕES.....152

- CONTRATO STAR ONE (EMBRATEL) SATÉLITE BRASIL SAT 1, COM **VALOR MENSAL DE R$ 52.241,33**

- CONTRATO COM TELEMAR IMPLANTAÇÃO/OPERAÇÃO/MANUTENÇÃO DO SISTEMA SATÉLITE, NO **VALOR MENSAL DE R$ 121.229,21**

D – VIDEOTECA
(Arquivo organizado com software exclusivo)

1 – Nº FITAS ARQUIVADAS COM IMAGENS (aproximadamente).....9.000
2 – Nº FITAS NA TVC VÍDEO PARA ALUGUEL (aproximadamente)...1.800
3 – Nº APARELHOS DE VIDEO-CASSETE PARA COPIAGEM..... 30
4 – Nº DE USUÁRIOS EM 2002.....5.597
5 – Nº DE FITAS ALOCADAS EM 2002.....7.741

E - SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

A TV Ceará é mantida pela Fundação de Teleducação do Ceará, com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria da Cultura do Estado, e funciona há 28 anos (no dia 7 de março completará 29 anos), como uma verdadeira TV Escola. Até julho de 1993, a emissora, com o nome de TV Educativa, era vinculada a Secretaria da Educação

O Governo do Estado decidiu desvincular a FUNTELC da Secretaria da Educação, para permitir que o gerenciamento da emissora fosse feito por profissionais especializados, reservando para a equipe pedagógica a área da sua competência: o conteúdo das aulas. Por isso, transferiu o órgão para a Secretaria da Cultura.

A concessão do canal foi outorgada pelo Governo Federal ao Governo do Ceará para transmitir aulas. A emissora atua como repartição pública: os seus 122 servidores (dos quais 101 em exercício e 21 à disposição de outros órgãos) são funcionários públicos, regidos pelo Regime Jurídico Único.

O resultado operacional da TV Ceará reflete a incompatibilidade de atuação entre uma repartição pública e uma emissora de televisão:

1) a mentalidade e a cultura do seu pessoal é predominantemente de servidor público e não de profissional de uma televisão;
2) o senso comum é o fundamento do pensamento da grande maioria das pessoas;
3) a capacitação e o treinamento são aproveitados por poucos;
4) o comprometimento com o trabalho é prejudicado pela burocracia administrativa, típica de uma repartição pública;
5) todas as suas normas administrativas e operacionais (atividades fins e atividades meios) são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas do Estado;
6) a produção de programa está comprometida pela falta de pessoal e de equipamentos suficientes para atender às demandas normais de uma emissora de televisão; além disso, toda equipe que se deslocar para o Interior, para produção até mesmo de reportagens, recebe diárias; o volume mensal de pagamento de diárias é limitado pela Secretaria da Fazenda;
7) Os carros para uso da reportagem (Duas D-20 – cabina dupla - Chevrolet e duas Kombis, não são renovados há 10 anos). Ao todo, a FUNTELC dispõe de 17

veículos em sua frota, inclusive um Fiat Pálio 2003 (quatro portas), para uso do Presidente e uma moto; microônibus para transmissão ao vivo ou gravação e oito D-20, cabina simples, para uso da manutenção das estações retransmissoras;

E.1 - CARÊNCIA DE PESSOAL

Há carência de pessoal das áreas fins da emissora: Produção, Programação e Operação, além da área de Engenharia. E há excesso de pessoal também nas três primeiras áreas, porque não se enquadram no trabalho, pelos seguintes motivos, entre outros: não têm interesse em aprender, desqualificação, dificuldade no relacionamento em equipe e revolta pessoal.

Para contratar pessoal, o único meio legal, conforme a Constituição de 1988, é o concurso público, que não vem sendo realizado. O setor de jornalismo, mesmo com problemas crônicos, só funciona, mesmo com precariedade, com a participação de oito estagiários (bolsistas) do Curso de Comunicação Social da UFC, que assumem as funções de repórteres e de apresentadora do único telejornal (diário, de segunda a sexta, não é apresentado no sábado porque servidor público não trabalha nesse dia e não é possível pagar hora extra). Só existe uma repórter que é servidor.

O corpo de servidores da Redação – cinco jornalistas pela manhã – gerente, produtora e três editores, e três à tarde – é insuficiente para atender a demanda. Na Gerência de Criação e Divulgação há três jornalistas : a gerente e duas redatoras. Há muitas particularidades

a) há um servidor, com a função de redator, que se recusa a escrever no computador e faz questão de manifestar a sua revolta contra a empresa e seus superiores, por isso não faz nada e passa todo o seu horário de trabalho (das 14 às 20 horas), no pátio externo, espalhando seu ódio;
b) há jornalistas que falta pelo menos um dia na semana; e nos outros dias, quando falta, não avisa;
c) há casos em que funcionário da área de Operação (reportagem externa) danificou três vezes as câmaras de reportagens. Nas duas primeiras, o corporativismo impediu que fossem tomadas providências cabíveis. Mas na última, foi aberta uma comissão de sindicância, embora não tenha apontado diretamente nenhum responsável. Foi aberto um inquérito policial, já concluído – sem apontar um culpado, mas com indícios de negligência por parte de outros - e encaminhado ao Ministério Público, que ainda não se pronunciou quanto a abertura de ação judicial;
d) por ter esmurrado o Gerente de Recursos Humanos, no dia 17 de agosto de 1999, um cinegrafista foi condenado pela Justiça (ele escolheu comprar cestas básicas para uma instituição filantrópica ao invés de prestar serviços comunitários durante seis meses); respondeu à sindicância interna e ao inquérito administrativo, na Procuradoria Geral do Estado. O resultado do inquérito foi encaminhado na segunda quinzena de dezembro último (depois de três anos), com duas alternativas: demissão e encaminhamento ao Ipec, para verificar se o servidor sofre de problemas de saúde. A direção da FUNTELC optou pela demissão, que o fez na última semana de dezembro último, em função do histórico do referido servidor e sua ficha funcional, repleta de caos de atos incompatíveis com o comportamento de um servidor público;

e) dois servidores furtaram três fitas de vídeo VHS, da sala de gravação e exibição. Depois de aberta a comissão de sindicância, um deles confessou tudo. O resultado foi a suspensão dos dois: um por 15 dias e o outro, por 30 dias;
f) há servidores com desvio de função: a sua função original é diferente da exercida atualmente. Por exemplo: um servidor tem a função de vigia, mas atua como auxiliar de cinegrafista, sem que seu salário seja modificado. Ele continua recebendo como vigia, que tem um salário inferior do que o de auxiliar de cinegrafista. As mudanças de salário e de cargo só podem ser feitas, legalmente, se o servidor for aprovado em concurso público. Em todos os casos de desvio de função, o servidor desempenha com profissionalismo a nova função, sem que seja correspondido com o aumento salarial, constituindo uma enorme injustiça;
g) pelo registro de alguns casos, há servidores que precisam fazer análise psicológica, porque estão sempre esperando que a direção da empresa resolva seus problemas particulares: falta de dinheiro para pagar as contas, problemas familiares (com o cônjuge e/ou filhos). Por isso, não atentam para o fato de cumprirem com as suas obrigações de servidores públicos; uma parte só está preocupada em cobrar os seus direitos, como se não houvesse obrigações a cumprir;
h) há um problema histórico na área de Recursos Humanos: qualquer gerente que atuar nessa área será chamado de "gerente de recursos desumanos", justamente porque a voz corrente é a de que o Gerente de RH tem de atender a todos os pedidos que dizem respeito aos direitos dos servidores. E como o gerente tem de cobrar também as obrigações de cada um, é geralmente incompreendido. O cargo de Gerente de RH ficou vago em dezembro último, depois que o então ocupante do cargo, Irisnaldo Oliveira, servidor da UECE, pediu para retornar à Universidade, pelas inúmeras ameaças de morte que recebeu do ex-servidor Hermenegildo (que o agrediu fisicamente, e foi demitido no início de janeiro deste ano). Irisnaldo fez um trabalho importante, pois logo que assumiu, em 1997, conseguiu colocar em dia os relatórios de avaliação de desempenhos dos servidores, atrasados há cinco anos. Além disso, coordenou os processo de treinamento, organizou a gerência, deu vazão às demandas dos processo de aposentadoria, entre outras atividades;
i) Mas há coisas boas: um grupo de servidores, pelo menos 40 de um total dos 101 que atuam atualmente, é engajado e comprometido. São os que eu chamo de profissionais, pois cumprem a sua missão profissional, sem o corporativismo do serviço público e sem misturar as suas obrigações com os seus direitos.

E.2 - ÁREA FINANCEIRA

A FUNTELC tem captado recursos próprios, que entra na conta única do Estado, com a rubrica da fonte 70. No exercício de 2002, ficou acumulado um saldo de contas a pagar, já contabilizado perla Secretaria da Fazenda e registrado na Secretaria do Planejamento. Há também um saldo de caixa no valor de R$ 300.000,00, referente a receitas próprias (fonte 70). A Secretaria da Saúde repassou, na Segunda quinzena de dezembro de 2002, o valor de R$ 30.000,00, para cobrir a produção do programa MEGAFONE(exibido aos sábados, das 11 às 11h30min), produzido pelo Encine, uma organização não-governamental. O programa foi uma das melhores realizações na TV Ceará no último ano, porque preencheu uma lacuna na programação, pois é voltado para o público adolescente e conta com a participação de alunos da escola pública.

O total de restos a pagar, referente ao exercício de 2002, não liberados pela SEFAZ, é de R$ 142.410,75, dos quais R$ 121.229,21 são referente ao contrato de prestação de

serviços pela Telemar; R$ 6.154,75 são para pagamento dos monitores das Vilas Olímpicas e R$ 15.026,70 são referentes à fornecedores e prestadores eventuais de serviços.

F - PRIORIDADE PARA EDUCAÇÃO

Embora tenha mudado de nome, a TV Ceará continua dando prioridade à educação na sua programação. No início do atual Governo, em 1999, a intenção era que a TV Ceará voltasse sua programação exclusivamente para a Educação, retirando da grade os programas jornalísticos e de cultura. Mas gestões do secretário da Cultura e Desporto, Nilton Almeida, resultaram na manutenção dos programas culturais e jornalísticos.

Mesmo assim, a educação ampliou seu horário na programação, passando de nove horas diárias para 11 horas, ocupando parte do chamado horário nobre da televisão: das 19 horas às 20h30min. Esse horário poderá voltar a ser ocupado pela programação jornalística e cultural, conforme informações da Secretaria da Educação Básica, transmitidas agora em janeiro de 2003, porque a Fundação Roberto Marinho distribuiu as fitas de cada aula do Telecurso 2000 para cada sala de aula do programa Tempo de Avançar. Mas em 2000, a emissora passou transmitir a sua programação nas 24 horas. Das 18 horas da sua programação nos turnos da manhã, tarde e noite, perfazendo um total de 18 horas, 11 horas são dedicadas à educação formal.

Atualmente, estão matriculados cerca de 500 mil alunos no sistema de telensino. Desse total de alunos, 350 mil (crianças de mais de 2 mil escolas públicas estaduais e municipais nos 184 municípios cearenses) assistem aos módulos de aula das séries terminais do ensino fundamental (da 5ª e 8ª série) e 150 mil (jovens e adultos) assistem aos módulos do Telecurso 2000, da Fundação Roberto Marinho. Quanto a estes, eles integram o programa da Secretaria da Educação Básica chamado Tempo de Avançar, que permite que jovens e adultos concluam o ensino fundamental e ensino médio, respectivamente, durante um ano.

Desde que a área pedagógica da FUNTELC foi transferida para a Secretaria da Educação, a emissora não recebeu recursos financeiros para a renovação e modernização dos seus equipamentos. A Secretaria da Educação tem orçamento suficiente para atender a um órgão do Governo do Estado que lhe presta serviços essenciais, como a FUNTELC, já que o orçamento da Secretaria da Cultura é insuficiente para atender as suas demandas, por ser, historicamente, um dos menores de todas as Pastas do Governo.

Em 2001, a Secretaria da Educação incluiu o sistema de telensino, inclusive com a inclusão da mudança de equipamentos, nos projetos a serem financiados pelo Banco Mundial. Foi feita uma avaliação do sistema e o Banco Mundial decidiu financiar o telensino, desde que haja uma reformulação na concepção e operação do programa.

G – SÍNTESE DAS REALIZAÇÕES 1995 - 2002

Recursos Humanos

1) Os treinamentos e capacitações, como o Programa de Desenvolvimento de Equipes e Programa de Desenvolvimento de Liderança;
2) Alfabetização de um grupo de servidores, coordenada pela professora aposentada Gilca Rosas;
3) Incentivo ao ingresso de 16 servidores à Universidade Vale do Acaraú;
4) Atualização da avaliação de desempenho dos servidores;
5) Novo sistema de controle de ponto;
6) Nova estrutura organizacional, com a criação das gerências;
7) Convênio com a UFC, para contratação de estagiários em Jornalismo, permitindo a produção de reportagens para o telejornal e programas;

Área Administrativa:

1) Unificação da sede da emissora, com a reforma e manutenção da antiga sede;
2) Modernização da TVC Vídeo;
3) Nova central telefônica, com a ampliação da rede, e implantação de novos ramais;
4) Informatização da redação;
5) Ampliação de novas receitas financeiras, com a realização de serviços e a inserção de apoio cultural e patrocínio de empresas privadas;
6) Organização da videoteca, onde estão catalogadas mais 9 mil fitas (Umatic, DVC pro e Betacam), com a criação de um programa (software) específico, permitindo que sejam identificados, com rapidez, programas ou imagens arquivadas;
7) Reforma e modernização da rede elétrica, com o racionamento do uso de aparelhos de ar-condicionado;
8) Absorção oficial das atividades do Instituto Dragão do Mar e das Vilas Olímpicas, para permitir a sua viabilidade como programas da secretaria da Cultura e Desporto;
9) Elaboração do novo Estatuto da Funtelc (na fase de conferência na Procuradoria Geral do Estado, para publicação no Diário Oficial);
10) Regularização da escritura do terreno onde está construída a sede da FUNTELC;

Área de Engenharia (investimento com receitas próprias de aproximadamente R$ 650.000,00):

1) Nova antena de 13 painéis (a antiga tinha 8 painéis);
2) Três câmaras do estúdio
3) Novo sistema de iluminação
4) Novos cenários e vinhetas
5) Duas câmaras digitais externas
6) Uma mesa de corte
7) Duas ilhas de edição digital
8) 20 microfones
9) Sistema digimaster (computador para o controle das chamadas das faixas de intervalo);
10) Reforma e modernização do caminhão da unidade móvel;
11) Implantação do sistema de satélite, com a criação de 20 novas estações;

Área de Programação:

1) Ampliação do horário de programação, passando para 24 horas (a primeira emissora do Ceará a tomar essa iniciativa);
2) Criação de novos programas: Encontro Marcado, Falando Sério, Programa da Família, Conectando, Novos Conceitos;
3) Criação do programa Estação XXI, com a participação de alunos do Curso de Comunicação Social da UFC;
4) Filiação da TV Ceará, como fundadora, à Associação das Emissoras Públicas Educativas e Culturais – ABEPEC, que possibilitou à TV Ceará fazer parte da Rede Pública de

Televisão, gerando novas receitas financeiras referente às inserções de publicidade institucional do Governo Federal;
5) Criação do novo telejornal Revista, com novos quadros;
6) Ampliação do horário da educação formal, passando de 7 horas para 11 horas diárias, priorizando a Educação na programação da emissora, conforme as políticas públicas do Governo;

2. PROPOSTAS

Na condição de dirigente da Fundação de Teleducação do Ceará, nos últimos 7 anos (de outubro de 1995 a dezembro de 2002), coordenei os avanços registrados na programação da TV Ceará. Nos últimos sete anos, o aperfeiçoamento da grade de programação vinha sendo permanente, pois com freqüência novos programas eram lançados, com adaptação de antigos programas, renovação de quadros, vinhetas, cenários e de novos arranjos musicais para as trilhas sonoras.

A programação passou a ser difundida durante 24 horas, abrindo oportunidade para os telespectadores notívagos; o sinal passou a ser transmitido via satélite, cuja qualidade é incontestável; os valores e as raízes culturais ganharam novos espaços e a programação jornalística tem buscado se adequar aos novos conceitos de jornalismo de TV pública. Muito embora a produção de programas locais teve uma redução significativa, pela carência de investimentos, de contratação de pessoal e de equipamentos.

A sociedade cearense poderia ganhar mais espaços na TV Ceará, caso o Governo do Estado decidisse realizar a sua mudança institucional, qualificando uma Organização Social para gerenciar o serviço da TV pública do Estado. Um meio de comunicação social, como a TV Ceará, com sua relevante abrangência em todo o Estado do Ceará poderia oferecer à população uma programação de conteúdo de melhor qualidade, que tivesse maiores condições de enriquecer seu saber e a alma do seu telespectador. Por não ser uma emissora comercial e não se sujeitar às regras do mercado, a TV CEARÁ reúne condições peculiares de executar essa proposta no Estado. Institucionalmente, atua como uma TV estatal, embora busque indiretamente adequar-se aos objetivos de uma TV pública, voltada para a cidadania.

A mudança nos conteúdos programáticos poderia também contemplar a sua mudança institucional, deixando de ser uma emissora estatal para ser uma TV pública, com um modelo de gestão de uma Organização Social (OS), que presta serviços de interesse público, como atualmente atua o Centro Cultural Dragão do Mar, que é administrado por uma OS chamada Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC). O Governo do Ceará, que se rege por legislação específica, aprovada pela Assembléia Legislativa, em 1997, adotou outras duas organizações sociais - O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) e o Instituto Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CENTEC).

O potencial educacional da emissora poderia ser melhor adequado às novas tecnologias que surgiram e estão surgindo, como a Internet de banda larga (de alta velocidade), que permitem uma maior interação com a televisão. Essas nova tecnologia teria menos grau de dificuldade em chegar às escolas públicas do Ceará, porque já começaram a ser interligadas à rede mundial de computadores.

A existência da TV Ceará, como emissora geradora, vem sendo condicionada ao longo dos últimos 28 anos pelo Governo do Estado ao seu papel educativo que atualmente

desempenha. O telensino tem se mantido nesse tempo, em que a emissora procurou aperfeiçoar, nos últimos anos, a sua infra-estrutura física adotada a partir de 1974, com estações de retransmissão nas sedes urbanas municipais e nos distritos mais numerosos da zona rural. O resultado foi a criação de uma rede de televisão, formada por 150 estações, espalhadas por todas as regiões do Estado, beneficiando mais de duas mil escolas das sedes e parte dos distritos de todos os 184 municípios cearenses.

O sinal da TV Ceará, o órgão de difusão da política pública do telensino, levado às 150 estações via terrestre até o final de 1999, passou a ser transmitido via satélite. Isso representou um investimento, no período de cinco anos, no valor aproximado de R$ 5 milhões. A decisão representou um passo importante do programa de telensino adotado pelo Governo do Estado. O Ceará e o Maranhão são os únicos Estados brasileiros – dos 18 que mantêm uma emissora educativa - a adotarem o sistema de teleducação para o ensino formal de seus alunos do ensino fundamental.

Para conquistar espaço, mostrando a sua missão institucional, as TVs educativas, cuja maioria tem vinculação com os Governos ou Universidades dos seus respectivos Estados, criaram a Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC), registrada oficialmente em cartório em 1998. Desde então, a ABEPEC vem difundindo o conceito de TV pública no País, que vem sendo construído com base na experiência das emissoras associadas da ABEPEC e da AITED (Associação Internacional de Televisões Educativas e de Desenvolvimento), com sede na França e integrada por emissoras americanas, alemãs, latino-americanas, asiáticas, indianas e africanas.

Com isso, a ABEPEC vem debatendo e construindo o conceito de TV pública no Brasil, onde a maioria das TVs educativas e culturais é de caráter estatal, pois sua estrutura e operação estão vinculadas diretamente ao Governo do Estado, sem que a sociedade tenha ingerência direta na sua programação. A TV Cultura de São Paulo e a TV Educativa do Rio Grande do Sul são dois exemplos formais isolados de TV Pública no Brasil, porque têm atuado nesse sentido, não deixando que o Governo do Estado, que destina verbas orçamentárias, interfira na sua administração e programação. As outras emissoras associadas têm buscado seguir, mesmo que informalmente, o modelo de TV Pública, muito embora tenha que haver mudanças institucionais radicais para formalmente agir como TV pública.

2.1 - A IMPORTÂNCIA DA TV PÚBLICA NA SOCIEDADE

Os principais países do mundo, como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos criaram emissoras de televisão como suporte para difundir programas que contribuam para a formação da cidadania do seu povo. A programação das TVs públicas nos países da Europa e dos Estados Unidos dá ênfase à cultura, ao comportamento, às raízes da sua formação cultural, às experiências comunitárias e à educação informal.

Pelo compromisso público, essas emissoras focam a sua programação na sociedade, no cidadão, sem levar em conta as exigências do mercado e dos consumidores, para evitar que sejam reféns da lógica mercadológica, que no mundo todo tem pautado a programação das TVs comerciais, que têm buscado a audiência universal: todo mundo, ao mesmo tempo e o tempo todo.

A guerra da audiência nas TVs comerciais tem provocado um efeito preocupante entre os seus próprios telespectadores e autoridades responsáveis pela regulação das concessões públicas: a queda na qualidade dos programas, de entretenimento, noticiosos, musicais e dramaturgia, entre outros gêneros. Isso tem gerado reações na sociedade, por conta do que se chama de inversão de valores: o que é certo, o que é errado, aos princípios éticos e morais e aos direitos das crianças e dos jovens, e o papel da família e da escola, entre outras questões.

O Brasil tem um caso único de TV pública: a TV Cultura de São Paulo, que é mantida pela Fundação Padre Anchiêta, instituída em 1969, pelo Governo do Estado de São Paulo, com personalidade privada, sem fins lucrativos. Uma emenda constitucional, aprovada na segunda metade dos anos 90, determina que o poder público está proibido de instituir fundação de direito privado, podendo fazê-lo somente se for de direito público.

Mesmo sendo uma fundação de direito privado, a programação da TV Cultura é reconhecida em todo o País, por se pautar pelo interesse público, da sociedade. Por isso, seus programas são referenciais nacionais de qualidade, conforme citação de personalidades do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, de parlamentares, artistas, intelectuais e gente do povo.

O Estado do Ceará tem uma única emissora de televisão de caráter educativo e cultural. A TV Ceará, mantida pela Fundação de Teleducação do Ceará, de direito público, criada pelo Governo do Estado, em março de 1974, como TV Educativa. Mesmo com a mudança de nome, em 1993, a emissora nunca deixou de ser uma TV educativa, porque mantém, desde a sua criação, sua programação educacional, que já formou mais de um milhão de alunos, das séries terminais do ensino fundamental, chamada de telensino, uma segmentação do ensino à distância.

A diferença entre a TV Cultura de São Paulo e a TV Ceará é enorme. O modelo institucional, a produção dos seus programas e a relação com os funcionários são, entre outros, fatores fundamentais nesse processo. A TV Cultura é controlada por um Conselho Curador, sem nenhuma ingerência do Governo de São Paulo. São os conselheiros, através do voto, que escolhem o diretor presidente e o superintendente da Fundação. E o presidente escolhe os diretores. A TV Ceará é controlada pelo Governo do Estado, que nomeia seus dois principais dirigentes, presidente e coordenador executivo, além de nomear os integrantes do Conselho de Administração, cabendo ao presidente a escolha dos gerentes das áreas.

Os funcionários da TV Cultura são contratados através da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sem a necessidade de concurso público, mas através de uma seleção e podem ser substituídos sempre que seu desempenho deixar de ser adequado. A TV Ceará faz parte da administração indireta do Estado e funciona como uma repartição pública, em que seus funcionários são servidores públicos, regidos pelo Regime Jurídico Único.

Para ser contratado para trabalhar na TV Ceará, o funcionário tem de fazer um concurso público, prática que há 20 anos não é exercida pela emissora. E a demissão de qualquer funcionário só pode ser feita após passar por uma comissão de sindicância, de âmbito interno, e um inquérito administrativo, este realizado por procuradores da

Procuradoria Geral do Estado, com uma duração mínima de um ano (há casos do processo se estender por até três anos), correndo o risco de a decisão ser contestada na Justiça, com a reintegração do servidor por ordem judicial.

Mesmo com as amarras, a TV Ceará consegue ser vista pelo telespectador como uma emissora que mantém uma programação de qualidade, voltada para o interesse público, dando ênfase ao entretenimento, através de difusão de programas culturais, ao jornalismo, através de noticiosos, debates e documentários, e educativos, por meio da teleducação. Na condição de TV estatal, a TV Ceará tem procurado assumir, com timidez, o papel de TV Pública, porque busca dar ênfase aos interesses da sociedade, através de uma programação identificada com a formação da cidadania.

Fortaleza, 21 de janeiro de 2003

Paulo Ernesto Serpa
Presidente da FUNTELC – TV CEARÁ
(gestão outubro 1995 a dezembro 2002)

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Seção I
Da Qualificação

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:
I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
c) previsão expressa da entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto,

asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
e) composição e atribuições da diretoria;
f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;
II - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado.

Seção II
Do Conselho de Administração

Art. 3º O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:
I - ser composto por:
a) vinte a quarenta por cento de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;
b) vinte a trinta por cento de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;
c) até dez por cento, no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
d) dez a trinta por cento de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
e) até dez por cento de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;
II - os membros eleitos ou indicados para compor o conselho devem ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;
III - os representantes de entidades previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso I devem corresponder a mais de cinqüenta por cento do conselho;

ANEXO 1

IV - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;
V - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

VI - o conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;
VII - os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;
VIII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.
Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do conselho de administração, dentre outras:
I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;
II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;
III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
IV - designar e dispensar os membros da diretoria;
V - fixar a remuneração dos membros da diretoria;
VI - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;
VII - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;
VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;
IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;
X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Seção III
Do Contrato de Gestão

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas a formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.

Art. 6º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.
Parágrafo único. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo conselho de administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.
Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:
I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais no exercício de suas funções.
Parágrafo único. Os Ministros de Estado ou autoridades supervisoras da área de atuação da entidade devem definir as demais cláusulas do contrato de gestão de que sejam signatários.

Seção IV
Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.
§ 1o A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente
ao exercício financeiro.
§ 2o Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.
§ 3o A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.
Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
Art. 10. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.
§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.
§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.
§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade.

Seção V
Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 11. As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.
Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.
§ 1° São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.
§ 2o Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.
§ 3o Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.
Art. 13. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio da União.
Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.
Art. 14. Fica facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.
§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.
§ 2o Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

ANEXO 1

§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer juz no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro ou de segundo escalão na organização social.
Art. 15. São extensíveis, no âmbito da União, os efeitos dos arts. 11 e 12, § 3º, para as entidades qualificadas como organizações sociais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie os preceitos desta Lei e a legislação específica de âmbito federal.

Seção VI
Da Desqualificação

Art. 16. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.
§ 1o A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.
§ 2o A desqualificação importará a reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Capítulo II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. A organização social fará publicar, no prazo máximo de noventa dias, contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18. A organização social que absorver atividades de entidade federal extinta no âmbito da área de saúde deverá considerar no contrato de gestão, quanto ao atendimento da comunidade, os princípios do Sistema Único da Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 19. As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos. Art. 20. Será criado, mediante decreto do Poder Executivo, o Programa Nacional de Publicização – PNP, com o objetivo de estabelecer diretrizes e critérios para a qualificação de organizações sociais, a fim de assegurar a absorção de atividades desenvolvidas por entidades ou órgãos públicos da União, que atuem nas atividades referidas no art. 1º, por organizações sociais, qualificadas na forma desta Lei, observada as seguintes diretrizes:
I - ênfase no atendimento do cidadão-cliente;
II - ênfase nos resultados, qualitativos e quantitativos nos prazos pactuados;

III - controle social das ações de forma transparente.

Art. 21. São extintos o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, integrante da estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e a Fundação Roquette Pinto, entidade vinculada à Presidência da República.

§ 1o Competirá ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado supervisionar o processo de inventário do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, cabendo-lhe realizá-lo para a Fundação Roquette Pinto.
§ 2o No curso do processo de inventário da Fundação Roquette Pinto, até a assinatura do contrato de gestão, a continuidade das atividades sociais ficará sob a supervisão da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
§ Poder Executivo autorizado a qualificar como organizações sociais, nos termos desta Lei, as pessoas jurídicas de direito privado indicadas no anexo I, bem assim a permitir a absorção de atividades desempenhadas pelas entidades extintas por este artigo.
§ 4o Os processos judiciais em que a Fundação Roquette Pinto seja parte, ativa ou passivamente, tterão transferidos para a União, na qualidade de sucessora, sendo representada pela Advocacia-Geral da União.

Art. 22. As extinções e a absorção de atividades e serviços por organizações sociais de que trata esta Lei observarão os seguintes preceitos.

I - os servidores integrantes dos quadros permanentes dos órgãos e das entidades extintos terão garantidos todos os direitos e vantagens decorrentes do respectivo cargo ou emprego e integrarão quadro em extinção nos órgãos ou nas entidades indicados no Anexo II, sendo facultada aos órgãos e entidades supervisoras, a seu critério exclusivo, a cessão de servidor, irrecusável para este, com ônus para a origem, à organização social que vier a absorver as correspondentes atividades, observados os
§§ 1º e 2º do art. 14;
II - a desativação das unidades extintas será realizada mediante inventário de seus bens imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências dirigidas à manutenção e ao prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável em cada caso;
III - os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades
extintas, serão utilizados no processo de inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura do contrato de gestão;
IV - quando necessário, parcela dos recursos orçamentários poderá ser reprogramada, mediante crédito especial a ser enviado ao Congresso Nacional, para o órgão ou entidade supervisora dos contratos de gestão, para o fomento das atividades sociais, assegurada a liberação periódica do respectivo desembolso financeiro para a organização social;

V - encerrados os processos de inventário, os c considerados extintos;

VI - a organização social que tiver absorvido as atribuições das unidades extintas poderá
adotar os símbolos designativos destes, seguidos da identificação "OS".
§ 1o A absorção pelas organizações sociais das atividades das unidades extintas efetivar-se-á mediante a celebração de contrato de gestão, na forma dos arts. 6º e 7º.
§ 2o Poderá ser adicionada às dotações orçamentárias referidas no inciso IV parcela dos
recursos decorrentes da economia de despesa incorrida pela União com os cargos e funções comissionados existentes nas unidades extintas.

Art. 23. É o Poder Executivo autorizado a ceder os bens e os servidores da Fundação Roquette Pinto no Estado do Maranhão ao Governo daquele Estado.

Art. 24. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.648-6, de 24 de março de 1998.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 15 de maio de 1998; 177º da Independência e 110º da República.
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Paulo Paiva
José Israel Vargas
Luiz Carlos Bresser Pereira
Clovis de Barros Carvalho

ÓRGÃO E ENTIDADE
EXTINTOS ENTIDADE AUTORIZADA A
SER QUALIFICADA
REGISTRO CARTORIAL
Laboratório Nacional de Luz Síncrotron
Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron - ABTLuS
Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Campinas - SP, n° de ordem 169367, averbado na inscrição n° 10.814, Livro A-36, Fls 01.
Fundação Roquette Pinto Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP. Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Av. Pres. Roosevelt, 126, Rio de Janeiro - RJ, apontado sob o nº de ordem 624205 do protocolo do livro A nº 54, registrado sob o nº de ordem 161374 do livro A nº 39 do registro civil das pessoas jurídicas.

A N E X O I
(Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
ÓRGÃO E ENTIDADE EXTINTOS QUADRO EM EXTINÇÃO
Laboratório Nacional de Luz Síncrotron Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Fundação Roquette Pinto
Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

REVISTA 1 - EDIÇÃO DO DIA 24.02.2003 (SEGUNDA-FEIRA):

APRESENTADORA (ALINE MORAES): Ler a escalada da edição:
1 - Saúde concentra esforços para combater a hanseníase;
2 - Uma feira itinerante em Fortaleza ajuda a pequenos comerciantes a venderem seus produtos;
3 - Pacto de Cooperação retoma as discussões sobre a implantação de uma refinaria no Ceará.
Veja também as últimas do esporte, no Revista que começa agora.

(VINHETA DE ABERTURA)

APRESENTADORA (ALINE): Boa tarde! Trinta municípios cearenses vão intensificar ações de combate à hanseníase. A medida faz parte da iniciativa da Secretaria de Saúde do Estado, em concentrar esforços em algumas localidades para eliminação da doença. A Secretaria celebrou parceria com setores públicos, empresários e ONGs.

REPORTAGEM DE 2 MINUTOS
OFF (repórter Marcos Meireles); A hanseníase transmitida principalmente pela respiração já atinge 60 mil pessoas no país e quatro mil e trezentas no estado do Ceará. Manchas avermelhadas e esbranquiçadas pelo corpo, dormência nas mãos e nos pés e dores nos nervos são os principais sintomas da doença. A hanseníase é contagiosa, mas tem cura. O tratamento dura de seis meses a um ano.

SONORA (Gervásio Ferreira Pereira, Coordenador da Área de Dermatologia da Secretaria da Saúde do Estado): Com a primeira dose do medicamento, aquele paciente que é contagiante deixa de contagiar as pessoas e pode ter a vida normal no trabalho, em caso e na hora de lazer.

REPÓRTER: Como é feito o diagnóstico?

RESPOSTA: O diagnóstico é feito nos centros e unidades de saúde, por meio de exame médico e a partir dai se for contatado que o paciente é portador da doença, então se inicia o tratamento imediatamente.

OFF (repórter Marcos Meireles): Para intensificar o combate à doença, a Secretaria da Saúde do Ceará formou a aliança estadual para a eliminação da hanseníase. Vão se desenvolvidas ações conjuntas com vários segmentos da sociedade, como igrejas, comunidades científicas, empresários e ONGs.

SONORA (Jurandir Frutuoso, secretário da Saúde do Estado): Nós queremos, durante o nosso Governo, trabalhar isso e revisando ano a ano. Hoje, estamos começando com trinta municípios. E ao cabo de doze meses, depois de fazermos a avaliação, aquele município que estiver evoluído no processo dá lugar para outro, que está em situação pior quanto ao número de casos de hanseníase. E assim, vamos ficar sempre renovando.

APRESENTADORA: A reunião do Pacto de Cooperação discutiu hoje a vinda da refinaria para o Ceará. O debate reuniu políticos, secretários e professores.

REPORTAGEM: 2 MINUTOS 30 SEGUNDO
OFF (Repórter Rosânea Faria): O Ceará já perdeu mais de cinco bilhões de dólares desde mil novecentos e oitenta e seis por não ter implantado uma refinaria no estado. Estudo do professor Clésio Tomaz, da Universidade Federal do Ceará, comprovam os custos pela não implantação do empreendimento.

SONORA (PROPFESSOR Clésio Tomaz, da UFC): Nós fizemos uma série de cálculos. E por essa memória de cálculo, fizemos todo o rastreamento do que foi perdido, desde mil e novecentos e oitenta e seis, pelo fato do Ceará não ter a refinaria de petróleo. Eu diria o Nordeste por não ter esse empreendimento.

OFF (repórter Rosânea Faria): O estudo comprova as perdas que o Ceará vem tendo foi apresentado pelo professor durante a reunião do Pacto de Cooperação. O tema central da reunião foi: “Como traremos a refinaria para o Ceará”.

Passagem (Repórter Rosânea Faria): O encontro, que aconteceu na cobertura da FIEC, contou com representantes de vários segmentos. Para o debate foram convidados o presidente da FIEC, Jorge Parente, e o deputado Chico Lopes. Jorge Parente falou da importância da implantação da refinaria no Estado, inclusive com relação à geração de empregos.

SONORA (Jorge parente, Presidente da FIEC); Nós termos hoje reivindicar para o Ceará, porque temos um porto em condições de atrair uma indústria desse porte, como uma refinaria de petróleo. Mas fundamentalmente, temos de considerar as condições

políticas e o trabalho da sociedade como um todo, a valorização ampla de toda a sociedade, como estamos fazendo com essa reunião com o Pacto de Cooperação, a Assembléia Legislativa, entidades de classe, as federações, as universidades. É um movimento do estado do Ceará por um investimento tão importante, que resultará numa mudança estrutural no perfil sócio-econômico do nosso estado.

OFF: As discussões em torno da instalação das refinaria há duas semanas, com a criação do movimento pró-refinaria. O deputado Chico Lopes é um dos coordenadores do movimento. Uma comissão já foi a Brasília, falar com a ministra das Minas e Energia. O resultado foi anunciado pelo deputado Chico Lopes:

SONORA (com deputado Chico Lopes, do PCdoB – coordenador do Movimento Pró-Refinaria): A ministra demonstrou segurança e conhecimento dos problemas do Nordeste e do Brasil, inclusive da questão da política internacional do petróleo. E assegurou que no segundo semestre, dependendo dessa guerra ou não do Iraque, os estudos serão iniciados.

OFF: O Governo do Estado também está empenhado em instalar a refinaria. O Ceará reúne todas as condições técnicas.

SONORA (com Régias Dias, secretário do Desenvolvimento Econômico): Estamos fazendo esse movimento, porque temos certeza de que temos as melhores condições, temos certeza de que se for feita justiça e serem reconhecidas as melhores estruturas, que estão no Porto do Pecém, a refinaria virá para o Ceará.

ENTREVISTA NO STÚDIO: TEMPO 2 MINUTOS
APRESENTADORA: Uma entidade para melhorar a qualidade de vida de diabéticos e hipertensos. É a Adiahif: Associação de Diabéticos e Hipertensos de Fortaleza, que empossou a sua diretoria hoje, pela manhã. Vamos conversar com o seu presidente, Evilásio Craveiro de Albuquerque para conhecer a associação um pouco melhor. Boa tarde, Evilásio. Como e porque surgiu a necessidade de implantar a associação?

REPOSTA (Evilásio Albuquerque – Presidente da Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Fortaleza): A necessidade surgiu pela carência de informações para a população, de um modo geral. E principalmente, para os portadores de diabetes e hipertensão arterial. Pelos dados estatísticos, cinqüenta por cento da população diabética desconhecem que é diabética. E quando descobre que é diabética, já tem o comprometido dos órgãos. Ás vezes, o paciente já está com neuropatia, problemas vasculares e cardíacos e outras doenças, como problemas renais, que são os mais sérios. Então, pela falta de informação, o paciente desconhece, mesmo com os sintomas. Se o paciente chegasse a conhecer os sintomas, ele procuraria o médico. Os sintomas são: urinar muito, tonturas, muita sede, beber muita água. Esses são os sintomas principais para você despertar e procurar o médico, pois você já pode estar diabético.

PERGUNTA (apresentadora): E qual a linha de ação que a Associação vai tomar?

RESPOSTA (Evilásio Albuquerque): Nós vamos seguir a linha da educação. Informação para a população. Então, vamos trabalhar em conjunto com o Centro Integrado dos Diabéticos, a Secretaria da Saúde do Estado, do Município, as

Secretarias Regionais e os Distritos de Saúde das secretarias, em campanhas dentro do município de Fortaleza.

PERGUNTA (apresentadora): E qual será o maior objetivo desse trabalho?

RESPOSTA (Evilásio Albuquerque): A nossa maior proposta, neste momento, será de conseguir um atendimento vinte e quatro horas para o diabético, nos postos da Secretaria da Saúde do Município. Para o hipertenso, já existem locais de atendimento: O HGF e o Hospital de Messejana. Mas o diabético não tem a sua unidade de atendimento específico.

PERGUNTA (apresentadora): Quem faz parte da Associação?

RESPOSTA (Evilásio Albuquerque): É formada por diabéticos e hipertensos. Eu sou portador das duas doenças. A diretoria, na parte científica e médica, é composta por profissionais médicos, como cardiologias, endocrinologista e outros afins.
APRESENTADORA: Muito obrigado pela participação, Dr. Evilásio. E boa sorte.

APRESENTADORA: Veja, a seguir, como uma feira, em Fortaleza, está atendendo a pequenos comerciantes a venderem seus produtos. Aguarde.

(VINHETA DE INTERVALO)

(VINHETA DE ENTRADA, APÓS O INTERVALO)

ENTREVISTA NO STÚDIO: TEMPO 2MINUTOS 30 SEGUNDOS
APRESENTADORA: O Hemoce realiza campanha para aumentar a quantidade de estoque de sangue, já se preparando para o carnaval. Vamos saber mais informações com Porcina Barreto Frota, que é coordenadora do Serviço de Capacitação de Doadores do Hemoce.. Boa tarde, Dra. Porcina.

RESPOSTA (Porcina Barreto Frota, Coordenadora do Serviço de Capacitação de Doadores Hemoce): Boa tarde. O Hemoce já se encontra realmente em plena campanha de doação para o Carnaval, pois precisamos ter um estoque de sangue de mil bolsas só na capital para atender as necessidades.

PERGUNTA: Que ações o Hemoce vai desenvolver para estimular e incentivar as doações.

RESPOSTA (Porcina Frota): Estamos iniciando uma campanha, no Shopping Iguatemi, onde montamos um estante para fazer a coleta de sangue, de segunda a sexta-feira, das 15 às 21 horas. Já estivemos na Praça José de Alencar. Já estivemos em alguns municípios e na quarta-feira, estaremos na 10ª Região Militar; e quinta-feira, estaremos no calçadão C. Rolim, das 8 às 16 horas, colhendo sangue.

PERGUNTA (apresentadora): Como está o estoque de sangue atual do Hemoce?

RESPOSTA: Atualmente, o estoque de sangue é preocupante, principalmente o tipo O positivo, que é o a gente mais necessita, porque a grande maioria da população é O positivo. Hoje amanhecemos com apenas oito bolsas. Por isso, quero fazer aqui um

apelo à população, às pessoas que têm esse tipo de sangue, que compareçam ao Hemoce

PERGUNTA: Quantos hospitais o Hemoce atende na capital e no Ceará?

RESPOSTA (Porcina Frota): Só aqui na capital atendemos a 12 hospitais. Mas atendemos a unidades hospitalares de 22 municípios cearenses. Há também os Hemocentros Regionais de Sobral, Crato e Iguatu, que atende às suas regiões. Só o Hemocentro de Sobral atende a 58 municípios; o do Crato aos moradores dos municípios da região Sul; e do Iguatu aos moradores da região Central.

PERGUNTA: As pessoas ainda têm medo de doar sangue?

RESPOSTA: O medo é da possibilidade de contaminação. As pessoas acham que doar sangue traz riscos de contaminação para elas. Mas isso não tem a menor possibilidade de ocorrer, porque a coleta é feita com material descartável. As pessoas também têm medo de doar sangue porque acham que o sangue vai afinar ou engrossar. E nada disso é verdade. Tudo são tabus que foram criados. Isso não tem fundo de verdade.

PERGUNTA: Quem pode doar e em que condições?

RESPOSTA: Todas as pessoas, homens e mulheres, saudáveis, que não tenham contato de risco, que sejam maiores de 18 anos e com menos de 65 anos de idade, tenham peso acima de 50 quilos, não tenham comportamento de risco e portem documento de identidade com foto. Esses são os critérios básicos para doação de sangue.

APRESENTADORA: Dra. Porcina, muito obrigado pela entrevista. Esperamos que as campanhas de coleta tenham êxito.

APRESENTADORA: Futebol. Cinco jogos ontem pela fase classificatória do segundo turno. O Guarani de Sobral e Boa Viagem ficaram no empate de um a um.O Quixadá recebeu o Ceará, cuja partida também ficou em um a um. No estádio Bandeirão, o Limoeiro goleou o Itapajé por três a zero. No Moraesão, Maranguape e Itapipoca também fizeram um a um. No PV, deu Fortaleza no clássico das cores. Confira.

OFF (narrado por Jácome Pastore): Autoriza. Começa o jogo. A bola rola aqui no estádio Presidente Vargas. É o campeonato cearense, com você conferindo aqui na sua TV Ceará, canal 5. Bola tocada por Clodoaldo. Chega lá na sobra com Cícero César, pega no contra-ataque do ferroviário. Manda-se Danilo. Saiu Cícero César, arriscou. Assustou o jogador Jefferson. Carrega César, jogou para a área, chuta no segundo pau, subiu. Chegou batendo, espalma o goleiro. Voltou novamente, correu e bateu Rogério para Clodoaldo e chutou: goooooooool, do Fortaleza. Clodoaldo, aos quarenta minutos do segundo tempo. Clodoaldo faz um a zero.Você confere aqui na sua TV Ceará, canal 5.

OFF: Olha aí o Fortaleza novamente, com fome de gol, nos minutos finais do segundo tempo. Clodoaldo com a bola. Avança na grande área, dribla o zagueiro, apruma a bola e chuta. E é goooooooool. Clodoaldo consegue fazer o segundo gol aos quarenta e sete minutos do segundo tempo. Agora Fortaleza tem dois e Ferroviário zero, aqui pela sua TV Ceará, canal 5.

APRESENTADORA: Agora o comentário de Wilton Bezerra, que vai falar dos resultados da jogada de ontem.

VINHETA DO COMENTÁRIO DE WILTON BEZERRA (Comentário esportivo de Wilton Bezerra. Apoio cultural: Farmácias Aldesul. Sempre com você).

WILTON BEZERRA: O clássico Fortaleza e Ferroviário foi o destaque da rodada de ontem pelo Campeonato Cearense de Futebol, em seu primeiro turno. Acho que Fortaleza e Ferroviário não fizeram, há bastante tempo um jogo tão ruim como o de ontem. O time do Ferroviário, que ainda vive com 9 pontos, deu a entender que proporcionaria, pela nova fase, digamos assim, uma partida mais equilibrada, um jogo onde ele pudesse ameaçar o time do Fortaleza e isso gerasse uma partida mais dura e mais equilibrada, prejudicando quem esperou por isso. Ferroviário foi a campo para não perder. Escalação confusa, incapacidade ofensiva, de modo que mereceu perder. Não que o Fortaleza fizesse uma boa partida, pelo menos uma razoável partida. Ele teve, durante o jogo, no campo do adversário o tempo todo, mas o time foi de uma falta de criatividade a toda prova. No primeiro tempo, por exemplo, o time do Fortaleza criou uma situação de gol. O clássico só foi isso. E acabou a conversa. Acabou parando, acreditando que o time que o Ferroviário colocou em campo foi para se defender. Falta de criatividade. O Clodoaldo, aliás, está com essa mania, ainda bem, que é uma boa mania, de não jogar bem, mas acaba decidindo a parada, que foi o que aconteceu ontem com os dois gols que ele marcou. Jogo ruim. Mas uma vitória importante para o time do Fortaleza, que conquistando três pontos com a vitória de ontem, conseguiu acumular seis pontos. Ferroviária, de quem se esperava mais, no meu modo de ver, jogou um futebol decepcionante. Outro jogo grande envolveu o Ceará e o Quixadá, em um empate de um a um. O time do Ceará, em seis pontos disputados, ganhou apenas esse de ontem, disputado na cidade de Quixadá. Perdeu, semana passada, para o Boa Viagem, com aquela estória de time que joga com o segundo quadro e tudo mais. Não é uma boa para o Ceará, neste início de campanha, na fase classificatória. Aline.

(ENTRA VINHETA DE ENCERRAMENTO DO COMENTÁRIO: comentário esportivo de Wilton Bezerra. Apoio cultural: Farmácias Aldesul, sempre com você).

APRESENTADORA (Aline): Uma iniciativa da prefeitura de Fortaleza está ajudando pequenos empreendedores na comercialização da produção.

Reportagem: 1 minuto 20 segundos
OFF (Raquel Nocrato): Uma feira itinerante. É assim que pequenos comerciantes de diferentes bairros de Fortaleza estão ganhando dinheiro extra. A feira acontece a cada quinze dias. O diferencial é que o comerciante não tem gasto nenhum. A prefeitura cede o espaço e as barracas para a exposição dos produtos.

SONORA (com Adeilton Miranda, técnico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura): A gente oportuniza as barracas, sem nenhum ônus para o empreendedor, para que ele possa vender seus produtos. Não só vender, como também divulgar, porque há produtos variados.

OFF: Juscelina da Costa resolveu tirar proveito da oportunidade. As bijuterias produzidas por ela agora têm um meio de chegar ao consumidor:

SONORA (COM Juscelina Costa, feirante); É uma oportunidade muito grande e a prefeitura está promovendo muito não só para mim, mas para muitas pessoas, para quase toda a população que tiver interesse de aprender, nós estamos aqui para ajudar.

OFF: Esta outra feirante encontra vantagem na feira. Elisabete Aquino entrou para o ramo de confecção de roupa há dois anos. Para ela, a feira é uma oportunidade de divulgar produtos e conquistar uma clientela.

SONORA (Elisabete Aquino, feirante); Eu gosto muito desse tipo de feira, porque a gente vem divulga nossos produtos. As pessoas ainda não conhecessem. E passam a conhecer e compram.

PASSAGEM: Negócio que já dá sinais de sucesso.
Repórter: E aí gostou de algum?
Consumidora: gostei desse aqui. Vou levar.
Repórter: Vai levar mesmo?
Consumidora: Vou.
Repórter: E o preço?
Consumidora: Está ótimo. Combina com meu biquíni. Para ir para a praia, está ótimo.

APRESENTADORA (NOTA-PÉ): O empreendedor que quiser participar das feiras itinerantes Deve se cadastrar na Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza. O telefone é QUATRO, OITO, OITO, NOVE, CINCO, ZERO, CINCO.

APRESENTADORA: A história do município de Monsenhor Tabosa, no período de 1916 a 2003, está sendo contada pela matriarca Maria José Leitão. No livro "A história que vivi", ela procura reconstruir a história da cidade e corrigir injustiças.

OFF (repórter Raquel Nocrato): Mesmo título do volume sugerindo uma biografia, a autora de "História que vivi" garante que o livro vai além de uma simples biografia. Um dos principais objetivos foi corrigir uma injustiça contra o marido de Maria José, Honório Melo, que, segundo a autora, foi quem realmente conseguiu a emancipação do município. O livro pretende ainda reconstruir a memória da cidade, através de personalidades ilustres e acontecimentos, como as missas, festas e procissões. O volume começou a ser escrito em 1999 e foi finalizado no começo deste ano.

REPORTAGEM: UM MINUTO
APRESENTADORA: Conselho Comunitário de Defesa Social do bairro João XXIII firma parceria com a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará. A parceria é para ministrar cursos de capacitação às associações comunitárias.

OFF (Raquel Nocrato). Trinta lideranças comunitárias fazem parte do projeto Paz para Viver. Não à violência doméstica. O projeto é uma incursão ao universo jurídico, levando aos líderes comunitários informações sobre direitos e deveres.

SONORA (Lindete Silva, integrante do Conselho Comunitário João XXIII): Nós entendemos que a comunidade mais bem informada sobre legislação que dirige suas vidas, sobre informações concretas e corretas, a gente vai minimizar, sem dúvida nenhuma, a ignorância e consequentemente também a violência doméstica.

OFF: O conjunto de ações que compõem o projeto será realizado no período de fevereiro a novembro deste ano. Serão estudados temas como usucapião, direitos, garantias e outros.

SONORA (Com defensor público Carlos Augusto Medeiros): nós estamos iniciando essa série de palestras e bate-papos, em que a gente vai colocar essas informações a respeito do que é o defensor público. Nós colocaremos um programa multimídia, com o título "Defensor Público, instrumento de cidadania", no qual a gente coloca todo o panorama dos defensores públicos do estado do Ceará: número de defensores, o que faz o defensor, qual a diferença entre promotor, juiz e procuradores do estado e demais operadores do direito. Então, com isso, vamos tentar fazer com que as comunidades coloquem como pauta de reivindicação a figura do defensor público que é um direito constitucionalmente garantido e que as comunidades tanto conhecem. Queremos divulgar todo esse trabalho para que a comunidade também faça o seu papel e reivindique esse profissional.

APRESENTADORA: A capacitação do projeto Paz para Viver acontece no último sábado de cada mês, na sede do Conselho das Entidades Comunitárias, no bairro João XXIII. E o Revista de hoje fica por aqui. Confira a edição de amanhã. Até lá.

REVISTA 2 – EDIÇÃO DO DIA 25.02.2003 (TERÇA-FEIRA):

APRESENTADORA (ALINE):
Escalada do jornal:
1 - Ematerce usa a Internet para criar contatos entre produtores e técnicos;
2 – Agentes de saúde demitidos pela Prefeitura há mais de dois meses denunciam a falta de pagamento;
3 – Toma posse o novo delegado do trabalho do Ceará
Estes são alguns destaques do Revista que está começando.

(VINHETA DE ABERTURA)

APRESENTADORA (Aline): Boa tarde. Cotação de produtos agrícolas e informações sobre capacitação rural. Esses são alguns dos itens que podem ser encontrados na página da Ematerce, na Internet. Uma novidade que permite maior contato entre produtores e técnicos.

OFF (repórter Aline Martins): Uma página com design moderno e conteúdo atualizado. É com ela que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce – pretende estabelecer um maior contato com o produtor rural,. O histórico da empresa e sua missão têm destaque. Agora os produtores dos 181 municípios atendidos pela Ematerce podem saber com antecedência informações sobre os 25 cursos ofertados e como se inscrever, acessando o site na Internet. Uma tomada de preços fornecida por produtores leva ao visitante da página informações atualizadas. A

Ematerce também presta contas com a sociedade, disponibilizando na Rede Mundial de Computadores um relatório de resultados de 2002.

SONORA (Itamar Lemos, diretor técnico da Ematerce): A empresa tem trabalho em todos os municípios do estado do Ceará, mas estávamos precisando de um instrumento mais rápido de comunicação com a sociedade em geral. Então, estamos lançando, em processo de avaliação. Mas a nossa grande intenção é nos aproximar da sociedade.

OFF: A iteratividade é característica da home page da Ematerce. O fale conosco permite a comunicação através do correio eletrônico. Além disso, todos os telefones da Central de Atendimento ao cliente da Ematerce pode ser encontrado na "home page".

APRESENTADORA: Você pode acessar a página da Ematerce na Internet através do seguinte endereço: www.ematrece.ce.gov.br.

APRESENTADORA: Os agentes de saúde do município, demitidos em dezembro do ano passado, estão reivindicando os pagamentos atrasados.

OFF (Marcos Meireles): No dia primeiro de dezembro do ano passado, cento e cinqüenta agentes comunitários de saúde receberam aviso prévio. Desde então, os salários não são pagos. Esses servidores também não receberam a rescisão de contrato. Eles são terceirizados da Associação Beneficente Cearense de Reabilitação – ABCR e querem um posicionamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

SONORA (Nonato Ferreira, presidente do Sindicato dos Agentes de Saúde de Fortaleza): O que a gente quer na realidade tenha uma postura séria e nos diga realmente se vai reaproveitar esses profissionais nos postos de saúde, mas que pague o que é devido desde janeiro que não foi pago até agora. Se não vai aproveitar que pague as rescisões contratuais para esse povo. O que não pode deixar são as companheiros e os companheiras nessa angústia nessa desesperança.

OFF: O secretário de Saúde do Município, Galeno Taumaturgo, recebeu os representantes do Sindicato para tentar entrar em um acordo. A imprensa não pode participar da reunião e o secretário se negou a gravar entrevista. De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Agentes de Saúde de Fortaleza, Marcelino Plácido, a secretaria ficou de pressionar a ABCR a pagar a rescisão.

SONORA: O que o secretário de Saúde nos colocou é que os repasses da Prefeitura para a ABCR, são feitos mensalmente e estão regulares. O que está acontecendo é que a ABCR está com um problema na sua administração e agora está sem dinheiro para pagar a rescisão do seu pessoal. Ele informou ainda que vai ter uma conversa com o pessoal da ABCR, a Gorette Pereira, para chegar a uma solução que possa beneficiar a nossa categoria.

APRESENTADORA: A Associação de Ex-Alunos da Faculdade de Direito da UFC lançam uma campanha para arrecadar dinheiro e ajudar a instituição. O lançamento acontecerá no próximo dia 14 durante um jantar comemorativo do centenário no Centro de Convenções, oferecido pela Associação. Vamos saber mais detalhes com o vice-presidente da Associação, Leorne Belém. Boa tarde, Senhor. Leorne. Quantas pessoas compõem atualmente a associação dos ex-alunos.

LEORNE BELÉM: Primeiramente, a idéia foi lançada recentemente com a motivação da transcorrência do centenário da Faculdade e um grupo de ex-alunos, sob a liderança do Sabino Henrique, decidiu constituir essa entidade. Até sexta-feira próxima passada, quatrocentos e setenta e seis ex-alunos já haviam se inscrito como fundadores dessa instituição. Nós estamos nos mobilizando para, no dia 14 de março, no Centro de Convenções, realizar um grande encontro de confraternização, com um jantar festivo, comemorativo dos cem anos da nossa faculdade. Também vamos aproveitar o ensejo para lançar uma campanha destinada a arrecadar e mobilizar a fim de atender às demandas atuais da nossa antiga Faculdade de Direito.

APRESENTADORA: Tudo isso é uma primeira iniciativa. Mas a entidade pretende continuar ajudando a faculdade?

LEORNE BELÉM: Sem dúvida alguma. A Associação terá como objetivo principal manter os ex-alunos mobilizados para que sempre que necessário ajudarem a Faculdade que se vê, como outras instituições públicas, privadas de recursos financeiros em face do contingenciamento de verbas. Então, a idéia da Associação é que nesses momentos de crise, desde que solicitada pela direção da faculdade, ajudar na medida do possível. A Faculdade tem uma importância muito grande não só na formação dos nossos operadores de direito, magistrados, promotores, procuradores, advogados, mas, sobretudo, na constituição, na formação da elite dirigente, da elite política do nosso estado. Saiu da Faculdade, se você me permite, um elenco de governadores, a partir de Matos Peixoto, Menezes Pimentel, Parsifal Barroso, Paulo Sarasate, Plácido Castelo e, mais recentemente, o Ciro Gomes. Então, a faculdade sempre esteve presente nos grandes momentos cívicos, mobilizou a população do nosso estado, no combate à ditadura de Vargas. Quando do conflito da Segunda Guerra Mundial, a Faculdade de Direito esteve ao lado da população, no sentido de levar ao país a se colocar ao lado das potências aliadas contra o nazismo e o fascismo. Então, a Faculdade é rica de tradição. E por outro lado, é evidente que não só no exercício das profissionais correlatas ao Direito, mas no exercício de outras atividades, nós temos ex-alunos da faculdade que se realizaram profissionalmente e financeiramente. Então, nós vamos procurar junto a esses ex-companheiros essa ajuda financeira. Nós recebemos tanto da Faculdade, então nós vamos retribuir com essa nossa ajuda. Nós vamos ajudar a recompor a estrutura física da Faculdade, a sua biblioteca. A principal reivindicação dos estudantes, dos atuais dirigentes do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, é no sentido de reconstituir a biblioteca da Faculdade. E nós vamos atuar prioritariamente nesse setor.

APRESENTADORA: Uma boa sorte para a Associação, Dr. Leorne. E muito obrigada por sua presença.

APRESENTADORA: O advogado trabalhista Alberto Fernandes de Farias Neto é o novo Delegado Regional do Trabalho no Estado do Ceará. Ele foi empossado ontem, prometendo desenvolver ações integradas às medidas do Ministério do Trabalho.

OFF (repórter Raquel Nocrato): A solenidade de transmissão de cargo contou com a cúpula do Partido dos Trabalhadores cearense. O novo delegado Alberto Fernandes, que é um dos fundadores do PT cearense, assume a DRT Ceará com a intenção de implementar programas do Ministério do Trabalho.

SONORA (Alberto Fernandes, novo delegado da DRT Ceará, durante o discurso de posse): A implementação do programa Primeiro Emprego para os jovens. Esse é um grande programa da bandeira de campanha do presidente Lula, consistindo na elevação da contratação formal de jovens, na faixa etária de dezesseis a vinte a quatro anos. Outra meta é o fortalecimento dos programas de erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil. Quanto ao trabalho infantil, o objetivo é de reduzir cerca de quinze por cento o número de crianças com idade até quatorze anos incompletos trabalhando.

OFF: Alberto comprometeu-se com a criação de um fórum estadual de trabalho.

SONORA (Alberto Fernandes, durante o discurso de posse); No Ceará, pretendemos criar um fórum estadual, congregando diversos setores da sociedade, como sindicatos dos trabalhadores e empregadores, universidades, associação de magistrados, procuradoria regional do trabalho, associação dos advogados trabalhistas, parlamentares federais e estaduais, dentre outros, com o objetivo de recolhermos e sistematizarmos propostas a serem encaminhadas ao Fórum Nacional do Trabalho.
OFF: Também na fase de discussão da nova gestão da Delegacia Regional do Trabalho, a reforma da CLT.

APRESENTADORA: Os maiores nomes das artes cearenses estão reunidos em uma exposição que abre a temporada do Museu de Arte da UFC. Confira no próximo bloco.

(VINHETA DE PASSAGEM DE INTERVALO)

(VINHETA DE RETORNO DO REVISTA, APÓS O INTERVALO)

APRESENTADORA: O escritor Reginaldo Nascimento lança seu primeiro livro: O começo de um poeta, amanhã, às sete e meia da noite, na Casa do Cantador, no bairro Carlito Pamplona. Reginaldo Nascimento está aqui no estúdio para falar mais sobre o seu livro. Ao tarde, Reginaldo.

REGINALDO NASCIMENTO: Boa tarde Aline. E boa tarde você de casa. E espero que todos vocês possam participar desse meu lançamento do primeiro livro de poesias. Conto com a sua presença. Espero realmente que você possa participar e que você possa realmente ir e garantir a sua assinatura, o seu autógrafo comigo. Eu irei estar na noite de autógrafo, na Casa do Cantador, na Rua Coelho Fonseca, número cento e noventa e cinco. Eu venho escrevendo desde a infância e preciso da sua contribuição e da colaboração para que esse sonho seja realizado a cada dia.

APRESENTADORA: Como começou o seu interesse pela poesia?

REGINALDO NASCIMENTO: Logo na infância, eu comecei a escrever e aos poucos verso. E na oitava série, eu contei com a presença da professora Sulamita, lá na Escola Governador Flávio Marcílio. Então veio me incentivando, para que eu viesse continuar a escrever. E aí eu gostei da idéia. E estou aqui para lançar meu primeiro livro. E com certeza será um show e maravilha.

APRESENTADORA: Qual o tema central do seu livro?

REGINALDO: O tema central é o amor. O romantismo é o fundamental do livro. Inclusive você que é romântico, você que gosta de poesia, você que não gosta, você possa, de acordo com essas poesias que eu selecionei, você possa navegar nessas mais belas poesias, pois, com certeza, você não irá se arrepender.

APRESENTADORA: E como está programado o lançamento de amanhã?

REGINALDO: Eu estou contando com a presença do deputado Chico Lopes e do vereador Luciano Dias. O Coral do Monte Castelo, da minha amiga Leide, que vai apresentar algumas de suas canções.

APRESENTADORA: Reginaldo, parabéns pelo seu primeiro livro. Boa sorte. Que você escreva outros.

REGINALDO: Obrigado e conto com a sua presença e conto com sua presença no lançamento do primeiro livro.

APRESENTADORA; Começa hoje cedo em Fortaleza o processo de seleção de bolsas para artistas interessados em participar de intercâmbio na Bahia. O programa de residência artístico-cultural, tem duração de seis a doze semanas. Nesse período, os candidatos selecionados ficam na ilha de Itaparica, na região metropolitana de Salvador.

OFF: Está aberto o processo de seleção da Fundação Sapata, para artistas brasileiros. A Fundação, que tem o apoio do fundo internacional para a formação da cultura da Unesco concede bolsas de estudo para artistas de diversas áreas. O diretor executivo da Zapata, Taylor Banhard, divulgou ontem as regras para a seleção, no auditório do Centro Dragão do Mar. O processo de inscrição se encerra no dia 10 de abril. Os interessados em participar da seleção podem acessar o site: www.zapata.org ou ligar para o telefone (0xx71. 6321.18.34.

APRESENTADORA; O Museu de Arte da Universidade Federal está reiniciando as atividades deste ano, com uma exposição que reúne os melhores das artes do ceará.

OFF (repórter Rosânea Faria): A mostra é diversificada. Constam de pinturas, gravuras, desenhos e esculturas. São ao todo quarenta e duas peças. A maior parte é de pintura. São trinta e quatro telas de artistas mais atuantes na arte, como Vicente Leite, Raimundo Cela e Antônio Bandeira.

SONORA (Pedro Eymard, diretor do Museu de Arte da UFC): É um grande abraço e a possibilidade do público poder contemplar uma diversidade de técnica e expressões que vai desde mil e novecentos e vinte e dois até o ano passado e o ano atrasado.
Repórter: E as obras vêm de onde?

PEDRO EYMARD: Essas obras são todas pertencentes à Universidade Federal do Ceará, sob a guarda do Museu de Arte. São de aquisição ou doação.

PASSAGEM (repórter Rosânea Faria): Estes desenhos do artista plástico cearense Raimundo Cela são obras mais antigas da mostra. Foram feitos na Europa, em 1922. E pouca gente teve acesso a essas obras.

APRESENTADORA: A mostra pode ser visitada até o dia 28 de março de segunda a sexta-feira, das oito da manhã às sete da noite. A entrada é franca.

APRESENTADORA: A Secretaria da Ação Social apresentou hoje a campanha da fraternidade.

OFF (Rosânea Faria): Mil e trezentos idosos ligados ao Centros Comunitários assistidos pela Secretaria da Ação Social vieram assistir à apresentação da campanha da fraternidade dois mil e três. Pensando em sensibilizar a sociedade para a questão do idoso, a campanha da fraternidade tem como tema este ano "Vida dignidade e esperança". E tem por lema, "Fraternidade e pessoas idosas". Após a execução do Hino Nacional, pelo coral da Universidade Federal do Ceará, Dom Aldo (bispo de Sobral), comentou a intenção da campanha.

SONORA (Dom Aldo Pagoto, bispo de Sobral): A campanha da fraternidade deste ano quer resgatar uma dívida social. Ainda o idoso é relegado, é abandonado. A situação é contornada com políticas de compensações, seja no Brasil, seja no nosso Ceará.

OFF: O Secretário da Ação Social disse que é preciso triplicar as ações em favor do idoso.

SONORA (Raimundo Matos, secretário da Ação Social): Neste momento em que a CBBB sinaliza com a campanha da fraternidade também com tema do idoso, nós temos que unir forças para que nós possamos, primeiro vencer essa adversidade, colocar a família em convívio dos idosos. Infelizmente algumas famílias esperam pelos idosos. Isso gera deficiência, inclusive na parte afetiva dos idosos.

PASSAGEM (Rosânea Faria): O Ceará tem cerca de 750 mil idosos. Em Fortaleza são 150 mil. Apenas 15 por cento são assistidos pelos programas de assistência aos idosos. Segundo a presidente da Associação Cearense Pró-Idoso ainda são muitas as necessidades.

SONORA (Maria José Barroso; presidente da Associação Pró-Idoso do Ceará): Como prioridade, eu gostaria que o direito dos idosos fosse realmente qualificado, tanto na saúde, assistência social, como em todas as políticas públicas. Que eles fossem bem atendidos e fossem também respeitados.

OFF: O PREFEITO DE Fortaleza, Juraci Magalhães e o governador Lúcio Alcântara participaram da solenidade. O governador anunciou a criação do conselho estadual do idoso. A formatação está na Procuradoria Geral do Estado. No final de março, deve ser encaminhado à Assembléia Legislativa, para ser votada.

SONORA (Lúcio Alcântara, Governador do Ceará): O Brasil é cada vez mais um país com um contingente grande de idoso. Esses idosos demandam uma série de ações e cuidados, que vão desde o lazer a questão da saúde e as chamadas doenças crônicas. E nos vamos ter políticas dentro de cada setor, para cuidar disso, na área da saúde e dar uma atenção especial a certas doenças chamadas crônicas e degenerativas, tipo doenças cardiovasculares e neurológicas. E pretendemos remeter brevemente para a Assembléia

Legislativa também a proposta para criar o Conselho do Idoso, que vai junto ao Governo e à própria sociedade acompanhar a implantação dessas políticas.

APRESENTADORA: No quadro Perfil do Artista desta terça-feira, Rosane Guerra conversa com um dos grandes nomes do teatro e cultura cearense.

(VINHETA DE ABERTURA DO QUADRO: PERFIL DO ARTISTA)

ROSANE GUERRA: Ele comanda um dos maiores e mais respeitados movimentos culturais do Ceará: a Comédia Cearense. É bacharel em Direito, formado em Administração Pública e aposentado do Tribunal de Contas do Estado. Mas seu coração sempre bateu mais forte mesmo foi pelo teatro. Foi diretor do Theatro José de Alencar, ganhou o troféu Carlos Câmara e atuou também no rádio e cinema. É casado com Hiramisa Serra, a quem ajudou a descobrir as qualidades de atriz. São mais de 50 anos de carreira, reconhecidos através de prêmios e homenagens, que fazem parte da vida desse guerreiro, que é Haroldo Serra. Haroldo, boa tarde! Como foi que surgiu a Comédia Cearense?

HAROLDO SERRA: Em mil novecentos e cinqüenta e dois, nós – eu o B. de Paiva, Maços Miranda e Hugo Bianchi (nesse tempo eu trabalhava em rádio, na Rádio Iracema, era rádio-ator, locutor e em afeição pelo teatro, na Praça do Ferreira, onde se resolvia tudo) – resolvemos fundar um grupo de teatro, que se denominou Teatro Experimental de Arte. Esse grupo foi muito efetivo, descobriu muitas pessoas, muitos talentos, tinha uma atividade muito intensa, porque éramos quatro diretores. Cada um ficava com uma peça. Então, havia períodos em que a gente fazia um espetáculo todo mês. Era uma coisa realmente fantástica. Mas o chamamento do velho Sul Maravilha foi levando as pessoas – B. de Paiva. Hugo Bianchi, Marcos Miranda. Então, eu fiquei sozinho e achei que não era ético manter o mesmo grupo dos quatro – que era o teatro Experimental de Arte. Aí, resolvi fundar a Comédia Cearense.

ROSANE GUERRA: Haroldo, são mais de cinqüenta anos de carreira. Como vocês conseguiram manter esse nome de respeito e credibilidade da comédia cearense, mesmo diante das dificuldades que vocês passaram?

HAROLDO SERRA: Quando você tem consciências das dificuldades de encetar qualquer movimento cultural. Isso facilita um pouco porque você já sabe, de antemão, que vai ter muita dificuldade. E não fica decepcionado. Por isso, tratei de ter uma atividade profissional, para não sobrevier do teatro. Não dá para sobrevier do teatro. Mas trabalhar em outra atividade profissional, não passou pela minha cabeça deixar o teatro. E infelizmente no Brasil, com uma nova política cultural, as entidades que atuam no mundo cultural dependem muito do indivíduo que assume o cargo. A atividade cultural é muito complexa e dá um prejuízo muito grande. Por isso, temos de confiar nas pessoas. Atualmente, o Governador do Ceará (Lúcio Alcântara) é muito ligado à cultura. Ele conhece a cultura da terra e os problemas do setor. Então, como ele está assumindo, vamos ver o que vai acontecer nos seus quatro anos de mandato.

ROSANE: No ano passado, você recebeu o troféu Sereia de Ouro (outorgado pelo Sistema Verdes Mares de Comunicação). Você é um colecionador de troféus?

HAROLDO SERRA: Ao longo da nossa carreira no teatro, tivemos a alegria de ver reconhecido o nosso trabalho. Ainda recente, o nosso trabalho conquistou nove prêmios pata o Ceará, dos doze que foram concedidos no Festival de Teatro de São José do Rio Preto, em São Paulo. De todos esses prêmios conquistados ao longo da carreira, realmente o que mais me comoveu foi o Sereia de Ouro, porque representa o reconhecimento da sua própria cidade, dos seus conterrâneos. É o amor à terra. A homenagem local representa uma emoção mais profunda.

ROSANE: Atualmente, que atividade o Comédia Cearense desenvolve?

HAROLDO SERRA: Há quase vinte anos, montamos espetáculos no Teatro de Arena, anexado ao Colégio Christus. Já montamos mais de vinte espetáculos. Atualmente, estamos encenando o Márte do Gólgota, que costumávamos encenar nos primeiros anos de nossa carreira, no Theatro José de Alencar.

ROSANE: Haroldo, o nosso tempo, infelizmente, acabou. Muito obrigada por sua presença aqui nos nossos estúdios. Parabéns por seu trabalho. Aline.

APRESENTADORA: A edição de hoje do Revista fica por aqui. Até amanhã!

(VINHETA DE ENCERRAMENTO)

Revista 3 - EDIÇÃO DO DIA 26. 02.2003 (QUARTA-FEIRA)

APRESENTADORA (ALINE): Ler a escalada da edição
- Pesquisa aponta maior oferta de emprego no ceará;
- Projeto Sentinela atende a vítimas da violência sexual em Fortaleza;
- Uma caravana no bairro Bom Jardim arrecada doações para projetos sociais;
- O Revista começa agora.

Entra vinheta de abertura:

APRESENTADORA (ALINE): Boa tarde. Inaugurado em Fortaleza o espaço do projeto Sentinela. O abrigo vai funcionar no bairro João XXIII e vai atender a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração e violência sexual.

OFF : O espaço conta com dormitórios, locais próprios para lazer e convívio. Os recursos vêm de uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Fortaleza.

SONORA (COM O PREFEITO Juraci Magalhães); Nós já estamos cansados de dizer que o que você nos ajuda, fortalezense, nós retribuímos com bem-estar. O bem-estar é o melhor investimento que nós demos. E eu espero que você continue a sorrir. Mais de 52 por cento são gastos com saúde e educação. E graças a Deus estão indo muito bem todos esses projetos que nós estamos realizando.

OFF: O abrigo tem capacidade para atender até 20 crianças e adolescentes. E é destinado a faixa etária de zero a 14 anos. A meta é funcionar realmente como uma sentinela da infância cearense.

SONORA (com Irene Jucá, coordenadora do Projeto Sentinela): A partir do momento em que ela começa o atendimento aqui no projeto Sentinela, a família já vai ser orientada. A criança já vai se sentir apoiada por essa equipe que vai trabalhar aqui na casa, com apoio psíquico-social. Temos atendimento social e psicológico.

OFF: A equipe do Sentinela é formada por psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais e outros profissionais que irão se revezar durante vinte e quatro horas. A presidente da FUNCI (Fundação da Criança e da Família Cidadã), Ana Eugênia, pede auxílio a população, no sentido de denunciar abuso sexual contra crianças.

SONORA (Com Ana Eugênia, Presidente da FUNCI). É importante que a comunidade conheça o serviço do Sentinela e ligue para denunciar. O telefone é 0800.2808, por que a gente sabe que a maioria das crianças é abusada dentro de casa e por uma pessoa muito próxima. Geralmente, o pai ou o padastro. A mãe é sempre a última a saber. Então, a comunidade que mora ao redor pode – não precisa se identificar – fazer a denúncia através do 0800.

APRESENTADORA: O desemprego aberto em Fortaleza no mês de dezembro do ano passado apresentou uma redução de cinco por cento em relação ao mês anterior, quanto ao comparativo com o mesmo período de 2001. Os dados foram divulgados pelo Sine-IDT (Sistema Nacional de Emprego-Instituto de Desenvolvimento do Trabalho).

OFF: A pesquisa é referente ao mês de dezembro de 2002. De acordo com o Sine-IDT, o Ceará foi o único estado do Brasil com saldo positivo em relação ao número de empregos formais. A diferença entre pessoas admitidas e demitidas foi de duzentos e oitenta e seis. Além disso, o Ceará apresentou saldo de vinte e três e sessenta e quatro por cento de todos os empregos gerados no Nordeste. Já a Região Metropolitana de Fortaleza apresentou um equilíbrio.

SONORA (Kelly Whitehust, presidente do IDT): Com certeza, comércio e serviços tiveram uma atuação muito forte no saldo de empregos do Ceará, que o único estado do país a ter um saldo positivo, e juntos ocuparam setenta e cinco por cento do total de vagas. Então, isso realmente é um significado muito forte no que diz respeito ao comércio e serviço.

OFF; Atualmente em Fortaleza, o número de desempregados é de cento e trinta e seis mil, novecentas e dezenove pessoas. No momento, estão trabalhando oitocentas e nove mil quinhentas e noventa e três.

SONORA (Inácio Bessa, coordenador do Setor de Estatística do IDT): O crescimento médio anual da PEA (população economicamente ativa) é da ordem de dezenove por cento, enquanto que a taxa de ocupação cresce em torno de 13 por cento. Então, com certeza, nós vamos ter um cenário de crescimento, em 2003, de taxa de desemprego, haja vista até o fato de que as pessoas vão estar mais otimistas a pressionar o mercado de trabalho, mediante esses programas do novo Governo.

CABEÇA (Apresentadora): A Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) está realizando, nesta semana, curso de capacitação em educação ambiental. Para saber mais informações, eu converso agora com Maria José Holanda, que é titular da Coordenação de Extensão e Educação Ambiental da Semace.

PERGUNTA: (entrevista ao vivo no estúdio). Boa tarde Dra. Maria José. Como surgiu a necessidade da realização desse curso?

RESPOSTA (Maria José Holanda, Coordenadora de Extensão e Educação Ambiental da Semace): Nós já trabalhamos a educação ambiental da Semace desde a sua criação, em 1987. Nós iniciamos os cursos de capacitação em 1996, quase dez anos depois de criação da empresa. Esses cursos são um reflexo da necessidade que a própria população sente dos conhecimentos referentes ao meio-ambiente. Então, nós atendemos à demanda que nos chegam. No ano de 2003, nós temos 2,5 cursos por mês agendados em 24 municípios. Além disso, realizamos esses cursos no auditório da Semace, periodicamente, atendendo à solicitação da comunidade.

PERGUNTA: Quantas pessoas estão participando desse novo curso e quais são elas?

RESPOSTA: São 40 pessoas, integrantes da Secretaria da Ouvidoria Geral e Meio-Ambiente (Soma), a cuja pasta nós somos vinculados, Cagece e o 23º Batalhão de Caçadores do Exército.

PERGUNTA: Quais são os temas específicos que estão sendo abordados?

RESPOSTA: No primeiro momento, estudamos a convivência entre as pessoas, porque a educação ambiental passa principalmente pelo resgate da afetividade entre as pessoas. Iniciamos com um pacto de convivência. Depois disso, passamos para a educação ambiental, quando abordamos saneamento básico, recursos hídricos, legislação ambiental, licenciamento ambiental e todas as questões que envolvem o meio-ambiente e o interesse das pessoas em saber sobre eles.

PERGUNTA: O curso contempla também uma atividade prática?

RESPOSTA: A parte prática é no campo. A primeira aula de campo é uma visita ao incinerador da nossa cidade e à usina de reciclagem e transbordo, que funciona ao lado. Na usina de transbordo, o que é aproveitável fica para ser reciclagem e o que sobra para ao aterro sanitário de Caucaia. O curso é finalizado com um plano de ação, em que os participantes, organizados em equipes, apresentam seus projetos. Posteriormente, vamos avaliar se o projeto foi colocado em prática. Após isso, é que haverá a expedição do certificado ao participante do curso.

APRESENTADORA: Muito obrigada, Dra. Maria José, por sua presença. Boa Tarde!

CABEÇA: (apresentadora): A comunidade do Bom Jardim lançou hoje a campanha Caravana do Cuidado. O objetivo é dar continuidade aos projetos sociais da região. Paralelo à campanha, foi apresentado o Carnaval Bem-Viver.

OFF (repórter Rosânea Faria): Caravana do Cuidado é nome da campanha que o Centro Herbet de Souza e dez organizações comunitárias do Grande Bom Jardim lançaram hoje de manhã. O objetivo é arrecadar doações para melhorar a infra-estrutura das entidades e ampliar seus projetos sociais.

SONORA (Lúcia Albuquerque, coordenadora do Centro Herbert de Sousa): Solicitamos à comunidade doações de material de construção, tijolos e telhas; estão sendo solicitados também gêneros alimentícios e equipamentos para melhorar a estrutura das entidades comunitárias que prestam serviços importantes à comunidade. O grande objetivo dessas doações é a ampliação de projetos sociais importantes que essas entidades já fazem como oferecer almoço para mais de 300 crianças, trabalho para idosos, hortas comunitárias. Então, esses projetos precisam de um reforço para que possam atender melhor às pessoas carentes.

OFF (repórter Rosânea Faria): A campanha Caravana do Cuidado foi lançada com o Carnaval do Bem-Viver, que percorreu as ruas do bairro. Cada ala corresponde à projetos sociais desenvolvidos pelos bairros.

PASSAGEM (repórter Rosânea Faria): O bloco temas alas da Horticultura, do Hip-Hop, da Engenharia Sanitária, da Melhor Idade, Juventude, Trabalho e Arte, e Cultura Regional. O samba-enredo fala do direito à vida e principalmente à dignidade.

SONORA (Lúcia Albuquerque, coordenadora do Centro Herbert de Sousa): O Carnaval Social e essa estratégia da Caravana do Cuidado fazem parte de um conjunto de atividades de um projeto de desenvolvimento local que queremos desenvolver nesta região Sudoeste de Fortaleza, que inclui cinco bairros: Canindezinho, Bom Jardim, Grande Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. Então, é um projeto de desenvolvimento local integrado e sustentável desta região.

APRESENTADORA; O time do Fortaleza quer manter a sua invencibilidade com uma vitória hoje à noite, em Boa Viagem. Veja as últimas do esporte logo após o intervalo. Nós voltamos aguarde.

APRESENTADORA: O cantor cearense João Mamulengo faz pré-lançamento do seu primeiro CD Chote nas Estrelas, em um show hoje à noite, no Teatro do Centro Dragão do Mar. O show faz parte do projeto Quarta com Música Cearense. E nós vamos conversar agora com João Mamulengo. Boa tarde, João! Como é que composto o repertório do show de hoje?

JOÃO MAMULENGO: É composto de xotes e baiões. A idéia é que os novos compositores daqui do Ceará e é um CD com belos xotes, melodias ricas e letras bem elaboradas. Depois do carnaval estará sendo lançado. E hoje vamos fazer um show de pré-lançamento no teatro do Centro Dragão do Mar. O ingresso é apenas um real. Então eu convido a todos que estão nos assistindo, porque será uma grande festa de baião de xaxado.

APRESENTADORA: Que músicas, estilos e cantores influenciaram você influenciam ainda hoje?

JOÃO MAMULENGO: Ainda hoje, Jackson do Pandeiro, Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira, Zé Dantas. São as influências mais fortes. Tem ainda Genival Lacerda, Messias Holanda, principalmente naquela música de duplo sentido.

APRESENTADORA: As pessoas que participaram da produção do CD também participarão da produção do show desta noite também?

JOÃO MAMULENGO: Estou com uma grande banda, formado por grupos do Ceará, que são maravilhosos e têm projeção nacional, com Nilton Fiori, Lú de Souza. São músicos maravilhosos e que deixam o artista totalmente à vontade no palco para o mamulengo fazer a festa.

APRESENTADORA: A que horas vai ser hoje? A partir de 20 horas, no teatro do Centro Dragão do Mar, para formação de platéia, com o ingresso ao preço de 1 real. Estão todos convidados.

APRESENTADORA: Então quando você for fazer o lançamento do seu CD, você volta de novo, para a agente fazer outra entrevista, tá bom? Boa tarde e obrigada.

APRESENTADORA; Futebol! O Ceará se complicou ontem no PV (Estádio Presidente Vargas), ao empatar de zero a zero, contra o Itapipoca, em jogo válido pelo Segundo Turno do campeonato cearense. Hoje à noite, serão realizados mais três jogos. O Boa Viagem enfrente o Fortaleza; o Ceará joga contra o Guarani de Sobral; já o Itapajé vai tentar uma vitória diante do Maranguape e evitar o rebaixamento para a segunda divisão no próximo ano. O empate do Ceará e os jogos de hoje são assuntos do comentário de Wilton Bezerra.

(entra a vinhenta do Comentário de Wilton Bezerra).

WILTON BEZERRA: O time do Ceará complicou a sua situação, na fase classificatória, do segundo turno do campeonato estadual. Depois de perder para Boa Viagem, aqui, semana passada, botando aquele time misturado; e ter empatado com o Quixadá, em um a um, o time não foi além de um zero a zero com o time do Itapipoca, ontem no PV. Foi até com disposição tática: três atacantes, o Santana, Fábio Júnior e Reginaldo, que, aliás, não jogaram patavina, é bom que se diga. Acontece que onde faltaram os alas. Cadê os alas? Cadê o meio-campo capaz de criar alguma coisa. Salva-se apenas ali a movimento do pleito. O time do Itapipoca fixou os dois laterais. Manteve-se bloqueando com quatro jogadores no meio-de-área. Saiu no contra-ataque em função de Stênio e Adélio. Com isso, até chegou a criar mais situações contra o Ceará. No segundo tempo, para completar, o Ceará teve Sidney expulso, com um minuto do segundo tempo. Mas aconteceu um dado interessante; o Ceará melhorou e o time do Itapipoca, que tinha um a mais, piorou. Ainda assim, a única situação de perigo do Ceará foi uma penalidade marota, criada pelo juiz da partida, que o Kleiton acertou na trave. Jogou mal ou pelo menos voltou a demonstrar que tem realmente um time muito ruim. O treinador Celso Teixeira assistiu a tudo já reclamando de antemão com relação àquilo que observou o jogo. Não ter uma visão, confere? Tem que sair mais do falatório para realmente agir. Hoje tem mais: Fortaleza vai a Boa Viagem; Itapajé recebe o time de Maranguape. Nós vamos ter o Guarani de Sobral também em ação, ele que está numa posição realmente difícil, vai jogar contra o Quixadá. Mas isso é um assunto para o nosso comentário de amanhã. Aline!

(entra vinheta: comentário esportivo de Wilton Bezerra! Apoio cultural: Farmácia Aldesul, sempre com você!).

APRESENTADORA: O país começa a se preparar para os quatro dias de folia do Carnaval. Em Fortaleza, o esforço que está sendo feito para levar às ruas o que

representa a tradição do Carnaval cearense. Esse assunto foi debatido ontem no programa Papo 21, do Centro Cultural do Banco do Nordeste.

OFF (repórter Raquel Nocrato). Samba, frevo, maracatu. Passos diferentes, mas que levam ao mesmo ponto: Carnaval. Tema de debate Papo 21.

SONORA (Carmem Parente, coordenadora do programa Papo 21); Nós temos com o tema Carnaval e Cultura. Afinal de contas, nós estamos com na época do Carnaval. Então, vamos conversar sobre o que é mesmo o carnaval, que é uma grande manifestação da cultura brasileira. Por isso, vamos fomentar o debate no sentido de saber por que os carnavais de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro têm muita vida. O nosso, aqui no Ceará, está se esforçando para ver reviver. Muita gente está trabalhando para manter essa cultura do carnaval viva aqui.

OFF (repórter Raquel Nocrato): E se em cada canto do Brasil tem uma maneira particular de fazer essa festa, por que então não valorizar a maneira cearense de brincar? Os blocos de rua ou desfile de maracatus? Para o pesquisador pernambucano, Sérgio Gusmão, a folia do Ceará pode ser explorada. Segundo ele, além do grande potencial de mercado, o carnaval é uma marca da identidade cultural da região.

SONORA (Sérgio Gusmão, pesquisador sobre Carnaval): A única coisa do carnaval é a autenticidade, a criatividade. E a valorização, a retomada das tradições é um caminho que Fortaleza tem para ver as suas brincadeiras e o seu som. Qual é o som do Ceará? É o som que a gente está acostumado a ouvir naquilo que a gente chama de carnaval fora de época? Absolutamente, não é. O carnaval fora de época é pra lá. No carnaval mesmo, a gente tem que buscar o som do cearense, a identidade do povo cearense.

OFF (repórter Raquel Nocrato): Valorização que começa no conhecimento e no reconhecimento de quem ajudou a fazer outros carnavais. É o que diz o pesquisador cearense Calé Alencar. E para quem não sabe, aqui também tem escola de samba. E já há algum tempo.

SONORA (Calé Alencar, pesquisador do carnaval cearense): Fortaleza tem um carnaval bastante peculiar. Mesmo na expressão das escolas de samba, dos blocos e cordões, nós temos um jeito muito cearense de fazer essa brincadeira do carnaval. Com relação a uma identidade mais sólida, mas emblemática, nós temos o maracatu que, embora existam, de forma espalhada pelo Nordeste, assumiu uma identidade muito específica, com um ritmo mais lendo. O Prova de Fogo foi a primeira escola de samba do Ceará, fundada em 1935. E hoje, eu tenho um prazer enorme de estar participando desse bloco e lá a gente procurar preservar essa tradição do primeiro bloco cearense, que era escola de samba no passado, pelo qual passaram vários grandes compositores, com Luis Assunção e Lauro Maia. Nós temos uma identidade musical espetacular nesse tipo de manifestação que é o samba de orquestra.

APRESENTADORA: Uma noite de boa música em prol da solidária. Um grupo de músicos austríacos fez um concerto de jazz, ontem, no Theatro José de Alencar, em benefício dos pacientes de AIDS do Hospital São José.

OFF (repórter Raquel Nocrato): Seis músicos austríacos, todos atuantes em grandes orquestras da Alemanha, chegam a Fortaleza com o show Jazz é Amor. No repertório

da apresentação, peças de Bach, Tom Jobim, entre outros compositores eruditos e populares. O concerto Jazz é Amor é uma parceria entre o Secretaria de Cultura do Estado e o Consulado Honorário da Áustria. Toda renda foi revestida para assistência social aos pacientes de AIDS no hospital São José.

APRESENTADORA: O Revista desta quarta feira fica por aqui. Eu vejo você amanhã. Boa tarde?

REVISTA 4 -EDIÇÃO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2003 (quarta-feira)

APRESENTADORA (ISABEL ANDRADE): Ler a escalada da edição:

- Campanha alerta que mau hálito pode ser sintoma de doenças graves;
- Caçada Ceará antigo é uma das atrações da Casa Cor 2003;
- E ainda hoje: a festa de encerramento da 10ª. Edição do Festival de Guaramiranga.
- O Revista está no ar...

APRESENTADORA: Boa tarde!
Cabeça: Educação, justiça, impunidade, violência. Estes são alguns dos temas em debate no primeiro seminário por uma cultura de paz. A realização é da APVV – Associação dos Parentes das Vítimas de Violência.

Imagens: Amaury Pontes

OFF 1 – O Seminário foi aberto hoje de manhã, em frente ao Fórum Clóvis Beviláqua. A idéia dos organizadores foi de realizar o evento ao ar livre, para aproximar o público. A APAVV lançou também a campanha "Adote um órfão da justiça"., destinada à advogados, assistentes sociais e psicólogos.

SONORA 1 (Com Maria da Paz, coordenadora da APAVV): Nós estamos com muitas intenções neste seminário. A primeira é a campanha "Adote um órfão da justiça". O que é isso? A maioria das pessoas que compõem a APAVV não tem advogado. Então, se cada advogado adotar uma pessoa da associação, nós vamos dar um conforto a essas pessoas e os casos, pelo menos, se encaminharão melhor, porque estão todos parados.

PASSAGEM (Raquel Nocrato): Famílias e amigos de vítimas da violência aproveitaram
a oportunidade para protestar contra a impunidade e cobrar justiça.

SONORA 2 (Com Fátima Costa, secretária da APAVV): As pessoas ainda não se conscientizaram do problema que existe. As pessoas são muito estressadas no trânsito e, por motivo nenhum, matam por besteira. Então, a APAVV está na rua para que as pessoas se conscientizem mesmo que não tenham nenhum caso na família venham participar das campanhas da APAVV. A gente acha que nunca a violência vai bater na nossa porta. E num dia, com certeza, ela bate, por meio de trânsito, pistolagem, motivos fúteis. É uma pena. Na minha opinião, acontece mais violência porque a mãe da violência é a impunidade.

OFF 2 (Raquel Nocrato): Uma pessoa morre vítima da violência a cada 12 minutos no Brasil. São 45 mil mortes por ano. O Brasil só perde em números de homicídios para a guerrilha na Colômbia e para a guerra civil em El Salvador.

OFF 3: A data de hoje é especial para quem luta pela justiça e pelo fim de violência.

SONORA 3 (Deodato Ramalho – presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB): É muito importante essa data que estamos comemorando hoje. Primeiro coincide há mais de quatro anos com a fundação da APAVV. E eu diria que é com um misto de tristeza e alegria. A tristeza porque ainda vivemos em uma sociedade onde a violência é predominante. A tristeza por eu ver que o poder judiciário não tem dado a resposta adequada a essas demandas da sociedade. Por outro lado, vivenciamos a alegria por saber que existe na sociedade movimentos como esses que, lutando pela paz, pelos direitos humanos, têm avançado, ainda que as conquistas não sejam muitas, mas diante da situação de dificuldade, o pouco que se consegue já é muito e se deve comemorar.

APRESENTADORA (Isabel Andrade): O primeiro seminário por uma cultura de paz acontece às seis da noite, com a apresentação do grupo teatral "Ponto de Vista". Logo depois, às 7 da noite, começa a primeira vigília da APAVV que se encerra amanhã às 9 horas. Durante a madrugada, vítimas da violência, integrantes da APAVV, vão dar depoimentos. O seminário e a vigília acontecem em frente ao Fórum Clóvis Beviláqua.

APRESENTADORA (Isabel Andrade): Nenhum cearense sem registro civil. Este é o leme da campanha que promete erradicar o sub-registro no estado. Desde o mês de agosto, ela já vem sinalizando. A segunda fase da campanha aconteceu neste final de semana.

NOTA COBERTA (narrada por uma repórter não identificada – imagens de José Façanha): A campanha desenvolvida pela Associação Nacional de Registradores de Pessoas Naturais atendeu habitantes de 11 bairros da periferia de Fortaleza. Os dez cartórios do registro civil funcionaram em escolas, associações de moradores e centros comunitários durante todo o dia de sábado, emitindo certidão de nascimento e a segunda via do documento. Essa foi a segunda fase da campanha. No mês passado, foram atendidos cerca de dois mil e quatrocentos e trinta e sete pedidos. E pelo menos duzentos e oitenta e seis pessoas receberam o registro de nascimento. A campanha terá pelo menos a duração de cinco meses. A data da próxima ação ainda vai ser divulgada.

APRESENTADORA (Isabel Andrade): A Associação Cearense de Pesquisa dos Odores da Boca está promovendo uma campanha para identificar quem tem mau hálito. Além de incomodar, o mau hálito pode ser causado por sérios problemas com a saúde.

OFF (Raquel Nocrato – imagens Amaury Pontes): O trabalho que está sendo feito hoje é diferente. Em plena Praça do Ferreira, as pessoas fazem fila para descobri se têm halitose, ou seja, mau hálito. Através de um aparelho chamado halitômetro, a equipe mede os compostos de enxofre presentes no ar bucal. A primeira coisa que as pessoas descobrem é que o mau hálito nem sempre é causado por falta de higiene.

SONORA 1 (Diana Rocha, coordenadora da Associação Cearense de Pesquisadores de Odores da Boca): O mau hálito é um sintoma. Então, pode estar indicando que alguma alteração ou alguma doença possa estar acontecendo. Então, nós de tentar identificar qual é a causa, para poder, então, identificar a doença, tratar dessa doença e o mau hálito então desaparecer. O problema acontece porque as pessoas geralmente não procuram o tratamento ou procuram as pessoas erradas para fazer o tratamento. Têm de ser pessoas qualificadas no tratamento de halitose, para poder resolver. Mas o diagnóstico pode sinalizar várias doenças, como o diabetes, o câncer, compensar quando o diabetes está descompensado, doenças intestinais, alterações hepáticas, alterações de garganta, enfim, têm várias causas, mas principalmente problemas bucais, associados à baixa salivação e à questão da saburra lingual, que é uma massa que ficam sobre a língua. Que é rica em enxofre e é um dos maiores causadores do mau hálito.

APRESENTADORA (Isabel Andrade): Setenta anos de preservação da vida. O Hospital de Messejana está fazendo aniversário, recebendo destaque no cenário local e até nacional em cirurgias do pulmão e do coração. Agora um detalhe: o hospital atende pelo Sistema Único de Saúde. Quem vai contar pra gente essa história é o diretor do hospital, Petrônio Vasconcelos Leitão, que está aqui no estúdio. Boa tarde, doutor.

ENTREVISTADO: Boa tarde.

APRESENTADORA: O hospital tem uma história curiosa. Quando ele foi fundado, em mil, novecentos e trinta e três, era um mansocômio?

ENTREVISTADO: Era um mansocômio que cuidava de pacientes com tuberculose. Na época, não existia o tratamento com antibióticos. O tratamento de tuberculose era feito com uma boa alimentação e repouso. Então, as pessoas iam para lá para ficar morando, praticamente, durante o período em que estavam se restabelecendo. Com o decorrer dos anos, com a evolução da Medicina e das doenças das grandes cidades, como as doenças cardiovasculares, o hospital passou a se especializar na área de pneumologia, e não mais só fisiologia, e na área de cardiologia, de onde vieram as primeiras cirurgias cardíacas. E hoje, nós fazemos cardíacas em crianças, temos um serviço de emergência que funciona 24 horas e agora no dia primeiro de setembro o governador implantou o serviço de hemodinâmica 24 horas. O que a população ganha com isso? É que a população de baixa renda, antigamente, quando entrava no processo de infarto, ao chegar no hospital, de madruga ou no final de semana, era medicada, e somente na segunda-feira e que iria se submeter ao cateterismo e a uma cirurgia cardíaca, que chamamos de revascularização, que é a colocação das pontes nas coronárias. Como o serviço de hemodinâmica funciona 24 horas, o paciente chegou, com a iminência de infarto ele faz um cateterismo de madrugada, no final de semana. E se for na fase inicial do infarto, o paciente recebe um distente, que é uma mola que dilata a coronária. Assim, o paciente, com 24 ou 48 horas vai para casa, numa situação totalmente estável, que não requer mais uma cirurgia cardíaca, que exige que ele passe no mínimo dez dias no hospital, fora todo o custo da cirurgia.

APRESENTADORA: O hospital realiza cirurgia de transplante de coração há seis anos. Como o hospital de Messejana conseguiu se destacar no cenário do Nordeste com esse tipo de cirurgia?

ENTREVISTADO: Com a determinação do seu corpo clínico. Nós entendemos que a equipe de cirurgia cardíaca avançou bastante. É uma equipe totalmente dedicada, a ponto de o Ceará, em relação a Norte e Nordeste, nós temos a maior estatística de transplante cardíaco.

APRESENTADORA: Quantas cirurgias realizadas?

ENTREVISTADO: Cinqüenta e duas cirurgias. A última, nós realizamos neste sábado. Quando fazemos a média nacional, em termos de mortalidade, a nossa média é mais baixa do que a média nacional. Eu diria que o hospital está bem, em relação à transplante cardíaco.

APRESENTADORA: Em termos de estrutura, quantas UTIs o hospital oferece?

ENTREVISTADO: Conta com trezentos e seis leitos, dos quais 51 são de UTIs. O governador deverá realizar, durante o mês de outubro, inaugura mais uma UTI com 16 leitos.

APRESENTADORA: E os planos para o futuro do hospital? Pretendem realizar também transplante de pulmão?

ENTREVISTA; Esta é uma meta a se pleitear, mas temos a realidade da dificuldade. O transplante de pulmão é bem mais difícil do que um transplante de coração. Mas, com certeza, iremos caminhar para isso também.

APRESENTADORA: Veja a seguir: a festa de encerramento do festival de Guaramiranga. No último dia, uma atração especial, a apresentação do espetáculo "Boizete desmembrado", que tem, no elenco o ator consagrado Matheus Nasthergale.

APRESENTADORA (nota simples): Uma boa notícia para quem participa da romaria de São Francisco: a estrada de Canindé, que se encontra em péssimas condições, será finalmente recuperada. Agora há pouco o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, assinou autorização para licitação das obras de restauração da BR zero vinte, no trecho Fortaleza-Canindé. A solenidade de assinatura aconteceu no Salão Paroquial da Igreja de São Francisco e contou com a presença do governador Lúcio Alcântara. O investimento será de trinta e três, vírgula cinco milhões de reais. De Canindé, o governador Lúcio Alcântara segue para Russas, onde, juntamente com o ministro Ciro Gomes, participa da solenidade de início das operações do perímetro irrigado Tabuleiros de Russas. Serão entregues os títulos de direito real de uso de terra a setenta e cinco pequenos produtores reassentados.

APRESENTADORA: O Fortaleza conseguiu vencer mais uma partida ontem pelo Campeonato Brasileiro. A vítima foi o Vitória da Bahia. O único gol da partida, realizado em Sobral, foi marcado pelo atacante Rena. Mesmo com a Vitória de ontem, o Fortaleza continua na penúltima colocação da competição. Assunto pro comentário de Wilton Bezerra.

ENTRE VINHETA (Comentário de Wilton Bezerra, apoio cultural Farmácias Aldesul, sempre com você)

COMENTARISTA: O Fortaleza contra o Vitória, ontem, em Sobral, jogou aquele futebol que a gente costuma dizer ligeiramente superior ao futebol do adversário. Só foi isso. Teve mais chances, marcou um gol e fim de papo. Era o que estava ao alcance do time do Fortaleza: pouco ou nada criativo no meio campo, na má partida do Vinícius, substituído por Finase, que entrou para perder o gol. Uma jogada de linha de fundo com Sérgio e não aconteceu nada demais, depois. Enfim, o Fortaleza, no setor de meio-campo também não apresentou criatividade nenhuma, uma disposição maior, mas ganhou o primeiro tempo, fez um a zero, fez a base, digamos assim, porque no segundo tempo foi realmente muito difícil. Não que o time do Vitória jogasse uma barbaridade. Ainda bem, pro Fortaleza, que o representante baiano não jogou nada. Teve chance, concordamos plenamente, porque o time do Fortaleza sobreviveu do estouro de bola. A ação coletiva sumiu, o jogo pelas laterais, meio campo. O time do Fortaleza no segundo tempo foi pior do que o primeiro, o que levou o Vitória a ameaçar e aí o goleiro Renato, que já havia feito boas defesas, acabou, no final, salvando, com uma saída providencial e espetacular. Bom foi vencer. Um a zero. Três pontos, embora o time do Juventude, que é perseguido, ali, pelo time do Fortaleza, vencesse de goleada, passando do Fluminense, melhorando a sua posição. De qualquer maneira, o treinador Marcelo Araújo exultou pelo fato do time ter vencido o jogo, que não agradou a ninguém. Os dois times reclamaram do campo de jogo. O torcedor deve ter reclamado de muito mais coisas. Essa é que é a realidade.

APRESENTADORA: A edição deste ano da Casa Cor Ceará está fazendo uma homenagem aos quatrocentos anos do Estado. A exposição, que vai até o dia 5, apresenta sugestões para decoração em estilos moderno e regional.

OFF 1 (repórter Lílian Lezeck): Os que visitam a Casa Cor Ceará 2003 olham encantados os 45 ambientes da exposição. Este ano, os arquitetos e decoradores apostaram no regionalismo como um detalhe para decorar a asa. E como forma de homenagear o Ceará.

PASSAGEM: (Lílian Lezeck): E para homenagear os quatrocentos anos do estado, a Casa Cor separou um ambiente especial para o artesanato cearense. Os convidados não só têm a oportunidade as peças produzidas pelos artistas locais como o trabalho de artesãos dos outros estados, como, pro exemplo, este oratório que veio do Piauí, uma peça religiosa também utilizada para decorar a casa.

OFF 2: No Armazém do Artesanato Brasileiro, a etiqueta mostra o valor da peça, com preço acessível para quem quer levar uma lembrança. É uma pequena mostra que as mãos desses artistas são capazes de fazer.

SONORA 1 (Tecla Cosma da Silva, artesã cearense): Hoje não adianta a gente fazer uma coisa que não tenha utilidade. Tudo que é feito tem utilidade. Então, na questão de utilidade pra casa, bolsas de passeio, pra trabalho, a gente tem vendido bastante, graças a Deus. E agora com a participação na feira, através do Sebrae, que tem nos apoiado muito, a gente tem conseguido vender bastante.

OFF 3: Dentre os vários ambientes, está a Fachada Ceará Antigo. Os desenhos contam a história do estado a partir do patrimônio edificado. A Praça dos Leões e a Catedral de Fortaleza foram desenhadas sob o olhar minucioso de Nearco Araújo. É um projeto de educação patrimonial. Em contraste com o regional, os ambientes modernos. Nesta

suíte, jovem executivo também pode utilizar a cama como maleiro e não como esconderijo do dinheiro. É uma mostra da criatividade e do potencial dos arquitetos cearense.

SONORA 2(Cecília Nóbrega, arquiteta cearense): A gente tem visitado várias mostra no Brasil e uma mostra dessa, como a Casa Cor, é muito importante é a maior prova para que as pessoas do lugar consigam mostrar seu trabalho, que é bastante criativo e acho que nós cearense conseguimos utilizar as coisas da região, a mão de obra, fazendo com não saia tão caro o projeto e mostrar tanto para o Brasil e para as pessoas da região o nosso potencial.

APRESENTADORA: Homenagens e premiações na última noite do Décimo Festival Nordestino de Guaramiranga. Ao todo, foram distribuídos quinze mil reais em prêmios.

OFF 1 (REPÓRTER Sabrina Lima); A última noite do festival começou com a apresentação do espetáculo "Voicep desmembrado", com o ator Matheus Nasthergale e o Grupo Piollim. A peça é uma versão do texto Voicep, do alemão Jorge Bichner, que morreu antes de terminar de escrevê-lo. Como o autor não havia enumerado as cenas, artistas do mundo todo apresentam o espetáculo na ordem que escolhem. NO Voicep desmembrado é o acaso que decide o rumo da história. Os atores brasileiros encenam os vinte e dois atos de maneira redômica, a medida que vão sendo sorteados. Dessa forma, o espetáculo sempre é encenado de um jeito diferente a cada sessão. Matheus Nasthergale, que produziu a peça e interpreta o protagonista Voicep falou sobre a montagem.

ATOR (Matheus Nasthergale); É um texto de denúncia, escancaradamente político. É um texto que se preocupa com o homem, no contexto deshumanizante. É um texto que olha pro mundo como um mundo que desumaniza o seu próprio mundo. Acho que é um tema da hora. A gente tem vivido isso há muito tempo. A gente tem usado uns aos outros. E um pouco é isso que o público vai pensar enquanto assiste ao Voicep.

PASSAGEM (Repórter Sabrina Lima): Depois de nove dias, trinta e nove espetáculos cerca de cento e cinqüenta mil visitantes, chega ao fim o Décimo Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga. Na noite de encerramento, o público encheu o Teatro Rachel de Queiroz, na expectativa de saber quem são os vencedores da décima edição do festival.

OFF 1; E a curiosidade do público logo foi saciada com o início da cerimônia de premiação. Quartorze prêmios foram entregues pelo júri oficial, dentre eles o de melhor espetáculo, para a peça Joguete, da Companhia Bufa de Teatro da Bahia. De melhor diretor e de melhor ator para Francisco Wellington, da peça cearense o Auto do Rei Leal. E de melhor atriz para Diana Ramos, da peça Joguete, da Bahia.

APRESENTADORA: O Revista de hoje fica por aqui. Pra você uma boa tarde e até amanhã.

REVISTA 5 - EDIÇÃO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2003 (quinta-feira)

APRESENTADORA (ISABEL ANDRADE) Ler a escalada da edição:

- Fortaleza sedia Congresso Brasileiro de Cirurgia Plástica
- Taxa de desemprego aumenta em Fortaleza
- Governo do Estado promove leilão para reduzir despesas e arrecadar recursos;
- Santa Casa de Misericórdia vai ganhar um presente especial neste Natal;
- Estes e outros assuntos você confere agora, no Revista

APRESENTADORA (Isabel Andrade): Boa tarde. O Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em cirurgia plástica. O procedimento mais procurado é a lipoaspiração. Esses dados foram revelados hoje durante a abertura do quadragésimo Congresso Brasileiro de Cirurgia Plástica, no Centro de Convenções.

OFF 1 (Repórter Rosânea Faria): Vaidade não tem idade, nem sexo. Segundo pesquisa realidade por empresa de São Paulo, o homem brasileiro, do terceiro milênio é forte consumidor de inovações na área de saúde e beleza. Os homens, tanto casados quanto solteiros, gastam em média, entre dez e vinte por cento da sua renda para este fim. Conscientes do crescimento deste mercado, mais de mil e quinhentos especialistas estão reunidos no quadragésimo congresso brasileiro de cirurgia plástica, para discutir a mais avanças técnicas de tratamento estético para esse público. Quarenta por cento dos homens gastam em média vinte minutos na frente do espelho. Barriguinha e careca estão incomodando demais.

SONORA 1; (Luis Carlos Gadelha – presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica): Os homens perderam esse preconceito e estão conquistando um direito que eles têm. Antes, somente as mulheres tinham direito de estarem bonitas, preocupadas com seu corpo e aparência física. Hoje, os homens se deram conta de hoje eles podem fazer tudo isso, sem serem considerados menos machos.

REPÓRTER: O que eles fazem mais?

SONORA 2 : Fazem lipoaspiração, implante de cabelo e correção de pálpebra.

PASSAGEM (repórter Rosânea Faria): O Brasil é o segundo país do mundo que mais realiza cirurgia plástica. Perde apenas para os estados unidos. Quatrocentos mil brasileiros só este ano recorreram a cirurgia plástica, entre estética e reparadora.

OFF: Lipoaspiração é cirurgia mais realizada pelos brasileiros;em seguida vem a plástica da mama e os procedimentos na face, principalmente aplicação de botóx. Para o secretário-geral da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Doutor Helton Traber, apesar de ser simples, a lipoaspiração não deixa de ser uma cirurgia. Por isso, o paciente deve saber dos riscos e procurar um profissional competente. Ele diz o que tem de positivo e negativo na lipoaspiração, o sonho de consumo de muitas mulheres.

SONORA 2 (Helton Traber, secretário da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica): A lipoaspiração, na verdade, é a vedete de todas as cirurgias plásticas, porque, sem dúvida nenhuma, traz um aprimoramento muito importante ao contorno corporal de todas as mulheres.

ENTREVISTA: Em que instância ela deve fazer uma lipoaspiração?

Sonora (Helton Traber. Ela deve fazer quando estiver satisfeita com seu próprio contorno. Não existe um limite superior ou inferior de idade. É lógico que uma criança em desenvolvimento não poderia fazer uma lipoaspiração. Uma senhora muito idosa, que tivesse perdido muito da sua elasticidade, também talvez os procedimentos adequados para ele seja outros. Mas desde que você tenha um equilíbrio de gordura, quem a gente chama podere satural adequado, aquilo que tiver sobrando, estiver fora do contorno, pode ser manipulado de uma forma "lipoescultura", fazendo a lipoaspiração e a liposucção.

APRESENTADORA – (NOTA-PÉ): O CBCP vai ser encerrado no próximo sábado.

APRESENTADORA: o Governo do Estado quer reduzir as despesas e arrecadar mais de um bilhão de reais, com leilão mobiliário e de veículos. O leilão será aberto ao público no próximo final de semana.

OFF 1 (Marcos Meireles, repórter). Estão sendo leiloados duzentos e quarenta e três lotes mobiliários, como sofás, carteiras computadores, a partir de vinte reais. Além de mais de quatrocentos e oitenta e três lotes de veículos, entre carros de passeio, ônibus, tratores e motocicletas, com preços iniciais variando entre duzentos e doze mil reais.

PASSAGEM: Marcos Meireles, repórter: O leilão atende ao decreto governamental vinte e sete mil cento e dezoito, assinado no dia 27 de junho deste ano. O decreto já previa a redução de trinta por cento da frota de veículos do estado.

OFF 2 : Durante entrevista coletiva, o secretário da Administração, Mauro Benevides, falou que a iniciativa faz parte das ações do governo do estado para redução de gastos. Com a medida, além de reduzir os custos de manutenção, há uma economia substancial de combustível. A expectativa é que o leilão gere uma receita bruta total de mais de um bilhão de reais, dinheiro que será investido no fundo de gestão do estado.

SONORA 1 (Secretário da Administração, Mauro Benevides Filho); Isso pode ser usado para tecnologia da informação, para capacitação e treinamento no âmbito do governo do estado, enfim são várias atividades que o governo fará para aperfeiçoar a sua gerência dentro do estado.

PRESENTADORA: A prestação da casa própria dos mutuários que têm data-base em novembro 8,6 por cento em dezembro. A informação é da Associação Brasileira de Crédito Imobiliário e Poupança – ACEBIP.

APRESENTADORA: A taxa de desemprego está aumentando. Em Fortaleza, apesar do número de postos de trabalho ter crescido em setembro último. Isso é o que revela a última pesquisa do Sine-IDT.

OFF 1 (Repórter); A taxa de desemprego em 2003 aumentou dezenove por cento em relação ao ano passado em Fortaleza. Segundo a pesquisa do Sine-IDT, essa elevação da taxa foi mais significativa do segundo bimestre de 2003. O número de desemprego saltou de quarenta e quatro por cento de abril e maio, para quarenta e oito virgula seis por cento em setembro deste ano. O crescimento, no entanto, não foi gerado pelas demissões.

SONORA 1 (Mardônio Cossa, diretor de Estudos e Pesquisas do IDT): Nós constatamos em setembro uma maior oferta de mão-de-obra. Apesar da elevação da taxa de desemprego em setembro, ela não foi ocasionada por um processo de demissão, mas por uma maior oferta de mão-de-obra. Então, quando o desemprego é medido pela procura por trabalho, na medida em que mais trabalhadores saem da inatividade e passam a postular uma vaga no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, a economia, em função do ritmo de atividade econômica, não tem gerado os postos de trabalho, compatíveis com esse crescimento da população economicamente ativa (PEA), então uma conseqüência lógica seria uma elevação no patamar de desemprego.

REPÓRTER: Qual a expectativa para 2004 em relação ao crescimento do emprego?

SONORA 2 (Mardônio Cossa, diretor de Estudos e Pesquisas do IDT): Mais uma vez a gente volta à mesma tecla. Só há geração de emprego se houver crescimento da economia. O Secretário de Planejamento do Governo Federal, o Ministro do Trabalho tem afirmado que os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira estão bem e há essa perspectiva de crescimento em 2004, teremos uma conjuntura favorável à geração de emprego.

APRESENTADORA: O caju é primeiro produto na pauta de exportação do Ceará. Mesmo assim, segundo o Sincaju, a cultura vem sofrendo prejuízos da falta de incentivo financeiro e da defasagem tecnológica. Para falar sobre o assunto, está aqui no Revista o presidente do Sincaju, Paulo de Tarso Meyer. Boa tarde, Paulo. Qual a produção do caju hoje aqui no Ceará.

PAULO DE TARSO MEYER (Presidente do Sincaju): Eu sempre digo que estávamos esperando uma produção recorde nesses últimos dez anos. Digo também que o cajueiro para enganar um é bem rápido. Choveu bem, mais de 1.500 milímetros nos 42 municípios concentradores de plantil de cajueiro. Uma floração lindíssima e estávamos esperando uma safra de 120 mil toneladas. Mas aconteceu um fato inesperado: a florada, em vez de se transformar em fruto, secou. E o vento forte também influenciou para a florada não se sustentar. Mesmo assim, nós estamos prevendo que a safra fique em 110 mil toneladas da castanha de caju.

APRESENTADORA: Para que a safra alcance índices como esses, é preciso que haja políticas de incentivos. Quais os incentivos que os produtores estão tendo?

PAULO DE TARSO MEYER: Nós conseguimos, há três anos, recursos para investimentos e custeio, mas infelizmente, a nossa produtividade é garantida por 60 por cento de pequenos e médios produtores, que não têm garantias a oferecer aos agentes financeiros, como o Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Conseguimos duzentos milhões de reais em quatro anos. Estamos no quarto ano e nem cinco por cento desse empréstimo foi realizado. Fomos a Brasília, tentamos um fundo de aval, para que esses dois agentes financeiros pudessem emprestar esses recursos. Esse fundo de aval está em estudo pelo Governo Federal – FGTP – para que esses recursos sejam aplicados no campo, no plantio e produção da castanha de caju.

APRESENTADORA: Sobre a comercialização da castanha de caju, os produtores e e comerciantes têm sofrido com alguma taxação?

PAULO DE TARSO MEYER: Atualmente, não há restrições. Os produtores podem comercializar livremente a sua safra. O grande problema é o desperdício do pedúnculo do caju – que a parte da fruta que se come, que se faz suco, doces e outros alimentos. Mas sobre essa questão, nós, junto com uma empresa paulista que ainda é a maior exportadora de bagaço da laranja, para os países europeus, estamos instalando aqui na região de Itapipoca, a primeira unidade de beneficiamento de pedúnculo de caju. Atualmente, o pedúnculo, que representa 95 por cento da fruta caju (a castanha é somente cinco por cento), é desperdiçado. A nossa estimativa é de instalar, nas regiões produtoras, cinco unidades de beneficiamento do pedúnculo, que seria transformado em ração animal, para o mercado interno e para a Europa.

APRESENTADORA: Por que os produtos derivados do caju têm seus preços elevados no mercado local?

PAULO DE TARSO MEYER: Eu entendo que os produtos derivados do pedúnculo do caju são mal aproveitados. O principal deles é o suco de caju, que poderia ser oferecido aos 184 municípios cearenses, mas somente quatro municípios são potenciais consumidores. Como não há taxação sobre esses derivados, entendemos que esses preço elevado a que você se refere é de origem cultural. Como há pouco consumo, os preços tendem a ficar mais elevados. Temos de fazer com que o produtor valorize o que possa ser regionalizado, ampliando o mercado interno e incentivando o cearense a consumir os derivados do pedúnculo do caju.

APRESENTADORA : OK, Paulo. Muito obrigado por sua presença aqui no Revista.

APRESENTADORA: A Uece, Universidade Estadual do Ceará, vai realizar concurso público para professor substituto. As inscrições ficam abertas até a próxima terça-feira, dia 25. Estão sendo oferecidas dezessete vagas para fortaleza e três para o Interior do Estado – Quixadá, Iguatu e Itapipoca.. A seleção será realizada nos dias 1, 2 e 3 de dezembro e os professores selecionados terão contratação imediata. A carga horária é de 20 horas semanais.

APRESENTADORA: Veja a seguir, a decisão da Prefeitura de Fortaleza de proibir a superlotação em transportes alternativo. Depois do intervalo.

ENTRE VINHETA DE ENTRADA DO INTERVALO

ENTRA VINHETA DE RETORNO DO INTERVALO

APRESENTADORA: A superlotação dos transportes alternativos está proibida em Fortaleza. A partir de amanhã, todas as topics que circularem com mais de dezesseis passageiros serão recolhidas pela Ettusa. A determinação é da Segunda Vara da Fazenda Pública. Para esclarecer o assunto, o presidente da Ettusa, Flávio Aragão, concede entrevista coletiva hoje às três da tarde, na sede da empresa.

APRESENTADORA: O Campeonato Cearense de 2004 já tem tabela pronta e anunciada. Deve começar no dia 18 de janeiro. A competição terá dois turnos. Assunto para o comentário de Wilton Bezerra.

ENTRA VINHETA DO COMENTÁRIO DE WILTON BEZERRA .

“COMENTÁRIO ESPORTIVO DE WILTON BEZERRA. APOIO CULTURAL, FARMÁCIAS ALDESUL. SEMPRE COM VOCÊ”.

WILTON BEZERRA: Ai está o nosso campeonato estadual para 2004 anunciado, com tabela feita e critérios definidos, com pequenas diferenças. O mais importante: a repetição do tempo de duração. Três meses. E aí eu pergunto: que prestígio é esse que as federações dizem ter junto à CBF. Porque se disse que os campeonatos receberiam exatamente um apoio da CBF, através das federações. Esses campeonatos estaduais seriam fortalecidos, para se fortalecer também as federações. As conversas iam nesse sentido. Não vejo diferença nenhuma. Nem os apoios anunciados. Essa federação que nós temos, e nós até sugerimos para ela uma utilidade póstuma, anunciou nos campeonatos passados ajuda nos transportes, para minimizar os problemas financeiros. Até hoje, absolutamente nada de concreto. Recentemente, há uma informação de que o campeonato estadual teria patrocínios. Alguns jogos seriam transmitidos pela televisão. Alguns jogos seriam transmitidos pela TV. Que TV? Seria uma coisa pequena, mas os times não ficariam a ver navios com relação a esse amparo. Que amparo? Porque os planos de leva pela televisão os jogos do campeonato estadual, os senhores se recordam. Eram planos no sentido de acabar com os times. Os times sem receber nada, só aparecendo na televisão. Uma coisa ridícula. Mas está aí o nosso campeonato imprensado. Domingo, quarta, quinta, sábado...É jogo que não acaba mais. E o que é pior: três meses se passaram, ai escapa o Fortaleza, escapa o Ceará pra aqui, talvez o Ferroviário. O resto vai esperar por uma terceira divisão, uma outra competição seis meses depois. Infelizmente, é essa a nossa situação dentro desse novo quadro mercantilista do futebol do Brasil.

APRESENTADORA: A Santa Casa de Misericórdia vai receber um presente de Natal especial em 2003. É que a campanha Amigos em Ação deste ano escolheu a Santa Casa para destinar treze toneladas de alimentos, doadas por empresários cearenses. Os pacientes e funcionários aprovam a iniciativa.

OFF 1 (Sabrina Lima): Núbia Elói Chaves é enfermeira da Santa Casa há trinta anos. Em todos esse tempo, ela reconhece que as doações de alimentos à instituição têm salvado vidas.

SONORA 1 : (Núbia Chaves, enfermeira da Santa Casa): Esses alimentados que vêm para a Santa Casa serve para melhorar a dieta deles (dos pacientes). E dá um sustentáculo no que se refere à dinâmica do organismo.

PASSAGEM (Sabrina Lima, repórter): Neste final de ano, funcionários e pacientes das Santa Casa vão receber uma ajudinha a mais na ceia de Natal: treze mil quilos de alimentos não perecíveis serão doados pela campanha Amigos em Ação. São cerca de 500 empresários mobilizados em solidariedade à Santa Casa.

OFF 2 (Sabrina Lima, repórter); A campanha foi criada e é desenvolvida há doze anos, pela empresa Alessandro Belchior Imóveis. Germano Belchior, coordenador da campanha Amigos em Ação explica como a campanha vai funcionar em 2003:

Sonora 2 (Germano Belchior, coordenador da campanha Amigos em Ação): a campanha Amigos em Ação neste ano vai contar com cerca de 500 participantes, na maioria deles empresários, que devem representar em torno de 400 empresas. Nós remetemos convites a essas pessoas ontem; hoje está sendo hoje está sendo lançada oficialmente essa campanha e até o dia 11 de dezembro vamos receber todos os donativos que vão ser destinados aqui à Santa Casa. E até o dia 20 de dezembro vamos fazer essa entrega. A gente espera que se alcance a treze mil quilos.

OFF 3 (Sabrina Lima, repórter); Para o provedor da Santa Casa, Evandro Studart da Fonseca, a doação da Amigos em Ação representa o apoio que a instituição necessita para continuar funcionando.

SONORA 3 (Evandro Studart da Fonseca, provedor da Santa Casa): Nós temos um débito mensal de cem mil. Nós precisamos de ajuda, muita ajuda daqueles que queiram ser nossos parceiros, porque a única maneira de continuarmos na luta encontrar aquela harmonia, aquela vontade de servir que cada um de nós tem, representada por uma única palavra: solidariedade.

APRESENTADORA – NOTA-PÉ: Os empresários que quiserem participar da campanha Amigos em Ação podem ligar para o número dois meia um, três quatro, três sete. A doação mínima é de cinqüenta quilos de alimentos não perecíveis.

APRESENTADORA: Aberta no Centro Cultural Oboé a exposição Forma, do artista plástico Francisco Vidas Júnior. O artista expõe telas no estilo figurativo.

OFF 1 : A exposição traz 30 quadros com técnicas mistas e acrílica sobre tela. O artista retrata em seus quadros a figura feminina, em formas simples e tons de terra. Autodidata, Francisco Vidal Júnior já foi premiado em diversos salões nacionais. E tem suas obras espalhadas em acervo de Portugal, Espanha, Alemanha e Estados Unidos. A exposição Forma fica em cartaz até o dia 30 de novembro.

APRESENTADORA: O REVISTA DE HOJE FICA POR AQUI. PRÁ VOCÊ UMA BOA TARDE E ATÉ AMANHÃ.

REVISTA 6 – EDIÇÃO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2003 (sexta-feira)

APRESENTADORA: ler a escalada (manchetes das principais noticiais e reportagens)
- Governo do Estado reequipa a polícia cearense para reforçar a segurança da população;
- Encontro apresenta experiências das Escolas de Saúde Pública do país;
- Programa fortalece a produção de micro e pequenas empresas;
- Campanha de vacinação contra a febre aftosa será intensificada;
- Dia da Consciência Negra marcada no Ceará por uma sessão solene na Assembléia Legislativa;

Estes e outros assuntos você confere agora no Revista.

ENTRA VINHETA DE ABERTURA DO REVISTA

APRESENTADORA: Boa tarde! A Justiça determina a suspensão para a eleição da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, que estava marcada para amanhã. A liminar foi concedida pelo Juiz da Sétima Vara da Justiça Federal, Francisco das Chagas Fernandes, que acatou o mandato de segurança da chama do candidato José Afro Lourenço, da chapa OAB com você, pra você. No despacho, o juiz determinou que se proceda à correção das urnas eletrônicas, já que o programa não consta as fotografia de todos os candidatos. Segundo o presidente da OAB, Paulo Quezado, os candidatos se comprometeram a entregar as fotos até às 2 da tarde de hoje, para que a eleição seja feita amanhã, normalmente.

APRESENTADORA: Escolas de Saúde Pública de vários estados brasileiros apresentam as suas experiências aqui em Fortaleza. O encontro nacional acontece até amanhã na sede da escola no Mucuripe.

OFF 1: (Rosânia Faria, repórter): A proposta inicial é fazer um intercâmbio entre as escolas de saúde pública, trocar experiências. O encontro discute o papel das escolas das secretarias estaduais de saúde frente à política de educação permanente para o SUS – o Sistema Único de Saúde.

SONORA 1 (Ana Maria Cavalcante, presidente da Escola de Saúde Pública): Essa escola nasceu exatamente para a missão de construir e de formar os profissionais para o sistema único de saúde do Ceará, o SUS Ceará. Desde então, centenas e milhares de funcionários públicos municipais e estaduais por aqui, por estas cadeiras e estas salas-de-aula já passaram. Entretanto, o desafio continua permanente: temos aí mil e duzentas equipes de agentes de saúde da família. Essa profissão ainda não está institucionalizada. Temos o desafio de no ano de 2004 formar uma residência, o que significará uma educação permanente de todos os profissionais que compõem a equipe de saúde das família.

OFF 2 (Rosânia Faria): Durante o encontro, representantes de diferentes centros de ensino vão falar sobre as experiências de cada um.

PASSAGEM (Rosânia Faria): Santa Catarina, por exemplo, vai mostrar a prática humanizante em enfermagem. Mato Grosso do Sul, a residência em saúde da família. O Ceará vai mostrar a sua experiência em educação à distância.

OFF 3 (Rosânia Faria): O encontro reúne gestores, técnicos municipais, estaduais e federais na área de saúde, dirigentes de escolas de saúde pública, representantes de universidades, hospital de ensino, conselhos, associações de classes e lideranças da sociedade civil organizada.

SONORA 2 (Maria Luiza Jaeger, técnica do Ministério da Saúde): Saúde se faz com gente. A entrada de novas tecnologias na área de saúde não significa saída do trabalhador, mas a entrada de trabalhadores. E é preciso que nós saibamos melhorar a atenção à saúde, à população. E cada vez mais esses trabalhadores da rede de saúde do sistema sejam qualificados. Então, é esse o papel das escolas de saúde pública.
APRESENTADORA: A campanha de vacinação contra a febre aftosa será intensificada. O secretário da Agricultura, Carlos Matos, se reuniu ontem com produtores, proprietários de abatedouros e empresários do setor de laticínios. Ele garantiu que será feita uma intensa fiscalização para garantir a imunização do rebanho.

OFF 1 : O objetivo da reunião foi colocar em prática a lei estadual que obriga os laticínios e abatedouros a exigir de seus fornecedores o certificado de vacinação contra a febre aftosa. Oitenta por cento do gado cearense recebeu a primeira etapa da vacina contra a doença no primeiro semestre deste ano. A segunda etapa atendeu apenas vinte e cinco por cento. Segundo o secretário da Agricultura e Pecuária, Carlos Matos, a fiscalização do Ministério da Agricultura vai ser rigorosa:

SONORA 1 (Carlos Matos, secretário da Agricultura e Pecuária do Ceará): São necessárias duas vacinações. Vamos iniciar uma ação de blitz nos abatedouros, nos frigoríficos, nas indústrias de lacticínios, para verificar se esses animais estão certificados. É uma ação articulada com o Ministério da Agricultura. Nós estamos querendo o apoio dos pecuaristas e da própria sociedade, para não prejudicá-los nem o desenvolvimento do Ceará.

APRESENTADORA – NOTA-PÉ: A febre aftosa não atinge diretamente a população. Mas traz prejuízos à exportação. De acordo com o secretário, a partir de 2005, produtos diários que tenham casos de febre aftosa não serão aceitos no exterior.

APRESENTADORA: O programa Compre da Gente, uma iniciativa para fortalecer a produção local, dentro e fora do Ceará, foi lançado ontem na FIEC. A meta estabelecida é atingir cinco mil micro e pequenos empresários até 2007.

OFF 1 (Karoline Viana, repórter) : O Compre da Gente quer estimular as grandes empresas a adquirirem produtos e serviços das micro e pequenas empresas.

SONORA 1 (Roberto Matoso, Secretário do Trabalho e Empreendedorismo): NO primeiro momento, nós estamos fazendo um cadastro não só de oportunidades comerciais mas também de fornecedores. Então, nesse primeiro momento a informações é fundamental. Orem, caso o produto que o pequeno empresário produza não esteja atendendo naquele momento à grande empresa, nós vamos investir na qualificação, no designe, na tecnologia para que aquele produto possa ser adquirido assim. Nas verdade o Compre da Gente é um grande programa de apoio e de incentivo aos produtos cearenses.

PASSAGEM (Karoline Viana): O programa traz vantagens para os dois lados. As grandes empresas já não terão mais despesas com frete e poderão negociar diretamente com os fornecedores. Já as micro e pequenas empresas poderão ampliar as suas vendas estimulando os negócios no setor.

OFF 2 (Karoline Viana); Este microempresário produz sabonetes artesanais há três anos. Para ele, comprar de microempresas traz muitas vantagens.

SONORA 2 (Roger Wagner Silva, microempresário): Eu acho uma idéia revolucionária, muito interessante, ,porque dá chance às grandes empresas e às pequenas como nós. A forma que eu acho que ela pode ajudar é porque as pessoas conhecem nossos produtos aqui dentro. O nosso dinheiro circula aqui, pra gente, gerando renda e oportunidade.

OFF 3 (Karoline Viana): O propósito do programa é também estimular as prefeituras a comparem de pequenas empresas cearenses.

SONORA 3: Na primeira fase do programa, que o Compre da Gente Empresarial, nós queremos chegar a 150 grandes grupos. Ou seja, que as 150 maiores empresas do Ceará comprem de cinco mil microempresários. No segundo momentos, nós vamos entrar com uma rede de lojas Compre da Gente. E no terceiro momento, nós vamos entrar com as compras governamentais e das prefeituras também. Então, nos não temos ainda a estimativa, porém é um programa que começa com o grande objetivo de ser uma mudança qualitativa profunda na possibilidade de renda das microempresas cearense.

APRESENTADORA: Os juros comprados pelos bancos nos empréstimos aos clientes vão ficar mais baixos. É que o Banco Central reduziu os juros básicos da economia, de 19% ao ano para 17,5%. O valor mais baixo desde junho de 2001. De junho para cá, a selic sofreu uma redução de nove ponto percentuais.

APRESENTADORA: Aberto ontem o Primeiro Seminário Brasileiro Participativo de Cidades. O objetivo é discutir o planejamento das cidades a partir de uma perspectiva participativa.

NOTA COBERTA (Isabel Andrade): O seminário foi aberto pela coordenadora de políticas urbanas, do Ministério das Cidades, Raquel Ronice. Durante o evento, setores urbanos, sociedade civil e especialistas em planejamento das cidades vão debater questões com a extensão das desigualdades sociais no desenho das cidades e o papel do cidadão nas novas políticas urbanas. O seminário termina amanhã, no Ponta Mar Hotel.

APRESENTADORA: E veja a seguir: assembléia legislativa faz sessão especial para discutir as desigualdades raciais e as ações do governo do estado para reforçar a segurança pública. as policias militar e civil, o instituto de criminalística contam agora com mais equipamentos e viaturas.

ENTRA VINHETA DE INÍCIO DE INTERVALO

ENTRA VINHETA DE REINÍCIO DO REVISTA

APRESENTADORA: Futebol: buscando permanecer na primeira divisão do futebol brasileiro, Fortaleza enfrenta neste sábado, em Ipatinga, Minas Gerais, o time do Atlético. O único ausente tricolor será Vinicius, de quem o Fortaleza não conseguiu o efeito suspensivo de punição, junto ao STJD. Assunto para o comentário de Wilton Bezerra.

ENTRA VINHETA DE ABERTURA DOPROGRAMA

COMENTÁRIO ESPORTIVO DE WILTON BEZERRA. APOIO CULTURAL: FARMÁCIA ALDESUL, SEMPRE COM VOCÊ.

WILTON BEZERRA: O Time de Fortaleza entra na etapa final do Campeonato Brasileiro. Quatro jogos pela frente, tentando salvar o pescoço da degola. Acho até,

como eu disse antes, o pescoço não está tão separado do corpo não. Eu vejo nesses quatro jogos possibilidades para o Fortaleza. Atlético mineiro: parada dura em Ipatinga, neste sábado. Já se duvidou, por exemplo, que o Fortaleza conseguisse alguma coisa fora de casa, diante de um adversário como o Atlético. E o Fortaleza foi lá e conseguiu. É bem verdade que aqui se esperou de partidas até - eu não diria inexpressivas, porque não existem partidas inexpressivas numa primeira divisão, se esperou muito do Fortaleza e ele não conseguiu quase nada. Então, a coisa é imprevisível. Vamos aí nessa levada da imprevisibilidade. Fortaleza não deve julgar o time do Atlético como intransponível. Aqui fizeram um grande jogo. Fortaleza fez uma das maiores partidas da competição. E ganhou o jogo. Jogo duríssimo. Atlético é um time duro de competição. O time do Fortaleza de prejuízo mesmo tem para este jogo Vinícius. E olha que a diretoria tentou, lutou para que esse jogador entrasse em campo. Tentou aí um efeito suspensivo, mas não obteve sucesso. E no momento crucial, Vinicius vai falcar o time do Fortaleza. Grande problemas aconteceram, mas está o restante do time está inteiro para essa empreitada difícil, neste sábado, nas Alterosas.

APRESENTADORA: As ações de segurança pública no estado do Ceará estão sendo recuperadas pelo Governo do Estado. Ontem, as Polícias Militar e Civil e o Instituto de Criminalística receberam viaturas e equipamentos.

OFF 1 (Kênnia Guilherme, repórter): Foram trinta e quatro novas viaturas que vão reforçar a segurança do estado. As viaturas foram adquiridas com recursos do plano nacional de segurança: 25 foram entregues para o Interior e nove para Fortaleza.

SONORA (Wilson Nascimento, secretário de Segurança Pública); Ao todo, em dez meses de Governo, foram cento e trinta e cinco viaturas, fora as que nós recolocamos em funcionamento. Isso significa dizer que há mais policiamento ostensivo. Foi comprado um aparelho de raio X, de última geração; temos um laboratório de fonética completo. Na atual conjuntura econômica do país, isso significa muito para um estado como o Ceará. Mostra também a continuação de um trabalho que já vem sendo feito de mudança de mentalidade, de mudança de equipamento.

OFF 2 : O governador Lúcio Alcântara aproveitou a solenidade para falar da parceria entre a Prefeitura e o Governo para a área da segurança.

SONORA (Governador Lúcio Alcântara): Este é um trabalho que o prefeito Juraci e eu estamos fazendo e que vai ser pioneiro no Brasil. Se Deus quiser, até o final do ano, estaremos assinando este acordo, que vai permitir uma convivência para controle de tráfego com a participação da polícia, para objetivar a segurança pública. Isso, utilizando o que já existe, cm a boa vontade da prefeitura, do prefeito Juraci, e do Estado, por meu intermédio, e do secretário de Segurança.

APRESENTADORA: Hoje é comemorado o dia da Consciência Negra, um tributo a Zumbi dos Palmares, pela luta em defesa das população afro-brasileiras. Aqui em Fortaleza, várias manifestações marcam a data. A Assembléia também se associou às homenagens.

OFF1 (Karolina Viana, repórter): A Assembléia Legislativa realiza agora pela manhã uma sessão solene em comemoração ao Dia da Consciência Negra. O objetivo é promover um tributo à história e à identidade cultural dos povos afro-brasileiros.

Também será lançada hoje uma cartilha falando sobre os desafios para se promover políticas públicas afirmativas.

APRESENTADORA: Os desafios para a superação das desigualdades racionais, com certeza, são muitos. Uma pesquisa nacional, por amostra de domicílio, feita pelo IBGE em 21001, mostrava que 44 por cento a população branca trabalhava com carteira assinada. Enquanto 33 por cento dos negros possuem registro trabalhista. Uma diferença que começa na educação. Apenas 15,8 por cento dos negros entrevistados conseguiram concluir um curso de graduação. Já em relação aos brancos, o índice é três vezes maior: 53,6 por cento. Para falar sobre essa questão, quem está no Revista é o historiador Hilário Ferreira. Boa tarde Hilário. Nessa tentativa de se corrigir esses abismos sociais, raciais, o presidente Lula sugeriu que se estabelecesse uma quota para a entrada dos negros na Universidade. Isso seria um bom começo?

HILÁRIO FERREIRA: Com certeza, sim. Essa questão das cotas desperta uma confusão, porque as pessoas não conseguem compreender que as cotas são uma etapa para amenizar um problema que é tão grave, como você acaba de colocar, com os dados dessa pesquisa. Acredito que as cotas são um possibilidade para uma parte da população ter acesso à cidadania.

APRESENTADORA: Para o negro chegar ao curso de graduação, precisa passar primeiro por um ensino fundamental e um ensino médio bom. A educação teria de ser de qualidade de uma maneira completa. Mas para isso, a Constituição não garantiu o acesso desses pais e das crianças negras ao trabalho. Uma quota para emprego também seria um bom começo?

HILÁRIO FERREIRA: Com certeza. Pela ausência de discussão sobre a questão racial no Brasil as pessoas não conseguem compreender que as contradições neste país se deram também a nível racial. A realidade mostra bem claro isso. Grande parte da população negra está desempregada, não só porque é pobre, mas por ser negra. Exige-se uma boa aparência no emprego. Há uma construção ideológica no Brasil de que a aparência negra não é vista com bons olhos. Isso se percebe muito na questão do trabalho.

APRESENTADORA: Existe no Brasil, no Ceará uma instituição de defesa para esse tipo de crime racial?

HILÁRIO FERREIRA: A nível de organização negra ainda não. Mas sugiro a quem for discriminado que procure o setor dos direito humanos da Assembléia Legislativa e da OAB, que podem, junto com o movimento negro organizado, viabilizar algum processo a essa pessoa que é discriminada.

APRESENTADORA: Você já vivenciou alguma experiência de discriminação?

HILÁRIO FERREIRA: As sugestões para procurar a Assembléia e a OAB partem de uma experiência própria. Há alguns anos eu entrei com um processo contra um cidadão, que colocou no jornal, onde afirmava que negros e índios são uma sub-raça. Essa questão nos mostrou que existe uma barreira no Judiciário, porque o juiz não compreende a discriminação racial como um crime.

APRESENTADORA: O que está faltando para que o a organização do movimento negro seja forte aqui no Brasil?

HILÁRIO FERREIRA: Os negros têm de estar constantemente se organizando. Impedir que se propaguem as brincadeiras. Não deixar que a discriminação seja feita mesmo por brincadeira. Quando for discriminado, reclamar dos seus direitos. Entrar com processo na justiça. Então, assim as pessoas vão começar a respeitar os negros.

APRESENTADORA: OK, Hilário, obrigado por sua entrevista e sua presença aqui no racista. E A TV Ceará apresenta hoje. No dia da Consciência Negra, uma edição especial do Cena Pública. O programa vai contar com a representação de entidades que lutam para resgatar a cidadania das populações afro-brasileiras. O programa será exibido às oito e meia da noite. Pra você uma boa tarde e até amanhã.

REVISTA 7 – EDIÇÃO DO DIA 21.10.2003 (TERÇA-FEIRA):

APRESENTADORA (ISABEL ANDRADE)
Escalada:
1 – O desembargador José Maria Lucena convoca a imprensa e nega envolvimento no crime do radialista Nicanor Linhares;
2 – Ministro dos Esportes participa de Fórum, em Fortaleza;
3 – Automação comercial vai facilitar a vida de empresário cearense;
4 – Programa vai garantir leite para gestantes e crianças desnutridas.
É o que você vê agora no Revista.

CABEÇA: Boa Tarde. O desembargador federal José Maria Lucena e a mulher dele, Arivan Lucena, prefeita de Limoeiro do Norte, acusados de serem os mandantes do assassinato do radialista Nicanor Linhares, falaram hoje à imprensa. Em entrevista coletiva, o desembargador se defende das acusações e acusa o deputado Paulo Duarte de promover um complô eleitoral. (TEMPO DA REPORTAGEM: 2 MINUTOS 20 SEGUNDOS)

OFF: A entrevista coletiva aconteceu aqui na residência do casal, no Bairro Cidade dos Funcionários, em Fortaleza. A morte de Nicanor Linhares, que foi assassinado com 11 tiros a queima-roupa, no estúdio de sua rádio Vale do Jaguaribe, em Limoeiro do Norte, em 30 de junho deste ano, vem sendo investigada pelo Ministério Público há quase quatro meses. Depois de terem sido apontados como supostos mandantes do crime, José Maria e Arivan Lucena reuniram as três filhas e falaram à imprensa para se defender das acusações:

SONORA (com o desembargador federal José Maria Lucena):
PERGUNTA (repórter): Qual era o relacionamento do senhor com o radialista Nicanor Linhares? O senhor teria algum interesse em mandar assassiná-lo?
RESPOSTA (desembargador federal José Maria Lucena): Eu não me dava com ele. Nunca neguei isso. Agora eu acho que é um absurdo, porque você não se dá com uma

pessoa, você criar um indício. Isso não é um indício, é uma suposição reles. Isso não é indício, não. Essas pessoas não sabem o que é indício.É uma mera suposição.

PERGUNTA (REPÓRTER): Desembargador, o inquérito afirma que o senhor teria procurado a esposa de um dos acusados, o Narcélio Araújo de Freitas, que está preso. O senhor procurou essa mulher?

RESPOSTA: Procurei o senhor José Almeida de Oliveira para apurar denúncia de tortura, que ele teria sofrido, para saber disso, porque eu tinha em mãos um documento assinado pela presidente da OAB do Vale do Jaguaribe. Então, eu fui à casa do senhor José Almeida saber se ele tinha sido torturado. Porque você tem de ficar vigilante. Há um soldado de policia que foi torturado psicologicamente, para dizer que teria sido eu e minha mulher. Então é claro que eu não poderia ficar de braços cruzados. Eu fui saber se ele tinha sido torturado.

PERGUNTA: O senhor considera o inquérito viciado, pela interferência do deputado. O Senhor pretende adotar alguma medida em relação à situação desse inquérito policial?

RESPOSTA: Não tenho a menor dúvida. O STJ deve reexaminar tudo. Nós vamos alegar isso ao STJ. Não tem a menor dúvida de que foi um inquérito sem nenhuma isenção. E digo mais, foi um inquérito político, para impedir a reeleição da prefeita de Limoeiro. Não tenho dúvida em dizer isso. Foi um inquérito político, instrumento de política eleitoral, para evitar a reeleição de Arivan Esse inquérito já desencadeou a campanha política em Limoeiro. Inclusive, o meu caluniador Paulo Duarte chegou a dizer que se não descobrisse a morte de Nicanor, quer dizer, descobrir para ele seria imputar Zé Maria Lucena e Arivan Lucena. Para ele, ia ser um palanque eleitoral. É uma forma de impedir a reeleição da minha mulher.

CABEÇA: Fortaleza é sede do Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer. Além do presidente do Fórum, o velejador Lars Grael, participa do encontro, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, o vice-presidente do Comitê Olímpico, André Richet, e secretários de Esportes de 17 estados.

OFF; Pela primeira vez, Fortaleza é sede do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer (TEMPO DA REPORTAGEM: 2 MINUTOS 40 SEGUNDOS)

SONORA COM LARS GRAEL (TEMPO: 20 SEGUNDOS): É a primeira vez que o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais se reúnem no Ceará, na presença do ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, do vice-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, André Richet, discutindo temas relevantes e atuais, como a aprovação dos Jogos da Juventude de 2003, dos Jogos Escolares Brasileiros e sobretudo trazendo uma reivindicação muito forte: da necessidade de termos uma lei do incentivo fiscal ao Esporte em nível nacional.

OFF: Para o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, a colaboração dos estados na implementação do programas nacionais é fundamental.

SONORA (COM Agnelo Queiroz (TEMPO: 20 SEGUNDOS):

Todo mundo tem que praticar um esporte, uma atividade física, para viver mais tempo, com qualidade de vida, produzindo bem, com bom humor e sem doença. E isso é importante a atividade física e esportiva para a boa qualidade de vida. E também o esporte de alto rendimento, que é a nossa representação nas competições, pois é importante que um país como o Brasil tenha uma boa performance no mundo.
OFF: Durante o encontro foi discutida também a questão do repasse de verbas para o esporte.

SONORA (com André Figueiredo, secretário de Esportes do Ceará (TEMPO 40 SEGUNDOS): Temos discutido vários assuntos relacionados ao esporte, mas precisamente a realização dos Jogos da Juventude, dos Jogos Escolares Brasileiros, que estavam na eminência de não termos essas duas competições, mas aqui já saímos decidido sobre a sua realização: em novembro um e em dezembro o outro. Além disso, estamos discutindo as leis de incentivo ao esporte, para que possamos trabalhar em conjunto, junto às bancadas de nossos estado, fazermos com que o esporte tenha uma participação maior no orçamento tanto da União, como nos orçamentos estaduais e municipais. Estamos discutindo também outros assuntos relacionados ao esporte propriamente dito e a programas do Ministério, como é o programa Segundo tempo, que aqui no ceará nós temos a sua versão local, que é o Esporte Massa, que tivemos, com a presença do Ministro do Esporte, o lançamento do Núcleo de Surf.. Então, isso tudo faz com que esse fórum, aqui em Fortaleza, se configure, sem dúvida nenhuma, se configure um grande momento de discussão para o futuro do esporte do nosso país e do nosso estado.

NOTA-PÉ: O Fórum Nacional de Secretários de Esporte e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer foi encerrado agora há pouco no hotel Plaza Praia Sul.

CABEÇA: O comerciante cearense ganha oportunidade para automatizar o seu negócio. Foi lançado hoje pela manhã no Sesc o programa de automação comercial. (tempo: 2 minutos)

OFF: Trinta e três por cento do comércio varejista de Fortaleza ainda não está automatizado. No interior do Estado, a situação é pior: duas a cada três empresas ainda não estão automatizadas. Entre outras desvantagens, na hora da compra, venda e controle de estoques, a empresa pode estar perdendo negócio.

PASSAGEM: Para reverter esse quadro, a Federação do Comércio do Ceará lançou o programa de automação comercial, projeto que vai disponibilizar tecnologia a pequenas e médias empresas cearenses filiadas aos 33 sindicatos da federação.

OFF: O programa é resultado da uma parceria com a HP Brasil, empresa de tecnologia, Banco do Brasil e Sindicato das Empresas de Informática do Ceará. O programa cria condições especiais de financiamento para aquisição de equipamentos e produtos exclusivamente de informática.

SONORA: (Com o presidente da Fecomércio do Ceará, Luis Gastão):

PERGUNTA: Até quanto o empresário pode financiar?

RESPOSTA: O empresário não tem limite de financiamento. Agora o projeto que ele fizer até 25 mil, não precisa de projeto de aprovação do projeto. Ele já é aprovado automaticamente pelo Banco do Brasil. E os projetos acima de 25 mil, ele terá de elaborar um pequeno projeto para o qual ele será orientado para isso também. Só isso. Ele pode financiar qualquer valor. Ele poderá ter um prazo de até 36 meses para o pagamento desses equipamentos.

SONORA (Com representante das empresas de Informática)

PERGUNTA: Por que é importante não dispensar a tecnologia?

RESPOSTA: Tecnologia significa maior competitividade do negócio. O empresário terá um profundo conhecimento da sua realidade financeira, estoques e está muito mais competitivo.

OFF: Quanto ao acesso ao financiamento, o Banco do Brasil esclarece:

SONORA (Com representante do Banco do Brasil): Se for cliente do Banco do Brasil é só se dirigir a uma agência do Banco do Brasil aqui na capital ou no Interior do Estado. Se não for cliente do Banco do Brasil ainda, aqui na capital, pode-se dirigir à Sala do Empreendedor. No Interior do Estado, nas agências do Banco do Brasil mesmo. Estamos estimando um prazo de 48 horas, 72 horas na primeira condição: Ou seja cliente do banco do Brasil para liberação do empréstimo. Claro: depende muito dele, depende da HP, depende dos outros participantes desse processo.

OFF: Essa loja está automatizada há dois anos. O gerente diz o que mudou.

SONORA: (com o gerente da loja): A rapidez nos processos que temos dentro da loja hoje. Podemos agilizar ao cliente num processo onde ele entra na loja, escolhe o produto e é rapidamente atendido.

CABEÇA: O PROGRAMA LEITE É SAÚDE está procurando aliar o combate à desnutrição ao desenvolvimento do setor leiteiro. A iniciativa do Governo do Estado foi apresentada a 63 prefeitos cearenses pelo secretário de Agricultura.

OFF (repórter): O encontro entre o secretário e os prefeitos foi para mostrar as diretrizes do programa Leite é saúde, que vai distribuir 50 mil litros de leite por dia.

SONORA (com o secretário da Agricultura, Carlos Matos): O programa na verdade atende a duas vertentes do Programa Fome Zero, que é atender à população que está excluída e também gerar um dinamismo econômico, principalmente na população de pequenos produtores que geralmente não têm acesso aos instrumentos que possam assegurar-lhe uma melhor renda.

OFF: O PROGRAMA VAI contar com UMA VERBA DE 26 MILHÕES DE REAIS para os próximos 15 meses.

SONORA (com um produtor de leite). Nós precisamos entender e evoluirmos dentro de cada município, melhorando a nossa capacidade gerencial dos rebanhos, aumentando a capacidade de produção de leite, já que nós teremos uma distribuição

garantida através de um preço mínimo, garantido pelo Governo do Estado. Isso dá a nossa comunidade a melhoria da qualidade de vida, melhorando assim o índice de crescimento e desenvolvimento das crianças.

CABEÇA(nota simples): Funcionários do banco Estadual do Ceará – o BEC – decidem hoje à noite se vão aderir à greve dos bancos públicos. O banco do Nordeste e o Banco do Brasil estão com as atividades paralisadas deste o dia 16 deste mês. Está também marcada para hoje uma reunião entre funcionários e a direção do Banco do Nordeste, onde é esperada uma nova proposta por parte do Banco. Além de reajuste salarial, a categoria luta por um abono de mil e duzentos reais, cesta de alimentação de duzentos reais e a participação no lucro dos bancos.

CABEÇA: Secretaria da educação básica do estado atende a uma antiga reivindicação dos professores e vai efetivar o aumento da carga horária de trabalho. A medida atenderá também a uma demanda crescente do número de matrículas.

OFF: De acordo com o censo escolar da Secretaria de Educação Básica do Ceará, a Seduc, em 1987, o número de alunos matriculados era de 98 mil 247. Neste ano, o número aumentou para 318.977 alunos só nas escolas públicas estaduais. Para atender à demanda, a Seduc ampliou, temporariamente, a carga horária de 2.173 professores efetivos do Estado.

SONORA (secretária da Educação Básica do Estado, Sofia Lescher) :Nós queremos dizer aos professores que nós estamos interessados em atender uma reivindicação que é bastante antiga e bastante justa.. São muitos professores da rede estadual que têm a sua carga horária de 20 horas e que anualmente essa carga horária é ampliada. Então, a reivindicação dos professores é de que ela seja, ela se torne definitiva. Então, em vez de o professor ter o regime definitivo de 20 horas, ele tem um de 40, que lhe dá mais segurança, que não fique ao sabor das circunstâncias. Côo essa situação envolve um contingente expressivo de professores, nós estamos criando um grupo para estudar o assunto e propor critérios e elaborar um relatório que nós esperamos que nos dê uma luz no sentido de atender essa demanda.

OFF: O grupo de trabalho formado ela secretaria da Educação Básica, Secretaria da Administração e Procuradoria Geral do Estado vai propor critérios para a ampliação definitiva da carga horária.

SONORA (SECRETÁRIO da Administração, Mauro Filho): Secretário, o erário estadual está preparado para arcar com essas despesas? O Estado, com o decreto que o governador acaba de nomear vai fazer o impacto financeiro, previdenciário e jurídico de todos esses valores. Acreditamos que uma parceria entre os professores e o próprio erário poderá viabilizar essa grande aspiração que é de todos os professores do estado do Ceará.

CABEÇA; Uma correção. Dissemos agora a pouco que os funcionários do Banco do Brasil estão em greve. Mas as atividades do Banco do Brasil já voltaram ao normal.

CABEÇA: A principal medida tomada pelo Governo do Estado párea solucionar os problemas da escola pública é o concurso para professores do ensino médio. A primeira fase do concurso será realizada domingo que vem, dia 26. Cartões de

identificação começam a ser distribuídos nesta quinta-feira. Ao todo estão sendo oferecidas 6.488 vagas.

CABEÇA: O novo Instituto Dr. José Frota completa 10 anos de fundação. Referência no atendimento de emergência, o número de casos atendidos no IJF em 10 anos corresponde a 43% da população cearense.

OFF: O novo prédio do IJF foi concluído em outubro de 94, para substituir o antigo, que já não tinha condições para atender os casos de emergência. Apesar de ser um hospital municipal, o Instituto recebe casos de outros estados e do Interior do Ceará. O Senhor Francisco Pereira veio de Flecheiras, município de Trairi, para tratar de uma hérnia.

SONORA; Eu ontem estava guardando peixe então veio uma crise muito forte em mim. Aí eu desmaiei e me deram soro. Fiquei com o corpo ceio de agulhas. E me encaminharam para cá. Mas ainda estou pelejando ainda para ser atendido. Bati um raio-X agora. E se Deus quiser vai dar tudo certo agora para me operar, porque a dor é muito forte que eu sinto.

OFF: Apesar da estrutura, um dos principais problemas continua a ser a superlotação.

SONORA (Com dirigente do IJF): O Zé Frota marca uma época, marca um novo tipo de atendimento, com toda tecnologia para o seu diagnóstico. Agora o hospital passa por algumas dificuldades, quais são elas?
Nós estamos completando 10 anos e o Zé Frota continua com o problema da superlotação? Por que isso. Os pacientes procuram o Zé Frota para qualquer atendimento. E isso, nós não aceitamos. Atendemos, mas estamos falando sempre pela imprensa que as pessoas têm de evitar, tem de procurar atendimento próximo da sua casa e deixar o Zé Frota só para os grandes traumas. Você tem idéia d quantas pessoas são atendidas aqui? Nós atendemos em média mil pessoas por dia e fazemos também em torno de mil cirurgias mês.

CABEÇA: A história de Fortaleza contada através da dança. O espetáculo "Força metrópole a saga de Fortaleza abriu a 18ª semana mariana do Colégio Nossa Senhora das Graças.

APRESENTADORA; A edição de hoje do Revista fica por aqui. Até amanhã

REVISTA 8 – EDIÇÃO DO DIA 22.10.2003 (QUARTA-FEIRA):

APRESENTADORA (ISABEL ANDRADE): Ler a escalada da edição:
1 - Funcionários do BEC entram em greve
2 - Médicos do Hospital São José querem manter jornada de 20 horas
3 - Assembléia debate Fundo de Combate à Pobreza no Ceará
4 - Ministério Público quer acabar com violência no Castelão
Veja estas e outras notícias no Revista, que começa agora

ENTRA VINHETA DO REVISTA

APRESENTADORA (ISABEL ANDRADE): Os funcionários do Banco do Estado do Ceará entraram em greve por tempo indeterminado. Eles aderem ao movimento dos bancos federais.

OFF: Os funcionários do Banco do Estado do Ceará decidiram paralisar as atividades em todo o Ceará. Segundo o presidente da Associação dos Funcionários do BEC, todas as agências da capital aderiram ao movimento. Já as agências do Interior tiveram adesão parcial.

SONORA: (com Erotides Teixeira, presidente da Afbec): Depois de dois meses de negociação, o BEC não fez nenhum tipo de proposta para seus empregados. Por isso, nós resolvemos aderir à paralisação que já existe nos Bancos federal: Caixa Econômica, Basa e Banco do Nordeste e também nos juntando aos bancos federalizados em todo o País. Estamos fazendo uma paralisação total na capital de Fortaleza, podendo se espalhar pelo Interior nos próximos dias. E nós só vamos voltar ao trabalho, quando O Banco do estado do Ceará aderir à convenção da Febraban.

OFF: Nesta agência, uma fila se formou do lado de fora para utilizar o caixa eletrônico. A opinião dos clientes está dividida:

SONORA com clientes: A Senhora acha que o movimento da greve é justo?
- "Se Eles estão reivindicando, acredito que sim";
- "Acho que eles deveriam acabar essa greve, porque a população já sofre muito, ainda sofrer no sol".
- "Acho que deveriam acabar essa greve. Deveriam fazer alguma coisa para acabar com essa greve logo".

CABEÇA: a Greve dos bancos federais paralisa também as agências da Caixa Econômica Federal do Ceará. Atinge parcialmente uma agência do Banco do Nordeste em Fortaleza e duas agências do Interior.

OFF: Funcionários da Caixa, Banco do Nordeste e do BEC reivindicam o mesmo acordo feito com os funcionários do Banco do Brasil e dos bancos particulares. Além de reajuste de 12,6%, a categoria quer abono salarial de mil e quinhentos reais, cesta alimentação de duzentos reais e participação nos lucros.

SONORA: o objetivo dos bancários é obter tratamento igual para toda a categoria. O banco do Brasil, o BEC, o BNB e a Caixa Econômica são bancos controlados pela União. Não faz sentido essa descriminação, até porque a Caixa Econômica é exemplo de um banco que dá muito lucro. Deu 860 milhões de lucro no último semestre e, portanto, tem plenas condições de dar o reajuste que os bancários estão pedindo e o tratamento isonômico com o Banco do Brasil.

CABEÇA: O impasse entre o Governo do estado e os funcionários do Hospital São José pode estar perto de terminar. Uma nova proposta foi apresentada para solucionar o problema. (TEMPO DA REPORTAGEM: 2 MINUTOS)

OFF: Médicos, enfermeiros e demais categorias que compõem o corpo Clínico do Hospital são José participaram ontem de uma reunião na assembléia legislativa. A audiência aconteceu para solucionar o impasse sobre a carga horária dos funcionários.

O impasse entre os funcionários do hospital São José e a administração começou em maio, quando foram admitidos os funcionários concursados que teriam de trabalhar 30 horas semanais. Já os funcionários antigos do hospital trabalham apenas 20 horas por semana. Esse acréscimo de 50% na carga horária sem aumento do salário estaria ferindo o princípio da isonomia.

SONORA (COM O DEPUTADO Heitor Férrer, do PDT): O médico dá 20 horas semanais em qualquer emprego público. Até porque a constituição estabelece dois empregos públicos pro médico. Se ele der acima das 20 horas, inviabiliza o seu segundo emprego. Portanto, essa medida do estado de cobrar dos profissionais médicos 30 horas é inaceitável. Nós não vamos aceitar que o estado imponha 30 horas para o médico, porque ele está violando a constituição.

OFF: Para o representante do Conselho Regional de Medicina, Roberto da Justa, as 30 horas emanais prejudicam o desempenho dos profissionais da saúde.

SONORA (com Roberto Justo, do Conselho Regional de Medicina): Fica difícil o estado cobrar de um médico dê 30 horas recebendo um salário irrisório, ao mesmo tempo exerça uma boa medicina que é a medicina que a população merece. Portanto, o Conselho Regional de Medicina está ao lado dos funcionários do hospital são José e espero que o governo do estado reflita sobre essa exigência que a gente acha que assim como os outros funcionários trabalham 20 horas, os servidores do hospital são José devem também trabalhar 20 horas.

OFF; Da assembléia legislativa, a comissão foi para o Cambeba, discutir a situação com o secretário da Administração, Mauro Filho, que apresentou ma proposta

SONORA (Mauro Filho, Secretário da Administração) TEMPO 1 MINUTO 10 SEGUNDOS: Como há toda uma divergência entre a carga horária do médico durante a semana e o final de semana, porque mesmo que nós discutíssemos se era 20 ou 30 horas, ainda teria a questão do sábado, que não é 20 nem é 30, é 12. Nós estamos propondo, portanto, e já houve uma certa aquiescência por parte dos médicos de todas as categorias de que eles trabalhariam 20 horas, mas o estado pagaria essa hora no sábado e domingo em, um percentual superior aquele que é feita durante a semana. Esse percentual, fruto da discussão que tivemos na própria secretaria de saúde, estamos aguardando um retorno dessa proposta para que a secretaria da saúde, juntamente com a secretaria da administração, possa analisar essa alternativa e analisar por definitivo essa questão. Agora o concursado do estado, a carga horária do servidor público do estado é de 30 horas semanais. E não existe nenhuma legislação que trate de carga horária desse número de horas. Portanto, nós queremos é regularizar essa situação. Se for necessário enviaremos um projeto de lei à assembléia legislativa. É uma preocupação grande do governador Lúcio Alcântara e é dentro desse espírito de conversa e de diálogo que tem sido a postura não só do secretário, mas do próprio governador.

NOTA-PÉ: Representantes das categorias do hospital São José devem apresentar até o final de semana nova proposta para a secretaria de administração.

CABEÇA: O projeto do Governo do Estado que aumenta a alíquota do ICMS para viabilizar o Fundo de Combate à Pobreza foi debatido ontem na Assembléia

Legislativa. Participaram da audiência pública o secretário da fazenda em exercício, João Alfredo Montenegro, e representantes de entidades empresariais. (TEMPO DA REPORTAGEM 2 MINUTOS 15 SEGUNDOS)

OFF: O projeto de lei complementar, proposto pelo governo do estado, para a criação do Fundo de Combate à Pobreza é fruto da aprovação da emenda constitucional de 14 de dezembro de 2000. A emenda garante para o financiamento dos fundos estaduais e distrital o aumento de até 2 pontos percentuais na alíquota do ICMS sobre produtos e serviços supérfluos, como bebida alcoólica, cigarro, armas e munições. A matéria tem sido questionada pelos deputados de oposição por incluir na lista dos supérfluos como comunicação, energia e gasolina. Os deputados têm até sexta-feira para apresentar propostas e emendas ao projeto de lei.

SONORA (deputado Nélson Martins): Nós estamos propondo que não haja aumento do ICMS desses produtos e faça o seguinte: destine 4 por cento de todo o ICMS do estado para esse fundo e mais 2 pontos percentuais para o FDI, que o fundo de desenvolvimento industrial. O estado todo ano gasta 17 por cento do ICMS para favorecer às empresas que vêm se instalar aqui. Ora destinar dois por cento desse fundo e 4 por cento do ICMS daria mais ou menos 100 milhões de reais por ano. O mesmo valor que está previsto na lei original do estado. Na verdade, essa proposta do Governo do Estado é inconstitucional, porque o artigo 82, do parágrafo 1 da Constituição, das disposições transitórias, obriga os estados a criar esse fundo, mas só permite sobre produtos supérfluos. Onde é no mundo que energia, gasolina e telefone vão ser supérfluos? Não tem como.

OFF: Para o representante do governo na assembléia, o aumento do imposto sobre esses produtos vai atingir apenas uma parte da população.

SONORA (DEPUTADO OSMAR BAQUIT – LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLÉIA): É a coisa mais lógica do mundo. Quem ganha mais tem de contribuir para quem ganha menos. Nós estamos protegendo exatamente quem ganha menos. Nós estamos protegendo justamente quem ganha menos. Um milhão e seiscentas mil pessoas não pagaram energia. De um milhão e 600 mil quem usa cartão telefônico não vai pagar. O governo está dando todo um incentivo a quem ganha menos, protegendo exatamente a quem ganha menos. Nós vamos aprovar essa mensagem aqui do Governo, na certeza de que o governo está fazendo o melhor para quem ganha menos. A nossa preocupação é o todo, mas muito mais por quem ganha menos.

Sobre esse projeto substitutivo que vai ser apresentado pelo PT? Não, nós consideramos, enquanto liderança do governo, um projeto inconstitucional. Nós vamos encaminhar contra o projeto substitutivo.

CABEÇA: Realizado em Fortaleza o IV Fórum Nacional de Direito Penitenciário.

OFF; A assistência ao ex-preso. Esse é o principal tema dos debates do IV Fórum Nacional de Direito Penitenciário. O encontro foi encerrado ontem com um painel sobre os patronatos e a assistência ao egresso. Foram convidados para expor sobre o tema o vice-presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Maurício Coelho, e o diretor do departamento penitenciário Nacional, Ângelo Roncally.

CABEÇA: E veja a seguir as medidas tomadas para conter a violência entre as torcidas organizadas. Hoje uma nova reunião foi realizada na Procuradoria Geral de Justiça.

ENTRA VINHETA DE PASSAGEM PARA INTERVALO

ENTRA VINHETA DE PÁSSAGEM PARA RETORNO DO REVISTA

CABEÇA; O ministério público continua debatendo alternativas para conter a violência nos estádios. A instalação de detectores de metais, acertada na semana passada, não foi implantada no jogo do último domingo do Castelão .

SONORA (MÁRIO DEGÉSIO, ADMINISTRADOR DO CASTELÃO): Eu acho que tirar dinheiro da arrecadação que é tão pequena é coisa ruim. Mas vamos estudar o problema.

OFF: A delegacia móvel já foi instalada. Para os próximos jogos, a intenção é possibilitar a instalação de policiais em salas nos próprios estádios. Ou por meio de trailers, com estrutura mínima, com linha telefone ligada em rede de computadores.

SONORA (promotora de justiça, Vanja Fontenele): No próximo jogo já haverá a presença do trailer a que você se referiu nesse instante e teremos a presença de delegados, policiais, escrivães e de do o aparato que seja necessário para a repressão dessa violência.

REPÓRTER: Que outras medidas efetivas a comissão já tomou ou ainda vai tomar?

VANJA FONTENELE: Nós já acertamos a colocação de câmeras: já acertamos com os dirigentes dos clubes a efetivação do estatuto do torcedor; e temos ainda diligências a serem adotadas, perícias e ouvidas de pessoas envolvidas nos caos, afim de que possamos identificar os autores desses crimes e nós possamos adotar as providências que são necessárias a extinção definitiva da violência nos estágios.

OFF: A instalação de xadrez nos estádios foi levantada. A promotora Vanja Fontenele pediu apoio ao secretário de esportes. Ele garantiu que no dia 9 de novembro, no jogo entre fortaleza e flamengo.

SONORA, COM O SECRETÁRIO DE ESPORTES, André Figueiredo
Os xadrezes do estágio Castelão já estão em fase de conclusão. Esperamos que até o dia 9 de novembro, por ocasião do jogo Fortaleza e Flamengo, nós possamos tê-los devidamente concluídos.

CABEÇA: E a segurança nos estádios e a rivalidade entre as torcidas organizadas é o assunto do comentário Wilton Bezerra.

ENTRAVINHETA DO COMENTÁRIO DE WILTON BEZERRA

- COMENTÁRIO ESPORTIVO DE WILTON BEZERRA – APOIO CULTURAL: FARMÁCIAS ALDESUL, SEMPRE COM VOCÊ

APRESENTADORA: Hoje nós vivemos na chamada era da informação. A variedade de ferramentas e a velocidade na troca dos conhecimentos são, para muitos, a marca do nosso tempo. Mas nem sempre foi assim. O acesso aos livros, por exemplo, foi, durante muito tempo, um privilégio da igreja católica e da aristocracia. Falar em escola para todos, democracia faz parte da história mais recente. Com a socialização da leitura, a sociedade passou a incentivar que mais e mais pessoas tenham acesso aos livros. Por isso, anualmente, o poder público vem realizando, anualmente, a semana no livro. No Ceará, uma das iniciativas é a realização da semana do livro, pela Biblioteca Pública Menezes Pimentel. E para falar sobre a semana do livro está aqui nos estúdio do Revista o diretor da Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará, Francisco Jonatas Soares.

APRESENTADORA: Boa tarde, Francisco.

FRANCISCO JONATAS: Boa tarde.

APRESENTADORA; Francisco, junto com a semana do livro vocês estão lançando uma campanha. E que campanha é essa.

FRANCISCO JONATAS:: É uma campanha "preservando o saber", que tem, basicamente, três objetivos: o primeiro é despertar na população e nos usuários das bibliotecas o interesse pela preservação. Muitas vezes, nós vamos até o livro. Tiramos todas as informações do livro e esquecemos do livro, de preservá-lo como objeto, para que outras pessoas possam ter acesso. Outro objetivo é recuperar um pouco da história do grupo Clan, que surgiu aqui no Ceará na década de 1940; e a terceira é abrir um pouco mais as portas da Universidade para a comunidade. É uma das iniciativas desta gestão do professor René Barreira, para que a Universidade interaja mais a comunidade e o que esteja sendo produzido na Universidade possa servir para a melhoria da qualidade de vida da população.

APRESENTADORA: Sobre a programação, o que está acontecendo na UFC?

FRANCISCO JONATAS: Amanhã, vamos ter a abertura, com duas palestras sobre leitura, reforçando a importância do gosto pela leitura e uma exposição, que prosseguirá até o dia 29 de novembro, para resgatar alguns pontos importantes do livro, como documento, como objeto de arte e despertar o interesse pela preservação.

APRESENTADORA: Só lembrando. O evento acontece na Biblioteca do Centro de Humanidades, que fica na Avenida da Universidade, esquina com a Avenida 13 de Maio. E em que horário?

Francisco JONATAS: Começa amanhã às 14 horas, com a abertura da exposição e as palestras. E a respeito do Grupo Clan, fale um pouco sobre esse grupo que trouxe o modernismo para o Ceará?

FRANCISCO JONATAS: O Grupo Clan surgiu na década de 40, quando a Segunda Guerra Mundial estava no auge. Segundo um dos membros do grupo, Braga Montenegro, havia um hiato no pensamento naquela época. E esse grupo surgiu para quebrar esse hiato. Ele não trabalhou só a questão literária, mas trabalhou outras áreas. Nós temos um dos integrantes do Grupo, o professor Martins Filho, quer era um

homem que tinha um pensamento extremamente pró-ativo. E pensou naquela época a universidade. Se temos hoje a universidade no Ceará foi por causa do pensamento que surgiu desse grupo.

Isabel: Na exposição, o público vai poder conferir tudo isso?
FRANCISCO JONATAS: Isso. Nós estamos lá com cartazes, com quadros, que mostram a história do grupo e também com toda a coleção original da revista Clan, o número zero. Há outro componente do grupo Clan é o Manuel Eduardo Campos, que ainda é vivo, que trabalhou profundamente na área cultural do estado.

Em termos de acervo, como está o da Biblioteca da UFC?
JONATAS: Temos hoje mais de 220 mil exemplares. Precisamos comprara mais livros.Os recursos estão escassos. A universidade tem sofrido com isso. Mas existe um projeto tramitando no Congresso, destinando verbas específicas para a aquisição de livros.

ISABELA: OK, Jonatas. Obrigado por sua participação no Revista. Seja sempre bem-vindo!

CABEÇA: A Assembléia Legislativa do Estado presta homenagem ao professor Marcondes Rosa pelos serviços prestados à educação.

NOTA-COBERTA: O professor Marcondes Rosa, ex-presidente da Funtelc – Fundação de Teleducação do Ceará e ex-presidente do Conselho de Educação do Ceará – recebeu ontem, na Assembléia Legislativa, a Medalha de Medito Parlamentar João Otávio Lobo. Marcondes Rosa foi homenageado em reconhecimento às contribuições prestadas à sociedade como educador. E recebeu a Medalha das mãos dos deputados estaduais Artur Bruno e Valdomiro Távora, ambos da Comissão de Educação, Cultura e Desporto

CABEÇA: Será aberto hoje um dos maiores eventos da moda de Fortaleza. É o Dragão Fashion 2003, que este ano não acontece no Centro Dragão do Mar, mas no Centro de Convenções. Ao todo foram 32 desfiles de estilistas cearenses e nacionais, dividido em quatro grupos: talento Brasil, Talento Ceará, Dragões; e o concurso novos talentos. Além dos estandes, forma montados espaços como Mucuripe Clube, Salas de Cinemas, Dragão Mix e a galeria de arte. Da programação, constam ainda palestras e oficinas. O público estimado é de 10 mil visitantes durante os quatro dias do evento. A abertura está marcada para às cinco da tarde.

ISABEL: O Revista de hoje fica por aqui. Um bom dia e até amanhã.

REVISTA 9 – EDIÇÃO DO DIA 23.10.2003 (QUINTA-FEIRA): edição curta, de 10 minutos, em função de problemas técnicos.

APRESENTADORA (ISABEL ANDRADE): Ler a escalada:

1 - Conferência debate medidas para mobilizar sociedade para defesa do meio ambiente;
2 - Governo do Estado lança Portas Abertas para dar portadores de necessidades especiais

3 - Ministério Público garante legalidade sobre inquérito do caso Nicanor Linhares

APRESENTADORA (CABEÇA DA REPORTAGEM): Os problemas relacionados ao meio-ambiente foram discutidos no último fim-de-semana, em Fortaleza, durante a I Conferência Estadual do Meio Ambiente.

OFF (repórter Raquel Nocrato): Na porta de sua casa, em frente à Lagoa do Opaia.

SONORA (com a moradora RAQUEL SILVA): Estou com dois anos que moro aqui e ainda não vi esse negócio de rede de esgoto passando por aqui. O pessoal rebola tudo aí, no meio dos matos. Então, muita gente esgota a fossa e rebola aí dentro dos matos, que eu já vi, de noite. Altas horas da noite. Fica uma podridão medonha. Eles ficam levando as baldes de fezes.

OFF (repórter Raquel Nocrato): Para seu Pedro, o problema se deve também ao descaso das autoridades.

SONORA (com morador PEDRO DE SOUSA): Muita gente vive aqui às custas dos peixes da lagoa. Então as autoridades deveriam fazer um Sanear aqui. Então fazem um lazer, tudo de lá para cá... Existem muitas coisas que nós precisamos. Esgoto aqui, nós não temos. Aqui não temos o Sanear eficiente para a gente. O que temos aqui é rato, barata, é tudo aqui dentro. Mas de lá para cá. Muriçoca é só que você ver. Então, cadê aquele prefeito, aquele governador que passa por aqui só para pedir o nosso voto, para negócio de mentira...

OFF (repórter Raquel Nocrato): Assuntos como esse foram debatidos na conferência Estadual do Meio-Ambiente. O objetivo é diagnosticar e mapear a situação sócio-ambiental do estado e prover mobilização e educação ambiental junto à sociedade.

SONORA (com CLÁUDIO LANGONE, Secretário-Executivo do Ministério do Meio-Ambiente): Na área de meio-ambiente, precisamos de ação efetiva, de cumprimento da legislação e de investimento do Governo. Precisamos muito que as pessoas participem ativamente desse processo e só assim vamos conseguir avançar em torno da idéia do desenvolvimento que seja compatibilizado com a preservação do meio-ambiente, porque o Brasil não pode ter outra opção. O Brasil é a grande potencia mundial da biodiversidade e nosso maior patrimônio é a nossa riqueza natural. Então nosso desenvolvimento precisa respeitar e preservar as nossas riquezas naturais (3O SEGUNDOS).

NOTA-PÉ (apresentadora): Os Resultados da Conferência Estadual do Meio-Ambiente serão levados à Conferência Nacional do Meio-Ambiente, de 28 a 30 de novembro.

CABEÇA (apresentadora): O Governo do Estado lançou hoje de manhã o programa Portas Abertas. O programa vai oferecer novas oportunidades de trabalho. O Portas Abertas foi lançado no Cine São Luís, do Centro (TEMPO DA REPORTAGEM: 2 MINUTOS):

OFF (repórter Rosânea Faria): Kátia Maria nasceu com deficiência congênita. Ela não anda e por conta disso, mesmo aos 40 anos, nunca conseguiu emprego.

Sonora: A partir do momento em que vim para a Capital e me qualifiquei, ainda não encontrei nenhuma porta-aberta para mim.
Qual a resposta que te dão: Por conta de que empresa ainda não está adaptada. Além da minha deficiência, eu ando de cadeira de rodas.

OFF; Kátia conseguiu enxergar uma luz no fim do túnel: veio ver de perto o lançamento do programa Portas-Abertas. Um programa inédito que tem como objetivo criar condições para inserir no mercado de trabalho grupos que geralmente têm dificuldades de acesso ao mercado.

SONORA: (Roberto Matoso, Secretário de Trabalho e Empreendedorismo do Estado):
Os jovens, de 16 a 24 anos, os maduros acima de 40 anos, os portadores de deficiência e os egressos do sistema penal.

PERGUNTA (repórter): Qual a meta do programa. Quantas vagas?
RESPOSTA (secretário): Para este ano, o nosso objetivo é 26.600 vagas: 17.200 para jovens; 5.400 para maduros e 3500 para portadores de deficiência e 400 para egressos do sistema penal.

OFF (repórter): Só no primeiro ano de atividades, dentre outras estratégias, o programa vaio definir cotas de vagas junto às indústrias e empresas que prestam serviços ao Governo do Estado.

PASSAGEM (repórter Rosânea Faria): O governador Lúcio Alcântara e o secretário do Trabalho, Roberto Matoso, assinaram termo de parcerias com empresas e convênios com várias secretarias.

SONORA (Governador Lúcio Alcântara): As empresas vão se cadastrar, vão receber pessoal qualificado, preparado, assistido pelo governo. Vão também, à medida que aderem ao programa, ganhar um selo que identifica aquela como uma empresa que participa do programa Portas Abertas, que é uma espécie de referência social para essa empresa, da responsabilidade que ela têm com a população de uma maneira geral (TEMPO: 20 SEGUNDOS).

APRESENTADORA (CABEÇA DA REPORTAGEM): Representantes do Ministério Público Estadual asseguram que o inquérito sobre o assassinato do radialista Nicanor Linhares é legal. Durante entrevista, hoje de manhã, os promotores de justiça Guilherme Lima Soares, José Aurélio da Silva e Epaminondas Vasconcelos Castro rebateram o posicionamento do procurador da república Oscar Costa Filho. Oscar Costa Filho, ontem, encaminhou uma representação, solicitação que o inquérito seja anulado porque envolve um desembargador federal, que tem fórum privilegiado. A repórter Raquel Nocrato tem mais informações.

OFF: Acabou agora há pouco, aqui no prédio da Procuradoria Geral de Justiça, uma entrevista coletiva convocada pelos promotores para esclarecer e rebater as acusações feitas, ontem, pelo procurador da República, Oscar Costa Filho. Nós estamos aqui com o promotor de Justiça, José Aurélio da Silva, que foi designado para acompanhar o caso.
Procurador, são sem fundamentação as acusações do procurador Oscar Filho?

PROMOTOR JOSÉ AURÉLIO SILVA: Sem dúvidas. Eu fiquei surpreso com as declarações. Eu conheço o Dr. Oscar e ele fez essas declarações porque ele não conhecia (o processo). Eu acho que ele não viu a peça investigatória. Ele não viu a denúncia que foi formulada. Dá a impressão, a gente lê na imprensa, é como o promotor Dr. Guilherme e Epaminondas tivesse denunciado formalmente o Dr. José Maria e a Sra. Arivan. E isso não ocorreu. A denúncia é feita contra os pistoleiros. Com relação a essas autoridades, foi pedida simplesmente a extração de cópias do inquérito póliial para que se mande ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Tribunal de Justiça, pois o desembargador tem o foro privilegiado, que será Brasília, é o STJ, e a prefeita, o Tribunal de Justiça. Mas são só peças informativas para que ali, no Tribunal de Justiça, a procuradora geral de justiça, a Dona Socorro, avalie a possibilidade se existe uma parte do crime imputada à prefeita. Se não houver, arquiva-se. Pede-se o arquivamento.
. E com relação ao desembargador federal, Dr. José Maria Lucena, será o subprocurador da república, em Brasília. Ele é que vai dizer se há ou se não há. Então, o que o colega promotor de justiça pediu apenas que sejam extraídas cópia do procedimento, da peça informativa e mande para esses órgãos. Não existe denúncia contra Zé Maria, o desembargador José Maria, nem contra a esposa dele, a prefeita de Limoeiro do Norte, para mandar aos órgãos competentes. Então o procurador disse que é nula, que há um vício de nulidade. Então nós temos uma peça informativa. Não tem nulidade de peça informativa. Não em contraditório em peça informativa. Nós temos apenas a conclusão a que o nosso colega chegou, denunciando criminalmente os pistoleiros e o contratante dos pistoleiros. Mas o desembargador federal e a esposa dele não estão incluídos na peça. Se você ler o jornal de circulação hoje tem a impressão de que o desembargador federal e a esposa são denunciados, mas não o são.

REPÓRTER: Então, no caso existe uma diferença bem clara entre ser indiciado e ser apenas citado ou ser o suspeito.

PROMOTOR JOSÉ AURÉLIO SILVA: Sem dúvida, se fosse indicado, até porque a autoridade policial não poderia indiciá-lo, o relatório do delegado de Russas, Dr. Granja, não fala dessas pessoas, não fala em indicar essas pessoas. Fala sim dos outros indicados, que foram denunciados criminalmente.

REPÓRTER: Então, o principal objetivo do ministério público ao observar esse inquérito policial que foi repetido para cá seria apenas de observar indícios e não acusar o desembargador e a sua esposa, a prefeita de Limoeiro?

PROMOTOR JOSÉ AURÉLIO SILVA: Sem dúvida nenhuma. O promotor de justiça natural, Dr. Guilherme, recebeu a peça investigatória, de mil e cento e vinte e seis páginas, está ali o volume, e ofertou denúncia onde estaria a atribuição dele contra àqueles acusados, os pistoleiros e o contratante, mas com relação ao juiz federal e a esposa, ele só pediu para extrair as peças e mandar. Mas para isso, ele tinha de justiçar porque ele estava fazendo isso. Ele vislumbrou ali indícios que esse setor poderia ter participado. Serem os eventuais autores intelectuais e diante disso, o Dr. Guilherme examinou a peça, pediu para extrair as peças e mandar para os órgãos competentes. Ele não denunciou nem o juiz federal nem a esposa dele.

REPÓRTER: Ok, promotor, muito obrigada pelas informações. O radialista e empresário Nicanor Linhares foi assassinado a tiros no município de Limoeiro do Norte, aqui no Ceará. Isabel é com você.

APRESENTADORA; Ok, Raquel. Obrigada pelas informações. O Revista de hoje fica por aqui. Pra você uma boa tarde e até amanhã.

REVISTA 10 – EDIÇÃO DO DIA 24.10.2003 (SEXTA-FEIRA):

APRESENTADORA (ISABEL ANDRAD): Ler escalada da edição:

1 - Estudantes de escola pública participam do Eu sou cidadão
2 - Conselho Estadual de Cultura vai ganhar nova estrutura
3 - Agenda cultura com muitas atrações no final de semana
4 - CEFET abre exposição sobre o cearense Humberto Teixeira
Veja estas e outras notícias na edição de hoje do Revista, que começa agora

ENTRA VINHETA DE ABERTURA DO REVISTA

APRESENTADORA: A Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Estado do Ceará realiza o segundo Congresso Os Amigos da Leitura, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. O evento comemora o primeiro ano do projeto Eu Sou Cidadão, que a associação desenvolve em parceria com o estado e a Unicef.

OFF: O dia-a-dia dos amigos está sendo diferente e agradável. Ao invés da carteira escolar, o dia é no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

SONORA (com estudante): É bem diferente. É a primeira vez que a gente vem participar do projeto, é bem interressante assim. A gente está bastante curioso para conhecer mais, conhecer o Centro Dragão do Mar e se engajar melhor no projeto.

REPÓRTER: Ela faz parte do grupo de mil e quinhentas crianças de 60 municípios do ceará que estão engajados no projeto "Eu sou cidadão amigos da leitura. O projeto, lançado há um ano pela Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Estado do Ceará, consiste em incentivar a leitura como forma de promover a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade.

PASSAGEM DA REPÓRTER: Durante todo o dia, a Associação das Primeiras Damas do Ceará reúne mil e quinhentos alunos da zona rural e coordenadores do projeto. Aqui no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, eles participam de uma série de atividades.

OFF: Visita ao planetário, cinema, teatro, museus e memorial. O passeio inclui cinco tendas: da saúde, beleza, contarão de histórias, artes plásticas e dança. Tudo isso acontece dentro do Segundo Congresso Os Amigos da Leitura. Para desenvolver o projeto, a Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Estado do Ceará recebe o apoio do Governo do Estado, Unicef e Fundação Demócrito Rocha. Na prática, o projeto se desenvolve da seguinte forma:

SONORA: O projeto é inovador porque nós tínhamos uma preocupação com a ociosidade que o jovem do interior vive hoje. Então, o projeto está presente em setenta municípios, envolvendo mil e quinhentas crianças, que, a cada três meses, recebem três livros na sua casa, para ler e incentivar seus amigos da zona rural a lerem também. Todos esses livros são acompanhados de roteiro teatral. São trabalhadas cenas relacionadas a problemas vivenciados no cotidiano. Os alunos encenam essas peças e repassam para os adultos, trabalhando assim toda uma questão de que cada cidadão é responsável pelo seu problema e pode ajudar a resolvê-lo em parceria com a administração municipal.

APRESENTADORA: Assembléia discute mudanças no Conselho Estadual da Cultura. Veja depois do intervalo.

ENTRA VINHETA DE PASSAGEM PARA INTERVALO

ENTRA VINHETA DE PASSAGEM PARA RETORNAR O REVISTA

APRESENTADORA: O Conselho Estadual da Cultura está sendo reestruturado pelo Governo do Estado. O projeto propondo as alterações está na Assembléia Legislativa. Ontem a tarde ele foi discutido durante uma audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

OFF: Uma gestão compartilhada e atuante. Essa é a proposta do novo Conselho Estadual da Cultura, discutida ontem, em audiência pública, na Assembléia.

SONORA (com o deputado Artur Bruno, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto): Nós estamos propondo uma representação maior, inclusive dos trabalhadores. Estamos propondo que ele seja fiscalizador das ações da Secretaria de Cultura. E não apenas consultivo e deliberativo, como está previsto no projeto.

OFF: O Conselho será formado por 21 integrantes, indicados pelo estado e também por entidades que atuam no setor cultural. Para a secretária da Cultura, Cláudia Leitão, a reestruturação do Conselho significa uma nova etapa.

SONORA (Com a secretária Cláudia Leitão): Eu acho que o novo Conselho Estadual da Cultura é um evento de uma primeira ação da abertura de um canal institucional fundamental para a sociedade cearense, no que diz respeito ao fomento da cultura. Toda a nossa herança de conselhos estaduais, em geral, é uma herança de um conselho de beletristas, de intelectuais, de pessoas que são competentes na área da cultura, que raramente se encontram. Esses conselhos acabam sendo belas instituições no papel e têm pouca eficácia na vida prática. Nós queremos marcar no Governo Lúcio Alcântara uma visão completamente diferente. Nós estamos queremos fazer uma gestão compartilhada da cultura. E para isso, precisamos de um conselho operante, que se encontre periodicamente, mensalmente, que tenha não pessoas, mas instituições presentes. As pessoas passam, mas as instituições ficam.

APRESENTADORA: Além de exposições, a nossa agenda de final de semana traz mais opções de lazer. A repórter Sabrina Lima é quem tem as sugestões. Sabrina, qual é a primeira dica de hoje.

REPÓRTER SABRINA LIMA: Isabel, hoje eu vim até o Centro Dragão do mar de Arte e Cultura pra saber um pouco mais sobre uma das peças que está em cartaz aqui no Teatro do Dragão do Mar: é a peça Navalha na Carne, de autoria de Plínio Marcos (1935-1999), que está sendo encenada pela Spectrus Companhia Teatral, da qual fazem parte Fernando Monte Cristo, que é um dos diretores da peça Navalha na carne, e a atriz Fernanda de Castro, que faz parte do elenco da peça. Fernando você conta pra gente qual é o enredo da peça Navalha na carne:

SONORA (com o ator Fernando Monte Cristo): Na peça, Plínio Marcos usa a situação de uma prostituta, um cafetão e um homossexual, para falar sobre as relações de poder sobre as mesquinharias da alma humana e sobre as nossas grandezas também. Nós juntamos tudo isso numa concepção antropológica, pesquisada, com a filosofia das imagens muito bonitas. E quem vier assistir não irá se arrepender. Apesar do horário da meia-noite, venham assistir porque vocês vão adorar, porque fizemos o espetáculo com todo carinho, para que o público tivesse um entretenimento de primeira qualidade e saísse do teatro satisfeito.
REPÓRTER: Vocês têm recebido uma recepção especial do público. O público tem gostado. Vocês têm preparado alguma surpresa especial, como uma enquete, na qual eles podem dar a sua opinião. Como tem sido essa resposta do público Fernanda?

SONORA (com a atriz Fernanda de Castro): Sabrina, a resposta do público está nos satisfazendo. Nós estamos felizes com a resposta, estão gostando. E o que nos surpreende é que o público está gostando também do horário, o que nos deixa felizes, já que esse horário maldito de meia-noite agrada a nós – nosso espetáculo polêmico – mas também com certeza ao Plínio Marcos. Então essa resposta está sendo maravilhosa. Inclusive, nessa enquete as pessoas estão dando sugestões, já que nosso trabalho é experimental. Isso está nos agradando demais. E quem vier, venha para dar sugestões, assistir, para ver esse novo horário. A gente está sendo vanguarda nesse novo horário. A gente sugeriu esse novo horário ao Dragão do Mar e com certeza Fortaleza também vai se adequar a esse novo horário. E novas propostas virão. Nós estamos com uma carga cultural grande. E é por aí. A gente tem de ser vanguarda.

REPÓRTER: E a Spectrus Companhia Teatral está preparando outras surpresas para o público, vindas diretamente das mãos do Plínio Marcos. E que surpresa é essa?

SONORA (com o ator Fernando Monte Cristo): É que a partir do próximo mês, nós vamos estar em cartaz com o espetáculo "Quando as máquinas param", que também é um texto maravilho e polemico. Mas por enquanto venham ver a Navalha na carne. Nós vamos dar uma parada agora, por problemas de estudo de uma das atrizes e vamos voltar só em janeiro. Quando chegar janeiro, vocês vão poder ver novamente, porque a peça realmente as pessoas estão adorando. Não é porque eu faço parte do elenco que estou dizendo isso. As pessoas realmente estão adorando. E se vocês perderem, vocês vão perder realmente um grande espetáculo.

REPÓRTER: E vocês podem contar pra gente. O horário, vocês já falaram: é meia-noite. Como é que estão os ingressos. As pessoas podem vir. Este é o último final de semana, se eu não me engano, não é isso mesmo?

SONORA (com a atriz Fernanda de Castro): Os ingressos estão de oito reais a inteira, e quatro reais a meia, obviamente. Este é o último final de semana aqui no Dragão do

Mar. A gente está com esse projeto Navalha na carne pro ano todo. A gente vai voltar em janeiro, mas a gente pode voltar para outros estados, antes mesmo de vir para Fortaleza. Então, venham assistir. Vocês vão gostar muito. Vão gostar do horário. Vão gostar do espetáculo. Está polêmico. Está maravilhoso. Não está apelativo, apesar de ter cenas de nudez. A censura é 18 anos. Então, todos estão convidados. Navalha aqui na carne, `{a meia-noite.

REPÓRTER: Obrigada Fernanda. Obrigada Fernando. Muito sucesso na peça de vocês.
Mas esta não é a nossa única dica de diversão para o final de semana. Confira no VT nas nossas outras sugestões.

OFF: O memorial em homenagem à vida e obra do compositor cearense Humberto Teixeira está exposto no Cefet-Ceará. A exposição traz vinis, fotos e outras lembranças do doutor do baião, fazendo um resgate histórico do consagrado compositor, que levou o nome do nosso estado para o resto do Brasil e do mundo. O memorial fica montado em Fortaleza até o final de novembro. As raias pintadas nos anos 70 pelo artista plástico Roberto Galvão estão em exposição no Centro Cultural Oboé. São 40 telas feitas com tinta acrílica, aquarela e lápis de cor, dando vida ao tão antigo e encantador brinquedo infantil. A mostra é aberta ao público. Pegando carona no sucesso do seriado da TV Cultura, o longa metragem Ilha Rá-Tim-Bum ou Martelo de Vulcano está em cartaz nos cinemas de todo o Brasil. O filma conta como um jovem sobrevivente de um naufrágio enfrenta os desafios e aventuras em uma ilha fantástica. O elenco é quase o mesmo do seriado, contando ainda com a participação de Ernane Morais e Bárbara Paz. Em Fortaleza, o filme está passando no Multiplex Iguatemi, no Cine Aldeota, no Cine Benfica e no Cine Aldeota e no São Luiz Northshopping. Os irmãos Joe e Eva Coem apresentam mais uma produção, através do romântico o amor custa caro. O filme conta a história de um advogado bem sucedido e especialista em causas matrimoniais, interpretado por Jonathi Kube. E de uma ambiciosa esposa de um empresário, interpretada por Catherine Zetajones. Ela passa o filme todo tentando se tornar milionária e o apaixonado advogado acaba sempre ficando no caminho. O Amor Custa caro está em cartaz no Multiplex Iguatemi, no Cine Del Passeo, no Espaço Unibanco e no São Luis Northshopping.

APRESENTADORA: Quem gosta dos clássicos da Música Brasileira, vai ter duas oportunidades para se deliciar neste final de semana: a primeira no show da cantora Núbia Lafayette, que se apresenta amanhã à noite, no restaurante Caravelle. E a segunda é no show da cantora Bibi Ferreira, que canta e conta Piaffi no Theatro José de Alencar amanhã e domingo à noite. Estas foram as informações do Revista de hoje. Bom final de semana e até segunda-feira.

A realidade da Funtelc – TV Ceará

Glauber Paiva Filho – Presidente da FUNTELC – TV Ceará (2003-2006)
Depoimento concedido ao pesquisador no dia 12.04.06

"Não gerei expectativas sobre o que eu iria encontrar, porque, de certa forma, eu já conhecia alguns problemas da emissora. Um deles é de fato o problema de ser uma fundação de direito público, que está baseada sobre um mecanismo de gestão, que é o Regime Jurídico Único, que faz com que trabalhe com funcionários estatutários. Isso é um grande desafio: como trabalhar uma televisão dessa maneira, sabendo que já existia um projeto dentro do Governo, já discutido muito antes, sobre a possibilidade de transformação institucional, encontrando novos caminhos para a emissora.

Eu acho que a Funtelc tem um problema de identidade muito grade, de imediato. Porque foi uma fundação criada para desenvolver uma atividade de televisão, mas focada sobre a educação formal. Ligada à Secretaria da Educação. Antes. Estava vinculada à Funeduce, que exercia outras atividades de educação. Naquele momento, o cenário da televisão brasileira ainda estava desenvolvendo o seu processo de atividade.

A questão estrutural da televisão brasileira já estava resolvida. Mas a sua atividade, o fazer televisivo, ainda seguindo a mesma orientação de antes, o experimentalismo, o pragmatismo, o empirismo. No momento em que há essa transformação, a televisão funciona muito bem para os seus objetivos. Naquele momento existia uma animação, dentro das possibilidades de realização e um foco muito preciso: a educação formal. Já era uma fundação de direito público, mas que trabalhava com profissionais celetistas. Então, de certa forma também, era menos burocratizada, existia uma maior agilidade e uma vontade de uma cultura interna da época.

Quando há uma mudança no caráter funcional da fundação, isso aconteceu nos anos 90, por força da Constituição de 1988, que obrigou o poder público a manter seus funcionários sob o regime jurídico único, isto é, os profissionais deixaram de ser empregados celetistas para se tornarem funcionários estatutários, regidos sob o estatuto do servidor público. Nessa época, a TV iniciou um processo de queda de produtividade, de degradação do fazer televisivo. Porque isso abriu portas para movimento sindicais, ligados ao serviço público, que já vem com uma cultura não propositiva, mas opositora, que já briga por questões de estabilidade.

Certas coisas, que o regime estatutário já privilegia, foram também absorvidoa pelos profissionais da emissora, com base na estabilidade. É um regime que estava propondo um plano de cargos e carreiras contrário à lógica do fazer televisivo. Isso não ia agradar a ninguém. Como é que você pode mudar a sua atividade, evoluir no conhecimento se você não vai também mudar de salário, não vai mudar de cargo, isto é, não vai ser promovido, para acompanhar o seu crescimento profissional, já que o profissional adquiriu novos conhecimentos? Essa realidade vai de encontro a uma possibilidade de desenvolvimento da televisão.

Essa situação acabou criando de fato uma estagnação e uma cultura meio paralisada da emissora. Aliado a isso, todo o processo burocrático mesmo que esse regime estabelecia, que seria para contratação de pessoal, além da obrigação de cumprir a lei

da licitação, a 8.666, para a compra de equipamentos, implicando em um processo demorado. Com isso, a atividade meio da televisão ficava cada vez maior, a parte burocrática de planejamento, financeira, logística. Tudo isso ficou muito inchado, para dar conta da burocracia inerente ao serviço público. Repartição pública funciona dessa maneira: precisa de uma boa base nesses núcleos e a atividade fim acaba sendo enfraquecida.

No caso da televisão, é preciso entender que ela exerce, por essência, independente de ser TV educativa ou TV comercial, uma atividade produtiva, de produção. Porque a televisão trabalha com a produção de programas, de programas efêmeros, que podem dar certo em um determinado período de tempo. Isso exige que se tenha uma estrutura para cada programa, com profissionais e equipamentos. Esse programa acabando, quer dizer deixando de ser produzido, porque já cumpriu com o seu objetivo, essa estrutura desaparece. Então, uma TV precisa ter flexibilidade para poder movimentar essa estrutura. Determinados perfis profissionais, como locutor, apresentador, que são profissionais, pela essência do seu trabalho, da sua missão, não precisam estar na emissora oito horas pó dia. Dependendo do programa, eles podem estar presentes duas vezes por semana, uma vez por semana, dependendo do programa; ou uma hora por dia, que é o tempo para desempenhar a sua tarefa. Nesse caso, há duas situações viáveis: esse profissional pode fazer parte dos quadros da emissora ou ele pode ser terceirizado. Isso na forma como hoje a Funtelc está organizada, isso é impossível de acontecer.

Outra coisa, essas dificuldades também são registradas quanto aos equipamentos. Quando se lança o edital para realização de concurso público, para contratar profissionais para ocupar determinados cargos ou exercer determinadas funções, já de imediato essa função que ele vai exercer está ameaçada de extinção, pelo processo de evolução tecnológica. Para ser ter numa idéia, nos anos 80, uma equipe de reportagem era formada por cinco pessoas, cada um com a sua função. Atualmente, a equipe de reportagem tem no máximo três pessoas, mas pode atuar somente com uma pessoa, desempenhando as atividades de cinegrafista, repórter, motorista, é o chamado repórter abelha ou vídeo-repórter, porque o equipamento permite que ele seja operado apenas por uma pessoa, já que a câmera vem equipada com iluminação, microfone potente, em que o cinegrafista pode narrar as informações ao mesmo tempo em que faz a gravação das imagens.

Assim, vamos encontrar na TV Ceará alguns profissionais que foram contratados como operador de VT de externa e continuam com essa mesma função, por exigência do estatuto do funcionário público, mesmo que, na prática, ela não mais exista, porque os equipamentos atuais são operados por quem faz a gravação de imagens, porque o gravador é acoplado à câmera. O que fazer com esses profissionais? Legalmente, eles não podem ocupar outro cargo. Têm que continuar no mesmo cargo, recebendo o mesmo salário. Se for ocupar outro cargo, tem de submeter a um concurso público e concorrer com outras pessoas. Essa situação tem gerado uma anomalia no serviço público, de maneira geral e não apenas na TV Ceará: o desvio de função. O profissional tem o contratado de operador de VT de externa, mas opera uma câmera, como cinegrafista. O quadro de servidores de uma repartição público tem uma estrutura fechada. Não pode ser modificada, sem que seja por meio de um projeto de lei a ser submetido à apreciação do Poder Legislativo.

A televisão tem uma especificidade. Tem uma atividade específica, não pode ser tratada como uma repartição pública. A não ser que se crie uma regulamentação que dê uma maior abertura para a entidade que administre uma atividade de TV. As atividades de uma TV e de uma repartição pública são completamente incompatíveis.

A TV Ceará atualmente está funcionando. Mas sob o ponto de vista de sua capacidade de produção, a emissora está se tornando improdutiva, pois está reduzindo a sua quantidade de programas. A qualidade de estética está diminuindo, enquanto a atividade meio vai crescendo, tornando-se cada vez mais burocrática, cada vez mais sendo uma repartição pública e não uma emissora de TV. A emissora continua existindo por conta de uma teimosia de quem já passou pela TV e de quem está passando por ela, deixando-a no ar. Logicamente, que há também uma questão política que justifica essa teimosia. Tirar do ar uma televisão educativa resulta em um enorme impacto político. Além disso, a TV Ceará exibe também produção de outros estados e de outras emissoras e não apenas local. Isso ajuda a posicionar a emissora no estado. Mas é uma emissora que vem perdendo o seu espaço de produção. Agora, qual é a saída hoje para essa situação?

A televisão brasileira passa por um momento atual, que será mais percebido quando entrar em operação o sistema de transmissão de TV digital, que vai modificar a forma de sustentabilidade da televisão brasileira. Não vai ser mais da forma atual: uma grade de programação sustentada pela publicidade. A televisão passará a realizar produtos para serem comercializados. O Brasil ainda não tem esse mercado, mas no exterior ele funciona plenamente. As emissoras de TV negociam seus programas. Elas produzem e participam de um evento, de uma feira, exclusivamente para negociar suas produções. É dessa forma que as emissoras do exterior se sustentam economicamente. Por conta disso, por terem uma característica maior de efemeridade, algumas emissoras, como a STV (do sistema Sesi-Senai, com sede em São Paulo), que não tem suas produções, prefere estar trabalhando com produtoras independentes, de quem negocia os programas que exibe. As produtoras independentes produzem para as grandes emissoras de TV mundiais. A BBC, de Londres, as francesas TV5, TF1, a Sony.

Esse é um caminho que estamos buscando na TV Ceará. A emissora não tem mais a sua capacidade de produção como tinha antes. Hoje, exibe uma quantidade de programas novos por conta de associação com a produção independente. Estamos negociando com as produtoras independentes fundamentados no espaço virtual que a TV ocupa. Os recursos que financiam essas produções vão direto para as produtoras independentes, para bancar a sua realização. Nós temos conhecimento do orçamento de cada produção e na medida em que a produtora obtém um apoio cultural de uma empresa e que haja sobra de recursos após o vídeo ficar finalizado, essa sobra seria destinada para a TV Ceará, como pagamento pela exibição. Quando não há sobra, a TV não recebe. Na prática, essas produtoras atuam no vermelho.

Ao longo da sua existência, a TV Ceará posicionou-se como uma emissora não interessante para os anunciantes. Por conta disso, fica difícil a emissora atualmente conquistar recursos diretamente no mercado. Mas há instituições que consideram a TV Ceará um ótimo espaço de projeção, que consegue agregar valor à atividade dessas instituições, como o Encine, Alpendre, Fundação Casa Grande e produtores independentes. Essas instituições encontram na TV Ceará um canal de difusão de suas produções culturais, cujo conteúdo tem tudo a ver com a filosofia da emissora.

Nos anos 80, a TV Ceará teve uma quantidade maior de programas, quando estava ligada à Secretaria da Educação. Tinha uma quantidade maior de programas, mas a TV encerrava sua atividade às 22 ou 23 horas. Ela tinha uma quantidade de programação de educação formal, por necessidade. Eram programas educativos e culturais, mas eram programas de debate, experimentais, sem que se atentasse para uma qualidade que se exige para um programa de TV. Atualmente, a TV Ceará mantém 21 programas, dos quais 80 por cento são de produção independente. Esse é um caminho atual para a TV Ceará para atender ao formato que ela mantém, para a sua realidade. Não é o ideal, mas é interessante trabalhar com isso.

Mas é mais interessante ainda é que a emissora tenha a sua capacidade produtiva. Por isso, eu sou a favor que a TV Ceará seja transformada em uma Organização Social, porque é a única alternativa existente na legislação atual do serviço público que fará com que a emissora readquiria o seu caráter produtivo. A emissora passará a ter condições de realizar a sua própria produção. Quando houver um novo modelo institucional, fruto de uma reforma administrativa do poder público, que seja melhor e mais adequado do que a Organização Social, certamente eu irei defender esse novo modelo institucional. Mas enquanto não houver outro melhor, o modelo atual para viabilizar o caráter produtivo da TV Ceará é a Organização Social.

Trata-se de um mecanismo legal por meio do qual a emissora poderia desenvolver todo o seu potencial. Hoje a emissora, ao se projetar a relação custo-benefício, ela custa muito caro para o Governo. Porque, com a Organização Social, a emissora poderia ter um formato diferenciado, com o custo atual, mas fazendo sua própria produção, produzindo muito mais. A legislação estadual sobre Organização Social tem alguns artigos que considero impeditivos para uma TV. Como, por exemplo, o que impede que servidores públicos estaduais sejam cedidos. Para o servidor ser profissional na Organização Social, ele precisa pedir licença do estado para tratar de assunto de interesse particular. Sabemos que é um projeto de longo prazo, que vem sendo discutido há pelo menos oito anos. A TV Ceará, como está, é inviável. Considero um crime realizar concurso público para preencher os cargos vagos, mantendo a realidade institucional atual da emissora. E caso seja mantida como está, futuramente, a emissora terá apenas programas de produção independente para poder manter o seu espaço na sociedade.

Em tese, qualquer televisão que se monte, vai gerar um impacto positivo para a sociedade no prazo de um a dois anos, até que comece a produzir e fazer com que essa máquina funcione. No caso da mudança na TV Ceará, o processo de transformação será feito com o "carro andando", porque a emissora está no ar e não pode parar. Dentro da emissora, há profissionais capacitados, estimuladas e interessadas. Mas há aqueles que trabalham contra a idéia do serviço público, que inviabilizam o serviço público e estão ocupando o lugar de quem está interessado em prestar serviço à sociedade. Um fato não se pode negar: a atual legislação garante a estabilidade dos servidores públicos, qualquer que seja a mudança que se efetivar na TV Ceará.